ENTRELUGAR

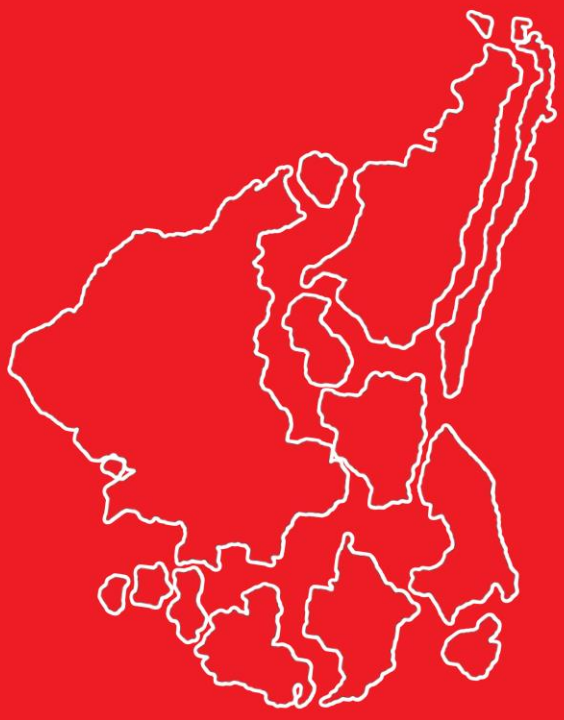
Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD

ANO 15 | número 30 | 2024

1974-2024
中国巴西50年
BRASIL-CHINA 50 ANOS

Dossiê Brasil-China





BIBLIOTECA
Coordenadoria de Bibliotecas
Portal de Periódicos
ISSN 2177-7829

ENTRE-LUGAR

v. 15, n. 30

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Dourados, v. 15, n.30, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Reitor: Jones Dari Göettert
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia: Claudia Marques Roma

Coordenadoria de Bibliotecas
Coordenador do Portal de Periódicos: Givaldo Ramos da Silva Filho
E-mail: bibliotecaperiodicos@ufgd.edu.br

Faculdade de Ciências Humanas
Diretora da Faculdade de Ciências Humanas, Veronica Aparecida Pereira

REVISTA ENTRE-LUGAR
Editores: Charlei Aparecido da Silva e Lisandra Pereira Lamoso

CAPA
Rafael Brugnolli Medeiros e Charlei Aparecido da Silva, idealizada a partir da bandeira da China, do logo dos 50 anos de Relações Diplomáticas entre Brasil e China, mesclados com os elementos do layout gráfico da REL.

EDITORAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA-CIENTÍFICA
Umberto de Andrade Filho e Charlei Aparecido da Silva

COMISSÃO CIENTÍFICA
Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS), Adáuto de Oliveira Souza (UFGD), Ana Fani Alessandri Carlos (USP/CNPq), Antonio Thomaz Junior (Unesp – Presidente Prudente), Arlete Moysés Rodrigues (Unicamp), Cássio Eduardo Viana Hissa (UFMG), Carlos Espíndola (UFSC), Celene Cunha Monteiro A. Barreira (UFG – Goiânia), Charlei Aparecido da Silva(UFGD), Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS), Douglas Santos (PUC), Edvaldo César Moretti (UFGD), Flaviana Gasparotti Nunes (UFGD), Francisco de Assis Mendonça (UFPR/ANPEGE), Francisco Sergio Ladeira (Unicamp), João Edmilson Fabrini (Unioeste – Rondon), Lia Osório Machado (UFRJ), Lisandra Pereira Lamoso (UFGD), Marcelino Andrade Gonçalves (UFMS), Márcio Cataia (Unicamp), Márcio Piñon de Oliveira (UFF), Márcia Yukari Mizusaki (UFGD), Márcio Rogério Silveira (Unesp – Ourinhos), Marcos Aurélio Saquet (Unioeste – Beltrão), Margareth Cristiane Trindade da Costa Amorim (UNESP), Maria José Martinelli Silva Calixto (UFGD), Rogério Haesbaert da Costa (UFF/CNPq), Silvana de Abreu (UFGD), Silvio Carlos Rodrigues (UFU/CNPq (CA)), Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa (UFMT), Wenceslao Machado de Oliveira Junior (Unicamp).

COMISSÃO INTERNACIONAL
Adriano Rovira (Instituto de Geociências da Universidad Austral de Chile), Fabrício Vázquez (Universidad Nacional de Asunción – Paraguai), José Omar Moncada Maya (Universidad Nacional Autónoma do México (UNAN), Maria Laura Silveira (Conicet- Instituto de Geografía, Universidad de Buenos Aires), Massimo Quaini (Università di Genova - Unige/Itália), Xosé Manuel Santos Solla (Universidad de Santiago de Compostela - USC/Espanha)

Entre-Lugar [recurso eletrônico]/Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. – Ano 1, n.1 ([jan./jun.], 2010)-. – Dados eletrônicos. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2010-
Semestral.
Modo de acesso: Word Wide Web:
< http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar >
ISSN 2176-9559 (online).

1. Geografia. 2. Geopolítica. 3. Universidade Federal da Grande Dourados – Periódicos. I. Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Ciências Humanas.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD.
Alisson Antonio de Souza – CRB1 2722

ENTRE-LUGAR

v. 15, n. 30

Universidade Federal da Grande Dourados

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Dourados, v. 15, n.30 - 2024.

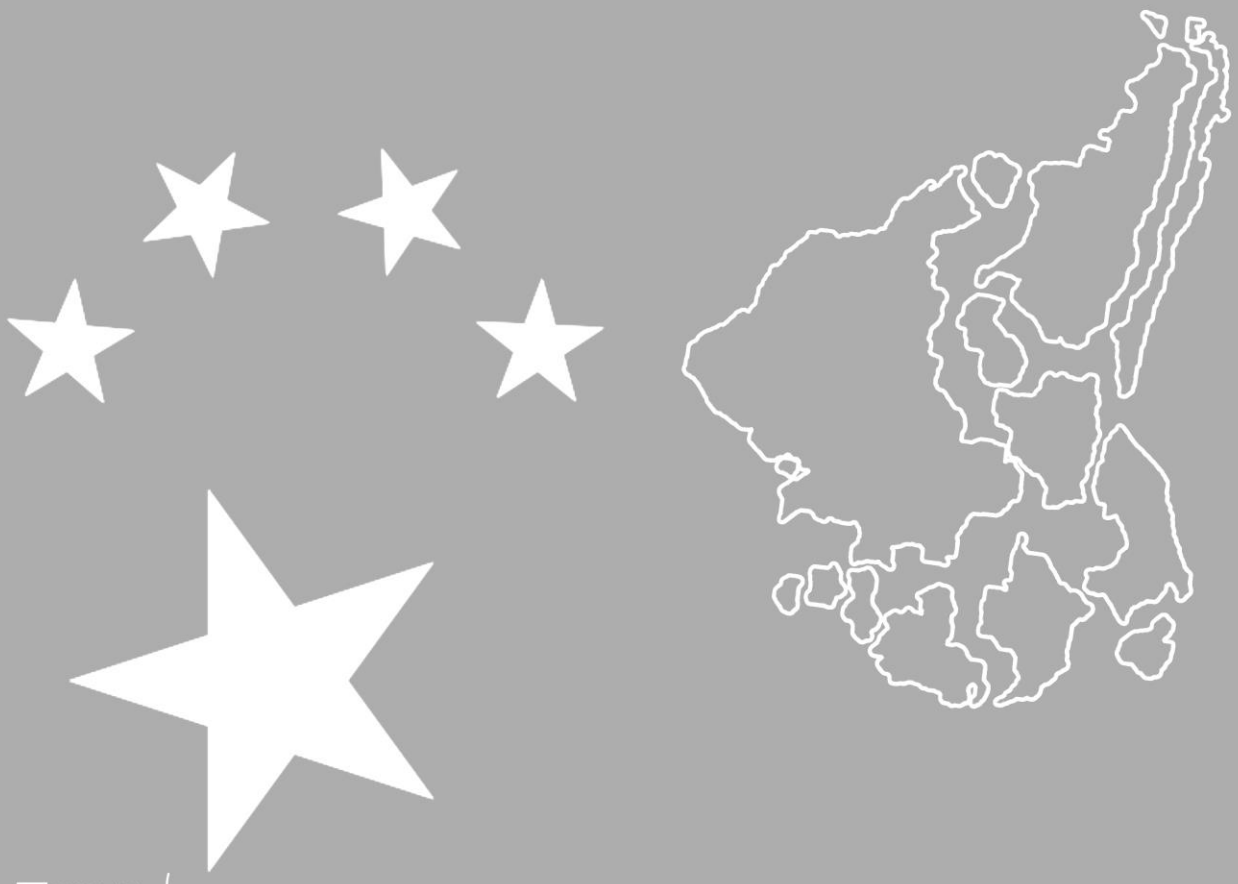
ENTRELUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD

ANO 15 | número 30 | 2024

1974-2024
中国巴西50年
BRASIL-CHINA 50 ANOS

Dossiê Brasil-China



BIBLIOTECA Coordenadoria de Bibliotecas Portal de Periódicos
ISSN 2177-7829

SUMÁRIO

P.

EDITORIAL

Dossiê Brasil-China: um marco na internacionalização da geografia brasileira.....08-13

Lisandra Pereira Lamoso

ARTIGOS

China: a teoria e a política na gramática do futuro..... 15-33

Lisandra Pereira Lamoso

Análise dos papéis e estratégias da China e do Brasil na cooperação econômica sob a competição sino-americana.....34-54

Min Su

Trajetória da tropicalização da soja: desempenho econômico e a demanda chinesa.....55-80

Carlos José Espíndola, Roberto Cesar Costa Cunha, Elias Marco Khalil Jabbour

Estratégia geoeconômica chinesa na cadeia global de valor do café 81-107

Fernando dos Santos Sampaio, Carlos Cassemiro Casaril

Análise das relações geoeconômicas Brasil–China no período 2013–2023.....108-139

Rafael Bernardo Silveira, Otávio Cascaes Montanha

***Made in* China: as relações geoeconômicas do Estado de Santa Catarina (Brasil) com a nação asiática.....140-159**

Eduardo Von Dentz, Bruno Saggiorato

Ascensão chinesa e os investimentos diretos chineses no Brasil: o caso do setor de infraestrutura de transporte.....160-179

Nilmar Rippel, Marlon Clóvis Medeiros

Bioplásticos nos BRICS: análise das iniciativas nacionais e propostas para uma colaboração internacional.....180-202
Cintia Neves Godoi

O planejamento urbano-regional chinês como eixo de desenvolvimento econômico e social.....203-227
Vitor Vieira Fonseca Boa Nova

Desenvolvimento regional na China no período de reforma e abertura.....228-252
Kayuã Girardi

Uma reflexão da reestruturação urbana em Xangai.....253-274
Pierre Alves Costa, Lisandro Pezzi Schimidt

A construção do estado de bem estar chinês: o caso da Lei de 2010.....275-289
Isis Paris Maia, Luciana Pazini Papi, Diego Pautasso

A tradição e a modernidade: a influência da cultura chinesa na diplomacia e nas relações Brasil-China.....290-311
Gabriel Nascimento Damianik Valdetaro, Melissa Cambuhy, Zhang Changnian

ENTREVISTA(S)

Desafios para o Partido Comunista Chinês e as possibilidades de cooperação Brasil-China.....313-325
Isis Paris Maia, Diego Pautasso, Eduardo von Dentz e Lisandra Pereira Lamoso

RESENHA(S)

O livro "China: o socialismo do século XXI"..... 327-332
Eduardo von Dentz

Uma globalização com características chinesas, "A China e a nova rota da seda: da reconstrução nacional à rivalidade sino-estadunidense" 333-337
Fernando dos Santos Sampaio

EDITORIAL

V. 14, n.27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

EDITORIAL

Dossiê Brasil-China: um marco na internacionalização da geografia brasileira

A Revista Entre-Lugar apresenta o segundo número de 2024, sua trigésima edição, publicada no final da primavera de 2024. Os agradecimentos primeiros. A Coordenadoria de Bibliotecas da UFGD, neste momento representada por Givaldo Ramos da Silva Filho, responsável na gestão da plataforma OJS. Ao empenho coletivo constante e o reconhecimento dos papeis dos autores(as), pareceristas e leitores(as) da REL. Esse espírito colaborativo permitiu a publicação deste Dossiê, pensado, construído por mãos diversas, presentes em diferentes locais do Brasil e da China.

A capa desta edição é uma criação de Rafael Brugnolli Medeiros e Charlei Aparecido da Silva, pesquisadores e docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, idealizada a partir da bandeira da China, do logo dos 50 anos de Relações Diplomáticas entre Brasil e China, mesclados com os elementos do layout gráfico da REL. O resultado, a aproximação do Entre-Lugar Brasil-China por meio de uma estética viva e vibrante, que surge também no cabeçalho e no rodapé da REL.

O segundo número de 2024 conta com o trabalho de muitos, assim agradeço aos autores que submeteram seus textos, ao conjunto numeroso de pareceristas que a avaliação mobilizou. Especialmente, sou grata a duas pessoas que estiveram nos bastidores desse (imenso) trabalho, sem os quais a caminhada teria sido bem difícil. Agradeço ao Umberto de Andrade Filho, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela quantidade de horas roubadas da sua tese e do seu descanso, no trabalho do que eu considero algo insano, que é o trabalho técnico, é dele a revisão técnica-cientifica e a editoração dos textos presentes nesta edição. Ao Editor, Professor Charlei Aparecido Silva, pela oportunidade de trazermos esse conteúdo para a Entre-Lugar e pela admiração que me provoca quando acompanho seu compromisso com a qualidade do periódico.

Este Dossiê celebra os 50 anos de Relações Diplomáticas entre Brasil e China e, por uma feliz coincidência, o início de promissoras atividades de cooperação e intercâmbio entre um grupo de pesquisadores da Missão Brasil-China[1] e intelectuais

[1] Detalhes sob a Missão estão publicadas no texto “Missão Técnica Brasil-China”, disponível em https://doi.org/10.30612/rel.v15i29.18715

chineses. Somos motivados pela atual e relevante participação de ambos os países na geopolítica internacional e todos os seus desdobramentos.

Ao longo do ano de 2024, muitas foram as atividades desenvolvidas pelo grupo, entre pesquisas, trabalhos de campo, apresentação de trabalhos, participação em eventos, bancas de avaliação, divulgação científica, resenhas e *papers*, parte deles publicados neste Dossiê, que conta com treze artigos, uma sessão de entrevistas e duas resenhas.

A sessão de artigos abre com o título *"China: a teoria e a política na gramática do futuro",* chamando a atenção para a linguagem chinesa que convida ao diálogo, propõe investir, construir, inovar, integrar, planejar, sem agressões bélicas ou financeiras. É uma oportunidade da qual se pode ou não fazer parte, representada pelas expressões "futuro compartilhado" e "prosperidade comum".

Em seguida, temos o artigo da convidada chinesa Min Su, da Tsinghua University, China, com o texto "*Análise dos papéis e estratégias da China e do Brasil na cooperação econômica sob a competição sino-americana"*[2]. Su apresenta uma análise muito precisa, de forma clara, sobre a intensificação da competição entre EUA e China e como podem ser construídas relações de cooperação econômica entre China e Brasil. Esses dois artigos iniciais compõe uma primeira parte, que apresenta o tom das demais discussões.

Em uma "segunda parte", o Dossiê foca na geoeconomia, com diversas entradas: agricultura, comércio exterior, investimentos e inovação. O primeiro texto foi escrito por Carlos José Espíndola, Roberto Cesar Costa Cunha e Elias Jabbour[3], sobre *"A trajetória da tropicalização da soja: desempenho econômico e demanda chinesa"*. O texto tem apoio em um autor pouco conhecido da Geografia, André Cholley, que propôs a ideia de combinação de variáveis ou combinações geográficas e isto tem resultado em boas análises na produção intelectual dos autores, porque exige conhecimento das características intrínsecas da produção e da dinâmica econômica na qual está inserida.

[2] Rafael Bernardo Silveira traduziu o texto para língua portuguesa, tendo o cuidado com a correspondência de sentido e as pequenas adaptações que se fizeram necessárias.

[3] No momento da escrita, ocupava o cargo de Assessor da Presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), mais conhecido como Banco dos BRICS. Os argumentos do texto são de responsabilidade exclusiva do autor.

O texto *"Estratégia geoeconômica chinesa na cadeia global de valor do café"*, de Fernando dos Santos Sampaio e Carlos Cassemiro Casaril, não surpreende em mostrar como o Brasil avança pouco na agregação de valor, algo que estamos familiarizados no cotidiano, mas o conjunto de informações qualificadas exige que se pense em uma estratégia, pois a distribuição desigual dos lucros na cadeia global do café é algo que o Brasil pode reformular, visto as bem sucedidas estratégias chinesas apresentadas pelos autores, e como a Luckin Coffee vem se destacando, ao contrário da situação da rede Starbucks.

Na sequência, o texto *"Análise das relações geoeconômicas Brasil-China no período 2013-2023"* apresenta três discussões em uma: a economia política dos dois países; informações sobre os avanços do socialismo chinês; e as informações sobre exportações e investimentos. A complementaridade entre Relações Internacionais e Geografia revela a identidade dos autores, que comungam do gosto pela análise da conjuntura política.

Quando a discussão foca na relação entre um estado e um país, caso de *"Made in China: as relações geoeconômicas do Estado de Santa Catarina (Brasil) com a nação asiática"*, os autores Eduardo von Dentz e Bruno Saggiorato não se limitam às exportações, como tem sido praxe, mas também incluem a pauta de produtos importados. Uma das questões considera da formação social do estado para a elaboração de uma estratégia para internalização de inovações e aprendizagem tecnológica.

No penúltimo texto, do que consideramos como segunda parte, o tema são os IEDs, em texto de Nilmar Rippel e Marlon Medeiros, sobre "*Ascenção chinesa e os investimentos diretos chineses no Brasil: o caso do setor de infraestrutura de transporte*". Os dados apresentam preferência pelos investimentos em eletricidade (45,5%) e a maior modalidade escolhida é a *greenfields.* O que motiva e quais possibilidades isso abriria para a economia brasileira?

Cintia Neves Godoi enfrenta o tema *"Bioplásticos nos BRICS: análise das iniciativas nacionais e propostas para uma colaboração internacional".* É um desafio porque o lucro atual está assentado em materiais menos sustentáveis e a pressão pela alteração enfrenta limites e resistências. A autora explora resultados já alcançados por África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia, em iniciativas muito mais isoladas do que

compartilhadas entre os membros do bloco e isso pode ser melhorado, com possibilidades de novas agendas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que tenham interesses comuns.

A terceira parte do Dossiê coroa "resultados", os quais só conseguimos entender como possíveis após compreendermos minimamente alguns elementos desse socialismo com características chinesas, que foi comentado em vários textos anteriores. Embora sejam independentes entre si e permitam uma leitura que não seja na ordem apresentada. A capacidade de planejamento, de desenvolvimento regional, de expansão do bem estar social e a sintonia entre tradição e modernidade são detalhados e encerram a publicação da melhor forma.

Vitor Vieira Fonseca Boa Nova apresenta parte de sua tese defendida no IPPUR/UFRJ, no artigo *"O planejamento urbano-regional chinês como eixo de desenvolvimento econômico e social"*. É didática sua explicação sobre Planificação e desenvolvimento das forças produtivas, incluindo toda dificuldade que é trazer o Projetamento, de Ignácio Rangel. Como os demais textos, tende a atrair leitores de diversas áreas e, em particular, muito tem a dialogar com arquitetos e urbanistas porque traz conceitos como Desenvolvimento Regional Coordenado e Nova Urbanização. A discussão, de certa forma, prossegue no texto seguinte: *"Desenvolvimento Regional na China no período de reforma e abertura"*, que particulariza a análise para o papel do Estado chinês e comenta a combinação entre mercado e planejamento descentralizado, apresentando a articulação entre economias de diferentes regiões, a presenta das Township and Village Enterprises e do mercado externo, com as Zonas Econômicas Especiais.

Xanghai, com mais de 22 milhões de habitantes, foi o objeto que norteou a discussão sobre a urbanização e a planificação em torno das intervenções do Estado. As ilustrações que os autores Pierre Alves Costa e Lisandro Pizzi Schimidt apresentam no texto *"Uma reflexão da reestruturação urbana em Xangai"* são muito ricas, algumas tiradas na viagem da Missão Técnica, da qual Pierre fez parte. O texto explora a teoria e as transformações, levando em conta a aptidão futura da cidade, a definição da área de ampliação do centro, as conexões com as áreas contíguas, periféricas e satélites e como os serviços financeiros foram se instalando e compondo a paisagem urbana.

Provavelmente, as condições materiais alcançadas pela sociedade chinesa atualmente são um dos pontos que mais enfrentam desconfiança. Não raro, há um

comportamento pouco coerente que nunca desconfia das estatísticas ocidentais, para sempre colocar em dúvida os números chineses. O que faz Isis Paris Maia, Luciana Pazini Papi e Diego Pautasso, autores do texto *"A construção do estado de bem-estar chinês: o caso da Lei de 2010",* é trazer elementos factuais, da História chinesa, que é a Lei de Seguro Social de 2010, para explicar seus efeitos na melhoria da qualidade de vida e, posteriormente, na maior robustez da seguridade social. Para arrepio das políticas neoliberais, os autores informam que a China trabalha a questão dos impostos e os direciona para expansão da cobertura seguro básico de saúde, seguro acidente de trabalho, seguro-maternidade e cobertura previdenciária.

Gabriel Valdetaro é um brasileiro que mora na China, Melissa Cambuhy é veterana nos debates e ambos estão com Zhang Changnian, na autoria de "*A tradição e a modernidade: a influência da cultura chinesa na diplomacia e nas relações Brasil-China",* texto que encerra a sessão de artigos, retornando à homenagem que o Dossiê realiza aos 50 anos de relações entre os dois países. O papel das correntes filosóficas, a cultura como um ativo e o par tradicional/moderno são elementos ímpares da diplomacia chinesa.

Por falar em tradição, o Dossiê mantém duas outras sessões que são rotina nas publicações da Entre Lugar, as Entrevistas e as Resenhas. Na primeira, contamos com a valiosa colaboração de Isis Paris Maia e Diego Pautasso, que fizeram contatos e organizaram os textos; além das intermediações de Eduardo von Dentz, com o Professor Hu Bingchuan e minha, com Prof. Wang Fei. Me arrisco a afirmar que é o primeiro periódico de geografia que publica artigo e entrevista com intelectuais chineses. Se a Internacionalização é importante, com os chineses ela também tem sido colaborativa e horizontal.

As resenhas atendem aos que ficaram curiosos por aprofundar alguns assuntos aqui discutidos e premiam dois autores que participaram do grupo de discussão China-Brasil. A primeira resenha foi escrita por Eduardo von Dentz, sobre o livro de Elias Jabbour *"China: o Socialismo do século XXI"*. A segunda, por Fernando Sampaio, sobre a obra *"A China e a nova rota da seda: da reconstrução nacional à rivalidade sino-estadunidense"* de Diego Pautasso.

Por fim, eu não vou encerrar com formalidades porque são poucos os que lêem Editoriais. Preciso registrar que a publicação foi mais uma das metas alcançadas

pela Missão Técnica Brasil-China, grupo de pesquisadores que hoje chamo de amigos, com quem compartilho a trajetória de aprendizado sobre esses novos horizontes. Agradeço ao Carlos Espíndola, nosso pesquisador sênior, o mais experiente e qualificado do grupo no debate sobre China (também chamado de "tiozão do zap"); Fernando Sampaio, imprescindível com sua organização, que sempre encontra qualquer informação, texto ou foto em questão de segundos; Eduardo von Dentz, a quem recorro nos pequenos e grandes problemas (e que é o único que negocia com os comerciantes chineses de igual para igual); Rafael Silveira, por todo trabalho noturno sem pagamento de adicional, na jornada 6x1, que não deve ser fácil para sua alma sindicalista; Pierre Costa, por aquele comentário sobre não importar se não somos especialistas em determinado tema, é só ter o interesse e começar a estudar (o único que me chama de "menina Lisandra"); Fábio Contel, pelo rigor e bom humor, (esteve envolvido com o Concurso de Livre Docência durante a execução desse Dossiê e seguiu nosso lema: "Não precisa ir todo mundo junto!"); Cintia, o sotaque goiano do grupo, que estuda temas estratégicos para o Brasil, seu dia em Goiânia deve ter mais que 24 horas; Bruno, que sempre se oferece para o trabalho, assíduo e atencioso, organiza nossos arquivos; Otávio, meu suporte para assuntos tecnológicos, vocalista de banda de rock, o único que se aventura no mandarim. Nossos gaúchos de estimação que se juntaram depois, a Isis, uma querida, que a gente pode acompanhar no @fiosdechina, e o gaúcho Diego, que qualifica o debate nas redes, através da conta @dgpautasso.

Para o colega carioca estudioso famoso que trouxe os estudos de China para minha pauta e, sem saber, dá exemplo de que dificuldade a gente supera, Elias.

Lisandra Pereira Lamoso

Dourados, dezembro de 2024.

ARTIGOS

V. 14, n.27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

CHINA: A TEORIA E A POLÍTICA NA GRAMÁTICA DO FUTURO

CHINA: THEORY AND POLITICS IN THE GRAMMAR OF THE FUTURE

CHINA: TEORÍA Y POLÍTICA EN LA GRAMÁTICA DEL FUTURO

Lisandra Pereira Lamoso
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
lisandralamoso@ufgd.edu.br

"Pobreza não é socialismo. Devemos apoiar o socialismo, mas devemos avançar na construção de um socialismo verdadeiramente superior ao capitalismo. Devemos, primeiro, nos livrar do socialismo da pobreza (pinkun shehuizhuyi); embora todos digam hoje que estamos criando o socialismo, só em meados do próximo século, quando atingirmos o nível dos países moderadamente desenvolvidos, poderemos dizer com segurança que o socialismo é realmente superior ao capitalismo e que estamos realmente construindo o socialismo". (Deng Xiaoping, 1987)

Destaques

- O socialismo com características chinesas desafia as ciências sociais a decifrá-lo em movimento e propõe uma linguagem inédita para a geopolítica mundial.
- Pronunciamentos do Presidente Xi Jinping são citados para exemplificar como o Estado tem ampliado sua capacidade de intervenção com o objetivo de aumentar a qualidade de vida do povo chinês.
- São muitas as possibilidades para relações entre Brasil e China para além das trocas comerciais, mas uma relação ganha-ganha requer do Brasil um reconhecimento sobre qual seu projeto de nação.

RESUMO

A construção de um socialismo com características chinesas tem sido caracterizada por um estágio elevado de planificação econômica, aprendizado histórico, experiência acumulada, qualificado diagnóstico dos desafios a serem enfrentados, sob comando

central do Partido Comunista Chinês, dentro do qual emergem lideranças como Xi Jinping. Seus pronunciamentos estão orientados para um futuro que prioriza a melhoria da qualidade de vida do povo chinês e, para isso, no atual período, propõe estratégias de desenvolvimento econômico com particular atenção para a inovação. A gramática chinesa apresenta expressões como "Futuro compartilhado" e "Prosperidade comum", antagônicas ao "*Make America Great Again*" que desponta no horizonte da principal economia capitalista ocidental. Considerando este cenário, apresentamos algumas reflexões para uma certa ideia de Brasil.

Palavras-chave: Xi Jinping; Desenvolvimento econômico; Sul Global.

ABSTRACT

The construction of socialism with Chinese characteristics has been distinguished by advanced economic planning, historical learning, accumulated experience, and a precise diagnosis of the challenges to be faced. This development occurs under the central command of the Chinese Communist Party, from which leaders like Xi Jinping emerge. His statements are directed toward a future that prioritizes improving the quality of life for the Chinese people. Consequently, the current strategies propose economic development with a specific focus on innovation. The Chinese political discourse includes expressions such as "Shared Future" and "Common Prosperity," which contrast sharply with "Make America Great Again," the slogan of the leading Western capitalist economy. In light of this scenario, we present some reflections on a particular idea of Brazil.

Keywords: Xi Jinping; Economic development; Global South.

RESUMEN

La construcción del socialismo con características chinas se ha caracterizado por una planificación económica avanzada, el aprendizaje histórico, la experiencia acumulada y un diagnóstico preciso de los desafíos a enfrentar. Este desarrollo ocurre bajo el mando central del Partido Comunista Chino, del cual emergen líderes como Xi Jinping. Sus declaraciones están orientadas hacia un futuro que prioriza la mejora de la calidad de vida del pueblo chino. En consecuencia, las estrategias actuales proponen el desarrollo económico con un enfoque específico en la innovación. El discurso político chino incluye expresiones como "Futuro Compartido" y "Prosperidad Común", que contrastan marcadamente con "*Make America Great Again*", el lema de la principal economía capitalista occidental. A la luz de este escenario, presentamos algunas reflexiones sobre una idea particular de Brasil.

Palabras clave: Xi Jinping; Desarrollo económico; Sur global.

INTRODUÇÃO

A partir de 1º de janeiro de 2023, com o início do terceiro mandado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2027), que coincide com o Ano do Dragão, na China, as intenções de intensificação das relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e China foram ampliadas. A bem da verdade, nunca deixaram de existir, mas experimentaram alguns constrangimentos durante o Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022), em razão do espaço ocupado pela "pequena política"[1].

Em 2024, comemora-se meio século de relações diplomáticas entre ambos, período caracterizado tanto pela crescente participação chinesa no mercado internacional quanto pela sua importância nas importações e exportações brasileiras. Em 2023, o país foi o maior destino das exportações do Brasil (30,7% do valor total, com predomínio de soja, petróleo e minério de ferro) e a principal origem das importações (22,7%, com predomínio de produtos oriundos da indústria de transformação)[2]. O comércio exterior com o parceiro chinês tem sido relevante pelos valores e pela qualidade da pauta das exportações, predominantemente de *commodities agrícolas,* além do peso da importação de manufaturados[3].

Neste texto, não pretendemos discutir a importância das relações comerciais internacionais, embora sejam muito importantes. Pretendemos refletir sobre alguns aprendizados que a sociedade chinesa tem colocado à disposição, quando nos mostramos dispostos a superar um quadro analítico pré-concebido. Na primeira parte, mencionamos a interpretação da "Nova Economia do Projetamento", como uma ferramenta original de interpretação do desenvolvimento chinês, relacionando, em seguida, com alguns pronunciamentos oficiais de Xi Jinping. Tanto a "Nova Economia do Projetamento" quanto o que a China propõe em termos políticos nomeamos (com certa liberdade poética) de "Teoria e Política na gramática do futuro". A Teoria tem sido movida para

[1] A "pequena política" é uma referência ao sentido gramsciano, diz respeito às disputas políticas do cotidiano parlamentar, movidas a intrigas, objetivos de curto prazo, que poderia ser, no senso comum nacional ilustradas como "toma lá, dá cá".

[2] ComexStat – MDIC, 2024, disponível em: https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis.

[3] A característica dessas relações comerciais tem induzido a uma interpretação, por vezes, simplificada sobre o papel da China no processo de enfraquecimento da indústria nacional. Da mesma forma, também equivocada quanto a sua "responsabilidade" no fenômeno da reprimarização da pauta exportadora (Lamoso, 2023).

compreender algo em construção, na expectativa do que está por vir. A Política, porque contraria a ordem predominante da disputa por mercado, poder e território, da organização hierárquica sob hegemonia norte-americana. O texto finaliza com algumas reflexões sobre uma certa ideia de Brasil, considerando as decisões no presente como condição para o futuro.

A TEORIA E A POLÍTICA NA GRAMÁTICA DO FUTURO

O processo de desenvolvimento econômico chinês tem sido ancorada em uma curva de aprendizagem elaborada com fortes princípios filosóficos no campo teórico do materialismo histórico e dialético; por uma superestrutura moldada pelo corpo ético e filosófico do confucionismo (Jabbour, 2020); erigida pelos procedimentos de "experimentação cuidadosa, seguida de avaliação sistemática da prática por meio de pesquisa empírica"[4] (Weber, 2023, p. 387), todo processo sob comando do Partido Comunista Chinês (PCCh).

Os resultados da experiência chinesa de edificação de uma sociedade rumo ao socialismo têm sido superiores aos resultados registrados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que ainda é forte no imaginário popular como "expressão de pobreza", "fracasso" e "ditadura". A construção de um "socialismo com características chinesas"[5] tem sido avaliada por duas vertentes de espectadores. De forma simplificada, pelos esperançosos, que desejam a superação das contradições do capitalismo e enxergam na China a alternativa que o sistema soviético não completou; pelos receosos, que desejam e trabalham pelo seu fracasso no receio que o desempenho chinês afete o *status quo* vigente dos que se beneficiam da ordem mundial e do atual processo de acumulação capitalista. Em meio a isso, maioria, às vezes silenciosa, às vezes barulhenta, que não compreende bem o que lá se passa, "flutua na maré dos acontecimentos pontuais cuja "simpatia" é disputada com a arma da informação, que Milton Santos (1994), há tempos,

[4] Quando exemplifica a implantação do sistema de preços de via de mão-dupla.

[5] O XIV Congresso Nacional do PCCh estabeleceu, formalmente, a noção de economia socialista de mercado com características chinesas. Na explicação de seu secretário geral, Jiang Zemin, "a distinção essencial entre socialismo e capitalismo não estava na ênfase no planejamento ou na regulação de mercado. Essa brilhante tese nos ajudou a nos libertar da noção restritiva de que a economia planejada e a economia de mercado pertencem a sistemas sociais basicamente diferentes, gerando assim um grande avanço em nossa compreensão da relação entre planejamento e regulação de mercado" (Zemin *apud* Webber, 2023, p. 389).

considerou como “a variável chave do período”.

Na seara do debate acadêmico, o progresso econômico e social chinês é explicado, ora por ter aderido à globalização econômica, ora por ter seguido as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), ou por ter se tornado capitalista, ou ainda, pela exploração do trabalho, possível pela sua demografia. Na contramão da utilização de conceitos já conhecidos, alguns intelectuais têm concentrado seus esforços na compreensão da manifestação concreta desse processo repleto de originalidade, porque organiza conhecimento da história, experimentação, observação estratégica e avaliação, adaptados à resolução dos problemas e desafios que surgem na dinâmica das relações sociais. Elias Jabbour é um deles, com debate que se orienta por uma sofisticada utilização da Economia do Projetamento, desenvolvida pelo brasileiro Ignácio Rangel (1959)[6]. Com Jabbour, associam-se autores e co-autores, como Gabriele, Espíndola, Dantas, Boer, Capovilla, Velozzo, Vadell, Cambuhy, Boa Nova[7], entre outros, que discutem o que está sendo conceituado como “Nova Economia do Projetamento”, um estágio sofisticado da planificação.

Trata-se de uma literatura que está adensando a formulação teórica, particularmente interessante para a Geografia, porque subsidia a compreensão da ampliada capacidade de intervenção estatal no território sob coordenação do Partido Comunista Chinês (PCCh), à luz da categoria marxista de Formação Econômica e Social. O avanço teórico está na elaboração da substituição da noção de valor pela noção de utilidade, ao fomentar a produção de riqueza útil socialmente, que resulta na melhoria das condições materiais da vida para população e cria externalidades ambientais positivas (por exemplo, com a competitividade e produtividade obtida na produção de veículos elétricos), com repercussões na urbanização sustentável, no incremento da quantidade e qualidade da produção de alimentos, na elevação do bem estar para moradores do campo e da cidade, visível, principalmente pelos resultados obtidos com a expansão da infraestrutura de transportes. A chave conceitual da Nova Economia do Projetamento toma a história como laboratório, a economia como determinante e o espaço como

[6] RANGEL, I. Elementos de Economia do Projetamento. *In*: RANGEL, I. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1959] 2005.

[7] Para aprofundar a discussão, consultar trabalhos de Jabbour, Dantas e Espíndola (2020), Jabbour e Gabriele (2021); Jabbour e Dantas (2021); Jabbour *et al.* (2022); Boa Nova, Jabbour e Cambuhy (2023); Jabbour e Capovilla (2024).

materialidade das relações sociais.[8]

Parte desta complexidade teórica comparece nas mensagens oficiais do atual Presidente chinês, Xi Jinping. Este, no contraste de várias lideranças políticas do Ocidente apresenta, como poucos, acumulado conhecimento histórico e, inclusive por causa disso, uma particular sensibilidade para leitura das perspectivas de futuro[9]. O conjunto de seu pensamento está envolto pela trajetória de vida, pelo ambiente e peso político do PCCh. A gramática de seus pronunciamentos reúne arcabouço conceitual com metáforas extraídas de antigos provérbios chineses, uma junção de ciência de alto nível com experiência popular testada historicamente[10]. Pelo longo período em evidência (desde 2012), atentar para seus pronunciamentos é uma forma de entender o raciocínio e o pragmatismo do movimento chinês. Não se trata da valorização da *persona*, mas da observação do sujeito como resultado do meio e de suas contradições. A produção de liderança política de tal envergadura também é uma expressão social e demonstra como a construção das instituições e seus ritos é importante para qualificar o debate e a representação política. Na China, não há espaço para negação da Política.

Em 2012, no rastro da crise internacional de 2008, Jinping avaliou a economia mundial como um quadro em crescimento lento, fraca demanda e excesso de capacidade, com empresas reduzindo investimentos em inovação e sintetizou cinco objetivos que deveriam ser praticados pela China: 1) Desenvolver uma política financeira ativa e uma política monetária prudente, para um crescimento econômico real, sem exageros; 2) Consolidar a agricultura como base da economia, acelerar o desenvolvimento da agricultura moderna e garantir o abastecimento efetivo de cereais e dos principais produtos agrícolas; 3) Ampliar a demanda interna, manter estável a demanda externa,

[8] Uma simplificação, tomada para fins didáticos, pois não é objetivo deste texto realizar o debate teórico, mas apresentar a discussão e indicar suas principais fontes.

[9] Diversos pronunciamentos oficiais têm sido reunidos e publicados com o título de "Xi Jinping: a governança da China", vários volumes, que serão objeto de discussão ao longo deste artigo.

[10] Por exemplo, Jinping lembra o ensinamento de Mao Zedong, sobre tocar piano: "Quando se toca piano, os dez dedos devem mover-se, não se pode tocar apenas com alguns dedos, deixando os outros parados. Mas se os dez dedos fazem pressão ao mesmo tempo, também não se consegue qualquer melodia. Para produzir boa música, os dez dedos devem mover-se com ritmo e coordenadamente." Menciona para exemplificar que a concepção de desenvolvimento econômico deve ser compreendida de forma holística, pois no mundo atual, depende "cada vez mais da inovação tecnológica, institucional, científica, tecnológica e cultural" e cada um deve ocupar a devida atenção, de forma coordenada. (Jinping, [2016], 2019, p. 249).

atualizar e reajustar a estrutura industrial; 4) Reforçar a economia de mercado socialista, planejando pelas instâncias superiores; e 5) Melhorar as condições da população de baixa renda, com subsídio aos universitários pobres, criação de empregos e reforço no sistema de seguridade social urbana e rural[11]. Desafios que exigiram uma "governança potente" acompanhada pelo que chamou de "macrocontrole científico"[12]. Todas essas medidas, para um instável período de transição, deveriam ser acompanhadas pela valorização e investimento em inovação.

Em 2014, afirmou que "a inovação científica e tecnológica é um suporte estratégico para promover as forças produtivas sociais e o poderio geral, por isso deve ser colocada em uma posição central em toda a conjuntura do desenvolvimento do país"[13] (Jinping, [2014], 2019, p.145) e isso parte de uma análise de conjuntura bastante precisa:

> As tecnologias de informação, biologia, novos materiais e novas energias, com ampla difusão, têm impulsionado uma revolução em quase todas as áreas, caracterizada por tecnologias limpas, inteligência artificial e onipresença tecnológica. As fronteiras, no sentido tradicional, entre a pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e industrialização, têm se tornado cada vez mais imperceptíveis; a cadeia da inovação científica e tecnológica tem sido cada fez mais flexível; a atualização tecnológica e a transformação dos resultados, cada vez mais rápidas. E a atualização industrial cada vez mais acelerada. (Jinping, [2014], 2019, p.145-146).

O diagnóstico preciso, que resulta de muitos estudos realizados pelas instituições de Estado, é um ponto forte. Sem um diagnóstico correto, não há como organizar propostas de enfrentamento dos problemas presentes e daqueles que podem vir a ocorrer no médio e longo prazo. No caso chinês, a estratégia do incentivo à inovação tem apresentado os resultados que vemos neste primeiro quarto de século XXI. O diagnóstico propôs o caminho da inovação justificado pelo fato de que "as oportunidades históricas são muitas vezes efêmeras. Agora estamos diante de uma oportunidade histórica para impulsionar a inovação científica e tecnológica. Assim não podemos perder esta oportunidade e temos de agarrá-la bem". Esse senso de oportunidade buscava um

[11] Intervenção apresentada em 30 de novembro de 2012 no simpósio promovido pelo Comitê Central do PCCh com personalidades que não pertencem ao PCCh.

[12] Apesar do texto original abordar como "governança", preferimos tratar como "novas e superiores formas de planificação econômica", discussão realizada por Jabbour, Dantas e Espíndola (2020).

[13] Discurso na 17ª Conferência de Membros da Academia Chinesa de Ciências e na 12ª Conferência de Membros da Academia Chinesa de Engenharia.

posicionamento estratégico que se apoiou no aprendizado histórico. Jinping também avaliava que "No campo tradicional da competição do desenvolvimento internacional, as regras já foram elaboradas por outros, e ao entrar nesse campo, temos que seguir as regras já definidas e sem muita iniciativa." Conseguimos ver essa lógica em funcionamento quando vemos as regras para certificação ISO (*International Organization for Standardization*), ou o mecanismo do Swift (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*), de integração das operações financeiras mundiais, recentemente utilizada como estratégia de bloqueio de recursos de adversários ideológicos pelos Estados Unidos, ou ainda as regras vigentes na OMC (Organização Mundial do Comércio). Chegar em atraso é obedecer às regras já estabelecidas.

Com diagnóstico da conjuntura e o conhecimento histórico, sua proposta estava em utilizar o Estado para conquistar as oportunidades da nova onda da revolução científica, tecnológica e industrial:

> [...] queremos participar da construção do novo campo de competição desde o início e até mesmo dirigir uma parte desse empreendimento, nos tornando um importante elaborador de novas regras e um condutor importante desse novo campo. Se não tivermos tecnologias únicas ou várias capacidades especiais para participar e dirigir a construção desse novo campo de competição, perderemos as oportunidades. (Jinping, [2014], 2019, p.150).

Até aí, poderíamos ter pontos em comum em outros países, porque inovações disruptivas surgidas nas principais economias ocidentais também tiveram apoio político e econômico do Estado. Mas, em se tratando de um socialismo com características chinesas, a estratégia de inovação para impulsionar o desenvolvimento tem um diferencial que é captado pela "Nova Economia do Projetamento", que pode ser extraída desta passagem do pronunciamento de Xi Jinping: "Os resultados científicos e tecnológicos só poderão gerar valores reais e impulsionar o desenvolvimento, caso estejam em sintonia com as necessidades do país, as exigências do povo e a demanda do mercado e completem o 'salto triplo'- pesquisa científica, experimentação e desenvolvimento e aplicação" (Jinping, [2014], 2019, p.152). A importância dessa relação complexa entre necessidades do país, exigência do povo e demanda de mercado é secular na cultura chinesa[14]. Os governantes aprenderam os efeitos das insatisfações populares.

[14] Isabela Webber (2023) explica, em detalhes, a interessante história do aprendizado sobre os princípios da regulação, da formação de preços, das oscilações previsíveis entre a oferta e a demanda, na pesquisa sobre o Guanzi e o Debate sobre o sal e o ferro. O crescimento econômico foi preocupação secular, que

A sociedade chinesa viveu crises de fome e as violências da guerra do Ópio (Inglaterra) e da invasão japonesa (1937-1945), chegou aos anos oitenta com um Produto Interno Bruto (PIB) de US$303 bilhões, que passou a US$ 17,96 trilhões em 2022, segundo o Banco Mundial. Os avanços sociais significativos e a atual condição econômica chinesa prescindem de um mundo instável, com conflitos bélicos e disputas. A China teve perdas da ordem de 35 milhões de pessoas na Segunda Guerra Mundial, na luta antifascista. Na tradição do aprendizado histórico, o caminho da estabilidade é um objetivo, pois considera que "Ninguém poderá alcançar a sua segurança absoluta apenas com o seu próprio esforço e muito menos conseguir estabilidade aproveitando-se da turbulência de outros" (Jinping, [2015], 2019, p. 642). Em pronunciamento na 70ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, o presidente manifestou pela valorização dos princípios do diálogo, do intercâmbio e aprendizado mútuo, pela construção de um novo modelo de relações internacionais centralizadas na cooperação de benefício mútuo e pela criação de uma comunidade de futuro compartilhado.

A dificuldade em acreditar nesses propósitos de um "futuro compartilhado" e na construção da "prosperidade comum" existe na proporção inversa em que normalizamos os comportamentos imperialistas que afetam a soberania política dos povos, que os subordinam a morrer sem vacina, a substituírem suas possibilidades de desenvolvimento endógeno pela acumulação de minorias, ao pagamento de juros que exigem a extração da mais valia absoluta e relativa, entre tantas outras "normalizações".

A importância que a China assume atualmente, a torna uma liderança na defesa dos interesses dos países do Sul Global. Ela propõe uma linguagem de contraponto à ordem geopolítica mundial. A China propões relações de troca, compartilhamento. O discurso que vem do norte, representado no marketing político é do Maga – *Make America Great Again*. É um projeto de intervenção política na soberania das nações, de divisionismo, pautado em um (ainda) eficiente *soft power*[15]. Um projeto envelhecido pela incapacidade de promover melhoria e estabilidade social. Diversas alianças têm sido

remete "aos períodos das Primaveras e Outonos (772-476 a.C) e dos Reinos Combatentes (475-221 a.C) (Webber, 2023, p. 44).

[15] O conceito de *soft power*, estratégias de impor o poder e influenciar sem uso bélico, foi proposto por Joseph Nye no final dos anos oitenta, atualizado no texto O futuro do poder (2012).

formadas, sem cobertura de mídia, que tem pautado temas que são portadores de futuro para uma outra geopolítica.

Os debates têm proposto alguns dos seguintes temas[16]:

- Multilateralismo: Diálogos e cooperação que não dependam de articulações do Norte Global;
- Nova modernização: Integração econômica regional por meio de corredores e eixos econômicos do Sul Global com objetivo de formar economias de escala continentais;
- Economias de escala regional: A Nova Rota da Seda tem objetivos nesse sentido, de ampliação das oportunidades de integração comercial, produção e circulação;
- Desdolarização: O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) está aberto a possibilidades alternativas de estrutura monetária que possam ancorar comércio e investimentos[17].
- Inovação liderada pelo Sul Global: Incentivo à inovação tecnológica democrática e aberta entre os países do Sul Global, com redução do ágio econômico imposto pelos monopólios de propriedade intelectual;
- Redução de preços de monopólios: A ser negociado mediante interesses comuns entre as partes;
- Reparações e resoluções de dívidas;
- Soberania alimentar: Garantia do direito de defesa de políticas agrícolas e alimentares, sem interferência de *dumping* em relação a outros países, corporações transnacionais e acordos de livre comércio;
- Soberania digital: Democratização dos espaços digitais em termos de *hardware*, *software*, regulações, construção de alternativas às plataformas digitais monopolizadas pelos Estados Unidos;
- Justiça ambiental: Formulação de planos justos de alocação de direitos de emissão e exigências de compensação pela poluição acumulada ao longo de décadas.

[16] Propostas em discussão pelos Estados-membros das organizações multilaterais emergentes do Sul Global, como ACNU (Grupo de Amigos da Carta das Nações Unidas), OCX (Organização de Cooperação de Xangai) e BRICS (SUL GLOBAL INSIGHTS, 2024).

[17] Ver artigo "A bomba da desdolarização: a chegada do Ecossistema Monetário Descentralizado dos BRICS+", disponível em: https://www.brasil247.com/blog/a-bomba-da-desdolarizacao-a-chegada-do-ecossistema-monetario-descentralizado-dos-brics.

Neste contexto, de surgimento de propostas pelos países, em franco questionamento (e enfraquecimento) da pretensa liderança norte-americana, como pensar a relação Brasil – China? Precede a questão, qual Brasil queremos?

UMA CERTA IDEIA DE BRASIL

O economista Paulo Nogueira Batista escreveu um livro com título sugestivo "O Brasil não cabe no quintal de ninguém". A China tem demonstrado sua decisão de "não ser quintal de ninguém". Para chegar a esse ponto, foi fundamental o desenvolvimento das forças produtivas e dotar a sociedade de bases materiais e ideológicas que a capacita na resistência aos ataques que visam promover a desestabilização de seu regime.

Para o Brasil se afastar do risco de se transformar em "algum quintal" os desafios não são pequenos. Talvez, entre eles, a necessidade de reestruturar as formas de representação política, não sem antes garantir que a correlação de forças esteja favorável a um pensamento progressista. Nada vai se aproximar do modelo chinês no qual o PCCh conta com cem milhões de membros, cujo ingresso se faz mediante rígido processo seletivo, que exige comprovação de conhecimento e desempenho reconhecido, Partido cujos membros são os primeiros a serem convocados para atender às necessidades do país (o que ocorreu durante a pandemia Covid 19, quando seus membros foram convocados a atuar nas frentes sanitárias, por exemplo).

No campo do debate político, há um conjunto de perguntas cujas respostas ainda não estão suficientemente claras e delas dependem que consigamos projetar uma certa ideia de país, sem a qual fica difícil saber de que forma devem ser as relações, por exemplo, entre Brasil e China. O que é possível aprender com a experiência chinesa e quais as possibilidades de compartilhamento? Diferentes dos anos sessenta/setenta, lembrados pelas taxas de crescimento econômico, dos planos quinquenais, da integração dos arquipélagos econômicos, da construção de Hidrelétrica de Itaipu etc, as condições internas e externas são muito diferentes e requerem, assim como fizeram os chineses, um diagnóstico preciso.

Hoje, temos dúvidas se o conhecimento científico acumulado/produzido nas universidades públicas (para ficar em um campo minimamente conhecido) teria condições de responder a esse desafio. A superespecialização dificulta uma compreensão

do conjunto; o modelo que induziu a pós-graduação a mais publicação em menos tempo suprimiu a capacidade de reflexão que o trabalho intelectual exige; a internacionalização (em Ciências Humanas e Sociais) nem sempre fortaleceu um conhecimento do Brasil para o Brasil, mas um conhecimento sobre o Brasil com lentes estrangeiras. Há um déficit na organização de movimentos sociais, sindicatos, associações, trabalho de base. Os espaços presenciais de troca de experiências e debates, do exercício do contraditório, salvo raras exceções (entre as quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) foi gradualmente substituído pelas plataformas digitais (com todos os problemas já conhecidos sobre o controle e manipulação das informações que circulam) e pelos espaços de manifestação religiosa, com a expansão do movimento neopentecostal[18].

Outros elementos como: consultorias[19], auditorias, privatização de bancos de dados, elevado custo da produção/organização/armazenamento das informações e enfraquecimento da capacidade de planejamento estatal dificultam a elaboração de programas e políticas na escala nacional, pois fragmentam o território em pedaços lucrativos que são apropriados por concessões e privatizações. Ainda, empobrecimento do debate político, um coronelismo digital moderno capitaneado pelos interesses financeiros, pela sobrevivência política no ciclo de curto prazo, que é definido pelos mandatos eleitorais.

Quais são as questões importantes que a observação do desenvolvimento chinês nos leva a formular para o caso brasileiro? Algumas que nos ocorrem e deixamos para o debate:

- Considerando o crescimento da extrema direita no mundo e as características que a mesma assume no Brasil, a prioridade interna deve ser a luta de classes ou a criação de condições para o desenvolvimento econômico?
- Considerando o hiato tecnológico já estabelecido entre a capacidade nacional e o conhecimento dominado pelas corporações internacionais, quais são os setores estratégicos que devem ser priorizados com políticas de Estado?
- Considerando a Informação como a "variável chave do período" (Santos, 1994), como pensar a comunicação no território de forma soberana?

[18] Ver Spyer (2020).

[19] Ver Teixeira e Silva (2011).

- Há consenso político sobre a necessidade de fortalecer a indústria no território nacional, como parte de um projeto nacional de desenvolvimento?
- Quais os desafios para a permanência do agronegócio brasileiro de *commodities* agrícolas no mercado internacional frente à tendência crescente de aumento nos custos e queda de produção, no caso de adversidades climáticas?

Todas essas questões exigem investimentos em infraestrutura, condição sem a qual a maioria delas se torna inviável. Em algum momento, mencionar investimentos em infraestrutura fez emergir a discussão sobre impactos ambientais, prejuízos para as comunidades que tiveram que ser realocadas, lentidão na tramitação dos processos de licenciamento, superfaturamento, corrupção, concentração de riqueza, exploração do trabalhador, obras que se arrastam por anos e não são concluídas, indenizações que não foram pagas, obras inacabadas, desperdício de dinheiro público... A lista é grande e invariavelmente comprovada por centenas de trabalhos, principalmente de Geografia. É provável que os chineses tenham alguma dificuldade de compreender esses problemas da "implantação de infraestrutura com características brasileiras", como escavação de túnel de metrô que desaba e vira cratera; BRT (*bus rapid transit*) que não funciona; asfalto implantado antes da tubulação de água e esgoto; populações que foram afetadas pelas obras das usinas hidrelétricas e não tem o serviço de energia. São características particulares da condição nacional.

Difícil não gerar transtornos e a lista de efeitos positivos também é extensa, mas essas questões todas devem ser negociadas e dizem muito das deficiências encontradas pela capacidade de planejamento e execução nacional, ainda agravadas por equívocos jurídicos e políticos de operações de combate à corrupção no período de 2014 a 2021[20]. Atentar para esses problemas é importante porque os investimentos em infraestrutura são imprescindíveis para o avanço político e econômico, pelo menos no interior da corrente teórica que considera as forças produtivas como motor da história e o desenvolvimento econômico se fazendo pela superação de desequilíbrios. A principal diferença (ou desvantagem com a China) é não contar com um sistema que permita concentrar os esforços para levar a efeitos os grandes empreendimentos e a socialização

[20] Conjunto de operações conhecidas como "Lava Jato" que provocaram restrições à participação das principais empresas de construção civil nas licitações governamentais, além de uma série de impactos econômicos como paralisação de obras e desemprego.

da riqueza gerada. No capitalismo, o desenvolvimento vem sempre acompanhado de contradições e conflitos, por isso é preciso definir na relação custo-benefício, quais são os projetos prioritários para o atendimento da demanda social. A negação dos investimentos em infraestrutura não melhora as condições materiais, pelo contrário.

Além disso, uma pauta de cooperação, requer o conhecimento mútuo de ambas as partes, o que pode ser feito com mais convênios e intercâmbios. Um dos principais projetos em pauta é a proposição conhecida como Nova Rota da Seda, um conjunto de programas e investimentos chineses direcionados para infraestrutura, lançado pelo presidente Xi Jinping em 2013, caracterizada como grande plataforma de aplicação de investimentos em diversos setores produtivos, uma retomada de rotas comerciais historicamente utilizadas, inicialmente subdividida em Cinturão Econômico e Rota Marítima (Pautasso, Doria e Nogara, 2020).[21]

Sugestões de possibilidades de cooperação da China com Brasil:

- Políticas de inclusão digital;
- Produção de hortifrutis em estufas;
- Políticas de modernização do campo e da cidade em áreas periféricas da rede urbana, como na faixa de fronteira, do Arco Central e Sul;
- Informatização de sistemas de pagamento;
- *Joint ventures* para lançamento de satélites;
- Metodologia para planejamento regional e urbano;
- Políticas de prevenção e mitigação de desastres naturais;
- Políticas de realocação de comunidades afetadas por obras;
- Estratégias de comercialização de alimentos através de cadeias curtas;
- Fabricação de maquinário agrícola voltado para pequenas propriedades;
- Metodologias de geração e consolidação de *startups;*
- Políticas de fomento ao empreendedorismo rural e urbano (diferente do empreendedorismo de caráter neoliberal);
- Transferência de tecnologia e importação de equipamentos para agricultura de precisão para cadeias curtas;

[21] A discussão sobre Rota não será realizada neste texto, que optou por apresentar algumas sugestões de menor abrangência, em termos de políticas e programas.

- Infraestrutura inteligente, uso de Inteligência Artificial para governança das metrópoles;
- Políticas de integração econômica entre regiões de difícil acesso;
- Investimentos em infraestrutura (portos, aeroportos, rodovias, hidrovias, ferrovias, hidrelétricas, mobilidade urbana, integração regional, alcooldutos, oleodutos, minerodutos, gasodutos, infovias etc);
- Compartilhamento de projetos relacionados à Nova Rota da Seda;

Sugestões de possibilidades de cooperação do Brasil com a China:

- Políticas de redução do tabagismo;
- Cooperativas para produção de fruticultura irrigada no semiárido;
- Pelo Ministério da Saúde - Programa Nacional de Imunizações;
- Transposição do Rio São Francisco (políticas de mitigação de impacto em áreas do semiárido);
- Organização e metodologia da Agência Nacional de Cinema para produção de material cinematográfico;
- Pelo Ministério da Educação - Sistema de avaliação para pós-graduação (Plataforma Sucupira, Qualis Capes Periódicos);
- Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Elaboração de plataformas para divulgação da produção acadêmica de pesquisadores universitários (tipo Currículo Lattes);
- Avanços na produção da cadeia carne-grãos, tecnologias desenvolvidas pela Embrapa Soja, Embrapa Pecuária, eficiência na produção de sementes e variedades genéticas;
- Bioeconomia – subprodutos de frutos e sementes dos Cerrados e Amazônia;
- Aquicultura e piscicultura de espécies da Bacia do Rio Amazonas e Bacia do Rio Paraguai;

A lista, com certeza, é mais extensa e pode ser de mão-dupla. São países com muitas características em comum, em que pese as assimetrias sempre atraírem mais atenção. O Brasil acumulou muitas políticas bem sucedidas. Possui conhecimento na produção agrícola, tem quadros qualificados no serviço público, uma capilaridade de instituições de ensino e pesquisa que podem ser mobilizadas, um papel na integração

regional sul-americana pelas suas próprias condições de localização geográfica. O que nos favorece deve ser valorizado, acima das assimetrias que temos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título deste texto, "China: A teoria e a política na gramática do futuro" curto, como os editores de periódico gostam, e péssimo quando precisa ser traduzido, teve a intenção de sintetizar duas considerações. A primeira, que o marxismo não perdeu seu potencial teórico, nem o materialismo histórico e dialético. Temos esforços robustos em curso para conceituar o significado de um "socialismo com características chinesas" que utiliza esses aportes. Há que se aguardar com expectativa os futuros trabalhos sobre a "Nova Economia do Projetamento". Segunda consideração, a *práxis* chinesa propõe uma nova linguagem para a geopolítica mundial. Ela não projeta a revanche, a subordinação ou o conflito (pelo menos não por enquanto). O projeto de futuro está em disputa fora da China (e dentro da China, porque sempre haverá teses opostas em disputa). Tática e estratégia são vulgaridades nos discursos dos *coachs* ocidentais, mas a China conta com o pensamento de Mao *"strategically we should despise all our enemies, but tactically we should take them all seriously. This also means that we must despise the enemy with respect to the whole, but that we must take him seriously with respect to each concrete question."*[22]

Para o futuro da humanidade, participar com a China e não contra ela nos parece muito mais promissor que tomar partido pelas disputas imperialistas que permanecem estimulando violência e exclusão. Teoricamente, retomar as reflexões críticas de Domenico Losurdo, sobre o "marxismo ocidental" também ajuda a pensar a teoria e a política. Se algum avanço foi conseguido com a revolução anticolonialista, espera Losurdo que os marxistas

> olhem com empatia não apenas para um povo como o palestino, ainda forçado a lutar contra um colonialismo de tipo clássico, mas também para os países que têm atrás de si uma revolução anticolonialista e que agora se esforçam para encontrar o próprio caminho, evitando, sobretudo, cair numa condição de dependência (econômica e tecnológica) semicolonial (Losurdo, [2017], 2018, p. 205).[23]

[22] Discurso de Mao Tse Tung proferido em novembro de 1957, em Moscou, durante reunião do Partido.

[23] Como não lembrar do conflito na faixa de Gaza, que se está alastrando pelo Oriente Médio, e da disputa política na Venezuela, em 2024?.

Esse Sul Global ou essa periferia excluída tem começado um processo de resistência que ainda é difuso, com alguns avanços, alguns recuos, mas a imposição de uma ordem pelos Estados Unidos e Europa Ocidental já não tem a mesma potência. O aumento das sanções tem funcionado como combustível para a aceleração de uma reorganização que tende a reduzir a influência norte-americana. China tem importante papel nisso, assim como Rússia e Brasil, cada um a sua maneira, tem criado alternativas à hegemonia do dólar, ao financiamento internacional, às trocas comerciais.

Uma certa ideia do Brasil do futuro também está em disputa. Na perspectiva de um "realismo esperançoso"[24], uma aproximação efetiva com o atual projeto chinês requer do Brasil uma definição de qual tipo de cooperação lhe interessa. Este texto apresentou uma lista genérica, que depende das condições objetivas e da correlação de forças políticas para ser melhor definido. São propostas de variadas escalas, daquelas com efeitos regionais até soluções mais simples, que podem ser adaptadas para as condições brasileiras. Essa lista pode ser ampliada porque há, para além das assimetrias que diferenciam os dois países, semelhanças que os fazem compartilhar princípios comuns: ao Brasil, interessa o multilateralismo, o respeito à soberania dos povos, não disputar território com nenhum país (mesmo tendo quatorze mil quilômetros de fronteiras com vizinhos na América do Sul), possui histórico de receptividade a imigrantes de diversas nacionalidades, em todos os momentos históricos. Além disso, ocupa entre a oitava e a nona economia mundial, comunga de objetivos comuns na pauta ambiental e mantém comércio com mais de cem países, além de uma pauta de exportações que interessa à demanda chinesa.

A geração representada por Xi Jinping viveu uma China que passou por invasões, humilhações, crises de fome e hoje apresenta um convite ao compartilhamento, com desejos de que o futuro seja próspero para todos. A geração da qual sairão novas lideranças políticas terá vivido outras experiências. Eles desfrutam de conquistas que os colocam, senão em condições superiores, pelo menos em igualdade com os bons padrões da sociedade de consumo ocidental. Do pouco que conhecemos, passando algumas semanas nas principais cidades chinesas, vimos adolescentes orgulhosos de suas

[24] Um genial brasileiro, Ariano Suassuna, declarou certa vez que lhe perguntaram se ele era otimista. Respondeu "Eu não sou. Considero os otimistas ingênuos e os pessimistas amargos. Então, eu me considero um realista esperançoso."

tradições, visitando museus, espaços históricos, valorizando o acesso à educação formal no ambiente universitário. Vimos uma sociedade que não presencia um cotidiano com moradores de rua, com crianças fora das escolas, com pessoas que reviram lixo e pedem comida nas portas dos restaurantes. Essa é uma ideia da sociedade que pretendemos alcançar.

No Brasil, guardadas as devidas proporções, nos últimos cinquenta anos também houve a construção de um outro país, bem diferente, com avanços sociais importantes, alguns registrados na Constituição de 1988. Um interstício de menor crescimento econômico deve ser motivação para revisão de rota e escolha de novos rumos, pois o horizonte da nação é aquele de longo prazo e a China é uma possibilidade de cooperação que, como diria Ignácio Rangel, "cooperação não exclui conflito", da mesma forma que o ganho de um lado não representa, necessariamente, a perda do outro – o famoso protocolo diplomático do "ganha-ganha".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, P. N. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém**. São Paulo: Leya, 2019.

BOA NOVA, V. V. F.; JABBOUR, E. M. K; CAMBUHY, M. C. A nova economia do projetamento como estágio superior de intervenção do Estado chinês no território. **Geosul**, v. 38, p. 69-93, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/91766/53539. Acesso em: 4 mai. 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere – volume 3**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JABBOUR, E. M. K; BOA NOVA, V.; VADELL, J. "O caminho chinês": desenvolvimento desigual, projetamento e socialismo. **Cadernos da Metrópole**. São Paulo. v.26, n.59, p.377-399, jan/abr. 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cm/a/JJNjcSKg3GSPQHW3Q8h8jnm/?lang=pt&format=pdf.

JABBOUR, E. M. K. **China**: desenvolvimento e socialismo de mercado. Florianópolis: Labeur/GCN/CFN/UFSC, 2020.

JABBOUR, E. M. K; DANTAS, A. Ignácio Rangel na China e a "Nova Economia do Projetamento". **Economia e Sociedade**. V.30, n.2, p.287-310, 2021.

JABBOUR, E. M. K; GABRIELLE, A. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, E. K.; DANTAS, A. T.; ESPÍNDOLA, C. J. Considerações iniciais sobre a "nova economia do projetamento". **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 17-42, maio/ago. 2020.

JABBOUR, E. M. K., DANTAS, A. T., ESPÍNDOLA, C. J., VELLOZO, J. A (nova) economia do projetamento como estágio superior do socialismo chinês. **Revista**

Desenvolvimento & Civilização, v.*2, n.*2, p.1–34., 2022. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/66264. Acesso em: 2 jul. 2024.

JABBOUR, E. M. K.; CAPOVILLA, C. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projetamento na China de hoje. **Economia e Sociedade**. Campinas, v.33, n3, 2024.

JABBOUR, E.; BOER, R. Ignácio Rangel: thinker of scientific socialism, originator of the "Projectment Economy." **International Critical Thought**, p.1–19, 2024. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21598282.2024.2365122?scroll=top&needAccess=true. Acesso em: 5 jul. 2024.

JINPING, X. **A governança da China**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2019.

LAMOSO, L. P. O sentido político do processo de reprimarização no Brasil. *In*: Santos, Leandro Bruno et al. **Construindo territórios**: projetos de dominação e resistências dos povos do sul global. Rio de Janeiro: Consequência, p. 17-40, 2023.

LOSURDO, D. **O marxismo ocidental**: como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2018.

NYE, J. **O futuro do poder.** São Paulo: Benvira, 2012.

PAUTASSO, D.; DORIA, G.; NOGARA, T. A. A Nova Rota da Seda e o projeto chinês de globalização. Insight Inteligência, ed. 90, 2020. Disponível em: https://insightinteligencia.com.br/a-nova-rota-da-seda-e-o-projeto-chines-de-globalizacao/.

SANTOS, M. **Técnica. Espaço. Tempo.** Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SPYER, J. **Povo de Deus**: Quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

SUL GLOBAL INSIGHTS. **Hiperimperialismo**: um novo estágio decadente perigoso. [S.L]. Tricontinental, jan. 2024. Disponivel em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2024/01/PT_Hyperimperialism_RGB_240206.pdf.

TEIXEIRA, S. H. de O.; SILVA, A. M. B. Os usos da informação estratégica sobre o território: a empresa de consultoria Pricewaterhouse Coopers e o planejamento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 71, 2011. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/395. Acesso em: 8 jul. 2024.

WEBER, I. **Como a China escapou da terapia de choque**: o debate da reforma de mercado. São Paulo: Boitempo, 2023.

Recebido em agosto de 2024.

Revisão realizada em novembro de 2024.

Aceito para publicação em dezembro de 2024.

ANÁLISE DOS PAPÉIS E ESTRATÉGIAS DA CHINA E DO BRASIL NA COOPERAÇÃO ECONÔMICA SOB A COMPETIÇÃO SINO-AMERICANA[1]

ANALYSIS OF CHINA AND BRASIL'S ROLES AND STRATEGIES IN ECONOMIC COOPERATION UNDER SINO-AMERICAN COMPETITION

ANALISIS DE LOS PAPELES Y ESTRATEGIAS DE CHINA Y BRASIL EN LA COOPERACION ECONOMICA BAJO LA COMPETENCIA SINO-AMERICANA

Min Su
Tsinghua University (China)
mavis_su91697@foxmail.com

Destaques

- As principais áreas de cooperação, como infraestrutura, novas energias, tecnologia digital, agricultura e aeroespacial.
- O Brasil realiza esforços para manter o equilíbrio diplomático entre Estados Unidos e China e, ao mesmo tempo, fortalece seus laços econômicos com a China.
- O Governo dos Estados Unidos aumentou, significativamente, sua atenção à América Latina.
- Devido aos estreitos laços econômicos entre a China e o Brasil e às vantagens comparativas e competitivas únicas do Brasil no desenvolvimento sustentável, o Brasil pode contribuir significativamente para a transformação da China.

RESUMO

No contexto da intensificação da competição sino-americana, este artigo analisa os papéis e estratégias da China e do Brasil em sua cooperação econômica. Em meio a um ambiente econômico global turbulento, a China redefiniu sua abordagem estratégica para a América Latina, com o Brasil se tornando um parceiro fundamental na iniciativa "Cinturão e Rota" da China. O documento explora as dimensões econômicas, políticas e culturais das relações China-Brasil, destacando as principais áreas de cooperação, como infraestrutura, novas energias, tecnologia digital, agricultura e aeroespacial. Também examina o

[1] Agradecemos ao Prof. Dr. Rafael Bernardo Silveira pela tradução do texto para língua portuguesa e seu cuidado com a correspondência de sentido e as pequenas adaptações que se fizeram necessárias.

equilíbrio estratégico do Brasil entre a China e os Estados Unidos, enfatizando os esforços do Brasil para manter o equilíbrio diplomático e, ao mesmo tempo, fortalecer seus laços econômicos com a China. Por meio de uma análise detalhada da teoria dos papéis, o artigo ressalta a importância da parceria entre a China e o Brasil na promoção da estabilidade e do desenvolvimento econômico global. Este estudo abrangente fornece informações valiosas sobre a dinâmica das relações China-Brasil e suas implicações mais amplas para as relações internacionais e a governança econômica global.

Palavras-chave: Competição sino-americana; Cooperação econômica China-Brasil; Iniciativa do Cinturão e Rota.

ABSTRACT

In the context of intensifying Sino-American competition, this paper analyzes the roles and strategies of China and Brazil in their economic cooperation. Amid a turbulent global economic environment, China has redefined its strategic approach to Latin America, with Brazil becoming a pivotal partner in China's "Belt and Road" initiative. The paper explores the economic, political, and cultural dimensions of China-Brazil relations, highlighting key cooperation areas such as infrastructure, new energy, digital technology, agriculture, and aerospace. It also examines Brazil's strategic balancing act between China and the United States, emphasizing Brazil's efforts to maintain diplomatic equilibrium while enhancing its economic ties with China. Through a detailed role theory analysis, the paper underscores the significance of China and Brazil's partnership in promoting global economic stability and development. This comprehensive study provides valuable insights into the dynamics of China-Brazil relations and their broader implications for international relations and global economic governance.

Key words: Sino-American competition; China-Brazil economic cooperation; Belt and Road initiative.

RESUMEN

En el contexto de la intensificación de la competencia sino-estadounidense, este documento analiza los papeles y estrategias de China y Brasil en su cooperación económica. En un entorno económico mundial turbulento, China ha redefinido su enfoque estratégico hacia América Latina, y Brasil se ha convertido en un socio fundamental de la iniciativa china del «Cinturón y la Ruta». El documento explora las dimensiones económicas, políticas y culturales de las relaciones entre China y Brasil, destacando áreas clave de cooperación como las infraestructuras, las nuevas energías, la tecnología digital, la agricultura y la industria aeroespacial. También examina el equilibrio estratégico de Brasil entre China y Estados Unidos, haciendo hincapié en los esfuerzos de Brasil por mantener el equilibrio diplomático al tiempo que mejora sus lazos económicos con China. A través de un análisis detallado de la teoría de los roles, el documento subraya la importancia de la asociación entre China y Brasil para promover la estabilidad y el desarrollo económico mundial. Este exhaustivo estudio ofrece valiosas perspectivas sobre la dinámica de las relaciones entre China y Brasil y sus implicaciones más amplias para las relaciones internacionales y la gobernanza económica mundial.

Palabras clave: Competencia sino-estadounidense; cooperación económica China-Brasil; Iniciativa Belt and Road.

INTRODUÇÃO

À medida que o mundo entra em um novo período de turbulência e mudança, as incertezas e instabilidades estão aumentando. O crescimento econômico das economias centrais do sistema capitalista fica aquém das expectativas e a recuperação econômica global está desacelerando significativamente. Influenciado por fatores como o fraco crescimento econômico dos EUA, o impacto da pandemia de COVID-19, conflitos geopolíticos e a competição estratégica entre a China e os EUA, o governo dos EUA aumentou significativamente sua atenção à América Latina. Historicamente, os EUA consideram a América Latina como seu "quintal", sendo o maior parceiro comercial da região e fonte de Investimento Estrangeiro Direto (IED) e há muito se consideram o "protetor de segurança" da América Latina, exercendo influência substancial.

Dessa forma, quando países de outros continentes se envolvem com a América Latina, suas relações com a região não são mais puramente bilaterais, mas formam uma relação triangular incluindo os EUA. Com foco nas relações duais centradas no Brasil, as relações sino-brasileiras são principalmente econômicas e orientadas para o comércio, enquanto as relações EUA-Brasil são principalmente orientadas para a segurança. Quando as relações econômicas e comerciais sino-brasileiras tocam nas chamadas questões de segurança, a intervenção dos EUA é acionada. Os EUA percebem que a China usa investimentos e empréstimos estatais para trazer o Brasil para a sua órbita e pode usar meios militares para expandir sua influência no Brasil e até na América Latina, impactando assim a hegemonia dos EUA nesse campo no Brasil.

Com a intensificação da competição estratégica EUA-China, especialmente à medida que o governo Biden fortalece seu "sistema de alianças", pressiona por redes de alianças multilaterais e institucionalizadas e aumenta os esforços para reunir aliados e parceiros em várias questões para conter conjuntamente a ascensão contínua da China, os EUA também estão adotando uma estratégia de "*wedge*" para diferenciar a rede de parceiros da China, preocupados que a China possa transformar parceiros em "aliados". Além disso, à medida que a competição estratégica EUA-China se intensifica, a competição por parceiros diversos está se tornando cada vez mais acirrada, pressionando os tradicionais vizinhos da China e demais parceiros na Ásia, África e América Latina a escolher lados. Portanto, para aliviar a pressão da competição estratégica EUA-China e

promover a ordem internacional em direção à justiça e razoabilidade, a China e o Brasil precisam profundamente planejar e avaliar sua relação.

A posição do Brasil na rivalidade EUA-China é de grande preocupação. Como vizinho dos EUA, o Brasil inevitavelmente enfrenta a influência estadunidense em sua política externa. Apesar disso, o Brasil se esforça para se equilibrar entre a China e os EUA, tentando salvaguardar seus interesses por meio de uma via diplomática cooperativa multilateral. Essa estratégia de equilíbrio não apenas reflete a sabedoria diplomática do Brasil, mas também lhe rende mais respeito e voz no cenário internacional. Claro, deve-se notar que a atual situação internacional é complexa e os riscos geopolíticos permanecem. No entanto, em tal contexto, a estreita cooperação entre a China e o Brasil é ainda mais preciosa. Ambos os países trabalhando juntos para enfrentar os desafios globais não apenas se alinham com seus interesses comuns, mas também contribuem significativamente para a paz e a estabilidade globais.

Guiada pelo conceito de Xi Jinping de diplomacia de grandes países com características chinesas, a China começou a se reposicionar estrategicamente em direção à América Latina a partir de uma perspectiva e interesses globais, com o Brasil se tornando uma área indispensável para a China na construção de uma rede de parceria global. A China tem sido o maior parceiro comercial e destino de exportação do Brasil por 14 anos consecutivos, e o Brasil também é o maior parceiro comercial da China e o maior destino de investimento direto na América Latina. Pouco depois de assumir o cargo em 2023, o presidente Lula visitou a China em visita de Estado, durante a qual os dois países assinaram 15 acordos bilaterais com o objetivo de aprofundar a cooperação em questões que vão desde o desenvolvimento aeroespacial até o investimento em infraestrutura. A cooperação econômica e comercial pragmática é crucial para ambos os lados, com a parceria sino-brasileira prosperando. O Brasil também é o primeiro país latino-americano cujo volume de comércio com a China ultrapassou 100 bilhões de dólares. De acordo com as estatísticas alfandegárias chinesas, o volume de comércio bilateral entre a China e o Brasil em 2023 foi de 181,53 bilhões de dólares, um aumento de 6,1% em relação ao ano anterior. Nos primeiros quatro meses deste ano, o comércio China-Brasil continuou a crescer, com o comércio bilateral atingindo 51,5 bilhões de dólares. Esse intercâmbio comercial próximo não apenas promove o desenvolvimento econômico em ambos os países, mas também traz benefícios tangíveis para seus povos,

com enorme potencial para maior cooperação. Nos primeiros quatro meses de 2024, o volume de comércio entre a China e o Brasil atingiu 51,5 bilhões de dólares, com as exportações brasileiras para a China crescendo 8,8%, para 32,7 bilhões de dólares, e as exportações chinesas para o Brasil aumentando 14,5%, para 18,8 bilhões de dólares. O superávit comercial do Brasil com a China foi de 13,9 bilhões de dólares. Curiosamente, dos 18,8 bilhões de dólares em mercadorias que a China exportou para o Brasil, os veículos completos somaram 7,6 bilhões de dólares, mais de 40%. Outras peças automotivas também tiveram um rápido crescimento, como as importações de cintos de segurança de automóveis crescendo 343%, transmissões em 115%, barras de pára-choques em 86% e palhetas de limpador em 67%. A forte complementaridade econômica entre a China e o Brasil é evidente, com a demanda da China por produtos a granel brasileiros em contínua expansão.

Dessa forma, este artigo analisa os papéis e estratégias da China e do Brasil nos mecanismos de cooperação regional no contexto da competição EUA-China e o impacto desses papéis e estratégias nas relações bilaterais e na governança global. A teoria dos papéis (*Role Theory*) foi introduzida na pesquisa em relações internacionais na década de 1970. Em 2011, a série "Teoria dos Papéis e Relações Internacionais" de Rodrik, editada por Walker e outros, teve como objetivo construir um complexo teórico além da pesquisa em política externa, abrangendo paz e segurança, economia política internacional, diplomacia e organizações internacionais, expandindo muito o espaço de pesquisa e o potencial da teoria do papel. A teoria dos papéis usa a metáfora da dramatização para definir as posições específicas ou relações sociais que os atores ocupam na estrutura do sistema em termos simplificados, fornecendo uma boa ferramenta para análise de nível cruzado e multidimensional. Ele pode incorporar diferentes variáveis de nível na mesma estrutura analítica e acomodar fatores ideológicos materiais complexos, aumentando muito o poder explicativo prático da teoria das relações internacionais. Portanto, a análise de papéis é significativa para entender de forma abrangente a competição EUA-China e analisar objetivamente a evolução e o desenvolvimento das relações trilaterais EUA-China-América Latina. Também é crucial para fortalecer ainda mais a construção conjunta da iniciativa "Cinturão e Rota" entre a China e o Brasil, promovendo o alinhamento das estratégias de "reindustrialização" do Brasil abordando os desafios realistas que ambos os países enfrentarão conjuntamente.

ANÁLISE DOS PAPÉIS NA COOPERAÇÃO

Devido aos estreitos laços econômicos entre a China e o Brasil e às vantagens comparativas e competitivas únicas do Brasil no desenvolvimento sustentável, o Brasil pode contribuir significativamente para a transformação da China. Considerando a distância geográfica, o Brasil não tem estado na vanguarda de benefício direto da cadeia de valor da China. Embora a complementaridade econômica mútua entre os dois países seja geralmente percebida como positiva para ambos os lados, com o Brasil fornecendo *commodities* a granel para a China e a China fornecendo produtos e serviços de alto valor agregado para o Brasil, a China deve reconhecer a necessidade de expandir e melhorar essa relação, elevando-a a um novo patamar.

O PAPEL DA CHINA NA COOPERAÇÃO ECONÔMICA SINO-BRASILEIRA

1. Participante Ativo

A China e o Brasil são participantes ativos na cooperação econômica. Essa cooperação é baseada na complementaridade econômica entre os dois países, resultando em trocas comerciais muito próximas. Atualmente, a China está avançando de forma abrangente no grande rejuvenescimento da nação chinesa com a modernização ao estilo chinês, impulsionando o desenvolvimento de alta qualidade com nova produtividade de qualidade, enquanto o governo brasileiro está promovendo ativamente a "reindustrialização", criando novas oportunidades para melhorar a cooperação China-Brasil.

Em primeiro lugar, a China tornou-se um importante parceiro comercial, provedor de empréstimos e investidor no Brasil. A China emitiu dois documentos de política sobre a América Latina e o Caribe em 2008 e 2016 e, por meio de duas reuniões ministeriais do Fórum China-CELAC, chegou a dois planos de ação e documentos de cooperação estratégica em áreas específicas de comércio e investimento regional e financiamento com países latino-americanos. As relações China-América Latina também entraram em uma nova etapa de construção conjunta de alta qualidade da iniciativa "Cinturão e Rota". Conforme consta na declaração especial sobre a iniciativa "Cinturão e Rota" da segunda reunião ministerial do Fórum China-CELAC, "a iniciativa 'Cinturão e

Rota' proposta pelo governo chinês proporcionará oportunidades importantes para os países fortalecerem sua cooperação para o desenvolvimento".

Em segundo lugar, o Brasil é o maior destino de investimento da China na América Latina. O projeto de Belo Monte implantado através da State Grid tornou o Brasil o primeiro país das Américas com um projeto de corrente contínua de ultra alta tensão, elogiado como o "caminho da eletricidade do Brasil". As fases um e dois do projeto GNA, investidas pela China State Power Investment Corporation, se tornarão o maior projeto de energia a gás da América Latina depois de concluído. A China e o Brasil estabeleceram uma parceria estratégica abrangente, são importantes parceiros econômicos e comerciais entre si e mantêm um desenvolvimento abrangente, estável e saudável na cooperação, liderando a cooperação multifacetada entre a China e a América Latina para um progresso positivo contínuo. Há vinte anos, sob a defesa e promoção ativa dos governos da China e do Brasil, o Conselho Empresarial China-Brasil foi estabelecido por empresários de ambos os países no âmbito do Comitê de Coordenação e Cooperação de Alto Nível China-Brasil. Nos últimos vinte anos, o conselho manteve contato próximo e cooperação positiva, construindo com sucesso uma ponte para os intercâmbios econômicos e comerciais China-Brasil. Muitas empresas membros do conselho têm feito grandes esforços para expandir os campos de cooperação e inovar ativamente os modelos de cooperação, tornando-se o esteio da promoção do desenvolvimento rápido, estável e saudável das relações econômicas e comerciais China-Brasil.

Em terceiro lugar, desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Brasil, as relações econômicas e comerciais bilaterais alcançaram um desenvolvimento significativo. O Brasil é o nono maior parceiro comercial da China, enquanto a China é o maior parceiro comercial do Brasil. De acordo com as estatísticas alfandegárias chinesas, o volume de comércio bilateral entre a China e o Brasil em 2023 foi de US$ 181,53 bilhões, um aumento de 6,1% em relação ao ano anterior, com as exportações chinesas totalizando US$ 59,11 bilhões, uma queda de 4,3% em relação ao ano anterior, e as importações totalizando US$ 122,42 bilhões, um aumento de 11,9% em relação ao ano anterior. As principais exportações da China para o Brasil incluem máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e tecnologia de comunicação, têxteis, aço e veículos de transporte, enquanto suas principais importações do Brasil incluem minério de ferro e concentrados, soja, petróleo bruto, celulose e óleo de soja.

2. Apoiador

A China apoia a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade e promove a construção de uma economia mundial aberta. A China sempre defendeu ativamente a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, comprometida em promover um mundo de paz duradoura, segurança universal, prosperidade comum, abertura, inclusão, limpeza e beleza. Simultaneamente, a China promove ativamente a construção de uma economia mundial aberta, enfatizando que os países devem fortalecer a cooperação econômica, promover a liberalização e facilitação do comércio e do investimento e orientar a globalização econômica para uma direção mais aberta, inclusiva, equilibrada e ganha-ganha. Em março de 2013, o presidente Xi Jinping propôs o conceito de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade. No outono de 2013, o presidente Xi Jinping propôs a grande iniciativa de construir conjuntamente o Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI, criando a iniciativa "Cinturão e Rota". Esta iniciativa herda e promove criativamente as conquistas históricas da antiga Rota da Seda na história humana e no desenvolvimento da civilização, imbuindo-a de um novo espírito e conotações culturais para a época, fornecendo uma plataforma prática para a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade. Por mais de uma década, a iniciativa "Cinturão e Rota" compreendeu firmemente o maior divisor comum de desenvolvimento, aderindo ao princípio de ampla consulta, contribuição conjunta e benefícios compartilhados, abrindo novos espaços para o desenvolvimento, construindo novas plataformas para o desenvolvimento, nutrindo novos impulsionadores do desenvolvimento e criando caminhos para o desenvolvimento, prosperidade e oportunidades compartilhados.

Primeiramente, a China e o Brasil estabeleceram uma parceria estratégica abrangente, que resistiu ao teste de mudanças complexas na situação internacional e mostrou perspectivas mais amplas de cooperação. O ano de 2023 marcou o 30º aniversário do estabelecimento da parceria estratégica entre a China e o Brasil, e 2024 marca o 50º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, tornando-se um ano crucial para o desenvolvimento das relações bilaterais. Durante a visita de Estado do presidente brasileiro Lula à China em 2023, o presidente chinês Xi Jinping afirmou que a China e o Brasil, como os maiores países em desenvolvimento e

importantes países de mercados emergentes nos hemisférios oriental e ocidental, respectivamente, são parceiros estratégicos abrangentes com amplos interesses comuns. A influência geral, estratégica e global das relações China-Brasil é cada vez mais proeminente. A China sempre vê e desenvolve suas relações com o Brasil a partir de uma perspectiva estratégica e de longo prazo, priorizando sua relação com o Brasil em sua política externa. A China está disposta a trabalhar com o Brasil para abrir um novo futuro para as relações China-Brasil na nova era, trazendo mais benefícios para os povos de ambos os países e desempenhando um papel positivo e importante na paz, estabilidade e prosperidade da região e do mundo. Além disso, os dois lados emitiram uma declaração conjunta sobre o aprofundamento da parceria estratégica abrangente entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil.

Em segundo lugar, a China valoriza os intercâmbios culturais com o Brasil, promovendo a cooperação em educação, cultura, turismo e outros campos para aumentar a compreensão mútua e a amizade entre os povos dos dois países. Esses intercâmbios ajudam a consolidar a base da opinião pública para as relações amistosas entre a China e o Brasil, fornecendo forte apoio para o desenvolvimento das relações bilaterais. O desenvolvimento das relações China-Brasil se beneficia da diversidade das culturas e histórias de ambos os países, criando oportunidades únicas de cooperação em áreas-chave. A iniciativa de bioeconomia do Brasil proposta na Cúpula do G20 reflete isso, alinhando-se com as metas de combate à fome, à desigualdade e às mudanças climáticas, e enfatizando a importância do aprendizado mútuo entre as civilizações, permitindo que cada país contribua com sua sabedoria e força únicas.

3. Colaborador

A China fez contribuições significativas para o estabelecimento e desenvolvimento de mecanismos de cooperação regional por meio de investimentos em infraestrutura e outras áreas. Em termos de construção de infraestrutura, o investimento direto externo da China aumentou rapidamente, particularmente sob a iniciativa "Cinturão e Rota", com fundos substanciais investidos em projetos de infraestrutura no exterior. Esses projetos de investimento não apenas promovem o desenvolvimento econômico local, mas também estabelecem laços mais estreitos entre a China e seus países parceiros.

A cooperação econômica entre a China e o Brasil não se limita às relações bilaterais. Os dois países têm muitas oportunidades de cooperação dentro de estruturas multilaterais. No processo de promoção da cooperação geral entre a China e a América Latina, a China e o Brasil podem trabalhar juntos para fortalecer ainda mais os laços econômicos e a cooperação. Além disso, dentro do mecanismo de cooperação do BRICS, a China e o Brasil podem melhorar a coordenação para enfrentar conjuntamente os desafios econômicos globais e promover o desenvolvimento comum dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento.

No setor financeiro, a China concedeu mais empréstimos intergovernamentais à América Latina do que o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) juntos durante o mesmo período. Em comparação com os EUA e o Ocidente, os fundos da China vêm sem quaisquer condições, com o objetivo de promover o desenvolvimento latino-americano e fornecer forte apoio financeiro para seu crescimento econômico e construção de infraestrutura. Nos últimos anos, a China e a América Latina têm realizado intercâmbios cada vez mais amplos em novas áreas orientadas para o desenvolvimento, como finanças verdes, finanças agrícolas sustentáveis, financiamento climático e finanças inclusivas, alcançando uma transição da cooperação econômica e comercial tradicional para a cooperação para o desenvolvimento.

O PAPEL DO BRASIL NA COOPERAÇÃO ECONÔMICA SINO-BRASILEIRA

1. Parceiro importante

Como o maior país da América do Sul, o Brasil é um parceiro importante da China na região da América Latina. Os dois países têm grande potencial de cooperação no âmbito da iniciativa "Cinturão e Rota" e do mecanismo de cooperação do BRICS, promovendo continuamente a cooperação em finanças verdes, infraestrutura sustentável e novos campos de energia. Localizado no estado do Rio de Janeiro, o Porto do Açu é um dos portos mais modernos do Brasil. Desde sua inauguração, em 2014, o Porto do Açu aprofundou a cooperação com empresas chinesas, explorando novos modelos de cooperação energética em conjunto. Em 2022, o Porto do Açu movimentou 57 milhões de toneladas de cargas. O petróleo exportado pelo Porto do Açu representou 40% do total

das exportações brasileiras de petróleo. Além disso, muitos produtos como minério de ferro, bauxita e cobre são exportados para a China através do Porto do Açu.

Em primeiro lugar, a cooperação entre Brasil e China há muito se expandiu em vários campos, com laços econômicos cada vez mais estreitos beneficiando os povos de ambos os países. Na Bahia, por exemplo, as exportações de produtos agrícolas como soja e algodão para a China aumentaram significativamente em 2023. As empresas chinesas aumentaram seus investimentos na agricultura e na indústria locais, melhorando as condições de emprego e elevando o padrão de vida das pessoas na Bahia e no nordeste do Brasil. A cooperação em portos, ferrovias e outras infraestruturas na Bahia melhorou o nível de infraestrutura local.

Em segundo lugar, o aprendizado mútuo entre as civilizações é a base para o desenvolvimento de relações internacionais mais sólidas e diversificadas. Por meio do intercâmbio de conhecimentos, experiências e valores culturais, os países podem se entender melhor, facilitando a compreensão mútua e o desenvolvimento de relações de cooperação. Isso é especialmente importante para o Brasil e a China, ambos potências emergentes com ricos antecedentes históricos e culturais. O Brasil é conhecido por sua fusão cultural, com sua música, dança e culinária influenciadas pelas culturas africana, europeia e indígena sul-americana. A China também é um país com uma longa história e herança cultural diversificada, abrangendo várias etnias, línguas, filosofias e tradições religiosas. A diversidade cultural de ambos os países abre amplas perspectivas de aprendizado e cooperação mútuos.

2. Participante ativo

O Brasil participa ativamente de diversos mecanismos de cooperação regional, promovendo a integração econômica na América Latina. Como líder na integração regional sul-americana, a cooperação do Brasil com a China pode promover indiretamente as relações gerais e a cooperação regional com outros países sul-americanos. Ao se juntar à CELAC, propondo uma iniciativa de moeda comum, sediando importantes conferências internacionais e fortalecendo a cooperação com outros países, o Brasil participa ativamente de vários mecanismos de cooperação regional, promovendo a integração econômica na América Latina. Esses esforços ajudam a aumentar a força

econômica geral e a competitividade da região latino-americana, contribuindo positivamente para a estabilidade e o desenvolvimento econômico global.

Em 2024, durante a visita do vice-presidente Geraldo Alckmin à China, ele afirmou que o governo brasileiro está comprometido em alcançar um crescimento inclusivo e sustentável e está disposto a fortalecer o alinhamento das estratégias de desenvolvimento com a China, acolhendo mais empresas chinesas para investir no Brasil e aumentando a cooperação em construção de infraestrutura, agricultura, mineração, veículos de nova energia e mudanças climáticas. Tanto o Brasil quanto a China estão comprometidos em defender o multilateralismo e o livre comércio, compartilhando ideias comuns sobre muitas questões importantes e tendo um enorme potencial de cooperação e perspectivas brilhantes. O Brasil está disposto a trabalhar em conjunto com a China, tomando como novo ponto de partida o 50º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, para elevar as relações bilaterais a um novo patamar e contribuir para a construção de um mundo mais pacífico, justo e sustentável.

O Brasil começou a usar o renminbi para pagamentos. O número de acordos de *swap* cambial entre a China e os países latino-americanos está aumentando constantemente, e a escala dos *swaps* cambiais continua a crescer. Para reduzir a dependência do dólar americano, Argentina, Brasil, Chile e outros países latino-americanos começaram gradualmente a usar o renminbi para liquidações. O ano de 2023 viu resultados frutíferos na cooperação de *swap* cambial China-América Latina, com a China alcançando acordos de swap cambial em maior escala com o Brasil e a Argentina, injetando maior impulso na internacionalização do renminbi. Em fevereiro de 2023, o Banco Popular da China e o Banco Central do Brasil assinaram um memorando de entendimento sobre compensação em renminbi. No final de março de 2023, o presidente brasileiro Lula visitou a China com mais de 240 delegados, entre legisladores e empresários, buscando expandir o comércio com a China. Os dois lados concordaram em liquidar o comércio em suas respectivas moedas, reduzindo os custos de transação no comércio bilateral. Este acordo torna o renminbi a segunda maior moeda de reserva internacional do Brasil, superando o euro e perdendo apenas para o dólar americano. Apesar dos acordos anteriores de *swap* cambial entre a China e o Brasil, o aprofundamento da cooperação em *swap* cambial em acordos comerciais impulsionará significativamente o comércio bilateral de importação e exportação e aumentará as

expectativas de reservas cambiais líquidas do Brasil, aliviando a pressão da dívida externa do Brasil sob a circulação do dólar norte-americano.

Em 11 de agosto de 2023, o governo brasileiro anunciou o lançamento de um novo "Programa de Crescimento Acelerado", aumentando o investimento público em defesa, transporte, infraestrutura urbana, uso universal da água, inclusão digital e conectividade, transformação e segurança energética e infraestrutura social. O plano visa investir R$ 1,7 trilhão nos próximos anos, com foco em projetos de transformação ecológica, reindustrialização, desenvolvimento socialmente inclusivo e proteção ambiental sustentável. Em 2023, a linha principal da Ferrovia Norte-Sul no Brasil, que levou mais de 35 anos para ser construída, foi oficialmente concluída, e o projeto da Ferrovia Leste-Oeste no Brasil, com participação da China Railway Tenth Bureau Brazil Co., Ltd., foi inaugurado. Essas duas ferrovias melhorarão significativamente as condições da infraestrutura de transporte do Brasil e aumentarão a eficiência do transporte de mercadorias a granel. Além disso, como país anfitrião da Cúpula do G20 de 2024, o Brasil atrairá mais uma vez a atenção global. O presidente Lula declarou recentemente que a inclusão social e a eliminação da fome e da pobreza, a transformação energética e o desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global são as três prioridades do Brasil em sua agenda do G20.

3. Guia

O Brasil desempenha um papel de liderança nos mecanismos de cooperação regional na América Latina. Como a maior economia e o país mais populoso da América Latina, a influência política e econômica do Brasil na região é evidente. O Brasil tem desempenhado um papel fundamental na promoção dos processos de integração latino-americana, como por meio da participação e promoção de organizações regionais como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), fortalecendo a cooperação e os laços entre os países latino-americanos. O Brasil também é muito ativo no multilateralismo e no cenário internacional, sendo um membro importante de mecanismos como o Grupo dos Vinte (G20) e dos BRICS. Por meio dessas plataformas, o Brasil pode se envolver em discussões aprofundadas e cooperação com outros países sobre governança global, desenvolvimento econômico e outras questões.

Primeiramente, como uma grande potência econômica na América do Sul, o vasto tamanho do mercado brasileiro e o forte impulso de crescimento econômico atraíram a atenção global. Seu potencial de mercado é enorme, não apenas possuindo mais de 200 milhões de consumidores, mas também possuindo uma estrutura econômica diversificada, proporcionando amplo espaço comercial e oportunidades de investimento para empresas nacionais e estrangeiras.

Em segundo lugar, a estrutura industrial do Brasil é diversificada. As indústrias importantes do Brasil incluem agricultura, mineração, manufatura e serviços. Em termos de comércio exterior, os principais produtos de exportação são produtos agrícolas, produtos minerais e manufaturados, que possuem alta competitividade no mercado global. As principais importações do Brasil são máquinas industriais, intermediários industriais e produtos acabados, automóveis e peças, produtos minerais e produtos químicos.

Em terceiro lugar, o Brasil tem boa atratividade para investimentos estrangeiros. Em 2022, o Brasil foi o maior receptor de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América Latina e no Caribe. De acordo com um relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas, a escala de entrada de IED no Brasil em 2022 atingiu US$ 92 bilhões, representando 3,82% do PIB, um aumento substancial de 95,2% em relação a 2021, representando 41% do total da região, estabelecendo um novo recorde desde 2012. No entanto, em 2023, os fluxos de IED no Brasil diminuíram. De acordo com estatísticas do Banco Central do Brasil, a entrada total de IED no Brasil em 2023 foi de US$ 62 bilhões, representando 2,85% do PIB, uma queda de 17% em relação a 2022. Em termos de comparações internacionais, o Brasil ficou em quinto lugar no mundo em atração de IED em 2022, atrás dos Estados Unidos, China, Cingapura e Hong Kong. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil ultrapassou o Canadá em 2023 para se tornar a nona maior economia do mundo. De acordo com a Austin Rating, o Brasil ultrapassou o Canadá (US$ 2,12 trilhões), a Rússia (US$ 1,86 trilhão) e o México (US$ 1,81 trilhão) em PIB nominal em 2023. Três fatores principais contribuem para isso: primeiro, a inflação do Brasil diminuiu, levando a várias reduções na taxa básica de juros, diminuindo os custos de financiamento e estimulando o crescimento do investimento; segundo, o Brasil está implementando um novo plano de crescimento acelerado, reiniciando muitos projetos de

infraestrutura atrasados, aumentando a demanda por investimentos privados nacionais e estrangeiros; terceiro, o setor de energia renovável do Brasil é altamente atraente para o investimento internacional.

ESTUDO DE CASO

Atualmente, produtos como células fotovoltaicas, equipamentos mecânicos e materiais elétricos ocupam uma proporção significativa de bens exportados da China para o Brasil. Esses produtos são cruciais para o desenvolvimento industrial do Brasil, destacando o alto grau de complementaridade econômica entre os dois países. Ambos os países realizaram uma série de colaborações técnicas de pesquisa e desenvolvimento, ressaltando seu desejo mútuo de progredir juntos em áreas como inteligência artificial, comunicações eletrônicas e ciência da computação. Eles também cooperaram nos setores de energia eólica e solar, buscando o desenvolvimento verde, que se alinha estreitamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. A estreita relação com a China impulsionou significativamente a capacidade de produção e o nível tecnológico do Brasil, enquadrando-se bem na estratégia de "reindustrialização" do governo brasileiro e no novo "Programa de Crescimento Acelerado".

1. Cooperação na construção de infraestruturas

O Brasil tem amplo espaço para desenvolvimento em áreas como conservação dos recursos hídricos, ferrovias, rodovias e construção urbana. O investimento chinês no Brasil tem crescido rapidamente, com diversos *layouts* industriais e formas de investimento. A nova marca "*Made in China*" está beneficiando cada vez mais os cidadãos brasileiros. Por exemplo, a State Grid Corporation of China investiu sucessivamente em vários projetos de franquia de transmissão de energia *greenfield* em grande escala no Brasil, como o projeto de transmissão UHV de Belo Monte e o projeto de transmissão hidrelétrica de Três Picos. As empresas chinesas no Brasil estão ajudando a melhorar a infraestrutura do país enquanto se envolvem ativamente em atividades de bem-estar público. Um projeto de dessalinização de água salobra que produz 80 toneladas de água purificada por dia permitiu que os moradores da cidade de João Câmara, no estado do Rio Grande do Norte, superasem suas dificuldades de abastecimento de água.

2. Cooperação em Nova Geração de Energia e Desenvolvimento Industrial de Baixo Carbono

Em 2021, a primeira fase do projeto do complexo de gás natural (GNA) do Porto do Açu, do qual participa a China National Power Investment Corporation (SPIC), iniciou as operações comerciais. A segunda fase do projeto GNA começou oficialmente em 2022 e está planejada para iniciar as operações comerciais em 2025. A capacidade instalada combinada da primeira e segunda fases é de, aproximadamente, 3 GW, capaz de atender às necessidades de eletricidade de milhões de residências locais e fornecer dezenas de milhares de empregos locais.

3. Cooperação no domínio digital

As empresas chinesas fizeram incursões significativas no campo digital no Brasil. O Lenovo Group tem melhorado continuamente o nível de fabricação digital inteligente no Brasil, capacitando o desenvolvimento local com o *"Made in China"* enquanto aprimora seus próprios negócios. A Lenovo contratou mais de 1.600 funcionários locais no Brasil e investiu R$ 500 milhões (cerca de 699 milhões RMB) para estabelecer um departamento conjunto de P&D, colaborando com 14 instituições de pesquisa e universidades no Brasil. A participação de mercado da Lenovo em computadores pessoais no Brasil aumentou de 3,56% em 2012 para os atuais 20,44%.

4. Cooperação na agricultura e nos produtos agrícolas

Tanto a China quanto o Brasil são grandes países agrícolas e a cooperação agrícola é a pedra angular da cooperação bilateral em vários campos. Ao alinhar estratégias de desenvolvimento, alavancar vantagens comparativas e expandir e aprofundar a cooperação mutuamente benéfica em vários campos, os dois países podem promover conjuntamente a construção de uma economia mundial aberta. A tecnologia agrícola avançada do Brasil, os recursos terrestres abundantes e de alta qualidade e as condições climáticas adequadas para o desenvolvimento agrícola complementam a abrangente cadeia industrial agrícola da China e o modelo de gestão refinado. Desde a sua criação no final de 2017, a Longping Agriculture Development Co., Ltd. combinou

as vantagens industriais da China e do Brasil, contando com ricos recursos de germoplasma, investimento em pesquisa científica de alta intensidade e métodos de gestão refinados para ocupar um lugar no mercado de sementes de milho de alta e média a alta qualidade do Brasil, tornando-se uma conhecida empresa local de sementes.

5. Cooperação no domínio aeroespacial

O Brasil abriga a Embraer, fabricante líder mundial de aeronaves conhecida como a "jóia da coroa" da indústria brasileira. De acordo com a Embraer, desde que entrou no mercado chinês em 2000, entregou 156 aeronaves comerciais para nove clientes na China. Em dezembro de 2019, as aeronaves comerciais da Embraer operavam 460 rotas na China, conectando 150 cidades e transportando 15 milhões de passageiros. No campo aeroespacial, aproveitando os dados dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres, a China e o Brasil realizaram ampla cooperação e intercâmbios internacionais, alcançando resultados positivos no processamento, distribuição e aplicação de dados desses satélites. A série de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres serviu como satélite de plantão para a Carta Internacional sobre Espaço e Grandes Desastres, fornecendo dados gratuitos para organizações internacionais como a Plataforma das Nações Unidas para Informações Espaciais para Gerenciamento de Desastres e Resposta a Emergências.

6. O Projeto "Transmissão de Energia Sul-Norte"

Sob a iniciativa "Cinturão e Rota", a China forneceu uma solução - construindo projetos UHV para alcançar a "Transmissão de Energia Norte-Sul". O projeto de transmissão UHV DC de ±800 kV de Belo Monte, investido e construído pela State Grid Corporation of China, é o projeto de transmissão de *backbone* nacional de maior tensão e mais avançado das Américas, empurrando a indústria de energia do Brasil para a era UHV, ganhando o apelido de "Caminho de Energia do Brasil". O projeto de transmissão UHV de Belo Monte consiste em duas fases, com a primeira fase de licitação conjunta pela State Grid Corporation of China e pela National Power Company do Brasil, e a segunda fase de licitação independente pela State Grid Corporation of China. As duas fases foram concluídas e colocadas em operação em dezembro de 2017 e outubro de 2019, respectivamente. As duas fases do projeto de transmissão UHV de Belo Monte servem

como duas "rotas de energia", atravessando o Brasil de norte a sul, transmitindo continuamente energia hidrelétrica limpa do norte do Brasil para a região altamente consumidora do sudeste, resolvendo o problema de transmissão e absorção de energia hidrelétrica no norte do Brasil. Este projeto elevou o nível de tensão de transmissão CC no Brasil de ±600 kV para ±800 kV, tornando o Brasil o primeiro país das Américas a possuir a tecnologia de transmissão UHV CC. Até o momento, o projeto de transmissão UHV de Belo Monte transmitiu cumulativamente mais de 180 bilhões de kWh de energia hidrelétrica limpa, o equivalente a economia de mais de 65 milhões de toneladas de carvão padrão e redução de emissões de dióxido de carbono em, aproximadamente, 180 milhões de toneladas. O projeto ganhou vários prêmios nacionais e internacionais importantes, como o "Prêmio Industrial da China", o "Prêmio de Melhores Práticas para Gestão Social e Ambiental no Brasil", o "Prêmio de Gerenciamento de Projetos do PMI (China)" e o "Prêmio de Melhores Práticas para Cooperação Internacional em Energia", tornando-se uma nova marca nacional de cooperação mutuamente benéfica sob os princípios de ampla consulta, contribuição conjunta e benefícios compartilhados.

CONCLUSÃO

A China e o Brasil desempenham papéis significativos na cooperação internacional e adotam estratégias correspondentes, tendo um impacto profundo nas relações bilaterais e na governança global.

Como o maior país em desenvolvimento do mundo, a China sempre participou ativamente da governança global e da cooperação internacional, comprometida em promover a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade. Na cooperação internacional, a China propôs a iniciativa "Cinturão e Rota", com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e a conectividade entre os países ao longo da rota. Sob essa estrutura, a China e vários países, incluindo o Brasil, se envolveram em cooperação pragmática, promovendo conjuntamente vários projetos de infraestrutura, intercâmbio econômico e cultural.

Para o Brasil, como um país com ricos recursos naturais e um grande mercado, está também promovendo ativamente a cooperação econômica com outros países e regiões. O Brasil participa ativamente dos sistemas multilaterais de comércio e

dos processos de integração econômica regional, buscando ampliar o comércio exterior e os investimentos para promover seu desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, o Brasil acolhe o investimento e o apoio tecnológico da China para promover sua modernização industrial e diversificação econômica.

Com os esforços conjuntos da China e do Brasil, conquistas significativas foram alcançadas na cooperação bilateral. A cooperação em comércio, investimento e tecnologia entre os dois países continua a se aprofundar, trazendo benefícios tangíveis para os povos de ambas as nações. Esse modelo de cooperação também fornece novas ideias e soluções para a governança global, contribuindo para o estabelecimento de uma ordem internacional mais justa e razoável.

Olhando para o futuro, embora a competição sino-americana traga novos desafios para as relações internacionais, ela também oferece novas oportunidades para a cooperação China-Brasil. Diante de uma situação internacional complexa e em constante mudança, a China e o Brasil podem fortalecer ainda mais a comunicação e a coordenação, defender conjuntamente o multilateralismo e os princípios do livre comércio e promover a melhoria e a reforma do sistema de governança econômica global. Ao mesmo tempo, ambos os países podem continuar a aprofundar os intercâmbios e a cooperação nos campos econômico, tecnológico, cultural e outros, enfrentando conjuntamente os desafios globais e promovendo a paz e o desenvolvimento mundiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLISON, G. **The new spheres of influence**: Sharing the globe with other great powers. Foreign Affairs, v.99, n.4, p.30-40, 2020.

UOL. FMI prevê que Brasil deve se tornar a nona maior economia do mundo em 2023. out., 2023. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/10/16/fmi-preve-que-brasil-tera-a-9-maior-economia-do-mundo-ainda-em-2023.htm#:~:text=FMI%20prevê%20que%20Brasil%20deve,economia%20do%20mundo%20em%202023&text=O%20Brasil%20deve%20voltar%20ao,passado%2C%20ficou%20na%2011ª%20posição.

AZPURU, D. Is U.S. influence dwindling in Latin America? Citizens' perspectives. **The Latin Americanist**, v.60, n.3, p. 345-373, 2016.

CHINA-CELAC FORUM. Declaration of the second ministerial meeting of the China-CELAC Forum. feb, 2018. Disponível em: http://www.chinacelacforum.org/zywj/201802/t20180203_6285032.htm.

CEPAL. **O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2023**: Resumo executivo (LC/PUB.2023/10). Santiago, Chile, 2023. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/items/311f0b07-0e7c-435e-a8d6-7eca4805553e.

HE, S. China's strategy in Latin America in the new era and its influencing factors. **Latin American Studies**, v.41, n.6, 2019.

JIANG, Y.; XU, P. Opportunities and challenges in deepening China-Latin America monetary and financial cooperation under "de-dollarization." **Northeast Asia Economic Research**, v.8, n.2, p. 91-106, 2024.

LEITE, I. C.; POMEROY, M.; SUYAMA, B. Brazilian South-South development cooperation: The case of the Ministry of Social Development in Africa. **Journal of International Development**, v.27, n.8, p. 1446-1461, 2015.

MUÑOZ, H. The dominant themes in the study of Latin America's foreign relations. **World Affairs**, v.150, n.2, pp. 87-95, 1987.

NICHOLLS, D. H. (2019). All hegemons are not the same: The role(s) of relational structures and modes of control**. International Studies Review**, v.21, n.1, p.121-145, 2019.

MONTEIRO, R. Investimento estrangeiro no Brasil tem queda de US$ 126 bilhões no primeiro ano do governo Lula. **Jornal O Globo**, fev., 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/02/05/investimento-estrangeiro-no-brasil-tem-queda-de-us-126-bilhoes-no-primeiro-ano-do-governo-lula.ghtml.

UNCTAD. World investment report 2023. Geneva: **United Nations Publications**. 2023. Disponível em:http://www.cciip.org.cn/upload/files/2023/8/f9cb0c4972ecb2dd.pdf.

WALKER, S. G.; MALICI, A.; SCHAFER, M. (Orgs.). **Rethinking foreign policy analysis**: States, leaders, and the microfoundations of behavioral international relations. Routledge, 2011.

WANG, F.; CHEN, L. The US intervention in China-Latin America economic cooperation: Motivations, methods, and impacts. **International Economic Cooperation**, v.4, 2023. 78-90+94. DOI: 10.20090/j.cnki.gjjh.2023.4.6.

WEHNER, L. E.; THIES, C. G. Leader influence in role selection choices: Fulfilling role theory's potential for foreign policy analysis. **International Studies Review**, 2021. Disponível em: https://researchportal.bath.ac.uk/en/publications/leader-influence-in-role-selection-choices-fulfilling-role-theory.

WEI, L.; LI, T. Role theory and contemporary international relations research agenda. **Foreign Affairs Review**, v.40, n.6, 2023.

ZHOU, Z. National identity, collective identity, and incentive mechanisms: Core motivations for Brazil's participation in BRICS. **Latin American Studies**, v.44, n.5, 2022.

Recebido em julho 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 202.

TRAJETÓRIA DA TROPICALIZAÇÃO DA SOJA: DESEMPENHO ECONÔMICO E A DEMANDA CHINESA

TRAJECTORY OF SOY TROPICALIZATION: ECONOMIC PERFORMANCE AND CHINESE DEMAND

TRAYECTORIA DE LA TROPICALIZACIÓN DE LA SOJA: DESEMPEÑO ECONÓMICO Y DEMANDA CHINA

Carlos José Espíndola
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
carlos.espindola@ufsc.br

Roberto César Cunha
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
robertoujsmar@hotmail.com

Elias Khalil Jabbour
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
eliasjabbour@terra.com.br

Destaques

- A partir da década de 1980, o Cerrado brasileiro ampliou sua capacidade de produção e se tornou a maior área produtiva tropical de grãos do mundo.
- O Brasil foi o primeiro país a incentivar e investir pesadamente em tecnologias agrícolas e em sistemas produtivos pertinentes às mais variadas circunstâncias tropicais.
- O Estado brasileiro proporcional o país a torna-se um excelente caso de desenvolvimento agrícola competitivo e sustentável, uma vez que, pelas suas próprias características territoriais, transformou a soja em um fenômeno de sucesso econômico em virtude da tropicalização.
- O crescimento econômico da China ampliou a demanda por produtos agroalimentares e, em particular, da cadeia produtiva de soja e o Brasil foi capaz de suprir esta solicitação pelo grão.

V. 15, n.30, 2024 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

RESUMO

A política tecnológica implementada no processo de modernização da agricultura brasileira pós-1960 forjou o surgimento de diferentes cadeias produtivas que não mediram esforços para o abastecimento dos mercados interno e externo. Assim sendo, objetivo central deste artigo é apresentar a trajetória de tropicalização da soja, sua contribuição no desempenho econômico nacional e sua capacidade de abastecimento da demanda chinesa no período pós-2008. Para alcançar tais objetivos, combinou-se a bibliografia contemporânea sobre desempenho do agronegócio brasileiro, da cadeia produtiva da soja, com dados quantitativos e qualitativos. A tropicalização da soja ensejada pela Embrapa transformou a cadeia produtiva da soja em um dos *cases* de sucesso da agricultura nacional. As medidas político-institucionais visando ao desenvolvimento econômico da China induziram transformações estruturais na demanda por produtos agroalimentares.

Palavras-chave: tropicalização; agronegócio; economia nacional; sistemas de produção.

ABSTRACT

The technological policy implemented in the process of modernizing Brazilian agriculture after 1960 forged the emergence of different production chains that spared no effort to supply the domestic and foreign markets. Therefore, the central objective of this article is to present the trajectory of soybean tropicalization, its contribution to national economic performance and its capacity to supply Chinese demand in the post-2008 period. To achieve these objectives, contemporary bibliography on the performance of Brazilian agribusiness and the soy production chain was combined with quantitative and qualitative data. The tropicalization of soy brought about by Embrapa transformed the soy production chain into one of the success stories of national agriculture. Political-institutional measures aimed at China's economic development induced structural transformations in the demand for agri-food products.

Keywords: tropicalization; agribusiness; national economy; production systems.

RESUMEN

La política tecnológica implementada en el proceso de modernización de la agricultura brasileña a partir de 1960 forjó el surgimiento de diferentes cadenas productivas que no escatimaron esfuerzos para abastecer los mercados interno y externo. Por tanto, el objetivo central de este artículo es presentar la trayectoria de la tropicalización de la soja, su contribución al desempeño económico nacional y su capacidad para abastecer la demanda china en el período posterior a 2008. Para lograr estos objetivos, se combinó bibliografía contemporánea sobre el desempeño del agronegocio brasileño y de la cadena productiva de la soja con datos cuantitativos y cualitativos. La tropicalización de la soja propiciada por Embrapa transformó la cadena productiva de la soja en uno de los casos de éxito de la agricultura nacional. Las medidas político-institucionales destinadas al

desarrollo económico de China indujeron transformaciones estructurales en la demanda de productos agroalimentarios.

Palabras clave: tropicalización; agronegocios; economía nacional; sistemas de producción.

INTRODUÇÃO

Originária da Ásia, mais precisamente ao longo do rio Yangtse, na China, a soja foi cultivada na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA) no final do século XVIII[1]. Nas duas últimas décadas do "século XIX a soja foi testada em, praticamente, todas as estações experimentais do USDA (United States Department of Agriculture), nos EUA" (Gazzoni; Dall' Agnol, 2018, p. 27). "Em 1922, a Companhia Staley construiu a primeira grande planta de processamento de soja em Decatur, Illinois" (Gazzoni e Dall' Agnol, 2018, p. 28).

A importância internacional do grão de soja levou a criação, em 1920, da American Soybean Association (ASA) e, na segunda década do século XX, os EUA iniciaram sua exploração como forrageira ou adubo verde. Em 1940, no auge da sua utilização como forrageira, foram cultivados, nos EUA, cerca de dois milhões de hectares (Brum, Heck e Muller, 2005). Cabe lembrar que as primeiras plantações comerciais de soja ocorreram na China onde, no início do século XX, a produção chegava a 2,5 milhões de toneladas e o consumo era, fundamentalmente, no leste asiático (Brum, Heck e Muller, 2005; Cunha, 2020)[2].

A cultura da soja pode ser classificada como o maior *case* de sucesso na agricultura do mundo. Os grãos de soja são os principais promovedores de proteínas e óleos vegetais (óleo comestível e não comestível). Dessa maneira, a produção da soja é a mais diversificada das culturas agrícolas mundial, uma vez que pode ser cultivada em heterogeneidades de condições edafoclimáticas.

[1] Destaca-se que no século XVIII cientistas europeus iniciaram estudos sobre a possibilidade de a soja ser uma fonte de óleo e nutriente animal. A soja é uma oleaginosa de dias curtos. Isto é, o seu tempo de exposição à luz determina o seu florescimento. Por esse motivo, ela era cultivada apenas em regiões com latitudes superiores a 30 graus (EMBRAPA Soja, sd).

[2] "Durante as três primeiras décadas do século XX, a produção de soja em larga escala ainda permaneceu confinada ao Oriente, sendo China, Indonésia, Japão e Coréia os principais países produtores" (Gazzoni e Dall' Agnol, 2018, p. 28).

No Brasil, o processo de modernização da agricultura brasileira via política tecnológica, fundiária e creditícia impulsionou a constituição de diferentes cadeias produtivas. A trajetória de crescimento do cultivo da soja no país teve início nos anos 1960[3]. Todavia, foi a partir do processo de tropicalização capitaneado pelo Estado brasileiro, sobretudo pelo sistema Embrapa (Cunha e Espíndola, 2024), nos anos de 1970, que a cadeia produtiva da soja ganhou impulso e deslocou-se para as áreas do Centro-Oeste brasileiro (Klein e Luna, 2020; Cunha, 2020).

No entanto, áreas antigas de soja no Sul continuaram com dinamismo de produtividade, especialmente os estados do Rio Grande do Sul e Paraná (Espíndola e Cunha, 2021). A partir do final da década de 1970, as regiões Centro-Oeste e Nordeste avolumaram suas capacidades produtivas e se consolidaram a maior área tropical de grãos do mundo, e transformou o estado do Mato Grosso em maior produtor mundial de soja[4].

Essas novas áreas de soja, no Brasil e nos EUA, propiciaram o grão ser o quarto mais produzido e consumido no mundo, perdendo apenas para o trigo, milho e arroz (Cunha, 2020). É o segundo grão mais comercializado internacionalmente, ficando apenas atrás do trigo e, dentre as oleaginosas, é a mais importante em produção, consumo e exportação (Cunha, 2020; Klein e Luna, 2020).

Em consequência disso, a dinâmica nacional expansiva da soja está cada vez mais rápida comparativamente aos outros grãos e às oleaginosas, abrangendo, competitivamente, pelo menos, quinze estados da federação. A produção de grãos de soja no Brasil, em 2023, envolve cerca de 44 milhões de hectares (ha), com uma produção de 154,6 milhões de toneladas, com rendimento médio de 3.507 kg/ha. As receitas obtidas com as vendas externas do complexo da soja (grão, farelo e óleo), em 2023, ultrapassaram US$ 67,2 bilhões e o volume passa de 126 milhões de toneladas (Conab, 2024).

[3] "A soja no Brasil somente teve êxito quando introduzida no Estado do Rio Grande do Sul (RS), na região onde prevalece o clima subtropical. Assim como ocorreu nos EUA durante as décadas de 1920 a 1940, as primeiras cultivares de soja utilizadas no Rio Grande do Sul (RS) foram estudadas, mais com o propósito de avaliar seu desempenho como forrageiras, do que como plantas produtoras de grãos para a indústria de farelo e de óleo" (Gazzoni e Dall"Agnol, 2018, p. 69).

[4]Segundo Cunha (2020, p. 50), as variedades de subprodutos da soja são utilizadas como alimentos, matéria-prima e insumos industriais. Contudo, apenas 2% da proteína de soja é consumida de modo direto na forma de produtos alimentares de soja. Os outros 98% são, em menor parcela, diretamente para fins industriais, e a imensa maioria processados em farelo de soja para ração animal e óleo de soja.

Segundo Santos e Silveira (2001) e Espíndola e Cunha (2020), essa gigantesca cadeia produtiva é constituída de forte capilaridade institucional e, atualmente, é responsável por inúmeras metamorfoses no território, sobretudo na região tropical brasileira. Diante do exposto, o objetivo central deste artigo é apresentar a trajetória de tropicalização da soja, sua contribuição no desempenho econômico nacional e sua capacidade de abastecimento da demanda chinesa no período pós-2008[5].

Para alcançar esse objetivo, o texto abordou o ponto de vista da geoeconomia verde. Essa abordagem possui três fatores, dentre outros, fundamentais para atender as transformações econômicas, sociais, geopolíticas e ambientais do mundo na alvorada do século XXI: (i) o desenvolvimento tecnológico - que por sua natureza e ritmo gera; (ii) o resgate central da Geografia como necessidade para entender; (iii) as relações (sociais e institucionais) multifacetadas dos sistemas produtivos (Cunha e Espíndola, 2024).

Desta forma, o desenvolvimento tecnológico, com seus paradigmas e trajetórias, leva a necessidade do conhecimento impreterível dos territórios. E em virtude disso, os sistemas produtivos se forjam com produtividades altíssimas, porém não similares. E esses fatores permitem um outro não menos importante: informacionalidade das coisas/ comunicabilidade das coisas (Cunha e Espíndola, 2024). Essa perspectiva analítica possui elementos teóricos em Santos (1977), na categoria de formação socioespacial, e nas combinações geográficas de Cholley (1964).

Na elaboração deste artigo, optou-se pela abordagem exploratória, que adota a busca de informações a respeito de certo assunto e envolve o levantamento bibliográfico e documental (Gil, 1994). Foram feitas análises de diferentes artigos, livros e teses, buscando-se avaliar e situar a bibliografia relativa à temática exposta. Gerencialmente, o artigo foi confeccionado com base em procedimentos bibliográficos e documentais, basilando-se em fontes primárias e secundárias.

O levantamento de dados estatísticos foi realizado nos estudos da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), nos levantamentos do Produto Interno Bruto (PIB), do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos indicadores do

[5] Justifica-se o período pós-2008 em virtude de que "a crise internacional, além dos efeitos negativos sobre as decisões de investimentos, derrubou as exportações brasileiras, com implicações diretas sobre o nível de atividade econômica" (Cano e Silva, 2010, p. 197).

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e nas informações ofertadas no site do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).

Esquematicamente, o artigo está dividido, além desta introdução e das conclusões, em mais três partes. A primeira aponta os elementos responsáveis pela trajetória de tropicalização da soja no Brasil. A segunda trata dos indicadores e desempenho da economia brasileira e do agronegócio da soja pós-2008[6]. Por fim, a terceira parte trata da demanda chinesa.

A TRAJETÓRIA DA TROPICALIZAÇÃO DA SOJA

A formação socioespacial brasileira, a partir de 1930, passou a engendrar seus ciclos médios substituidores de importação rumo à sua industrialização, desagregando o complexo rural autossuficiente, como afirma Rangel (2005). A internalização da indústria de bens de capital na década de 1950 abriu a possibilidade para o desenvolvimento técnico-produtivo, em escala industrial, das atividades vinculadas à agropecuária (Cunha, Espíndola e Farias, 2024). A partir de meados de 1960, o governo brasileiro impulsionou o processo de modernização da agricultura brasileira via política tecnológica, política fundiária e política do crédito subsidiado (Delgado, 1985).

As transformações na estrutura produtiva foram ainda impulsionadas pelo segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que não mediu esforços na dinamização da pesquisa agropecuária. Nesse ínterim, merece destaque a criação dos órgãos nacionais e regionais. A modernização da agricultura foi um processo dinâmico de aceleração do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, com sua própria dinâmica e especificidades, apoiado, em boa parte, por políticas de incentivo do Estado (Cunha e Espíndola, 2024).

Esse processo foi altamente progressista, promovendo a metamorfose do latifúndio semifeudal em latifúndio capitalista (Cunha e Espíndola, 2024). A política de crédito via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (Espíndola e Cunha, 2020), sustentado com recursos fartos e juros negativos, foi fundamental para alavancar o consumo de insumos e máquinas, bem como para financiar o custeio e a comercialização agropecuária (Rangel, 2005).

[6] Didaticamente, o agronegócio é apenas um marco conceitual para delimitar o sistema integrado de produção, comercialização, distribuição e consumo de uma mercadoria (Jank, 2005).

Esse padrão de financiamento do setor público garantiu o sucesso do processo de modernização da agropecuária que impulsionou a demanda de insumos e máquinas, gerando a expansão de lavouras, como a soja, o que irradiou plantios por todo o território nacional (Cunha e Espíndola, 2024). Na década de 1970, as transformações produtivas lastreadas no crédito subsidiado atingiram seu apogeu após haver promovido profunda mudança estrutural e produtiva na agricultura brasileira (Gonçalves, 2005, p. 19)[7].

Inicialmente os primeiros materiais genéticos foram introduzidos e testados no Estado da Bahia (BA), em 1882 (Cunha, 2020). Porém, o germoplasma não era adaptado para as condições de baixa latitude daquele estado. Em 1891, novos materiais foram testados no Estado de São Paulo (Gazzoni e Dall' Agnol, 2018). Em 1900, a soja foi testada no Rio Grande do Sul - RS – (latitude entre 28ºS a 34ºS), onde teve êxito, pois as condições climáticas são similares àquelas prevalentes na região de origem dos materiais avaliados (sul dos EUA) (Gazzoni e Dall' Agnol, 2018).

Espíndola e Cunha (2015) e Gazzoni e Dall' Agnol (2018) afirmam que outros fatores contribuíram para a adaptação da soja ao Sul do Brasil, dentre eles: (i) calagem e fertilização dos solos ácidos e inférteis no Rio Grande do Sul, em meados da década de 1960; (ii) incentivos fiscais disponibilizados aos agricultores de trigo, que utilizam no verão as mesmas áreas, mão de obra e máquinas agrícolas; (iii) substituição da gordura animal por óleo vegetal, em especial, o oriundo da soja; (iv) criação de agroindústria para processar a soja; estabelecimento de um importante parque industrial de desenvolvimento e produção de máquinas e implementos, assim como de produção de insumos nos anos de 1970 e 1980; (v) melhoria no sistema logístico para escoamento da produção, portos e comunicações, facilitando as exportações; (vi) surgimento de um conjunto complexo de cooperativa (dinâmica e eficiente), que apoiou a produção, industrialização e comercialização da soja.

A expansão da soja no Brasil aconteceu com mais dinamicidade a partir dos anos de 1970, sobretudo com a criação da EMBRAPA em 1973 (Cunha e Espíndola, 2024). Em 1975, a Embrapa constitui o Centro Nacional de Pesquisa de Soja (CNPSO), visando à adaptação da soja aos trópicos (baixas latitudes 15º) e ao aumento da

[7] Conforme Gonçalves (2005), os fluxos financeiros foram e são os elementos determinantes da dinâmica das cadeias produtivas dos agronegócios.

produtividade em áreas tradicionais. As novas variedades de soja desenvolvida no CNPSO são conhecidas como tendo período juvenil longo (PJL) (Campos, 2010).

A partir do sul do Brasil, a cultura da soja ganha relevância e consegue chegar aos limites das porteiras das fazendas para influir nas discussões sobre pesquisa tecnológica, cadeias produtivas, competitividade e até infraestrutura (Cunha, 2020). Observa-se claramente essa expansão das fronteiras estaduais da região Sul para a região tropical brasileira, especialmente no cerrado da região Centro-Oeste brasileira, a partir dos anos 1980 (Mato Grosso) e, principalmente, na década de 1990, para áreas mais ao norte do cerrado (Matopiba) e para a planície amazônica (Roraima, Rondônia) (Cunha, Espíndola e Farias, 2024).

Além das combinações de políticas de Estado já citadas, Campos (2010) e Espíndola e Cunha (2015; 2020) mencionaram conjunturas e combinações econômicas e naturais para expansão da cultura da soja, entre elas: (i) estabelecimento de firmas produtoras e processadoras de grãos e de carne na região Centro-Oeste e na do Nordeste; (ii) baixo preço da terra, se comparado aos preços então praticados na região Sul durante a década de 1970 e 1980; (iii) massa topográfica vantajosa à mecanização, o que propicia a economia de mão de obra; (iv) boas condições pedológicas com a descoberta da técnica de calagem, que consiste na adição de calcário para reduzir a acidez do solo do cerrado, tornando-o produtivo; (v) regime de chuvas altamente favorável ao cultivo de verão; (vi) desenvolvimento de um conjunto de ferramentas tecnológicas para produção de soja nas áreas tropicais, transformando o bioma do Cerrado (mais de 200 milhões de hectares improdutivos) em área com potencial para as lavouras de soja.

Ademais, as variedades convencionais, em sua grande maioria, eram altamente sensíveis às mudanças entre latitudes ou datas de semeadura, por causa de suas reações às variações no fotoperíodo (Cunha, 2015; 2020). A soja era considerada um vegetal de dias curtos e noites longas; por isso, grande parte da área cultivada dessa oleaginosa localizava-se em latitudes maiores de 30°, onde há predominância de clima subtropical no Brasil (Vernetti, 1983).

Assim sendo, o uso da característica de período juvenil longo foi a solução encontrada por alguns melhoristas de soja para retardar o florescimento em condições de dias curtos (Campos, 2010). Portanto, a soja não é induzida a florescer, mesmo submetida a fotoperíodo curto, permitindo assim um maior crescimento da planta (Cunha, 2015).

Tendo em vista esse contexto, nas últimas décadas a expansão dessa cultura para a região tropical do Brasil foi intensa; igualmente, esse processo foi um grande desafio enfrentado pelo programa de melhoramento do CNPSO (Almeida *et al*., 1999; Cunha, 2020).

Nessa perspectiva, conforme assinalou Cholley (1964), entre outras, uma maneira de desvendar uma combinação geográfica é verificar a contribuição que ela desenvolve, no próprio local que se reproduz, para com as manifestações da vida, em especial, as atividades dos grupos humanos. Para uma combinação ser originalmente geográfica, é necessário que ela interfira na totalidade de um grupo humano, pois o caráter geográfico está determinado pela relação espaço e tempo (Cholley, 1964; Santos, 1977). Um sistema de produção agrícola é composto por combinações geográficas mais complexas, pois resultam da interação de elementos físicos (solo, clima, etc.), elementos biológicos (flora, fauna e etc.) e elementos humanos (inovações tecnológicas, máquinas e mão de obra).

Dessa maneira, a adaptação das cultivares às condições e às necessidades das regiões tropicais do Brasil desenvolvidas pelo CNPSO, desde 1975 (início do programa de melhoramento genético (EMBRAPA, 2020), promoveu duas primeiras cultivares para o cerrado do Centro-Oeste, a 'BR 5' e a 'Doko' (1985). E, para o cerrado do Nordeste, foram lançadas mais duas cultivares: 'Tropical' (1980) e 'Timbira' (1985) (Cunha, 2015; 2020). Essas cultivares surgiram para revolucionar a organização socioespacial dessas regiões (Klein e Luna, 2020; Cunha, 2020; Cunha e Espíndola, 2024).

Portanto, no que diz respeito à área cultivada com cultivares melhoradas geneticamente, adaptadas às condições e às necessidades das regiões tropicais do Brasil, desenvolvidas pelo CNPSO, em 2020, o Brasil tornou-se o segundo maior *player*, com 26,4% de toda a área plantada com organismos geneticamente modificados (OGM) no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América (39,5%) (Bandeira, 2021, p. 136).

Em 2020, a taxa de adoção de cultivares OGM no Brasil na soja foi de 95,7%, no milho, 88,9% e, no algodão, 89,9% (Bandeira, 2021). Cunha (2020) salienta que, no Cerrado brasileiro, o Mato Grosso tem 92,1% de área coberta por grãos OGM e a Bahia tem 96,4%. Em pouco mais de cinco décadas de pesquisa em melhoramento genético, o sistema Embrapa entregou para a agricultura tropical nacional mais de quatrocentas cultivares de soja; trinta dessas cultivares são de soja convencional que podem ser

semeadas em praticamente todas as regiões de cultivo (Cunha, 2020; Cunha e Espíndola, 2024).

O Brasil hoje possui a maior agropecuária tropical do mundo (Cunha, 2020; Cunha e Espíndola, 2024), pelo fato de promover a superação dos obstáculos impeditivos para produção dos mais variados produtos agrícolas, sobretudo, soja. Esse ramo inseriu as terras com densidade demográfica baixa do cerrado aos sistemas produtivos da agricultura, que, por sua vez, colabora com 50% da produção total de grãos brasileiros (Klein e Luna, 2020). Isso aconteceu, de acordo com Chaddad (2016), pois o Estado brasileiro foi o primeiro a incentivar e investir pesadamente em tecnologias agrícolas e em sistemas produtivos pertinentes às mais variadas circunstâncias territoriais e transformou a soja em um fenômeno de sucesso econômico em virtude da tropicalização.

A agropecuária nacional, especialmente a soja, tornou-se um excelente caso de desenvolvimento agrícola competitivo e sustentável (Cunha e Espíndola, 2024), uma vez que, pelas suas próprias características, conseguiu superar a complexidade da tropicalização. Assim, na próxima seção será evidenciada a contribuição da tropicalização na *performance* da economia nacional e do agronegócio da soja no período pós-2008.

INDICADORES E DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DO AGRONEGÓCIO DA SOJA PÓS-2008

A crise da economia mundial, iniciada em 2007, com a insolvência generalizada no sistema de hipotecas imobiliárias nos EUA, espraiou-se pela economia mundial e os diferentes segmentos produtivos. A economia mundial que, em 2006, apresentava uma taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,4% caiu para -1,4%, em 2009. A média de crescimento da economia norte-americana que, entre 2000-2007, foi da ordem de 2,6%, entre 2000-2011, foi de 0,2%. Por sua vez, a Zona do Euro foi de 2,2% para -0,1%, respectivamente. Em contrapartida, os países emergentes apresentaram taxas de crescimento de 6,6% e 5,6% (Lima e Deus, 2013).

No Brasil, antes da crise mundial de 2008, o PIB da economia estava crescendo a 6,5% em 2007, enquanto o PIB per capita apresentava um crescimento de 5,0%. Em 2008, os indicadores do PIB total e do PIB per capita reduziram-se para 5,0% e 4,0%, alcançando, em 2009, as taxas de -0,1% e -1,1%, respectivamente (IBGE, 2024). Por sua vez, enquanto a variação anual da Formação Bruta do Capital Fixo (FBCF)

diminuiu de 12,3%, em 2008, para -2,1%, em 2009, representando uma taxa de investimento de 19,1% em relação ao PIB, o consumo das famílias reduziu-se 31%, passando de uma variação anual de 6,5% para 4,5% no mesmo período (Gomes e Cruz, 2021).

Em 2009, o impacto da crise mundial, combinada com os efeitos da política monetária contracionista, fez o PIB real declinar para uma taxa de crescimento de -0,1% e um PIB per capita de -1,1% (IBGE, 2024)[8]. Os problemas climáticos (seja por excesso de chuvas, seja pela seca) influenciaram na queda da produtividade, na produção, na área plantada, na rentabilidade das agroindústrias e na renda agrícola na safra de 2008-2009 (Espíndola e Cunha, 2020; 2021).

Apesar de uma recuperação do PIB real e do PIB per capita na economia nacional, em 2010, nos anos seguintes não se manteve, atingindo em 2015 e 2016 crescimentos negativos, (-) 3,6% e (-) 3,3%, respectivamente (Espíndola e Cunha, 2020; 2021). Paula e Pires (2017) esclarecem que, entre 2015 e 2016, a economia brasileira sofreu uma série de choques, como, por exemplo, a deterioração dos termos de troca, o ajuste fiscal, a crise hídrica, a desvalorização do Real, o aumento da taxa de juros. Esses eventos contribuíram para reduzir o crescimento econômico e induzir a economia à recessão.

No período pós-2014, o governo implantou políticas contracionistas, Lacerda (2017) ressalta ainda que internamente ocorreu uma combinação de fatores, como: (a) ajuste fiscal que implicou cortes de gastos; (b) aumento da taxa básica de juros (Selic); (c) impacto da retração chinesa e queda nos preços das *commodities*; (d) Operação Lava Jato, que paralisou os investimentos de setores-chave da economia (petróleo, gás, grandes obras de infraestrutura). Externamente, o governo Dilma Rousseff foi marcado pela gradual piora no cenário internacional devido à crise do Euro, à fraca recuperação norte-americana e à desaceleração dos países emergentes.

A taxa de crescimento médio da economia mundial caiu de 5,1%, em 2010, para 3,8%, em 2011; 3,3%, em 2012; 3,1%, em 2013; e 3,1%, em 2014 (Paula e Pires, 2017 p. 129). A combinação dos fatores externos e internos resultou na recessão profunda

[8] Diante da crise financeira internacional de 2008, o governo adotou um conjunto de medidas anticíclicas com o intuito de reduzir os seus impactos. Prates, Fritz e Paula (2019) afirmam que as políticas econômicas adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) combinavam o novo desenvolvimentismo e o social desenvolvimentismo.

com a drástica redução dos investimentos, a diminuição das margens de lucro, o aumento do Custo Unitário do Trabalho (CUT) e o aumento do desemprego. A longa recessão de 2015-2016, potencializada pela crise política e pela operação Lava Jato, criou um ambiente para o golpe sobre Dilma Rousseff. Esse período pós-2014 foi fruto da crise institucional levado a cabo por aparelhos do Estado, mídia, empresários e imperialismo americano, em uma coalisão conservadora (Jabbour e Dantas, 2016).

Em 2017, o PIB cresceu 1,3% e 1,8%, em 2018, provocando a saída da economia brasileira da recessão. Contudo, foi um crescimento muito lento, causando novamente uma queda da taxa de elevação do PIB, em 2019, para 1,4%. Por sua vez, o PIB per capita teve um aumento de 0,5%, em 2017, para 0,6%, em 2019. No período pós-2016, implantou-se uma política econômica ortodoxa-liberal. Trata-se de uma agenda baseada em reforma trabalhista, reforma da previdência, entre outras (Oreiro e Paula, 2019)[9]

A desaceleração da economia em 2019 manifestou-se também na taxa de crescimento da renda per capita, que foi de apenas 0,6%, e no consumo das famílias, cujo crescimento foi de 2,0%. De acordo com Oreiro e Silva (2020, p. 37), as reformas, como emenda do Teto dos Gastos, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência realizadas no período 2016-2019, não promoveram o crescimento da economia brasileira.

Na agropecuária, o Valor Bruto da Produção decaiu de 658,8 bilhões, em 2008, para R$ 634,1 bilhões, em 2009, em contraposição ao período de crescimento de 2007 para 2008 (Brasil, 2024b). Alavancado pela aceleração dos preços das commodities, o crescimento do VBP foi da ordem de 13,82%, entre 2007-2008. Enquanto o VBP das diferentes cadeias produtivas no interior da denominação lavouras apresentou um crescimento de 14,8%, os agronegócios da pecuária demonstraram um crescimento de 11,19%. Nos anos de 2007-2008, o VBP do agronegócio de soja cresceu de R$ 29,3 bilhões para R$ 42,6 bilhões (crescimento de 45,39%) (Brasil, 2024b).

Para o conjunto dos agronegócios brasileiros, conforme Tabela 1, o PIB-renda passou de R$ 1,8 trilhão, em 2007, para R$ 1,9 trilhão, em 2008, com destaque para o

[9] O governo de Jair Bolsonaro aprofundou as propostas de Michel Temer com a implantação no Brasil de "uma agenda econômica liquidacionista, que via no aumento dos gastos públicos – independentemente do seu tipo – a causa da grande recessão observada no Brasil no período 2014-2016" (Oreiro e Silva, 2020, p. 46). Ainda segundo Oreiro e Silva (2020, p. 46), "as Propostas de Emenda Constitucional 186 e 187, integrantes do Plano Mais Brasil seriam o coroamento dessa estratégia liquidacionista, pondo em risco a institucionalidade da gestão e execução das políticas públicas no Brasil".

segmento de insumos, que cresceu 26,12 %, seguido da agropecuária que aumentou 9,8%, passando de R$ 361 milhões para R$ 396,7 (CEPEA, 2023).

Tabela 1 – PIB-renda do Agronegócio (em R$ milhões)

Ano	Insumos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
2007	78.100	361.057	575.058	885.462	1.899.764
2008	98.573	396.774	576.482	916.666	1.988.495
2009	77.855	335.824	571.469	889.649	1.874.798
2010	79.228	408.816	590.047	950.886	2.028.977
2011	85.452	469.640	560.921	918.227	2.034.239
2012	88.234	418.121	541.030	863.977	1.911.362
2013	90.655	434.739	536.239	868.565	1.930.198
2014	87.806	432.082	532.534	878.224	1.930.645
2015	85.806	430.218	549.333	931.522	1.996.879
2016	86.973	483.696	570.808	991.067	2.132.544
2017	82.675	443.448	549.971	938.681	2.014.775
2018	92.552	424.890	554.480	925.459	1.997.380
2019	97.624	439.797	568.888	963.757	2.070.065
2020	103.044	683.986	601.854	1.138.316	2.527.199
2021	154.368	800.234	606.866	1.163.975	2.725.443
2022	190.617	718.879	616.493	1.134.929	2.660.917

FONTE: CEPEA (2023).

As agroindústrias brasileiras, em 2009, recuaram 4,9% em volume produzido. Enquanto a pecuária recuou 1,1%, o segmento de máquinas e equipamentos agrícolas retrocedeu 28,7% (Cepea, 2024). Em contrapartida, os adubos e fertilizantes recuaram 2,1% e os defensivos agrícolas, 15,7% (Cunha, 2020; Espíndola e Cunha, 2021). Os agronegócios de soja apresentaram um retrocedo do VBP de R$ 42,6 bilhões para R$ 42,1 em decorrência da desaceleração dos preços e menores volumes produzidos (CEPEA, 2023).

Entre 2010 e 2016, o PIB total do agronegócio, conforme a Tabela 1, teve um crescimento de 5,1%, puxado pelo aumento das exportações, somado à evolução dos preços das commodities. Durante todo esse período, somente em 2012, o PIB-renda do agronegócio reduziu-se 7% em relação a 2011, com destaque para a queda do PIB do segmento agropecuário. A queda do PIB está associada à estiagem que afetou a safra de verão, sobretudo, a soja do Sul do país. Soma-se, além disso, a queda das agroindústrias de suco de laranja, açúcar e etanol, em razão da diminuição da demanda na Europa e nos Estados Unidos, e a compressão dos preços do álcool (Espíndola e Cunha, 2021).

Por sua vez, conforme a Tabela 2, o PIB da cadeia produtiva de soja e de biodiesel, entre 2010 e 2016, saiu de R$ 182 bilhões para R$ 290 bilhões, um crescimento

da ordem de 59,34%. Do total gerado em 2016, 23,41% advêm das lavouras de soja e 56,37% dos agrosserviços.

Tabela 2 – Evolução do PIB renda do agronegócio da soja (em R$ milhões de 2010 a 2023)

	Insumos	Soja (agricultura)	Óleo/farelo (moagem)	Rações (soja)	Biodiesel	Total agroindústria	Agrosserviços	Agronegócio da soja e do biodiesel
2010	11.896	43.384	18.360	3.076	4.532	25.967	100.789	182.036
2011	13.502	55.149	23.450	6.251	3.306	33.007	134.747	236.404
2012	15.765	60.292	28.593	5.136	2.937	36.666	146.534	259.257
2013	17.334	57.361	22.116	4.579	2.052	28.746	122.661	235.258
2014	18.744	70.992	25.930	4.387	1.959	32.275	133.740	242.120
2015	20.126	67.994	27.638	5.070	2.263	34.970	151.225	277.313
2016	19.794	73.868	28.485	7.940	2.268	38.693	163.548	290.029
2017	19.086	104.290	23.358	6.934	2.149	32.441	144.882	270.277
2018	22.171	68.981	32.598	5.571	5.194	43.363	202.953	372.776
2019	23.462	158.935	27.517	6.962	5.230	39.708	165.567	297.718
2020	24.140	252.658	47.097	6.401	9.712	63.210	295.691	541.976
2021	32.712	68.981	57.470	13.555	10.935	81.960	416.868	784.197
2022	40.209	185.276	60.568	10.485	9.336	80.390	365.909	671.784
2023	30.573	171.185	62.735	9.126	4.572	76.433	357.697	635.889

Fonte: CEPEA (2023).

A recessão da economia brasileira de 2015-2016 não promoveu a queda do PIB total do agronegócio, segundo a Tabela 1. A elevação dos preços, relacionada à valorização do Dólar frente ao Real, foi o fator que mais contribuiu para tal crescimento; em 2016, todos os segmentos do agronegócio apresentaram referido comportamento.

Entre 2017-2019, o conjunto do agronegócio apresentou um crescimento do PIB de 2,7%. Entretanto, o PIB da agropecuária teve uma queda de 1% no período, como pode ser verificado na Tabela 1. Em 2018 houve uma queda de 0,86% do PIB em relação a 2017, com destaque para a diminuição de 4,19% do PIB agropecuário e de 1,4% do segmento de serviços. Na contramão, houve aumento de 11,9% do segmento de serviços e de 0,82% da indústria. Segundo o CEPEA (2023), a elevação dos custos de produção no segmento agropecuário e a fraca demanda verificada em diversos outros segmentos foram os fatores decisivos para queda[10].

Apesar de um acréscimo no PIB agropecuário de 1,3%, em 2019, o VBP total foi de R$ 866,9 bilhões, puxado especialmente pelas lavouras, que apresentou um valor de R$ 561,6 bilhões, contra R$ 305,4 bilhões da pecuária, conforme (CEPEA, 2023). O

[10] Em março de 2017, teve início a operação Carne Fraca, que resultou em prejuízo de US$ 2,74 bilhões (Bernardes, 2018). Somente o VBP da pecuária, entre 2016 e 2018, reduziu-se de R$ 214,9 bilhões para R$ 205,2 bilhões.

desenvolvimento da pecuária, em 2019, decorre da alta significativa dos preços associada à demanda aquecida por carne no mercado externo em decorrência da Peste Suína Africana (PSA) e do aumento da produção geral.

Em 2019, na soja houve uma queda de produtividade e produção, comparativamente ao excelente desempenho de 2018. Assim, o PIB-renda despencou dos R$ 104,2 bilhões, em 2018, para R$ 68,9 bilhões, em 2019, como visto na Tabela 2. Apesar dos preços em alta no primeiro semestre de 2019, a média dos preços no ano foram menores que 2018, em função da queda do segundo semestre no contexto da gripe suína africana e seus desdobramentos em menor demanda por farelo de soja, por parte da China, diante da forte redução na criação de suínos (CNA, 2023).

A emergência da pandemia agravou ainda mais o desempenho da economia brasileira e mundial[11]. Enquanto o PIB total cresceu a taxas negativas de 4,1%, o PIB per capita teve um decréscimo de 4,8%. O PIB-renda do agronegócio apresentou um valor de R$ 2,5 trilhões, como visto na Tabela 1; uma variação real de 22,08%, se comparada ao ano de 2019. O dinamismo do segmento primário garantiu o crescimento do PIB do agronegócio com uma variação anual de 55,52%. Os resultados positivos decorreram da safra recorde, preços agrícolas em alta e crescimento dos agrosserviços. A desvalorização do real perante o dólar favoreceu as exportações e contribuiu para o crescimento dos agrosserviços (CEPEA, 2023).

A agropecuária brasileira, gerou um total de R$ 886,9 bilhões de reais, representando um crescimento de 4,2% se comparado ao ano de 2019. Do total gerado, 77,1% originaram-se nas lavouras, que tiveram um crescimento de 21,9% comparativamente ao ano anterior (Brasil, 2024b). Um dos destaques do crescimento do setor agropecuário foi o agronegócio de soja que teve um PIB renda de R$ 158,9 bilhões, segundo Tabela 2. Entre 2019-2020, o crescimento da soja foi de 130%.

O ano de 2021 registrou um PIB total de R$ 8,7 trilhões, representando um crescimento de 4,6% e um desenvolvimento da renda per capita de 3,9% relativamente a 2020. Por sua vez, o PIB-renda do agronegócio foi de um valor total de R$ 2,7 trilhões como demonstrado na Tabela 1 – uma variação anual de 7,84% comparando-se a 2020. Desse total, 42,70% correspondem aos agrosserviços e 29,36% à agropecuária. O PIB-

[11] Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como pandemia mundial. A pandemia da Covid-19 representou um choque profundo sobre a economia mundial e brasileira.

renda da agropecuária teve uma variação anual de 17%. O VBP gerado foi da ordem de R$ 1,1 trilhão, sendo 774,6 bilhões dos diferentes agronegócios atuantes nas lavouras, como se verifica no. O agronegócio de soja e biodiesel registrou um PIB de R$ 784,1 bilhões, conforme Tabela 2. Somente a soja foi responsável por 32,21% desse total.

Mesmo com um PIB total da ordem de R$ 9,9 trilhões, o PIB-renda do agronegócio teve uma queda. A variação anual de -2,37% registrou um valor de R$ 2,6 trilhões (CEPEA, 2023). Na agropecuária, o PIB retraiu-se, apresentando uma variação anual de -10,17%. Essa queda pode ser explicitada pelo aumento dos custos com os insumos (indústrias de fertilizantes e corretivos de solo e de defensivos) acima do faturamento auferidos. Os insumos tiveram aumentos reais de 37,4% dentro da porteira e de 9,0% para a agroindústria (CNA, 2023). Isso fica evidente quando se verifica que o PIB-renda desse segmento apresentou um valor de R$ 190 bilhões, em 2022. Soma-se, ainda, o decréscimo da produção e a perda da produtividade em determinadas lavouras. A soja, por exemplo, apresentou um PIB renda de R$ 185,2 bilhões, uma queda de 26,7% em relação aos valores auferidos em 2021, conforme Tabela 2.

Enquanto o PIB total, em 2023, da economia brasileira demonstrou um crescimento de 2,9%, totalizando R$ 10,9 trilhões (IBGE, 2024), o PIB do agronegócio fechou o ano em queda de 2,99% (CEPEA, 2023); essa queda manifestou-se no desempenho do ramo agrícola. Apesar dos excelentes volumes obtidos na safra de 2023, especialmente no cultivo de milho e soja, a diminuição nos preços médios reais impactou os resultados finais. Os resultados negativos fizeram-se ainda na pecuária (bovinocultura de corte e leite) e na avicultura de corte; embora tenham expandido a produção (CNA, 2023).

Em termos gerais, os indicadores avaliados demonstram oscilações positivas e negativas. Mesmo em conjunturas recessivas, os PIBs do agronegócio apresentaram crescimento no seu PIB-renda. Em contrapartida, em outros momentos, com crescimento do PIB total, seus resultados foram de queda. Para o conjunto da agropecuária (lavoura e pecuária), o VBP registrou oscilações mais próximos do desempenho do PIB total.

Assim, com a trajetória da tropicalização da soja, os indicadores da economia brasileira e do agronegócio da soja pós-2008 apresentados, na próxima seção será demostrado como o Estado chinês conseguiu estimular a demanda por soja e o Brasil foi capaz de atendê-la.

A DEMANDA CHINESA DE SOJA

É notório que em apenas meio século a China transformou-se em uma potência industrial, comercial e financeira do mundo. Em 1978, o crescimento do PIB anual foi de 11,3% e sua taxa real média de crescimento, em 2023, foi de 5,2%. A renda per capita saiu de U$ 194,80, em 1980, para U$ 12.597, em 2023 (Espíndola *et al*., 2024). Enquanto em 2002 a China exportava US$ 325 bilhões e importava US$ 295 bilhões, em 2020, as exportações foram de US$ 2,5 trilhões e as importações de US$ 2,0 trilhões (Jabbour e Rodrigues, 2021; Jabbour e Gabriele, 2021).

Essa ascensão levou diferentes autores a explicitarem os fatores responsáveis pelo dinamismo econômico (Medeiros, 1999; Jabbour, 2006; Oliveira, 2003; Nonnenberg, 2010; Jabbour e Dantas, 2016; Jabbour e Paula, 2018; Jabbour e Rodrigues, 2021; Jabbour e Gabriele, 2021). Para o conjunto da economia, destacam-se as seguintes medidas implantadas: liberalização dos preços, flexibilização do Hukou; criação de empresas não capitalistas voltadas ao mercado (ENCOM); incentivos para formação de milhares de Empresas de Cantão e Povoado (ECP); liberalização do comércio exterior; criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE); atração dos Investimentos Externos Diretos (IED); abertura das bolsas de valores de Xangai e Shenzen; políticas de incentivo à inovação e à transferência e geração de ciência e tecnologia; elevação de gastos públicos; (ECP), ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC); criação, em 2003, de uma grande agência, a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado (SASAC); políticas de incentivo ao progresso técnico nos Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE); construção de imensa base produtiva, o 5G, Inteligência Artificial e do Big Data; implantação do Programa de Desenvolvimento do Oeste, com ênfase nos investimentos nas infraestruturas de energia e transportes; criação de um moderno sistema financeiro; formação de quatro grandes bancos estatais; planejamento do déficit público; processo de institucionalização do combate à pobreza e à política de desvalorizações do Yuan desde 1981.

O conjunto das medidas implantadas promoveu a modernização da estrutura produtiva, o aumento das escalas de produção, a elevação da renda rural, o crescimento da produtividade agrícola, a aceleração do processo de urbanização, a reestruturação nos sistemas de produção, a emersão de vários tipos de agriculturas (empresas familiares,

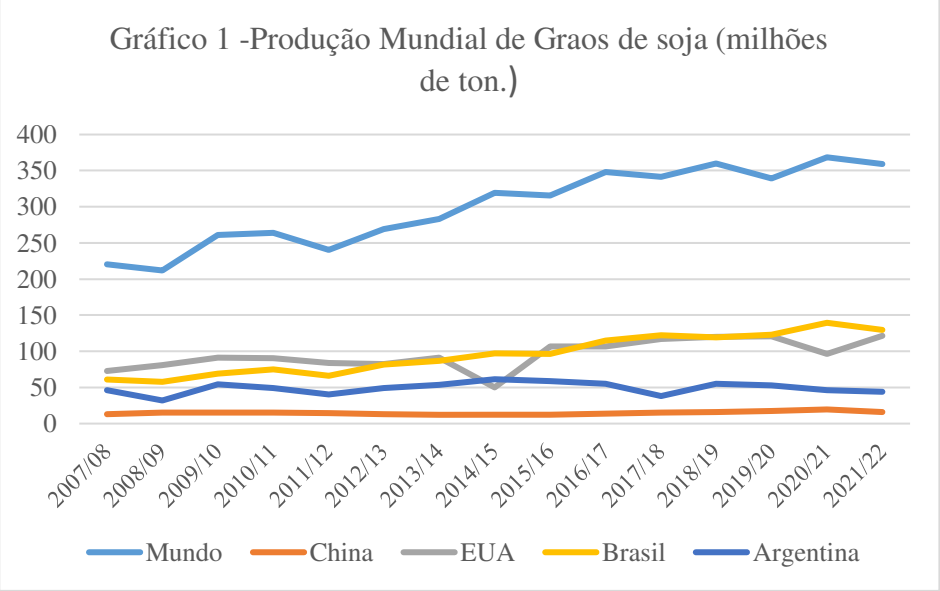
fazendas familiares, cooperativas de agricultores, empresas privadas, etc.) e a ampliação do fluxo populacional rural-urbano. Portanto, agregação de novas características geoeconômicas tanto a montante como a jusante das estruturas produtivas agropecuárias (Espíndola *et al.*, 2024)[12].

As transformações estruturais na agropecuária chinesa forjaram a constituição de cadeias produtivas específicas que não mediram esforços em transformar esse país na nova potência mundial no agronegócio (Monte, Lopes e Contini, 2017). Entretanto, em razão do crescimento da renda per capita, que ampliou e diversificou o consumo da população chinesa, fez-se necessária a importação de produtos agroalimentares com vistas ao abastecimento do mercado interno. O antigo padrão chinês de consumo de alimentos de 8:1:1 (oito partes de grãos, uma parte de carne, aves e peixe, e uma parte de verduras e frutas) vem mudando para um padrão 4:3:3 (quatro partes de grãos, três partes de carne, peixe e ovos e leite e três partes de verduras e frutas (Huang, 2023, p. 112).

Assim sendo, aumentou consideravelmente o consumo de carnes, que passou de 20,14 Kg/hab./ano, em 1980, para 79,91 Kg/hab./ano, em 2007 (Santos, Batalha e Pinho, 2012). Enquanto o consumo per capita de carne suína cresceu de 12,1 Kg/hab./ano, em 1980, para 43,3 kg/hab./ano, em 2023, o consumo de carne de frango cresceu de 1,71 kg/hab./ano, em 1980, para 17,7 Kg/hab., em 2021. Por sua vez, o consumo per capita de carne bovina por ano cresceu de 0,37Kg/hab., em 1980, para 6,75 kg/hab. O crescimento do consumo de carne teve encadeamento nos segmentos de insumos para a produção de ração.

Assim sendo, com cerca de 8,4 milhões de hectares destinados à cultura de soja, entre 2007/08 e 2021/22, a produção de soja chinesa cresceu de 13,4 milhões de toneladas para 16,3 milhões, conforme demonstra o Gráfico 1.

[12] O aumento anual de participação da agricultura no PIB chegou a alcançar, em 1980, mais de 30% e mais de 40% da força de trabalho. Entretanto, com o crescimento da indústria manufatureira e do setor de serviços, houve decréscimo da participação da agricultura no PIB, correspondente a 19% do PIB, em 1995, e a menos de 10% do PIB, em 2015 (Monte, Lopes e Contini, 2017).



Fonte: USDA, 2024.

Cabe destacar ainda, no Gráfico 1, que até 2016 os EUA produziram 106,9 milhões de toneladas, o que representa 33,85% da produção mundial de soja daquele ano. Contudo, em 2016, o Brasil produz 114,6 milhões de toneladas, representando participação de 32,91%. Em 2021/22, enquanto os EUA produziram 121,5 milhões de toneladas, o Brasil produziu 130 milhões de toneladas, o total de 36,16% da produção mundial, contra 33,79% de participação dos EUA e 12,21% de participação da Argentina.

Apesar do crescimento da produção chinesa de grãos de soja em 21,64%, entre 2007/08 e 2021/22, o crescimento do consumo de grãos na China foi da ordem de 140% passando de 46,1 milhões de toneladas para 110,3 milhões de toneladas, no respectivo período (USDA, 2024).

Nesse sentido, a China ampliou consideravelmente as importações de grãos de soja, conforme demonstra o Gráfico 2. Entre 2007/08 e 2021/22, as importações cresceram de 37,8 milhões de toneladas para 91,5 milhões de toneladas. Do total de 91,5 milhões de toneladas importadas em 2021/2022, o que representa 59,41% das exportações mundiais, cerca de 85% são esmagados para produção de farelo e óleo, e os 15% restantes para outros derivados (USDA, 2024). Esse esmagamento é para balancear o descompasso entre oferta interna e o consumo interno para a produção de ração animal[13] (Cunha, 2020).

[13] Entre 2000 e 2017, a produção de carne bovina cresceu de 5,13 milhões de toneladas para 7 milhões de toneladas. Enquanto a produção de carne suína cresceu de 39,6 milhões de toneladas para 52,7 milhões de



Fonte: USDA (2024).

Verifica-se ainda, no Gráfico 2, uma queda nos anos de 2018/19, e outra nos anos 2021/22. Ambos os casos estão associados aos problemas sanitários no rebanho suíno chinês, que foi muito afetado pela Peste Suína Africana (2018), pela queda do consumo, pela opção feita por muitos produtores pelo milho, pelo aumento dos custos de produção da soja no mercado doméstico, pela substituição de farelo de soja por outros grãos (como o trigo, a cevada e o sorgo) na ração animal e pela queda de demanda da indústria de refeições por causa dos surtos da pandemia (2019-2022)[14], o que afetou o consumo de óleo de soja (CNA, 2023).

Para suprir o déficit entre produção e consumo, as exportações brasileiras de grãos de soja para china tiveram um crescimento da ordem de 430%, saindo da casa de 10,1 milhões de toneladas em 2008 para 53,6 milhões de toneladas em 2022 e as receitas brasileiras aumentaram de US$ 2,8 bilhões para US$ 31,7 bilhões (Brasil, 2024a). Entre 2008 e 2022, o Brasil sai de 26,7% para 58,6% no *market share* dos grãos de soja

toneladas, a produção de carne de frango passou de 9,7 milhões de toneladas para 11 milhões de toneladas (Escher e Schneider, 2023).

[14] "Em dezembro de 2019, médicos em Wuhan se depararam com os primeiros pacientes do novo coronavírus (Sars-CoV-2), responsável pela enfermidade da Covid-19. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o surto era uma emergência de saúde pública de interesse internacional (Jabbour; Rodrigues, 2021, p. 3). Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como pandemia mundial.

importados pela China (Brasil, 2024a). Em termos gerais, a China tornou-se o principal demandante da soja em grãos brasileira.

Entretanto, estudos realizados pela CNA e a InvestSP, a partir da 9ª edição da Conferência sobre as Perspectivas Agrícolas da China (2022 *China Agricultural Outlook Conference*), elaboraram um sumário executivo, destacando as perspectivas do governo chinês para a agricultura entre 2022-2031. Segundo o sumário executivo, até 2031 espera-se alcançar a área cultivada de grãos e alimentos superior a 116,67 milhões de hectares. Com isso, a produção e o consumo de soja continuarão crescendo. A produção de soja no país atingirá 27,19 milhões de toneladas, em 2026, e 35,07 milhões de toneladas, em 2031. Em termos de consumo, estima-se um aumento constante na próxima década, alcançando 118,53 milhões de toneladas, em 2031 (CNA, 2022)[15].

Em termos gerais, a tendência é uma diminuição gradativa das importações de soja e uma busca pela autossuficiência. Isso, por sua vez, alterará o comércio mundial de soja, afetando os principais exportadores. Nesse cenário, as tendências apontam que, de um patamar, o Brasil pode perder a sua grande participação no mercado chinês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos, neste texto, que a constituição da Embrapa, no bojo do II PND, constitui-se na principal instituição responsável pela tropicalização da soja. A adaptação das cultivares às condições e às necessidades das regiões tropicais do Brasil desenvolvidas mediante melhoramento genético possibilitou o surgimento de cultivares para o cerrado do Centro-Oeste. Essas cultivares revolucionaram a organização socioespacial das regiões Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. Esse processo de deslocamento da produção transformou o agronegócio da soja em um *case* de sucesso mundial.

Argumentou-se que os indicadores dos agronegócios brasileiros e, em especial, o de soja, demonstraram oscilações positivas e negativas. Mesmo em conjunturas recessivas, houve crescimento no seu PIB-renda do agronegócio brasileiro e

[15] Do mesmo modo, a produção de carne suína deverá atingir 55,61 milhões de toneladas. Na produção de carne frango, prevê-se uma produção de 26,39 milhões de toneladas, contra 7,7 milhões de toneladas de carne bovina.

do PIB do agronegócio de soja. O Agronegócio da soja revelou desempenhos diferenciados nos mais variados segmentos.

Advogou-se que as medidas institucionais introduzidas na China, pós-1978, e o seu ingresso na OMC, ao reestruturar o padrão de consumo chinês, obrigaram o crescimento da produção de grãos. No entanto, o aumento das escalas de produção não foi suficiente para equalizar a relação produção e consumo. Nesse sentido, a China aumenta consideravelmente as importações de grãos. Essas importações tendem, na sua maior parte, a impulsionar a indústria de rações, visando à alimentação das cadeias produtivas de carne. Apesar disso, há uma tendência, na China, em diminuir as importações de grãos. A redução da demanda chinesa tende a intervir na dinâmica do comércio mundial de soja.

Com isso, conclui-se: o Estado brasileiro foi responsável direto por incentivar e investir correntemente em ferramentaria tecnológica agrícola e em sistemas produtivos pertinentes às mais variadas circunstâncias do território nacional. Desta forma, o Brasil transformou a tropicalização da soja em um grande ativo econômico e foi capaz de suprir a demanda chinesa pelo grão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. A. *et al*. Melhoramento da soja para regiões de baixa latitude. In: QUEIRÓZ, M. A. de; GOEDERT, C. O.; RAMOS, S. R. R. (Orgs.). **Recursos genéticos e melhoramento de plantas para o Nordeste brasileiro**. Brasília: EMBRAPA, cap. 5, p. 73-88, 1999.

BANDEIRA, J. L. **A dinâmica geoeconômica do setor de genética vegetal no Brasil: os casos de milho, soja e trigo**. 2021. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geociências, Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

BERNARDES, F. Em 2017, prejuízo com carne fraca foi de US$ 2,74 bilhões; o que esperar agora? **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 mar. 2018. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/mercado/em-2017-prejuizo-com-carnefracafoi-de-us-274-bilhoes-o-que-esperar-agora-4vz0kebkx0nef5cdo51r2wl1t/. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas**. 2024a. Disponível em: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Valor Bruto da Produção Agropecuária**. 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-bruto-da-producao-atinge-r-1-151-trilhao-em-2023/202310VBPBRASIL1prog1.xlsx/view. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRUM, A. L.; HECK, C. R.; LEMES, C. L.; MÜLLER, P. K.: **A economia mundial da soja**: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul 1970-2000. Anais dos Congressos. XLIII Congresso da Sober em Ribeirão Preto. São Paulo, 2005.

CAMPOS, M. C. **A Embrapa/Soja em Londrina – PR**: a pesquisa agrícola de um país moderno. 2010. 123 f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CANO, W.; SILVA, A. L. G. Política industrial do governo Lula. *In*: MAGALHÂES, J. P. de A. **Anos Lula**: contribuições críticas para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, p. 181-208, 2010.

CHADDAD, F. R. The economics and organization of Brazilian agriculture: Evolution and productivity grains. Amsterdã, Academic Press, 2016.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio brasileiro**. 2023. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx. Acesso em: 11 jul. 2024.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 180, p. 267-276, 1964.

CNA. Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Sumário executivo do China agricultural outlook 2022 – 2031**. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/assets/images/China-Agricultural_v5.pdf. Acesso em: 05 jul 2024.

CNA. Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Boletim PIB**. 2023. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/boletins/25-boletimpib_0.88551100%201514916993.pdf>. Acesso em: 05 jul 2024.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Séries históricas de produção de grãos**. 2024. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras. Acesso em: 05 jul. 2024.

CUNHA, R. C. Costa. **A geoeconomia da cadeia produtiva da soja no Brasil**. 2020. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geociências, Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

CUNHA, R. C. C. **Gênese e dinâmica da cadeia produtiva da soja no Sul do Maranhão**. 2015. 221f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CUNHA, R. C. C.; ESPÍNDOLA, C. J. Sistema nacional de inovação: agricultura brasileira e suas inovações tecnológicas. **Revista De Geografia**, 40 (3), 185–207, 2024.

CUNHA, R. C. C. ESPÍNDOLA, C. J. FARIAS, F. R.A geoeconomia dos agronegócios no Brasil: desempenho produtivo e territorial da produção de soja no estado do Mato Grosso pós-2003. **Pantaneira. Aquidauana**, v.23, 2024.

DELGADO, Guilherme da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965-1985. São Paulo, Ícone/UNICAMP, 1985.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Soja**. Londrina. s.d. Disponível em: https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/historia. Acesso em:25 jul. 2024.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Balanço social**. Brasília, Embrapa, 2020.

ESCHER, F.; SCHENEIDER, S. Especulações sobre o futuro da questão agroalimentar na China e suas repercussões para o Brasil e a América do Sul. In: **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. C. Os agronegócios brasileiros de Carnes-grãos: uma leitura da dinâmica recente. In. Mamigonian, Armen et al. (Orgs). **Brasil e o mundo no início do século XXI**: geografia, História e Economia. Florianópolis: IIR/CNC/CFH/ UFSC, p. 239-272, 2021.

ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. C. Os agronegócios no desenvolvimento econômico brasileiro. In. ALMADA, J., PAULA, L. F. de; JABBOUR, E. M. K. (org). **Repensar o Brasil**. Rio de Janeiro: AMFG, p. 371-402, 2020.

ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. C. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva de soja no Brasil e no Mundo. **Geotextos**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 217-238, 2015.

ESPÍNDOLA. C. J. *et al*. Lênin em Pequim: desempenho geoeconômico da agropecuária chinesa pós-2000. **Lênin um século depois**: Teoria e História. (org.) Aloisio Sérgio Barroso; Osvaldo Bertolino. São Paulo: A. Garibaldi, 2024.

GAZZONI, D. L.; Dall'Agnol, A. **A saga da soja**: de 1050 a.C. a 2050 d.C. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, G.; CRUZ, C. A. S. **Vinte e cinco anos de economia brasileira**. Brasília, maio de 2021.

GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, p. 7-36, abr. 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto Municipal**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html . Acesso em: 7 jul. 2024.

HUANG C. C. Pequenas propriedades rurais da nova era na China e sua integração vertical: agronegócio ou cooperativas? In: **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China**. Fabiano Escher; Sergio Schneider (orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

JABBOUR, E. K. **China**: infraestrutura e crescimento econômico. São Paulo: A. Garibaldi, 2006.

JABBOUR, E. K.; DANTAS, A. Brasil: considerações sobre a dinâmica política recente. **Geosul**, Florianópolis, v. 31, especial, p. 105-125. 2016.

JABBOUR, E. K.; PAULA, L. F. A China e a "socialização do investimento": uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman". **Revista de Economia Contemporânea**. N. 22 (1), p. 1-23, 2018.

JABBOUR E. K.; GABRIELE, A**. China o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR E. K.; RODRIGUES, B. S. A nova economia do projetamento no combate à covid-19 e as capacidades estatais chinesas como força política estratégica. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: UFRJ. 25(2), p. 1-29, 2021.

JANK, M. S. **Agronegócio versus Agricultura Familiar?** O Estado de São Paulo, 05/07/2005, p. A-2. 2005.

KLEIN, H S.; LUNA, F. V. **Alimentando o mundo**: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil. São Paulo: FGV Editora, 2020.

LACERDA, A. C. Dinâmica e evolução da crise: discutindo alternativas. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 31, v. 89, p. 37-49, 2017.

LIMA, T. D.; DEUS, L. N. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 32, n. 17, p.52-65, jul. 2013.

MEDEIROS, C. China entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, J.L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MONTE, D.; BIAGGIONI, D.; CONTINI, E. China Nova potência também no agronegócio. **Revista de Política Agrícola** Ano XXVI – v.26, n. 3 – Jul./Ago./Set. 2017.

NONNENBERG, M. J. B. China: Estabilidade e crescimento econômico Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 201-218, abril-junho, 2010.

OLIVEIRA, A. P. Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização**. Rev. bras. polít. int**. v. 46, n. 2, Brasília, July/Dec. 2003.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro**: Uma avaliação preliminar. Rio de Janeiro: mimeo, 2019.

OREIRO, J. L.; SILVA, K. M. **A estagnação brasileira e a agenda de Paulo Guedes em tempos de coronavírus**. RBPO, Brasília v 10 n 1, 2020.

PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, n. 31, v. 89, p. 125-144, 2017.

PRATES, D. M.; FRITZ, B.; PAULA, L. F. **O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise?** uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer. 2019.

RANGEL, I. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, v. 1 e 2, 2005.

SANTOS, D.; BATALHA, M.; PINHO, M. A Evolução do Consumo de Alimentos na China e seus Efeitos sobre as Exportações Agrícolas Brasileiras. *In*: **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, mai-ago/2012.

SANTOS, Milton de A. Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SANTOS, M. A.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

USDA. UNITED STATES. Department of Agriculture. Market and trade data. 2024. Disponível em: http://www.fas.usda.gov/psdonline/psd-Query.aspx. Acesso em: 24 jul. 2024.

VERNETTI, F. J. Genética da soja; características qualitativas. *In:* VERNETTI, F.J. (Ed.) Soja: genética e melhoramento. Campinas: Fundação Cargill, p.93-124, 1983.

Recebido em julho de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

ESTRATÉGIA GEOECONÔMICA CHINESA NA CADEIA GLOBAL DE VALOR DO CAFÉ

CHINESE GEOECONOMIC STRATEGY IN THE GLOBAL COFFEE VALUE CHAIN

ESTRATEGIA GEOECONÓMICA CHINA EM LA CADENA DE VALOR MUNDIAL DEL CAFÉ

Fernando dos Santos Sampaio
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
fssampa@gmail.com

Carlos Cassemiro Casaril
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
carlos.casaril@gmail.com

DESTAQUES

- A China tem implementado estratégias para integrar-se a todos os elos da cadeia de valor do café, desde a produção até o consumo final.
- A classe média chinesa tem mostrado um padrão de consumo semelhante à dos países ocidentais desenvolvidos tornando seu mercado interno atraente para firmas estrangeiras.
- O ritmo acelerado do crescimento do consumo chinês leva a uma estimativa de que em 2040 já se tornará o maior consumidor mundial.
- Apesar de ter sido iniciado pelas grandes empresas estrangeiras, hoje 80% das cadeias de café em território chinês são marcas nacionais.

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as estratégias geoeconômicas da China na cadeia global de valor do café, destacando o desenvolvimento chinês, as diferenças na produção global,

e as estratégias para integração na cadeia de valor. Analisou-se o impacto das cafeterias da terceira onda no mercado chinês. Utilizou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa, com revisão bibliográfica, dados da FAO, Statista e relatórios setoriais. Destacando nos resultados que o desenvolvimento chinês, através da combinação de controle estatal e mercado, tem impulsionado crescimento econômico e bem-estar social. A China se tornou um ator global relevante no setor do café ao modernizar a produção e atrair investimentos, evidenciando uma estratégia eficaz de integração global e desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Estratégias Geoeconômicas; Cadeia Global de Valor; Produção de Café; Cafeterias da Terceira Onda; Desenvolvimento Chinês.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze China's geo-economic strategies in the global coffee value chain, highlighting Chinese development, differences in global production, and strategies for integration into the value chain. The impact of third-wave coffee shops on the Chinese market was analyzed. A quantitative and qualitative approach was used, with a literature review, data from the FAO, Statista and sector reports. The results show that Chinese development, through a combination of state and market control, has boosted economic growth and social welfare. China has become a major global player in the coffee sector by modernizing production and attracting investment, demonstrating an effective strategy of global integration and national development.

Keywords: Geoeconomic Strategies; Global Value Chain; Coffee Production; Third Wave Coffee Shops; Chinese Development.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar las estrategias geoeconómicas de China en la cadena de valor mundial del café, destacando el desarrollo chino, las diferencias en la producción mundial y las estrategias de integración en la cadena de valor. Se analizó el impacto de las cafeterías de la tercera ola en el mercado chino. Se utilizó un enfoque cuantitativo y cualitativo, con una revisión bibliográfica, datos de la FAO, Statista e informes sectoriales. Los resultados muestran que el desarrollo chino, mediante una combinación de control estatal y de mercado, ha impulsado el crecimiento económico y el bienestar social. China se ha convertido en uno de los principales actores mundiales en el sector cafetero al modernizar la producción y atraer inversiones, lo que demuestra una estrategia eficaz de integración mundial y desarrollo nacional.

Palabras clave: Estrategias geoeconómicas; Cadena de valor global; Producción de café; Cafeterías de la tercera ola; Desarrollo chino.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir o papel das estratégias geoeconômicas da China na cadeia global de valor do café. Por meio de uma revisão bibliográfica ampla, análise de dados estatísticos da Food and Agriculture Organization (FAO), Portal Statista, e relatórios setoriais como (Deloitte, 2021), buscando demonstrar como as estratégias chinesas têm sido eficazes na concretização dos objetivos gerais do Estado chinês.

O notável desenvolvimento da China nas últimas décadas é evidenciado não apenas pelo crescimento do PIB, mas também pelas melhorias sociais, como aumento da alfabetização, redução da pobreza e maior expectativa de vida. A urbanização acelerada, exemplificada pelo crescimento de Shenzhen e a criação das Zonas Econômicas Especiais sob Deng Xiaoping, foi crucial para a industrialização e o crescimento econômico, alinhada ao conceito de "prosperidade comum" promovido pelo governo de Xi Jinping.

Este crescimento também impulsionou a demanda por produtos de alta qualidade, como o café, levando o Estado chinês a desempenhar um papel ativo na regulação do comércio exterior e na promoção de políticas de desenvolvimento para garantir autossuficiência e fortalecer a presença nacional em todas as etapas da cadeia de valor do café.

A cadeia global de valor do café, caracterizada por uma desigualdade significativa de ganhos entre países produtores e processadores, reflete a vulnerabilidade dos produtores e o domínio dos países desenvolvidos nas etapas mais lucrativas, como torrefação e processamento. A China, apesar de um histórico limitado no consumo de café, tem implementado estratégias para integrar-se a todos os elos da cadeia de valor, desde a produção até o consumo final.

Inicialmente dependente de empresas estrangeiras, a China agora desempenha um papel estratégico no setor de cafés, com crescimento na produção, fortalecimento de empresas locais e a criação de Empresas Cabeça de Dragão. O mercado de café chinês, que passou por várias fases e experimentou um recente *boom* de cafeterias especiais, tem um mercado consumidor formado por jovens urbanos com alto poder aquisitivo, que enxergam no café um estilo de vida, impulsionando a expansão de grandes redes e cafeterias locais.

O artigo está dividido em quatro partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira parte mostra-se algumas características do

desenvolvimento chinês que almeja a ideia de “Prosperidade Comum” apresentada pelo presidente Xi Jinping. A segunda parte mostra as características globais da produção de café, mostrando as diferenças entre os países produtores de grãos e os que agregam valor através do processamento e benefício ficando com a maior parte dos lucros do setor. A terceira parte é dedicada a mostrar as estratégias chinesas para seu ingresso soberano na cadeia de valor do café de forma a fugir das características de países meramente produtores de grãos. Por fim, o novo padrão de consumo impulsionado pelas cafeterias de terceira onda é o tema da quarta parte, na qual se mostra como em pouco tempo o mercado chinês se torna um dos mais atrativos do mundo e as empresas nacionais passam a liderança nesse mercado em formação.

DESENVOLVIMENTO CHINÊS RUMO À PROSPERIDADE COMUM

Não há dúvidas sobre o absoluto sucesso do desenvolvimento chinês que perdura por quase meio século. Com crescimento médio na faixa de 9%, a China se transformou na maior economia industrial do mundo, responsável por cerca de 30% da produção industrial desde 2010 (Chen, 2022). De um grande exportador no início desse processo, foi se transformando na ‘indústria do mundo’ abastecendo os países ocidentais com seus produtos industriais mais baratos e atraindo as indústrias ocidentais para seu território em busca de aproveitar sua eficiência como plataforma produtiva e de exportações. Com o tempo o grau de sofisticação produtiva foi aumentando e a China se tornando líder em uma série de produtos mais complexos, tais como telefones celulares, carros elétricos, eletrônicos, máquinas avançadas, energia limpa e atingindo a fronteira tecnológica com a internet 5G e 6G, biotecnologia, Internet das Coisas, inteligência artificial e semicondutores.

Não há uma harmonia nesse desenvolvimento, uma série de desequilíbrios e desafios vão se tornando presentes durante esse processo (Jabbour, 2019). Desde uma questão ambiental que se tornou central por conta das condições de poluição causadas pela industrialização acelerada, o processo de concentração de renda e a formação de grandes diferenças entre zonas rurais e urbanas e ricos e pobres. No entanto houve uma visível tendência nos últimos anos a uma melhoria da distribuição de renda, formalização de leis regulatórias da relação capital-trabalho, aumento dos salários acima da produtividade do trabalho e um intenso esforço na inovação para mitigar os problemas

ambientais, tornando a China o principal país na elaboração de soluções para as questões energéticas e ambientais[1].

Segundo (Hu *et al*., 2021) o desenvolvimento social chinês pode ser dividido em quatro fases distintas, que estão associadas ao processo de desenvolvimento econômico, mas também na melhoria de condições de atendimento das necessidades da população.

A primeira fase, denominada pelo autor de Fase de Pobreza Absoluta, engloba o período de 1949 a 1978. Esse é o período da construção inicial do socialismo no qual vai se estabelecendo as bases institucionais, econômicas e sociais da modernização socialista da China. Nesse período o desenvolvimento das forças produtivas ainda se encontra em níveis muito baixos, caracterizado por uma grande pobreza em quase toda a sociedade.

A segunda fase, compreendida entre 1978 e 1990, representa o momento em que as necessidades básicas da população foram atendidas. Foi nesse momento que houve a reforma e abertura econômica iniciada por Deng Xiaoping, que resultou em um significativo crescimento econômico. O primeiro plano estratégico foi realizado, possibilitando a duplicação do PIB chinês e garantindo que as necessidades básicas da população fossem atendidas. Foi também nesse período que as pessoas começaram a enriquecer, marcando um nível de prosperidade moderada no final do período.

A terceira fase, denominada de Fase da Prosperidade Moderada, ocorreu entre 1991 e 2000. O período é marcado pela continuação de um crescimento econômico elevado, melhorando os padrões de vida da população, tornando o país uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos. Houve um acelerado desenvolvimento da economia com significativas melhorias nos indicadores sociais.

A quarta fase, entre 2001 e 2020, é a Fase de Sociedade Moderadamente Próspera em Todos os Aspectos. Conseguiu-se nesse período erradicar a pobreza absoluta em 2020, manter um crescimento estável e contínuo por mais de 30 anos, o que possibilita alcançar uma sociedade moderadamente próspera e com avanços substanciais em diversas áreas socioeconômicas. Marca-se nesse período o objetivo de se alcançar a prosperidade comum e a modernização socialista até o centenário da Revolução Chinesa em 2049.

[1] Para maiores detalhes desse processo ver (Jabbour, 2019 e Jabbour e Gabriele, 2021).

Essas fases mostram a evolução do desenvolvimento econômico e social da China, passando de um estado de pobreza absoluta no período pré-revolução para uma sociedade moderadamente próspera não apenas na questão de renda média, mas também nos aspectos sociais.

O desenvolvimento chinês é visível não apenas pelo crescimento do PIB, mas pelas diversas melhorias nos aspectos sociais mostrados na Tabela 1, tais como o grau de alfabetização, a diminuição da pobreza, o aumento na esperança de vida ao nascer, entre outros. Há, no entanto, grande diferença entre as condições de vida entre a população urbana e rural, sendo esta última ainda marcada por condições de vida precárias. Jabbour (2019) aponta que ainda há cerca de 400 milhões de pessoas ocupadas em formas pré-capitalistas produzindo alimentos no campo chinês[2].

Tabela 1 - Principais índices de desenvolvimento econômico e social da China (1949-2020)

	Fase da pobreza absoluta (1949–1978)	**Fase de satisfação das necessidades básicas da população (1978-1990)**	**Fase de prosperidade moderada (1991-2000)**	**Fase de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos (2001–2020)**
PIB per capita (PPC, dólar de 2011)	172–637	637–1516	1516–3678	3678–18500
Esperança de vida per capita (anos de idade)	41–65,5	65,5–68,6	68,6–71,4	71,4–77,3
Taxa de analfabetismo (%)	80–25,2	25,2–15,9	15,9–6,7	6,7–3,0
Média de anos de escolaridade da população em idade ativa (anos)	1–5,3	5,3–6,4	6,4–7,9	7,9–10,8
Índice de desenvolvimento humano (IDH)	0,145–0,423	0,423–0,501	0,501–0,588	0,588–0,780
Coeficiente de Engel rural (%)	>70	67,7–58,8	58,8–49,1	49,1–27
Coeficiente de Engel urbano (%)	>60	57,5–54,2	54,2–39,4	39,4–25
População rural afetada pela pobreza (milhões)	700,7 (1978)	700,7–600,58	600,58–400,62	400,62–0,0
Incidência da pobreza rural (%)	97,5 (1978)	97,5–73,5	73,5–49,8	49,8–0,0
Coeficiente de Gini	0,558–0,317 (1953–1970)	0,317–0,324	0,324–0,392	0,392–0,462 (1999–2015)

Fonte: (Hu *et al*., 2021) Tradução dos autores.

[2] A China é uma Formação Social complexa, na qual há combinação de vários modos de produção dentro de uma mesma FES. Uma visão mais completa sobre a Formação Social chinesa pode ser encontrada em (Jabbour; Gabriele, 2021).

Acompanhando esse processo de desenvolvimento houve uma urbanização bastante acelerada levando mais de 400 milhões de pessoas a saírem do campo em direção à cidade entre 2000 e 2023[3], transformando várias cidades de pequeno porte em grandes metrópoles (o caso marcante de Shenzhen[4] é um exemplo desse processo). As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) criadas no governo de Deng Xiaoping serviram não apenas para atrair o capital estrangeiro em busca do desenvolvimento acelerado da economia chinesa, mas trouxe também um enorme volume de pessoas do campo que se tornaram a mão de obra necessária para levar adiante essa industrialização[5].

O processo de urbanização chinês foi levado adiante com planejamento para que se evitasse os problemas sociais que atingem a maior parte das grandes cidades mundiais, seja pela falta de infraestrutura, seja pelas consequências da pobreza urbana presente nelas (favelas, moradores de rua, submoradias etc.). Esse processo está relacionado às novas e superiores formas de planificação econômica (Jabbour, 2019), ligadas a uma busca de crescimento econômico com melhoria de qualidade de vida para a população em geral, ou o lema presente no governo de Xi Jinping, a prosperidade comum.

Essa característica presente na urbanização chinesa possibilitou às grandes cidades tornarem-se locais de busca por uma crescente população que vem do campo. Segundo (Guo e Qiao, 2020), a urbanização chinesa envolveu a transformação da agricultura tradicional em produção industrial de larga escala, com os migrantes rurais-urbanos fornecendo mão de obra e ampliando o mercado urbano. Esse processo foi

[3] Em 1960, a população rural chinesa representava 84% do total, em 2000 caiu para 64% e tornou-se menor que a urbana em 2010. Em 2023 a população rural era de 36,44% representando 515 milhões de habitantes, enquanto a população urbana já era de 898 milhões (Banco Mundial).

[4] Shenzhen em 1950 era uma vila de pescadores com cerca de 3 mil habitantes, foi sede da primeira ZEE da China em 1980. Sua população cresceu, entre 1980 e 2024, de 59 mil habitantes para cerca de 13,3 milhões (World Population Review, 2024) , com a área urbana aumentando de 5,6% para 41,8%. Esse crescimento resultou em desafios como perda de terras agrícolas e poluição, levando o departamento de planejamento urbano a usar zoneamento espacial para mitigar esses problemas, tornando Shenzhen um exemplo de estudo sobre a eficácia do planejamento urbano no controle do crescimento urbano (Lei, Flacke e Schwarz, 2021).

[5] As ZEEs tiveram grande importância no processo de desenvolvimento chinês, não apenas no aspecto produtivo e de atração de capitais, mas também nas ações que permitissem que o Estado explorasse as estratégias de mercado alinhadas à economia socialista, tornando-as campos experimentais de políticas inovadoras, voltadas para a inovação das instituições e modernização econômica. Para maiores detalhes ver (Rena, Souto e Jabbour, 2024).

impulsionado pelas vantagens das áreas urbanas, como a aglomeração de fatores econômicos e o efeito de polarização.

A concentração de serviços de maior complexidade, setores administrativos e grandes empresas nas cidades cria oportunidades para a mobilidade ocupacional mais ampla, permitindo que trabalhadores ascendam de funções manuais a cargos administrativos de melhor remuneração. Assim, desenvolvimento econômico e urbanização são processos que aparecem conjuntamente na China e tem como consequência um aumento de renda e de padrão de consumo[6].

A classe média chinesa tem mostrado um padrão de consumo semelhante à classe média dos países ocidentais desenvolvidos o que torna o mercado interno chinês atraente para firmas estrangeiras e base para o desenvolvimento de empresas locais. Dessa forma o padrão de consumo foi alterado e possibilitou a inserção de novos locais de consumo de alto padrão.

Essa característica marca uma mudança no padrão de consumo, que vai se tornando mais sofisticado e exigente. Segundo (Dicken, 2011) ao aumentar a renda as pessoas passam a se tornar mais exigentes com os alimentos, consumindo não apenas para saciar a fome, mas buscando características especiais nos alimentos, sejam elas ambientais, de saúde, de melhores processos produtivos, além do preço. Há também outros fatores que influenciam na demanda alimentar, como o surgimento de novos produtos alimentícios – como os funcionais, por exemplo – o papel do estilo de vida, modismos etc. Isso se reflete na maior diversidade de produtos vendidos nas grandes redes de supermercados, a integração em cadeias agroalimentares que vão se tornando cada vez mais elaborados, principalmente nos produtos de maior valor agregados.

O caso chinês demonstra esse processo. Em 2016 a China era autossuficiente na produção de alimentos, já em 2019 tornava-se o maior importador do mundo (Escher, 2024), isso se dá pelo processo de urbanização acelerada, que colocou como ordem do dia uma questão agroalimentar capaz de alimentar uma crescente população urbana,

[6] Essa relação entre o desenvolvimento econômico, urbanização e a formação de uma ampla classe média é mostrado por (Chen e Qin, 2014), as características da classe média chinesa – fundamentada em trabalho assalariado, predominantemente urbana, grandes poupadores etc. - são apresentadas por (Gustafsson, Sicular e Yang, 2020), que demonstra o potencial de consumo e o crescimento numérico associado ao desenvolvimento chinês.

combinando a produção interna com as importações de alimentos em um momento no qual vai se alterando o padrão de consumo.

O papel da elasticidade/renda é fundamental para explicar a resposta da demanda sobre determinados produtos. Os alimentos básicos tendem a não ampliar seu volume de venda quando do aumento da renda, enquanto os alimentos mais elaborados vão se tornando mais comuns no consumo (Dicken, 2011; Medeiros, 2014). Isso é visível no caso Chinês ao verificarmos certa estabilidade no consumo de arroz e o aumento da ingestão de proteínas animais[7]. No caso do consumo do café esse fator também se mostra presente, criando mercado para cafés de melhor qualidade e os hábitos de consumo em cafeterias nas grandes cidades.

Dentro desse novo contexto do consumo alimentar, percebe-se que houve uma estratégia da China em:

a) Aumentar a produção interna de alimentos, tornando-se grande produtora em diversos itens tanto para abastecimento interno como para exportações[8];
b) Criar mecanismos de relações internacionais possibilitando fornecimento de bens primários que vão sendo transformados internamente;[9]
c) Incentivar setores novos que, independente de importações, podem ir realizando processos de substituição de importações para que se tenha uma produção nacional que consiga suprir parte da demanda interna.

Em comum a essas estratégias está a ação do Estado controlando o comércio exterior, elaborando políticas indutoras de desenvolvimento nos setores alimentares e proporcionando a formação de grandes empresas nacionais que buscam liderar o processo de acumulação. A cadeia de valor do café é um exemplo da ação estatal nessas três frentes

[7] Segundo (Escher, 2024, P. 38) "Na média nacional, o padrão dietético passou de 50% grãos, 42% frutas e vegetais e 8% proteínas de origem animal, em 1990, para 34,3%, 46,2% e 19,5% em 2018, com disparidades entre urbano e rural".

[8] Para maiores detalhes sobre a agropecuária chinesa ver (Espíndola *et al*, 2024).

[9] Isso se dá pela formação de grandes empresas que atuam globalmente, como é o caso da COFCO, mas também nas relações geoeconômicas mais amplas atualmente representadas pelo projeto das Novas Rotas da Seda. Ver para esse tema (Jabbour, Dantas e Vadell, 2022; Pautasso *et al*., 2021; Pautasso e Ungaretti, 2016).

visando uma autonomia na produção e a consolidação das estratégias voltadas à presença em todos os elos da cadeia, seja na produção, processamento e consumo no varejo.

A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO MUNDIAL DE CAFÉ

A produção de café no mundo é bastante concentrada, apenas 16 países respondem por mais de 90% do total produzido conforme Tabela 2 e figura 1. Dentre esses, apenas 3 são responsáveis por 54% da produção. Além dos países tradicionais na produção de café, como Brasil, Colômbia e Indonésia, novos países passaram a se destacar na produção como o Laos, República Centro Africana, Vietnã, China, Guiné e Nicarágua, todos com crescimento da produção superiores a 500% entre 1990 e 2022.

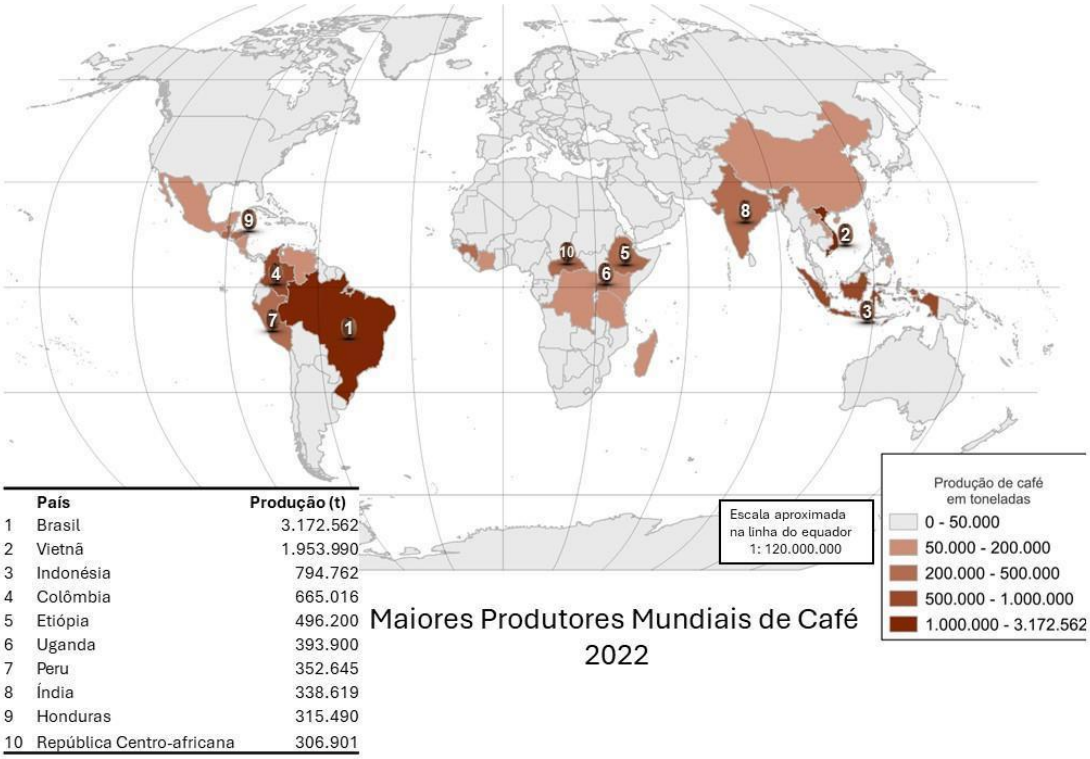
Nesse mesmo período, grandes produtores da década de 1990 registraram quedas significativas em sua produção, deixando de estar entre os maiores produtores. Como é o caso da Costa do Marfim, reduzindo 75% da produção, a Costa Rica, com queda de 48%, El Salvador, diminuindo 79%, e o Equador, cuja produção caiu 94%.

Tabela 2 – Principais produtores mundiais de café - 2022

Ranking 2022	Local	Área colhida (ha)	Produção (t)	Exportação Café Verde (t)
1	Brasil	1.872.511	3.172.562	2.132.063
2	Vietnã	655.921	1.953.990	1.314.210
3	Indonésia	1.285.778	794.762	434.299
4	Colômbia	842.399	665.016	629.757
5	Etiópia	741.850	496.200	273.116
6	Uganda	727.154	393.900	298.480
7	Peru	423.854	352.645	236.946
8	Índia	438.145	338.619	270.300
9	Honduras	258.326	315.490	311.125
10	República Centroafricana	761.111	306.901	*
11	Guiné	663.850	261.645	17.237
12	Guatemala	366.865	225.500	193.774
13	México	646.804	181.706	116.564
14	Laos	89.400	171.000	20.373
15	Nicarágua	163.421	170.181	155.995
16	China Continental	32.203	108.000	43.846
	Mundo	12.238.976	10.891.220	7.821.241

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da FAO. * Não há dados.

Figura 1 – Localização dos maiores produtores mundiais de café, 2022



	País	Produção (t)
1	Brasil	3.172.562
2	Vietnã	1.953.990
3	Indonésia	794.762
4	Colômbia	665.016
5	Etiópia	496.200
6	Uganda	393.900
7	Peru	352.645
8	Índia	338.619
9	Honduras	315.490
10	República Centro-africana	306.901

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da FAO.

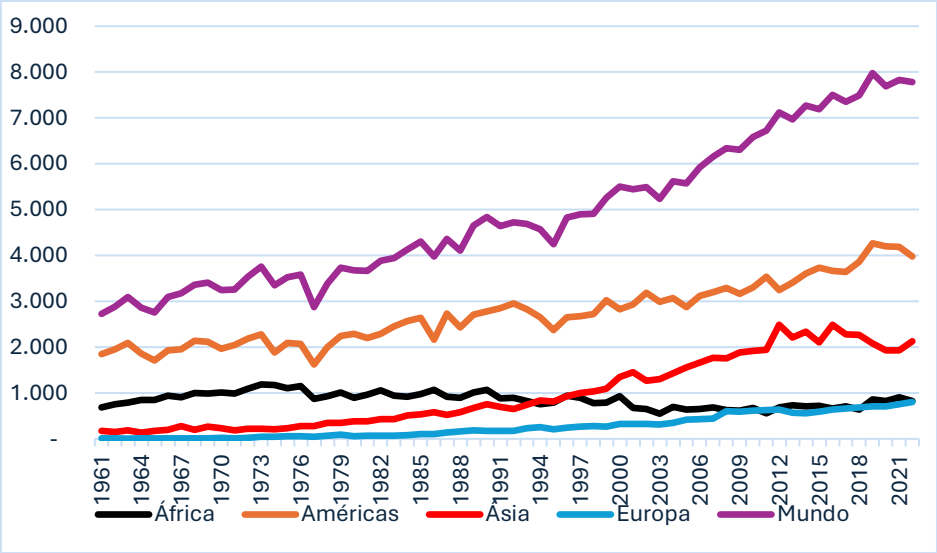
A Figura 1, apresenta um cartograma com a localização dos 10 maiores produtores mundiais de Café, que em 2022 tiveram produção superior a 50.000 toneladas. É perceptível a localização destes países na faixa intertropical em latitudes inferiores a 30º, e uma divisão em três grandes áreas produtoras, a América Latina, a África e o Sul e Leste Asiático[10].

Do ponto de vista das exportações, os anos 1990 marcam uma nova característica no mercado cafeeiro. A maior integração comercial no mundo proporcionada pela criação da OMC e da submissão à globalização neoliberal aumentou o comércio mundial, havendo algumas características regionais mais marcantes, que estão presentes no Gráfico 1.

[10] Apesar de existir diferença na qualidade e propriedades dos cafés produzidos de acordo com a região produtora, não faz parte do escopo deste trabalho tratar dessas características que como passou a ter importância na nova fase de consumo de café que busca qualidades e diferenciações de sabores.

As exportações africanas praticamente se mantiveram estagnadas, tendo pouca variação entre o início dos anos 1990 e 2022, na maior parte desse período houve queda nas suas exportações, voltando a se recuperar apenas após 2018. O crescimento das exportações das Américas se manteve constante, sendo a maior região exportadora em todo o período. A Ásia também teve um crescimento constante, ultrapassando a África em 1994 e se tornando a segunda maior região exportadora.

Gráfico 1 – Exportações de café verde por continentes – 1961-2022



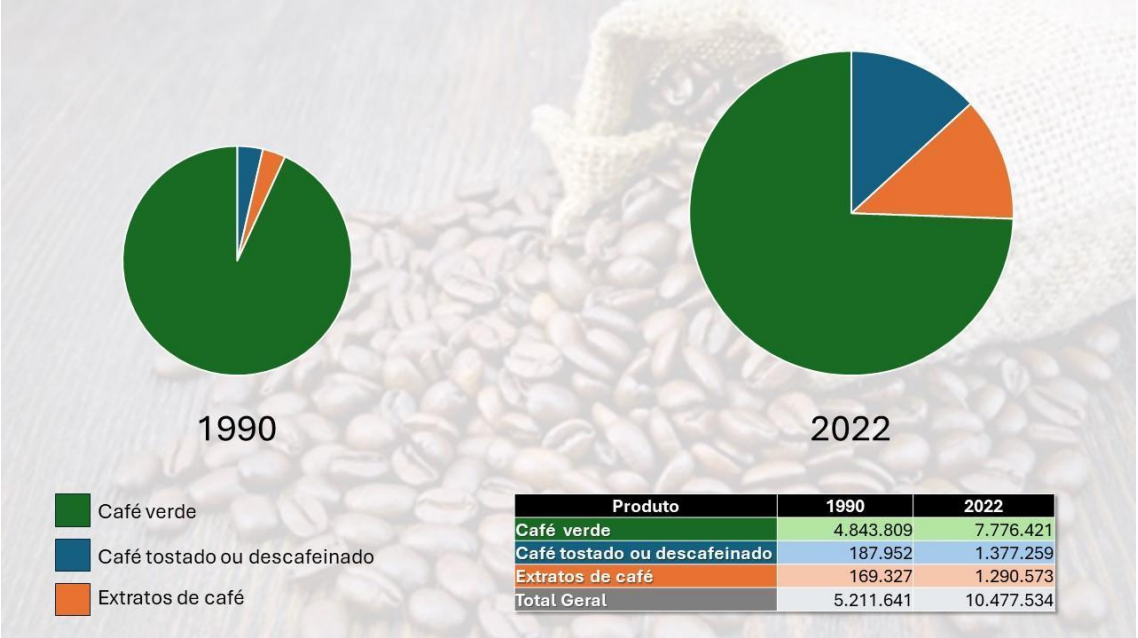
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da FAO.

Um fato marcante foi o aumento das exportações da Europa, região que não produz café, mas teve um crescimento constante e disputa o terceiro lugar com a África desde 2008. Nesse caso trata-se da reexportação, aproveitando-se da capacidade comercial e logística de empresas europeias, Alemanha e Bélgica se destacam nesse comércio, aparecendo em 2022 entre os principais exportadores mundiais. A Oceania sempre teve uma participação muito baixa, não tendo nenhum destaque durante o período.

Outra característica apresentada no período 1990-2022 foi o aumento da participação do café tostado ou descafeinado e dos extratos de café, produtos com maior valor agregado. Com processos de produção e exportação diferentes, as principais regiões exportadoras não são as mesmas das do café verde, conforme a Figura 2. Vale lembrar que o café verde é o que menos agrega valor e tem sua produção em geral nos países mais pobres. A globalização dos anos 1990 transformou o setor aumentando a participação dos

elos de maior agregação de valor – no caso representados pela torrefação e produção dos extratos de café.

Figura 2 - Evolução da participação nas exportações mundiais de café, por produtos, 1990-2022



Produto	1990	2022
Café verde	4.843.809	7.776.421
Café tostado ou descafeinado	187.952	1.377.259
Extratos de café	169.327	1.290.573
Total Geral	5.211.641	10.477.534

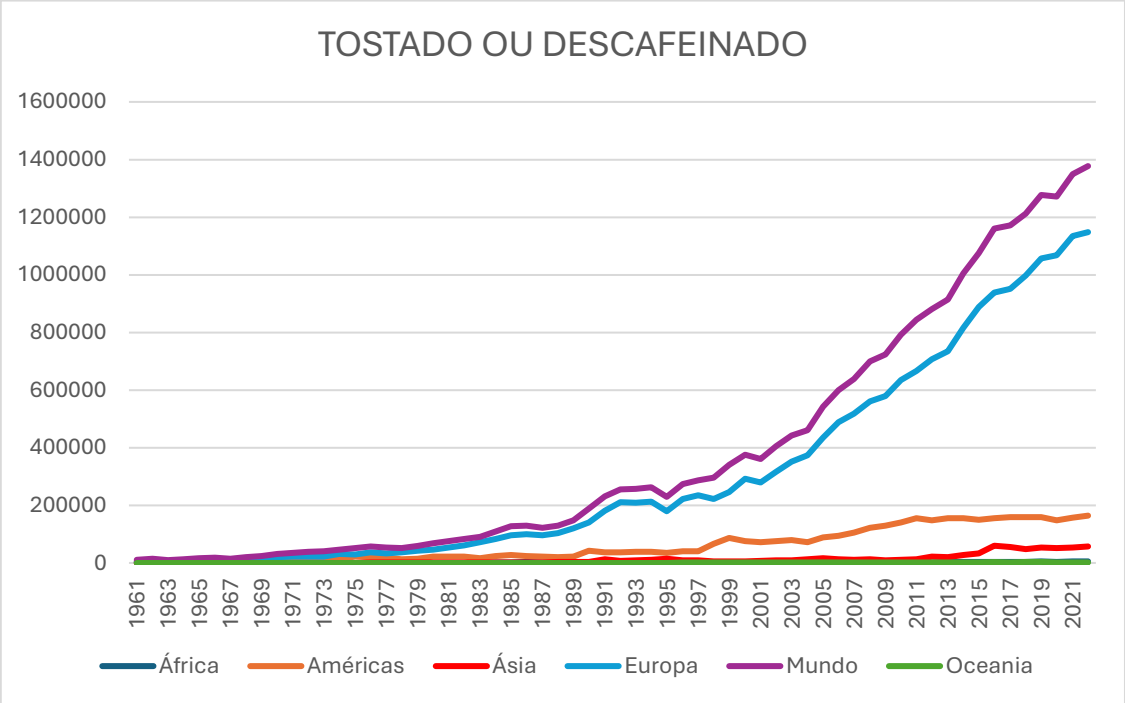
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da FAO.

No caso das exportações de café tostado ou descafeinado, a Europa sempre esteve na liderança nas exportações, representando 83% do total em 2022, seguido pelas Américas com 12%, conforme o Gráfico 2. Os principais exportadores foram Itália, Alemanha, Suíça e Países Baixos, que juntos respondem por cerca de 65% das exportações do continente, o consumo de cafés em cápsula consolidou essa posição[11].

A partir do início do século XXI o consumo de café em cápsulas foi se tornando cada vez mais comum. A praticidade e conveniência do uso de cápsulas monodoses para o café proporcionou uma diferenciação no mercado de cafés, criando uma busca por cafés de melhores qualidades (Gandia *et al*., 2018). Apesar de ser popular em países europeus, o mercado de cápsulas teve grande expansão para outras partes do globo, criando discussões sobre sua sustentabilidade ambiental. Não faz parte do escopo deste artigo aprofundar as características do mercado das cápsulas de café, na qual se formam oligopólios com característica de aprisionamento tecnológico.

[11] Para esse tema ver (Gandia *et al*., 2018), (Lima e Lee, 2023) e (Perongini, 2019).

Gráfico 2 - Evolução da participação nas exportações do café tostado ou descafeinado



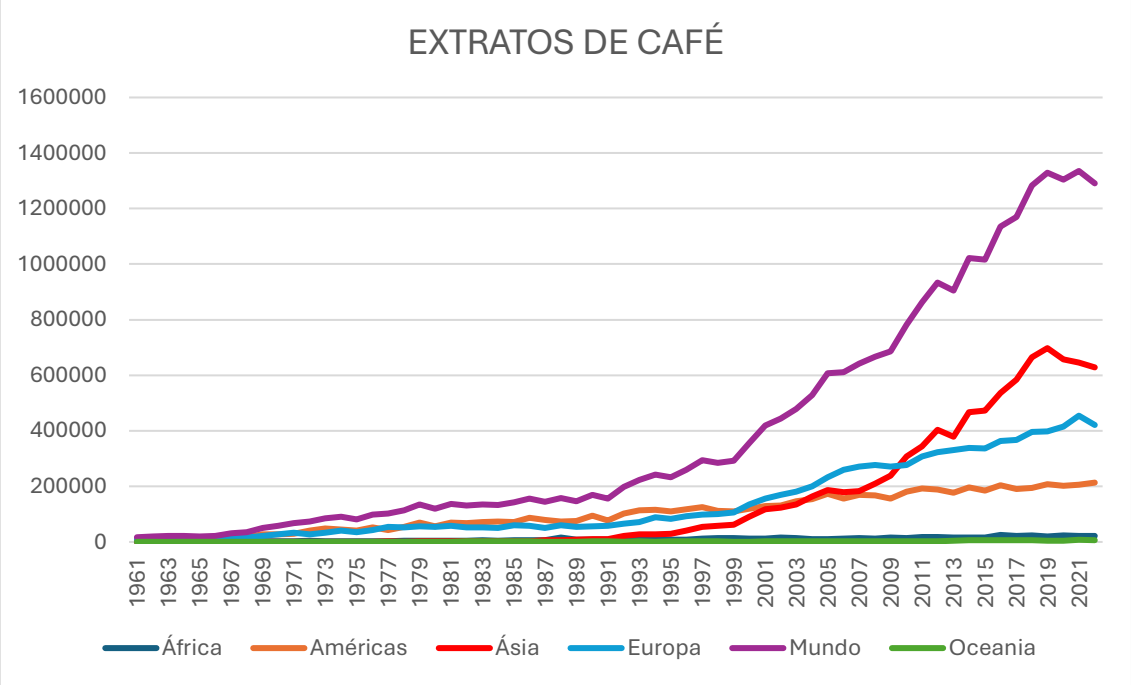
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da FAO.

Nos extratos de café em 2022 a Ásia liderava com 49% da exportação, conforme o Gráfico 3, destacando-se a Indonésia, Malásia, Vietnã e Índia, seguido pela Europa com 33% do total, onde se destaca a Alemanha, Espanha e Polônia. No entanto, foi apenas em 2010 que a Ásia ultrapassou a produção europeia, tendo um crescimento constante e acelerado.

A cadeia global de valor do Café tem se mostrado um interessante exemplo de uma distribuição desigual de ganhos entre os países produtores e os que industrializam o café. A lavoura de café é o elo mais fraco da cadeia, onde se há os menores ganhos por ser um mercado volátil e os preços serem definidos em bolsas de mercadorias globais. Por ser um produto homogêneo – exceção feita aos cafés especiais – há uma baixa diferenciação entre as produções, criando um hiato entre o ajuste da oferta à demanda, o que se agrava por ser uma lavoura permanente. Nesse sentido, os países produtores que não avançam na cadeia produtiva acabam sendo apenas tomadores de preços gerais, enquanto o elo mais lucrativo, a torrefação e processamento, ficam na mão de países desenvolvidos.[12]

[12] Segundo reportagem do Financial Times (Bruce-Lockhart e Terazono, 2019), os torrefadores recebem cerca de 80% do valor final de uma xícara de café, enquanto os produtores apenas 0,4%. A questão do desenvolvimento de elos de maior complexidade são fundamentais para o aumento da renda para os países

Gráfico 3 - Evolução da participação nas exportações nos extratos de café



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da FAO.

Segundo (Utrilla-Catalan *et al*., 2022) apesar do aumento do consumo e produção mundial de café, os países produtores estão perdendo poder econômico para os países importadores, devido fundamentalmente à concentração da agregação de valor nos países desenvolvidos. Embora o mercado de café verde esteja em crescimento, os benefícios econômicos acabam se concentrando nos países importadores que controlam os processos de maior complexidade como a torrefação. Análise semelhante é apresentada por (Neilson e Wang, 2019), que mostra que os países produtores absorvem muito pouco do valor gerado na cadeia, fato que vem se agravando com o tempo criando desigualdades neocoloniais entre países produtores e torrefadores. O fato de os torrefadores estarem próximos aos mercados mais abastados permite a eles serem relativamente lucrativos.

Após a liberalização do mercado na década de 1990, de acordo com (Lima e Lee, 2023) grandes comerciantes, torrefadores e varejistas internacionais intensificaram suas estratégias corporativas visando dominar os mercados de café torrado e instantâneo, e buscando o controle do comércio internacional de café. Entre essas estratégias estão uma série de fusões e aquisições, que levou a uma significativa reorganização do setor. O

(Gala, 2023), o que leva a uma necessidade de organização dos países produtores para ação em conjunto no mercado mundial. Ver também (Lima e Lee, 2023).

setor é altamente concentrado, com os seis maiores varejistas respondendo por cerca de metade do comércio mundial de café[13]. Ao mesmo tempo que se tem uma produção altamente fragmentada e não organizada em cadeias, o comércio é feito em grupos oligopolistas concentrados em poucas empresas.

Dentro dessas características do setor cafeeiro mundial é que a China preparou suas estratégias para ingressar no mercado externo e manter o controle do abastecimento do seu mercado interno. Nesse sentido o país passou a atuar em todos os elos da cadeia de valor, buscando destaque em todas elas e tornando-se referência na integração dos vários elos da cadeia com sua estratégia nacional de desenvolvimento.

ESTRATÉGIAS CHINESAS NA CADEIA DE VALOR DO CAFÉ

Apesar do consumo de café estar presente na China desde o século XIX foi apenas nas últimas décadas que a ampliação do consumo se tornou mais intensa. O consumo de café mais que decuplicou nas duas primeiras décadas do século XXI. Ao se tornar um produto importante do consumo chinês várias empresas internacionais buscaram suprir o mercado se instalando na China, principalmente nas áreas de torrefação e cafeterias. Segundo (BRASILAGRO, 2023) mesmo tendo um consumo pequeno frente ao consumo dos EUA e Europa, o ritmo acelerado do crescimento do consumo chinês leva a uma estimativa de que em 2040 já se tornará o maior consumidor mundial[14]. Em 2000 o consumo chinês foi de 145 mil sacas de café, passando para 5 milhões em 2023, das quais 1,8 milhões já estavam sendo produzidas na China (Statista, 2023).

Até o final dos anos 1990 a produção de café na China sempre foi baixa comparada a outros produtores de café na região, como Índia, Indonésia, Malásia, Laos e Vietnã. Com exceção de alguns momentos de crescimento nos anos 1980, a produção média entre 1961 e 1998 foi de menos de 5 mil toneladas, frente a 282 mil da Indonésia, 126 mil da Índia e 72 mil do Vietnã, segundo dados da FAO.

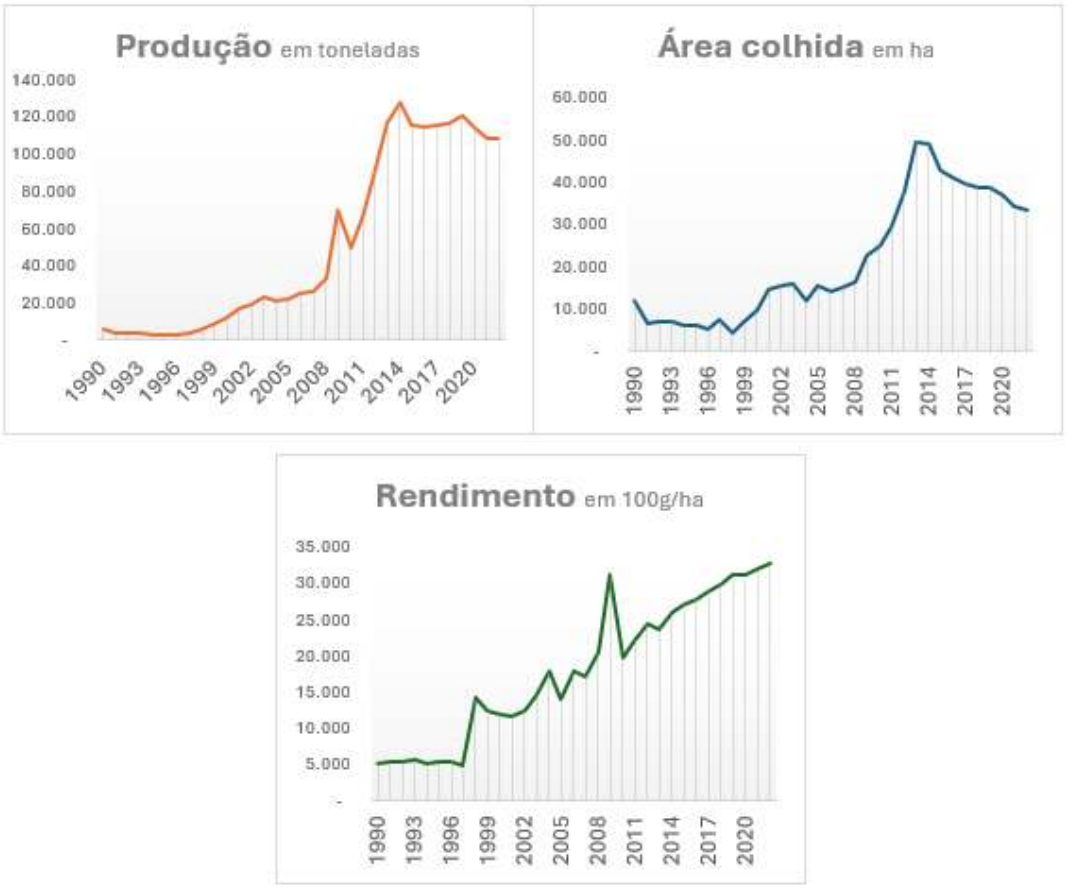
[13] De acordo com (Neilson e Wang, 2019) em 2014 as oito maiores (Nestlé, Jacobs Douwe Egberts, Green Mountain, JM Smuckers, Strauss, Starbucks, Tchibo, Lavazza) detinham 53% do mercado varejista do café. No comércio do café commoditie o setor é dominado pelas grandes tradings como Neumann Kaffee Gruppe, Ecom Agroindustrial, Louis Dreyfus e ED&F Man /Volcafe.

[14] Em 2020 havia cerca de 330 milhões de consumidores de café na China, frente a 190 milhões em 2013. Esse crescimento transformou a China de "parceiro irrelevante" em um foco de atenção para os exportadores (BRASILAGRO, 2023).

A partir do final da década iniciou-se um processo de crescimento contínuo da produção não apenas pelo aumento da área colhida, mas também pelos constantes aumentos de produtividade, o que é demonstrado na figura 3.

Em 1998 a China tinha uma produção de 6.237 ton., ocupando 4.400 ha com a 45 posição no Ranking dos maiores produtores mundiais. Já em 2022 passou para a 16ª posição no *ranking*, com a produção de 1.088.856 em uma área de 33.272 ha. O que chama a atenção foi o aumento de produtividade que passou de 1,4 t/ha em 1998 para 3,3 t/ha em 2022.

Figura 3 – Conjunto de gráficos mostrando produção, área colhida e rendimento de Café na China, 1990-2022.

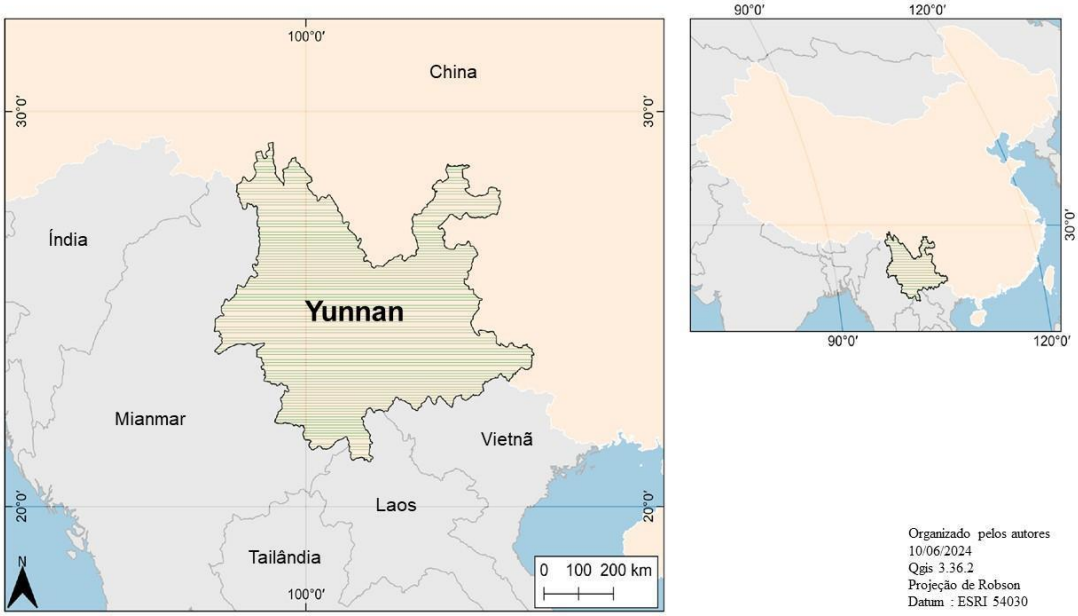


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da FAO.

No período 1995-2015 a China praticamente dobrou a produção a cada 5 anos, transformando-se num grande produtor e consumidor de café, tornando-se a produção com maior rendimento por hectare no mundo[15].

A principal área de cultivo de café na China é a província de Yunnan, conforme a figura 04, região com altitudes elevadas e um clima favorável para a produção da variedade Arábica. Yunnan representa 98% da produção de café na China e desenvolveu um dos sistemas mais produtivos do mundo baseado no uso intenso de tecnologias e em elevado uso de fertilizantes (Neilson e Wang, 2019).

Figura 4 – Localização da província de Yunnan, China.



Fonte: Organizado pelos autores com Qgis3.36.2.

A estratégia chinesa para ampliar a produção interna de café foi semelhante ao ocorrido em outros ramos econômicos, inicialmente a ampliação da produção se deu por ação de empresas estrangeiras com amplo apoio dos governos locais[16]. Com a consolidação da produção iniciaram um forte apoio a empresas locais como forma de fortalecimento da ação do capital nacional no setor cafeeiro.

[15] Segundo os dados da FAO, os maiores rendimentos na produção cafeeira são a China com 3,4 t/ha, Vietnã com 2,9 t/ha e Malásia com 2,6 t/ha. O Brasil, maior produtor mundial, tem um rendimento de 1,7 t/ha.

[16] Alguns governos locais colocaram no seu plano diretor quinquenal o financiamento de vários setores ligados à cadeia do café. O governo de Yunnan que havia planejado em 2010 elevar a área de café para 67 mil hectares até 2020 conseguiu esse número já em 2013 (Neilson e Wang, 2019).

Nos anos 1990 se desenvolveu uma base de fabricação e exportação de café solúvel, na qual Hong Kong representava 70% desse mercado. Os investimentos na produção do café solúvel também fortaleceram o comércio entre os países vizinhos importando cafés de menor qualidade (Robusta) e o transformando em café solúvel para exportação[17]. Esse modelo de negócio iniciado pela Nestlé foi adotado por outras empresas chinesas, o que possibilitou a Hogood se tornar uma das três maiores fabricantes de café solúvel da China.

Tal desenvolvimento proporcionou um papel cada vez mais estratégico das empresas chinesas na cadeia de valor do café, principalmente no nível regional. A ação conjunta de empresas e do Estado chinês tem buscado atingir objetivos políticos mais amplos, relacionados à modernização da agricultura, diminuição da pobreza e integração regional. Nesse sentido foram criadas as Empresas Cabeça de Dragão (Dragon-Head Enterprises), cujo estatuto pode ser concedido por diferentes níveis de governos, desde os nacionais até os locais. Trata-se de empresas agroindustriais com grande capacidade de processamento e comercialização, com capacidade de trabalhar em toda a cadeia de valor.

Foram centrais na consolidação da cafeicultura em Yunnan e no fortalecimento da Hogood como grande player chinês na cadeia do café.

O Plano Nacional de Modernização Agrícola da China (2016-2020) teve como uma das tarefas principais promover grandes empresas agrícolas transnacionais, como o caso marcante da COFCO[18], mas também presentes nas ações feitas a nível local em Yunnan com a Hogood (Nielson e Wang, 2019). Além disso, a busca por sustentabilidade e segurança alimentar tornou-se um imperativo, as novas preferências de

[17] A diferença nos tipos e qualidade dos grãos permite a China ser um importador de grãos mais baratos, do tipo Robusta, e exportador de grãos mais caros, do tipo Arábica. O café Robusta tem uma produtividade mais alta, maior teor de cafeína e é mais amargo, sendo mais usado para misturas ou para produzir café solúvel. O café Arábica tem um teor de cafeína mais baixo, maior qualidade e exige mais tratamentos no cultivo, elevando o seu preço.

[18] A COFCO, uma das maiores empresas públicas chinesa, é o exemplo mais marcante dessa estratégia chinesa, sendo o ator mundial mais importante no intuito de remodelar o padrão internacional do comércio agrícola. Ao adquirir a Noble Agri (de Hong Kong) e a Nidera (Holanda) possibilitou competir em pé de igualdade com as quatro gigantes mundiais, Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus (Neilson e Wang, 2019).

consumo por produtos diferenciados (Dicken, 2011) também impulsionaram as microtorrefações[19].

O que se iniciou como uma plataforma de exportação de cafés das grandes empresas internacionais (Nestlé e Starbucks por exemplo) para Hong Kong, possibilitou o surgimento de empresas locais que se tornaram gigantes no setor como é o caso da Hogood e Linfeng.

O CONSUMO NAS CAFETERIAS DE TERCEIRA ONDA

O boom de cafeterias de cafés especiais da terceira onda chegou com muita força na China, sobretudo, depois de um arrefecimento da pandemia da Covid-19, e com a volta ao trabalho presencial nas indústrias e nos escritórios corporativos das metrópoles chinesas.

Segundo o relatório elaborado pela Deloitte Consulting (Deloitte, 2021), o mercado de café na China passou por cinco períodos. O primeiro deles nos anos 1980 quando o café instantâneo se tornou popular, no segundo no final dos anos 1990 com a entrada da Starbuks no mercado chinês foi o momento da socialização, momento em que combinava o consumo de café com a sociabilização. A popularização das cafeterias deu espaço para o terceiro momento, entre 2016-17, na qual foram surgindo novos cafés no varejo com redes integradas e expansão dos modelos de consumo. Os anos seguintes marcaram o momento no qual a qualidade passa a ser um atributo central, abrindo espaço para pequenas cadeias de "cafeterias butiques" se tornassem cada vez mais populares. Por fim a quinta fase, pós 2020, o consumo de café se torna muito popular, principalmente entre os jovens das grandes cidades e passam a buscar um consumo mais racional, no qual além de buscar qualidade e praticidade também se preocupam com o custo-benefício, o que proporcionou o surgimento de várias cafeterias.

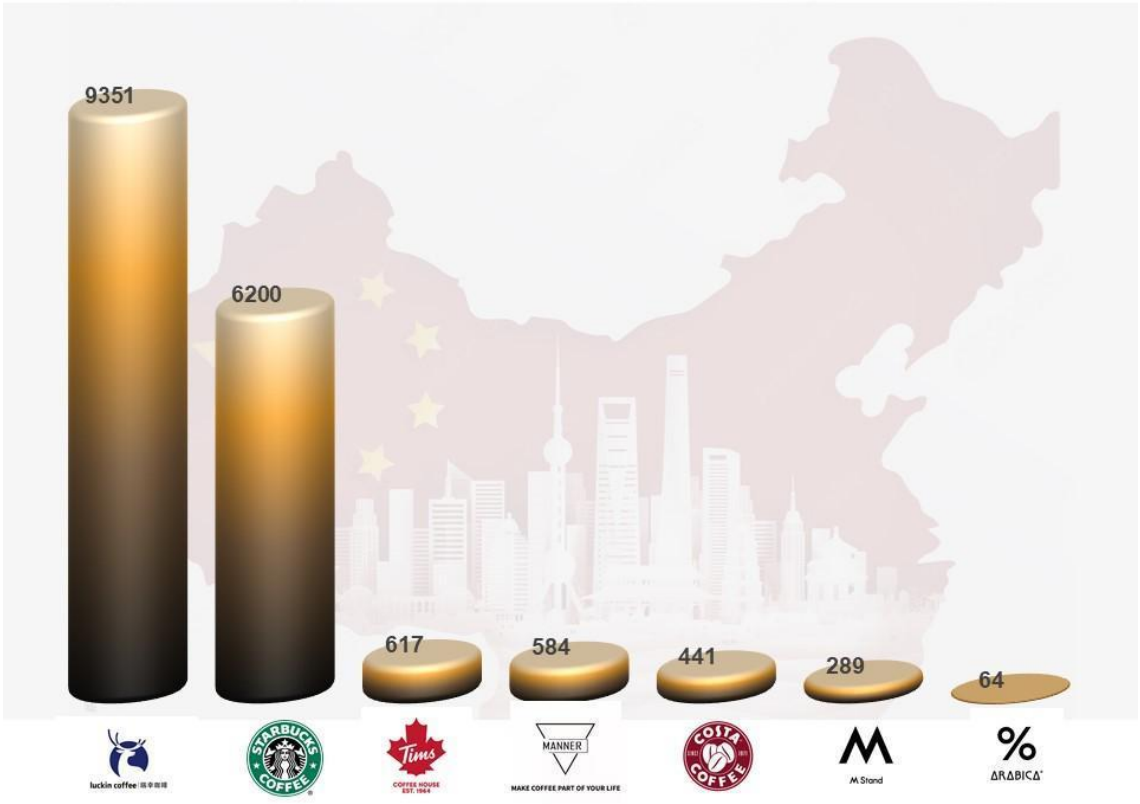
O perfil dos consumidores de café na China é de jovens urbanos com alto poder aquisitivo. Tomar café também é entendido como um estilo de vida, por isso a preferência por "cafeterias butiques", dessa forma, mesmo o café instantâneo ainda

[19] As empresas de microtorrefação geralmente buscam maior qualidade na torra em pequena escala, preferencialmente para venda em suas próprias lojas ou para um pequeno grupo de atacadistas. Nos últimos anos o comércio on-line tem impulsionado essa indústria (Tark, 2020).

domine o mercado, o consumo de cafés de maior qualidade – em geral nas cafeterias – tem se tornado muito comum.

A expansão do mercado urbano, de melhor renda, associado ao hábito do consumo de café permitiu uma rápida expansão das principais cadeias de cafeteria mundiais, conforme a figura 5, com destaque para Starbukcs, Tims, Manner, Costa Coffee e M Stand, além das empresas nacionais com destaque para a Lucking Coffee.

Figura 5 – Número de cafeterias das principais Redes de Cafeteria na China - 2023



Fonte: Elaborado pelos autores com base em (Li, 2023).

Segundo dados da plataforma *Statista* em 2023, as pessoas com idade entre 25 e 44 anos formam o maior grupo de consumidor de café, com uma média de ao menos 3 xícaras por semana, mesmo sendo um consumo muito inferior ao dos EUA e Europa o crescimento chinês tem sido em torno de 15% ao ano, tendo nas grandes cidades um consumo superior ao dobro da média nacional[20]. Em 2023 a China se tornou o país com

[20] Segundo (Li, 2023), em 2021/22 Europa e EUA representavam 40% do consumo mundial, enquanto a China apenas 2,5%. O consumo do cidadão médio chinês não passa de 10 xícaras ano, enquanto na Europa se aproxima de 600 xícaras.

o maior número de cafeterias de marca, superando os EUA o que impacta em suas importações e seu papel no comércio mundial[21]. Somente em Xangai há mais de 9500 cafeterias, tendo a maior concentração mundial em uma cidade, mas há um constante interesse em expandir as redes para uma das 18 cidades com mais de 5 milhões de habitantes[22].

Também no setor de cafeterias nas grandes cidades a estratégia de aumentar a presença do capital nacional se mostrou presente. Apesar de ter sido iniciado pelas grandes empresas estrangeiras, hoje 80% das cadeias de café são marcas nacionais, segundo o Portal World Coffee. O caso mais marcante é a da empresa Luckin Coffee que é responsável por uma estratégia diferenciada[23] em relação à sua principal concorrente, a Starbucks. Fornecendo um café com preços mais baratos e fortemente integrada com uso de big data[24] e um eficiente sistema de entregas, a nacional chinesa ultrapassou a Starbucks como maior rede de cafeterias da China.

Vale destacar que, o vice-presidente da República do Brasil e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, assinou um acordo com a China que pode aumentar as exportações nacionais de café em US$ 500 milhões. Durante sua visita ao país asiático, Alckmin firmou memorandos de entendimento com a Luckin Coffee, a maior rede de cafeterias da China, que possui mais de 16 mil lojas e é a principal importadora de café brasileiro. O acordo prevê a compra de cerca de 120 mil toneladas de café brasileiro, um valor significativo em comparação aos US$ 280 milhões exportados pelo Brasil em 2023 (Bocchini, 2024). Portanto, a expectativa é que, conforme as estatísticas já apresentadas, haja uma ampliação sem precedentes no consumo de café

---

[21] Como o consumo médio é baixo, o potencial de expansão é muito grande, trazendo interesse dos grandes exportadores mundiais para o mercado chinês (“China amplia o consumo de café e país é 3º maior mercado para o produto brasileiro - Comex do Brasil”, 2024).

[22] Segundo Yongchen Lu, CEO da Tims China, “A China é o mercado de consumo mais atraente do mundo, não apenas devido ao seu tamanho, mas porque é o mais exigente, o mais dinâmico e o mais digital” (World Coffee Portal, 2024).

[23] As estratégias da Luckin Coffee, teve uma política de expansão baseada no intenso uso de tecnologia, uso de marketing de precisão e feedback em tempo real, uso de Internet das Coisas na cadeia de suprimentos e uso de aplicativos que permitem clientes fazer pedidos e pagamentos. Para mais detalhes ver (Wang, 2024), sobre a Starbucks na China ver (Bai, 2023).

[24] Segundo (World Coffee Portal, 2024). “Mais de 85% dos consumidores chineses entrevistados pelo Portal Mundial do Café em 2023 fizeram pré-encomenda ou encomendaram entrega em cafeterias nos 12 meses anteriores, com 57% preferindo a entrega de bebidas a visitar uma cafeteria”.

pelos chineses, pelo menos até 2040. Isso, por sua vez, permitirá um aumento ainda maior das exportações desse produto para a China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento chinês se deu a partir de uma estratégia de governo comandada pelo Partido Comunista Chinês associando um controle do Estado nos setores estratégicos e o uso do mercado como auxiliar nas diretrizes dos planos, tal aspecto tem sido entendido como o Socialismo com Características Chinesas, Socialismo de Mercado ou Nova Economia do Projetamento.

Nesse aspecto de desenvolvimento houve diferentes fases em relação aos ganhos sociais da população refletindo um crescimento econômico que ultrapassou os aspectos apenas econômicos, mas melhorando as condições gerais de vida da população, o que proporcionou a formação de uma ampla classe média com poder de consumo que se tornou atrativa para empresas estrangeiras ao mesmo tempo que possibilitou o surgimento de empresas locais em setores novos. A cadeia do café é um exemplo da ação conjunta do global e nacional, estatal e privado, grandes e pequenas empresas, permeado por importantes iniciativas locais.

O mercado mundial de café é extremamente concentrado, havendo poucos países no mundo que respondem pela maior produção dos grãos no mundo. Do ponto de vista do valor adicionado há uma diferença entre produtores de grãos, em geral países mais pobres e que ficam com a menor parte do valor da cadeia, e os países desenvolvidos que ficam com os elos de maior agregação de valor, como a torrefação, produção de cápsulas e ação no varejo.

Foi no âmbito dessa característica do mercado mundial e das estratégias nacionais de desenvolvimento que a China entrou e se desenvolveu como importante ator na cadeia global de café. Dessa forma merece destaque as ações em quatro sentidos:

a) A ação junto aos produtores locais da província de Yunnan, que concentra 98% da produção chinesa, ampliando a área plantada e usando de tecnologias modernas para aumentar a produtividade, conseguindo em pouco tempo entrar no grupo dos maiores produtores mundiais.

b) Ao se estabelecer uma área produtora importante, atrair grandes empresas internacionais que trazem o seu conhecimento da estrutura do setor e aproveitam os incentivos dos governos locais, absorvem a produção local e se tornam exportadores.

c) Ao se consolidar a produção – tanto na agricultura quanto no processamento industrial – as empresas locais iniciam sua presença e como apoio dos governos locais e nacional vão se tornando grandes grupos que concorrem diretamente com as empresas estrangeiras. Essa ação busca atingir objetivos políticos mais amplos, como a integração regional, diminuição da pobreza e modernização da agricultura.

d) As modificações no padrão de consumo, que se vê presente na cadeia de café, proporcionam uma mudança em busca de maior qualidade e praticidade no consumo de café. O consumo de café nas grandes cidades torna-se um momento de sociabilização ampliando a ação das "cafeterias butiques" que se expandem tornando-se um importante elo da cadeia em um mercado crescente. Da mesma forma que no setor de torrefação, a ação das empresas estrangeiras abriu caminho para o surgimento de empresas nacionais, que inovam, se modernizam e aproveitam as características de mercado, tornando-se líderes no setor.

De forma geral, se percebe que em vários setores a estratégia chinesa de associar forças de mercado com o planejamento estatal em busca de desenvolvimento com prosperidade comum, tem se mostrado eficaz ao permitir melhoria nas condições de vida, melhoria em empregos e aprofundando o padrão de consumo para produtos de maior qualidade e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BAI, J. The Starbucks Crisis—External and Endogenous Pressures of Coffee Market Giants. **Frontiers in Business, Economics and Management**, v. 8, n. 1, p. 272–275, 20 mar. 2023.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. Population. World Bank, July 2024. Disponível em: <http://www.worldbank.org/data/.Acesso em: 18 jul. 2024.

BOCCHINI, B. **Brasil faz acordo com China que pode aumentar exportação de café**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/brasil-faz-acordo-com-china-que-pode-aumentar-exportacao-de-cafe>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASILAGRO. **China aumenta consumo de café e chega a ser o 9º maior comprador do Brasil | Brasilagro**. Disponível em: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/china-aumenta-consumo-de-cafe-e-chega-a-ser-o-9-maior-comprador-do-brasil.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRUCE-LOCKHART, C.; TERAZONO, E. From bean to cup, what goes into the cost of your coffee? **Financial Times**, 4 jun. 2019.

CHEN, C.; QIN, B. The emergence of China's middle class: Social mobility in a rapidly urbanizing economy. **Habitat International**, v. 44, p. 528–535, out. 2014.

CHEN, D. **Os segredos que levaram a China a se tornar a "Fábrica Mundial"**. Disponível em: <https://iree.org.br/os-segredos-que-levaram-a-china-a-se-tornar-a-fabrica-mundial/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

China amplia o consumo de café e país é 3º maior mercado para o produto brasileiro - Comex do Brasil. Disponível em: <https://comexdobrasil.com/china-amplia-o-consumo-de-cafe-e-pais-e-3o-maior-mercado-para-o-produto-brasileiro/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

DELOITTE. **White paper on China's freshly brewed coffe industry**. , abr. 2021. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/cn/Documents/consumer-business/deloitte-cn-consumer-coffee-industry-whitepaper-2021-en-210630.pdf>.

DICKEN, P. **Global shift: mapping the changing contours of the world economy**. 6. ed ed. New York London: Guilford Press, 2011.

ESCHER, F. A "segurança alimentar" da China e suas implicações globais. **Observatório Internacional do Século XXI**, v. 6, p. 37–39, 2024.

ESPÍNDOLA, C. *et al*. Lênin em Pequim: desempenho geoeconômico da agropecuária chinesa pós-2000.. In: Aloisio Sérgio Barroso; Osvaldo Bertolino. (Org.). **Lênin um século depois**: Teoria e História. São Paulo: Anita Garibaldi, 2024, v. 1, p. 263-284.

GALA, P. **O paradoxo do café no Brasil**. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/o-paradoxo-do-cafe-no-brasil/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

GANDIA, R. M. et al. The coffee capsules consumption practice. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 12, n. 2, p. 31–42, 10 jul. 2018.

GUO, Y.; QIAO, W. Rural Migration and Urbanization in China: Historical Evolution and Coupling Pattern. **Sustainability**, v. 12, n. 18, p. 7307, 6 set. 2020.

GUSTAFSSON, B.; SICULAR, T.; YANG, X. China's Emerging Global Middle Class. Em: SICULAR, T. et al. (Eds.). **Changing Trends in China's Inequality**. 1. ed. [s.l.] Oxford University PressNew York, p. 76–108, 2020.

HU, A. *et al*. A New Era with New Characteristics and Contradictions. Em: HU, A. et al. (Eds.). **2050 China**. Understanding Xi Jinping's Governance. Singapore: Springer Singapore, p. 31–44, 2021.

JABBOUR, E. **China Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2019.

JABBOUR, E.; DANTAS, A.; VADELL, J. Da nova economia do projetamento à globalização instituída pela China. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 9, n. 4, p. 90–105, 10 jan. 2022.

JABBOUR, E.; GABRIELE, A. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LEI, Y.; FLACKE, J.; SCHWARZ, N. Does Urban planning affect urban growth pattern? A case study of Shenzhen, China. **Land Use Policy**, v. 101, p. 105100, fev. 2021.

LI, Y. Current Situation and Development Trend of Fresh Ground Coffee Market in China. **Frontiers in Business, Economics and Management**, v. 10, n. 3, p. 55–59, 2023.

LIMA, U. M.; LEE, K.. Governance and Asymmetry in Global Value Chains of the Coffee Industry: Possibility for Catch-Up by Emerging Economies. **Seoul Journal of Economics**, v. 36, n. 1, p. 79–112, fev. 2023.

MEDEIROS, M. C. A GEOGRAFIA DO MERCADO MUNDIAL DE PRODUTOS AGROALIMENTARES E O PAPEL DO BRASIL. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 31, n. 0, p. 260–279, 28 fev. 2014.

NEILSON, J.; WANG, J.-H. Z. China and the changing economic geography of coffee value chains. **Singapore Journal of Tropical Geography**, v. 40, n. 3, p. 429–451, 2019.

PAUTASSO, D. *et al.* A INICIATIVA DO CINTURÃO E ROTA E OS DILEMAS DA AMÉRICA LATINA. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 77–106, 10 mar. 2021.

PAUTASSO, D.; UNGARETTI, C. R. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 4, n. 3, p. 25–44, 2016.

PERONGINI, M. F. H. S. **A "guerra das cápsulas de café: um estudo sobre aprisionamento tecnológico e uso da propriedade industrial em mercados secundários**. Curitiba: Appris, 2019.

RENA, N.; SOUTO, J. P.; JABBOUR, E. Urban planning as political experimentation: A study of Special Economic Zones in China. **International Planning History Society Proceedings**, v. 20, p. 095–110, 2 jul. 2024.

STATISTA. **The Statistics Portal**: Food & Nutrition. Disponível em: https://www.statista.com/markets/415/topic/468/food-nutrition/. Acesso em: 20 dez 2023.

TARK, S. **A Indústria do Café na China, dos Torrefadores aos Consumidores**. **PDG Brasil**, 30 set. 2020. Disponível em: <https://perfectdailygrind.com/pt/2020/09/30/a-industria-do-cafe-na-china-dos-torrefadores-aos-consumidores/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

UTRILLA-CATALAN, R. *et al*. Growing Inequality in the Coffee Global Value Chain: A Complex Network Assessment. **Sustainability**, v. 14, n. 2, p. 672, 8 jan. 2022.

WANG, Y. Ruixing Coffee Versus Starbucks in China: Has Technology Given Ruixing Coffee an Edge. **Highlights in Business, Economics and Management**, v. 24, p. 1528–1539, 22 jan. 2024.

WORLD COFFEE PORTAL. **China: 1.4 billion reasons to sell coffee**. Disponível em: <https://www.worldcoffeeportal.com/Latest/InsightAnalysis/2024/March/China-1-4-billion-reasons-to-sell-coffee>. Acesso em: 21 jul. 2024.

WORLD POPULATION REVIEW. **Shenzhen Population 2024**. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/world-cities/shenzhen-population>. Acesso em: 18 jul. 2024.

Recebido em julho de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

ANÁLISE DAS RELAÇÕES GEOECONÔMICAS BRASIL – CHINA NO PERÍODO 2013 – 2023

ANALYSIS OF BRAZIL – CHINA GEOECONOMICS RELATIONS IN THE PERIOD 2013 – 2023

ANÁLISIS DE LAS RELACIONES GEOECONÓMICAS BRASIL – CHINA EN EL PERIODO 2013 – 2023

Rafael Bernardo Silveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFSC)
rafael.silveira@ifc.edu.br

Otávio Cascaes Montanha
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
otaviocmontanha@gmail.com

Destaques

- O objetivo principal deste trabalho é analisar o avanço das relações geoeconômicas entre o Brasil e a China partir do ano de 2013.
- Com um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente US$ 2,1 trilhões em 2023 (BANCO MUNDIAL, 2024), o Brasil se posiciona como a nona maior economia do mundo e a primeira da América Latina.
- A China é a segunda maior economia mundial, com significativo crescimento econômico desde as reformas de 1978, desempenhando um papel crucial no comércio global e estabelecendo-se como um parceiro vital para muitas nações.
- A China é segunda maior economia mundial, com significativo crescimento econômico desde as reformas de 1978, desempenhando um papel crucial no comércio global e estabelecendo-se como um parceiro vital para muitas nações.
- A China é o principal destino das exportações brasileiras (37%) e a principal origem das suas importações (22%).

RESUMO

Com um Produto Interno Bruto de, aproximadamente, US$ 2,1 trilhões em 2023, o Brasil se posiciona como a nona maior economia do mundo e a primeira da América Latina.

V. 15, n.30, 2024 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

Esse resultado está diretamente relacionado ao crescimento econômico observado ao longo das últimas duas décadas quando, em apenas três ocasiões, o país apresentou crescimento negativo. Nos últimos anos, o país estabeleceu laços comerciais relevantes com a China, que se tornou sua principal parceira em importações e exportações. A China, sendo a segunda maior economia global em valores absolutos, continua seu processo de crescimento e inserção internacional alavancado, principalmente, pós o período de reformas iniciado em 1978. Desde então, o país apresentou crescimento médio do Produto Interno Bruto de, aproximadamente, 9% a.a., se postando como o principal parceiro econômico de inúmeros países e blocos econômicos. Brasil dentre eles. Este trabalho analisa o avanço das relações geoeconômicas do Brasil com a China entre os anos 2013 e 2023.

Palavras-chave: Brasil; China; Geoeconomia; Geopolítica; Relações Internacionais.

ABSTRACT

Brazil has a Gross Domestic Product of approximately US$2.1 trillion in 2023, positioning the country as the ninth-largest economy in the world and the largest in Latin America. This result is directly related to the economic growth observed over the last decades, during which the country experienced negative growth on only three instances. Over the last fifteen years, Brazil has forged significant commercial ties with China, which has become its main partner both in imports and exports. China, being the second-largest global economy in absolute terms, continues its growth and international integration process, especially after the reforms that began in 1978. Since then, the country has maintained an average GDP growth rate of approximately 9% per year, becoming the main economic partner for numerous countries and economic blocs. In this context, this paper seeks to analyze the evolution of Brazil's geoeconomics relations with China between the years of 2013 and 2023, this period coincides with the rise to power of Chinese President Xi Jinping. For this purpose, bibliographic and documentary research methods were employed. Among the conclusions, the asymmetry of economic dependence in this relationship, which is unfavorable to Brazil, stands out.

Keywords: Brazil; China; Geoeconomics; Geopolitics; International Relations.

RESUMEN

Brasil tiene un Producto Interno Bruto de aproximadamente 2,1 billones de dólares en 2023, lo que posiciona al país como la novena economía más grande del mundo y la más grande de América Latina. Este resultado está directamente relacionado con el crecimiento económico observado durante las últimas décadas, durante las cuales el país experimentó un crecimiento negativo solo en tres ocasiones. En los últimos quince años, Brasil ha establecido importantes vínculos comerciales con China, que se ha convertido en su principal socio tanto en importaciones y exportaciones. China, siendo la segunda economía mundial en términos absolutos, continúa su proceso de crecimiento e integración internacional, especialmente después de las reformas iniciadas en 1978. Desde entonces, el país ha mantenido una tasa de crecimiento promedio del PIB de aproximadamente el 9% anual, convirtiéndose en el principal parcero económico de

numerosos países y bloques económicos. En este contexto, este trabajo tiene como objetivo analizar el avance de las relaciones geoeconómicas de Brasil con China entre 2013 y 2023, este período coincide con la llegada al poder del presidente chino Xi Jinping. Para este propósito, se emplearon métodos de investigación bibliográfica y documental. Entre las conclusiones, destaca la asimetría de la dependencia económica en esta relación, que es desfavorable para Brasil.

Palabras clave: Brasil; China; Geoeconomía; Geopolítica; Relaciones Internacionales.

INTRODUÇÃO

A história da República Federativa do Brasil ao longo do século XXI está invariavelmente vinculada à primeira posse de Lula da Silva, em 2003, como presidente do país. A partir de sua chegada ao governo, o Brasil implementou uma série de políticas sociais e certas medidas econômicas de caráter nacionalizante que ainda formatam o país. A política externa do governo Lula mudou drasticamente em relação aos governos anteriores, priorizando a integração regional, especialmente com o fortalecimento do Mercosul, e as relações sul-sul de uma forma geral, que culminariam anos depois na criação dos BRICS e no estabelecimento de relações de proximidade com a China.

Uma série de políticas públicas e de Estado implantadas a partir de então moldariam a ação exterior do Brasil nos governos subsequentes, mesmo aqueles de evidente caráter liberal. De uma maneira geral, a política externa dos dois primeiros governos Lula da Silva focou na integração sul-sul não apenas pelo viés econômico, mas também social e cultural, buscando aproximações com nações dos continentes africano e asiático, para além da América Latina. Foram tais políticas de governo e de Estado, implantadas no início deste século, que permitiriam nas décadas seguintes o estreitamento das relações entre Brasil e China.

Em janeiro de 2011, Dilma Rousseff tomou posse como a primeira presidenta do Brasil, em um governo que, embora fosse de continuidade aos de Lula da Silva, apresentava também características próprias e, por vezes, descolada de certas medidas previamente executadas. Por um lado, o protagonismo da diplomacia presidencial diminui, bem como a prioridade dada aos projetos integracionistas regionais, como o Mercosul e a UNASUL, por outro lado, no entanto, o novo governo priorizou outras arenas internacionais, principalmente o BRICS e, por consequência, as relações geoeconômicas e geopolíticas com a China.

Após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, a direita e extrema direita brasileiras começaram a executar formas de removê-la do cargo para o qual não conseguiam chegar pela via democrática, culminando em seu impeachment em 2016 sob acusações controversas de crime contábil. Esse golpe foi parte de um movimento mais amplo de perseguição judicial contra a esquerda, incluindo a falsa condenação e prisão do ex-presidente Lula, o que impediu sua candidatura nas eleições de 2018 e levou à ascensão de Jair Bolsonaro.

Desde o golpe de 2016 e sob os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), houve um desmantelamento de várias políticas sociais implementadas durante os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), especialmente nas áreas de saúde, educação e habitação, levando o país a uma forte crise econômica e social, agravada após 2020 com a pandemia da Covid-19.

No campo das relações exteriores, ambos governos reaproximaram o Brasil dos EUA, principalmente no período em que o último era governado por Donald Trump. Contudo, apesar da forte retórica anticomunista e sinofóbica do governo Bolsonaro, em termos práticos as relações econômicas entre Brasil e China se mantiveram nos patamares anteriores, até mesmo com crescimento em alguns setores.

Com o retorno de Lula da Silva ao poder em janeiro de 2023, houve uma reorganização das relações entre ambos os países, em processo que ainda se desenvolve enquanto este estudo é realizado.

A estrutura institucional contemporânea do Estado chinês, denominada República Popular da China, origina-se da vitória da Revolução de 1949, conduzida pelo Partido Comunista Chinês (PCCh). A subsequente industrialização sob a liderança maoísta foi excepcional. As reformas iniciadas em 1978 reintroduziram características mercantis tradicionais da cultura chinesa e promoveram inovações institucionais, lançando um novo ciclo de desenvolvimento econômico que persiste até hoje, sem abdicar da centralização do poder político pelo Partido Comunista Chinês. Embora essas reformas tenham permitido a ascensão de milionários e bilionários, não lhes foi permitido organizar-se como classe dominante ou influenciar o poder político e as estruturas estatais. O Estado e o PCCh permanecem como os principais agentes do processo político.

Como consequência desses progressos, a China se tornou a segunda maior economia mundial em termos absolutos, atrás apenas dos Estados Unidos, e, ao

considerar a Paridade de Poder de Compra, já os superou. Paralelamente ao desenvolvimento econômico, o país criou uma classe média estimada em 500 milhões de pessoas e retirou cerca de 800 milhões da pobreza extrema. Através de sua diplomacia comercial, a China se posicionou como um mercado crucial tanto fornecedor quanto consumidor de uma vasta gama de produtos. Nesse contexto, sua inserção geoeconômica e geopolítica no Brasil tem se expandido de forma constante no período aqui analisado.

O objetivo principal deste trabalho é analisar o avanço das relações geoeconômicas que se desenvolvem entre o Brasil e a China a partir do ano de 2013.

O desenvolvimento deste artigo decorreu através de trabalho teórico, utilizando-se dos procedimentos de investigação de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, possibilitando dessa forma uma revisão da literatura existente de qualidade e de forma abrangente, dentro das limitações impostas a um trabalho teórico. Assim, quanto aos procedimentos adotados, o trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental. Almeida (2011) diferencia as duas quanto ao tipo de tratamento analítico recebido. A pesquisa bibliográfica é elaborada desde material já publicado, tais como livros, artigos, periódicos, internet e outros. Já a pesquisa documental está baseada em material que ainda não recebeu tratamento analítico.

Realizada a recolha das informações, o material foi tratado seguindo a sequência: contextualização das variadas fontes – análise do material captado – síntese– considerações dos autores.

Para além desta introdução, este trabalho é dividido em três subseções: O Brasil, A República Popular da China e a Análise das relações Brasil - China no período 2013 – 2023; por fim são apresentadas as considerações finais dos autores.

A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Com um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente US$ 2,1 trilhões em 2023 (World Bank, 2024), o Brasil se posiciona como a nona maior economia do mundo e a primeira da América Latina. Esse resultado está diretamente relacionado ao crescimento econômico observado ao longo das últimas duas décadas, nas quais, em apenas três ocasiões o país apresentou crescimento negativo. Relativamente ao período pós pandemia de Covid-19, que resultou em um decréscimo real do PIB brasileiro de 3,3% em 2020, houve uma gradativa recuperação do crescimento econômico, com taxas

de 4,8% em 2021, 3% em 2022 e 2,9% em 2023. O resultado de 2023 é fruto, dentre outros fatores, do bom desempenho do setor do agronegócio e do setor de serviços. Para o ano de 2024, o Ministério da Fazenda (2024) estima um crescimento na ordem de 2,5%, o que deve fazer o país subir de posição para a oitava maior economia mundial.

Na introdução deste trabalho registramos que a inserção do Brasil no mundo ao longo do século XXI está invariavelmente vinculada à primeira posse de Lula da Silva, em 2003, como presidente do país. Destarte este trabalho propor a análise do período temporal entre os anos de 2013 e 2023, é necessário retrocedermos mesmo antes da primeira presidência de Lula da Silva, até meados da década de 1990, para se fazer um resgate histórico da trajetória geoeconômica e geopolítica que hoje se desenvolve.

A economia mundial da segunda metade dos anos 1990 é marcada por uma sequência de crises econômicas e cambiais nos chamados "mercados emergentes", uma nova nomenclatura para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento que passa a ser utilizada após a fragmentação da URSS e a restauração capitalista na Rússia e demais países do leste Europeu. A partir de 1994 uma série de eventos econômicos em diferentes partes do mundo se desenvolve: a crise mexicana (1994), asiática (1997), e a russa (1998).

O Brasil sofreu as consequências das três crises acima descritas de forma mais evidente a partir de janeiro de 1999, quando teve que abandonar a política de câmbio semi-paritário implantada a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Embora o país já apresentasse sérios problemas de ordem macroeconômica antes de 1999, os eventos externos colaboraram em demasia para acelerar e aprofundar a situação. A crise na Rússia foi a mais incisiva no processo, pois, com a moratória declarada por aquela nação, levou a um efeito cascata de gerar uma crise de confiança no mercado acerca da credibilidade dos países emergentes, conduzindo a uma fuga maciça de capitais da economia brasileira (Murta, Brasil e Samohyl, 2003).

É necessário apontar que no período que antecede tais crises, todos esses países passaram a aplicar, com maior ou menor intensidade, políticas econômicas neoliberais, oriundas do "Consenso de Washington", tendo servido a América Latina como um importante laboratório de tal prática nefasta.

> A partir dos anos 1990 os países da região são compelidos a manutenção de taxas cambiais que favorecem a entrada de produtos importados, em especial os de mais avançada tecnologia, causando uma desindustrialização generalizada, com o consequente desemprego. Os esforços industrializantes das décadas anteriores são desfeitos, pois, a globalização levada a cabo pelos países desenvolvidos, e no caso sul-americano em especial pelos EUA, visava

> transformar toda a região em um imenso mercado consumidor de produtos importados. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000 se estabelece a crise desse sistema incentivado ao longo da década anterior. Em muitas localidades decorrem cenários de pré convulsão social, como na Argentina em 2001, que levou à renúncia do então presidente Fernando de La Rua, que teve que deixar a Casa Rosada (sede presidencial) em helicóptero com a população o cercando por terra, evento que sepultaria os anos de políticas neoliberais no país e abriria caminho para os governos de caráter socialdemocrata de Nestor e Cristina Kirchner (Silveira, 2021, p. 174).

Não foi apenas a Argentina que sofreu os violentos malefícios econômicos, sociais e políticos da aplicação desordenada do neoliberalismo. Em 1998, começa a crise cambial no Brasil, que foi relativamente de menor magnitude quando comparada à dos seus vizinhos, mas levou em 1999 ao fim da política de semi-paridade do real ao dólar. Em 1999 a Argentina entrou em recessão, levando à crise cambial e ao desemprego em massa em uma economia dolarizada, tendo sido o caso mais extremo da região, crise essa que perduraria até 2001 levando a derrubada do governo de Fernando de La Rua (1999-2001) e uma instabilidade política que somente seria resolvida com a eleição de Nestor Kirchner em 2003.

O Equador entrou em crise profunda em 1999, recorrendo ao FMI e este lhe impondo ainda mais austeridade neoliberal. O Uruguai igualmente foi ao FMI em 2002, tal qual o Peru (Pozo, 2009).

Diferentemente, porém, das crises econômicas dos anos 1980, neste período os países da região não apenas estavam endividados externamente, como haviam se desfeito de grande parte do seu patrimônio público através dos programas de privatizações, haviam se desindustrializados (por conta do incentivo às importações via política cambial) e o modesto colchão de Estado de bem-estar social havia sido vítima do desmonte neoliberal. Em suma, a crise do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 era mais severa que as das décadas anteriores e dentre as consequências promoveriam a alteração da ordem político-econômica regional, que no caso brasileiro levaria a eleição de Lula da Silva como presidente, sob uma plataforma de centro-esquerda.

Um momento de suma importância, não apenas para o Brasil, mas para toda a região, foi o encontro presidencial entre Nestor Kirchner (Argentina) e Lula da Silva (Brasil) em outubro de 2003, onde os chefes de Estado firmaram um documento denominado “Consenso de Buenos Aires”. A nomenclatura não foi obra do acaso, mas sim para se contrapor explicitamente ao “Consenso de Washington”.

O Consenso de Buenos Aires salientou o compromisso de Argentina e Brasil em "intensificar a cooperação bilateral e regional com vistas a garantir a todos os cidadãos o pleno usufruto de seus direitos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento, em um âmbito de liberdade e justiça social" (Folha de São Paulo, 2003).

Essa ação de política exterior do novo governo brasileiro veio alinhada a novas diretrizes econômicas internas, de superação, ainda que de forma tímida e gradativa, da ordem neoliberal imposta na década anterior. O Brasil, sob a presidência de Lula da Silva, implementaria uma série de políticas sociais e certas medidas econômicas de caráter nacionalizante que formatam o país até os dias atuais, a despeito de evidentes retrocessos ocorridos entre 2016 e 2022 sob os governos neoliberais de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Para além da política econômica e social interna, a política externa do governo Lula mudou drasticamente em relação aos governos anteriores, priorizando a integração regional, especialmente com o fortalecimento do Mercosul e as relações sul-sul de uma forma geral, que culminariam anos depois na criação dos BRICS e no estabelecimento relações de proximidade com a China, que entre 2009 e 2010 assumiria a posição de principal parceiro econômico do país, tomando o lugar que os EUA ocupavam havia quase setenta anos.

O Brasil, enquanto país com maior território, economia e população da região, passou a associar o seu destino e dos seus vizinhos como uma realidade interdependente e de respeito mútuo, surgiram e se consolidaram outras experiências integracionistas, tais como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a União das Nações Sul-americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) (Arroyo, 2015; Fiori, 2014). Destarte cada um desses projetos terem agendas e perfis próprios e, por vezes, antagônicos entre si, todos tinham em comum o objetivo de fortalecimento das relações sul–sul e da necessidade de desenvolvimento não subordinado aos países do centro do sistema capitalista.

No caso brasileiro, uma séria de políticas públicas e de Estado foram implantadas ao longo dos dois mandatos presidências de Lula da Silva, reformatando inclusive a ação exterior do Brasil nos governos subsequentes, mesmo aqueles de evidente caráter liberal. De uma maneira geral, a política externa dos dois primeiros

governos Lula da Silva (2003-2010) focou na integração sul-sul não apenas pelo viés econômico, mas também social e cultural, buscando aproximações com nações dos continentes africano e asiático, para além da América Latina.

> A política externa do Brasil, contudo, faz um giro de 360° em relação aos governos anteriores, passando a priorizar a integração regional não mais apenas pelo viés econômico, e, a alavancar uma série de relações sul-sul geopolítico. Uma das grandes prioridades da política externa do governo Lula foi o aprofundamento das relações do Brasil com os países vizinhos. Desde o início do governo, a integração sul-americana consolidou-se como um dos principais eixos de atuação da política exterior, tendo sido inserida em um novo modelo de regionalismo, mais voltado para a concertação política e para a interlocução entre os países, passando por temas sociais e energia, indo além do tradicionalismo da integração restrita ao âmbito econômico-comercial. A materialização desse novo arranjo regional expressou-se, durante o primeiro mandato de Lula, sobretudo por meio das ideias dos principais formuladores da política exterior, como Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, que, entre outras iniciativas, possibilitaram o avanço da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa) e da UNASUL. Nesse contexto, deve-se destacar a forte presença da diplomacia presidencial, em que o presidente Lula teve papel muito importante para a evolução do processo de integração, tratando a integração da América do Sul (e da América Latina como um todo) como um projeto político, buscando inserir o Brasil como protagonista em todos os arranjos institucionais (Leão, 2016, p. 8).

A partir dos anos 2010 o panorama econômico e geopolítico começou a se transformar, enfraquecendo gradualmente os esforços de desenvolvimento econômico não apenas do Brasil, mas também de toda a região. Economicamente, a prolongada crise capitalista de 2008/2009, que o país havia superado de maneira relativamente rápida e satisfatória, resultou na redução das exportações a partir de 2011/2012, além da queda nos preços das commodities no mercado global, enfraquecendo os principais produtos de exportação do Brasil.

Em janeiro de 2011, Dilma Rousseff tomou posse como a primeira presidenta do Brasil, em um governo que embora fosse de continuidade aos de Lula da Silva, apresentava também características próprias, e, por vezes, descolada de certas medidas previamente executadas. Por um lado, o protagonismo da diplomacia presidencial diminui, bem como a prioridade dada aos projetos integracionistas regionais, como o Mercosul e a UNASUL, por outro lado, no entanto, o novo governo priorizou outras arenas internacionais, principalmente o BRICS, e, por consequência, as relações geoeconômicas e geopolíticas com a China.

As alterações de ordem econômica que se desenvolvem a partir dessa nova década logo teriam reflexos também no cenário político interno da região. Depois do

longo ciclo de vitórias da esquerda na década anterior, o direitista Sebastian Piñera seria eleito no Chile em 2010, interrompendo o ciclo de vitórias progressistas na região. Mesmo em países em que houve a continuidade dos partidos progressistas no poder, decorreram alterações nas políticas econômicas, como foi o caso do governo de Dilma Rousseff (2011-2016).

Após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, a direita e extrema-direita brasileira começaram a executar ações para removê-la do cargo para o qual não conseguiam chegar pela via democrática liberal, culminando em seu "impeachment" em 2016 sob acusações fabricadas de crime contábil. Esse golpe parlamentar foi parte de um movimento mais amplo de perseguição judicial contra a esquerda não apenas brasileira, mas de toda a região, incluindo a falsa condenação e prisão do ex-presidente Lula, o que impediu sua candidatura nas eleições de 2018 e levou à ascensão de Jair Bolsonaro.

Conforme já mencionado, a mudança no cenário político de decorre a partir da metade da década de 2010 não foi exclusividade do Brasil. Primeiramente há, ainda em 2009, um golpe de Estado no modelo tradicional em Honduras, que depõe o presidente Manuel Zelaya, sequestrado por forças militares do país que o exilam na vizinha El Salvador. Embora tenha sido um evento de importância localizada, abriria as portas para uma série de intervenções posteriores. Em 2012, o congresso paraguaio, dominado pela oposição de direita ao presidente Fernando Lugo, cassa seu mandato em um processo suspostamente institucionalizado, que durou menos de 48 horas. Tratou-se de um novo modelo de golpe, sem a presença das forças armadas na rua, e sim atuando por vias supostamente legais, com a cobertura midiática necessária para legitimar tal ação (Fiori, 2011).

O uso de golpes híbridos e do *lawfare* se alastra por toda a América Latina. Tal estratégia, de golpes parlamentares ou "híbrido" é mais antiga do que a sua prática a partir dos anos 2010. Mier (2017) esclarece que a estratégia foi formulada ainda no início dos anos 2000, no denominado Projeto Gênesis da CIA. O objetivo da CIA era de fomentar um "golpe suave" em Cuba, utilizando um aplicativo, parecido com Twitter, para gerar descontentamento com o governo cubano e, através do financiamento e capacitação para artistas, estudantes e professores (utilizando-se de ONG's) criar um partido de oposição de falsa esquerda. Tal tática seria praticada, parcial ou totalmente, na Venezuela, Irã e Líbia (nesta última com sucesso). Uma estratégia-chave do "golpe

suave" é solapar os pilares de um governo até que ele imploda, gerando caos, deixando a impressão de que o governo havia sido derrubado por seu próprio demérito, e não a partir de uma ação coordenada interna e externamente.

As motivações dos EUA para derrubar os governos de esquerda da América Latina eram e são múltiplas: perda de mercado para a China; nacionalização dos hidrocarbonetos (Argentina, Bolívia, Venezuela); a descobertas das megas reservas de petróleo nas camadas de pré-sal no Brasil; os projetos de integração do Mercosul, UNASUL e CELAC, que gradativamente esvaziavam o poder de intervenção dos EUA na política interna dos países latinos; o avanço da Argentina e Brasil (principalmente) no comércio exterior com África e Ásia, avanço esse que se deu além das *commodities* agregando setores como a construção civil, engenharia petrolífera e aviação (Silveira, 2021).

A autodenominada operação "Laja Jato" brasileira, e seus tentáculos pela região, não se restringiriam ao âmbito da perseguição política, ocasionando um complexo e acelerado processo de desmonte, desnacionalização, desestruturação produtiva das economias nacionais e o reforço da hegemonia das atividades financeiras no processo de acumulação, reabrindo mercados para empresas dos EUA na América Latina, Ásia e África (Fernandes, 2019). A reação da direita e extrema-direita tinham como objetivo a restauração da ordem neoliberal que havia sido revista na década e meia anterior.

No Brasil, desde o golpe parlamentar de 2016 e sob os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, houve um desmantelamento de várias políticas econômicas e sociais implementadas durante os governos de Lula da Silva e Dilma Roussef, especialmente nas áreas de saúde, educação e habitação, levando o país de uma forte crise econômica e social, agravada após 2020 com a pandemia da Covid-19.

No campo das relações exteriores, ambos governos reaproximaram o Brasil dos EUA, contudo as relações econômicas entre Brasil e China se mantiveram nos patamares anteriores, até mesmo com crescimento em alguns setores.

Com o retorno de Lula da Silva ao poder em janeiro de 2023, há uma reorganização das relações entre ambos os países, em processo que ainda se desenvolve enquanto este estudo é realizado. Contudo, o terceiro governo Lula da Silva enfrenta desafios diferentes aqueles dos seus dois primeiros mandatos.

O primeiro, de caráter interno, diz respeito a correlação de forças no Congresso Nacional, dominado amplamente por partidos de direita e extrema-direita, que tudo fazem para impedir a aplicação do programa político referendado nas urnas. Há também forte oposição na mídia hegemônica contra o atual governo.

O segundo, é um cenário externo muito mais delicado do que aquele do início dos anos 2000. No campo econômico a China se tornou uma ameaça real a supremacia dos EUA, tendo avançado tanto quantitativamente como qualitativamente. O país já superou os EUA enquanto principal economia mundial quando avaliado o PIB por Paridade de Poder de Compra. Para além disso, a China caminha a passos largos para alcançar sua soberania tecnológica. No plano político, os EUA têm gradativamente avançado nas provocações no Mar do Sul da China e no Estreito de Taiwan. Relativamente a Rússia, importante parceiro econômico do Brasil e integrante dos BRICS, as relações entre esta e os EUA atingiram seu pior nível desde o final da Guerra Fria, com um conflito por procuração decorrendo no território da Ucrânia desde fevereiro de 2022.

Nesse novo e complexo cenário que o governo Lula da Silva busca reinserir o Brasil enquanto protagonista econômico e geopolítico, ao mesmo tempo em que precisa atuar internamente contra uma extrema-direita organizada e raivosa para qualquer projeto que vise o desenvolvimento soberano do país e a aplicação de políticas de desenvolvimento social.

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A estrutura institucional contemporânea do Estado chinês, denominada República Popular da China, origina-se da vitória da Revolução de 1949, conduzida pelo Partido Comunista Chinês (PCCh). A experiência do PCCh enquanto gestor estatal, contudo, não inicia apenas em 1949, uma vez que desde os anos 1920 regiões relevantes do território chinês já eram administradas pelo partido. A fundação da República Popular da China foi, portanto, também um processo de unificação territorial do país sob um único governo central, de caráter socialista (Silveira, 2023).

Os estudos ocidentais sobre o período maoísta chinês (1949-1978) têm a tendência, mesmo entre setores intelectuais progressistas, em retratar a China como um país em situação de atraso econômico, social e principalmente tecnológico, conforme

apontam Fairbank (1992) e Spence (1990). Tais afirmações carecem de uma análise mais detalhada de qual foi o ponto de partida do governo revolucionário quando do final da unificação em 1949, ignorando que avanços consistentes que decorrem a partir de então.

Nogueira (2019), por outro lado, advoga que as primeiras décadas pós-revolução foram eficazes em estruturar a base que possibilitaria os extraordinários avanços sociais e econômicos que decorrem a partir do final dos anos 1970:

> O legado da era maoísta parece ser um dos elementos mais superficialmente tratados pela literatura anglo-saxã, que predomina no Ocidente, sobre a trajetória de desenvolvimento recente da China. A caracterização histórica mais comum é de que o Partido Comunista Chinês (PCC), sob a liderança de Mao Tsé-tung, contribuiu para o desenvolvimento até a Revolução Comunista de 1949 – expulsando os japoneses, eliminando a possibilidade de enclaves ocidentais remanescentes e extinguindo o autóctone regime do Kuomintang – , bem como durante a reconstrução do pós-guerra e os anos iniciais que englobam o primeiro plano quinquenal (1953-57). E teria passado, então, a uma sequência de atitudes destrutivas e políticas catastróficas como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. A emergência chinesa e seu rápido caminho "de volta ao centro" teriam, portanto, recomeçado com as quatro modernizações, lançadas pelo "pragmático" Deng Xiaoping, a partir de 1978 (Nogueira, 2019, p. 2).

A China pré 1949 era uma nação eminentemente rural, cuja estrutura produtiva era essencialmente agrária e a pequena atividade industrial era formada por indústrias leves, a maioria de capital estrangeiro e concentradas em poucas cidades do nordeste ou próximas à costa, onde estrangeiros autodeclararam privilégios especiais a partir das Guerras do Ópio (1839-1942 e 1856-1960) e da ocupação japonesa (1931-1945) (Silveira, 2023).

A China dos anos iniciais pós-revolução se estrutura em um modelo inspirado pelo planejamento centralizado soviético, com a priorização da industrialização pesada, o estabelecimento de planos quinquenais e um intenso intercâmbio tecnológico e técnico com a URSS entre o início da década de 1950 e o ano de 1960, quando decorre o cisma no campo socialista e o governo de Nikita Khrushchov (1953-1964) retira aproximadamente 10 mil profissionais altamente qualificados das mais diversas áreas do país (Bernstein, 2017). Dessa forma, a partir do início dos anos 1960 até o início das reformas, o processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico chinês se alicerça em base essencialmente nacional.

Outra medida relevante do governo pós-revolução de 1949 foi o estabelecimento de um rígido controle do sistema bancário e fiscal, que possibilitaram

combater a inflação e garantir influência sobre a fatia privada da economia, que era ainda existente e significativa. De acordo com Lardy (1983) e Riskin (1987), no período entre 1949-1952 a produção industrial e agrícola recuperou os níveis de pico do pré-guerra, com crescimento de quase 50% ao ano na produção de bens de capital e de 30% nos bens de consumo.

Em síntese, há uma extraordinária industrialização ao longo do período maoísta, mesmo após o afastamento da URSS, a produção per capita real triplicou nas três décadas entre 1952 e 1981 e a fatia da indústria no produto nacional saiu de 9,9% em 1952 para 34,7% em 1979, sendo que avançaria ainda mais no período pós-reformas (Lardy, 1983).

Este resgate sobre a economia industrial chinesa antes das reformas econômicas teve dois objetivos principais: desmistificar a visão de que a China era um país atrasado e predominantemente agrícola durante esse período, e, explicar a base estrutural que permitiu a implementação das reformas econômicas sob a liderança de Deng Xiaoping a partir de 1978.

O falecimento de Mao e a subsequente ascensão ao poder do grupo liderado por Deng Xiaoping possibilitaram a implementação das reformas econômicas a partir de 1978, com o objetivo de revitalizar a economia chinesa.

Deng Xiaoping teve o mérito histórico de entender que o socialismo nada tinha a ver com a distribuição mais ou menos igualitária de pobreza e privação, mas justamente ao contrário, trata-se de criar condições materiais para a distribuição da riqueza entre o povo (Losurdo, 2017).

> A menos que você esteja desenvolvendo as forças produtivas e elevando o padrão de vida das pessoas, não pode dizer que está construindo o socialismo". [...] não pode haver comunismo com pauperismo ou socialismo com pauperismo. Então, tornar-se rico não é pecado (Xiaoping: 1992 [2011], p. 122).

O lançamento das reformas econômicas em 1978 coincide com uma série de eventos de importância mundial: a perda de espaço econômico e político norte-americano, a ascensão econômica alemã e japonesa, a derrota militar dos EUA no Vietnã e a crescente perda de influência no terceiro mundo. Fator determinante para a realização das reformas econômicas residia, também, na percepção de atraso do país em relação aos Estados

Desenvolvimentistas ao seu redor, incluindo as duas grandes pendências históricas da China pós-1949, Hong Kong e Taiwan (Jabbour, 2019).

A partir de 1978, a China implementou reformas que reintroduziram a tradicional característica mercantil de sua cultura, juntamente com outras inovações institucionais. Isso marcou o início de um novo ciclo de desenvolvimento econômico que ainda está em andamento. No entanto, o país manteve a gestão centralizada do poder político sob o Partido Comunista Chinês. Embora essas reformas tenham possibilitado o surgimento de milionários e bilionários na China, eles não foram autorizados a se organizar como uma classe nem a exercer poder político ou controle sobre as estruturas estatais. O Estado e o PCCh continuaram como os principais condutores do processo político.

As reformas econômicas na China começaram pelo setor agrícola, não pelo industrial. Foram estabelecidos "contratos de responsabilidade entre as famílias camponesas e o Estado", que incluíam cotas de produção a serem entregues ao governo. Após cumprirem essas cotas, as famílias tinham permissão para comercializar o excedente produzido. Como resultado dessa política, em 1984, a produção de cereais atingiu o recorde de 407,3 milhões de toneladas, um aumento de 33,6% em relação à colheita de 1978 (Rong *et al*., 1992; Jabbour, 2019).

De acordo com Jabbour e Dantas (2017), o aquecimento do setor primário da economia nos primeiros anos das reformas teve repercussões políticas e estratégicas significativas, embora pouco percebidas. É difícil não relacionar o amplo apoio das bases rurais ao regime com a manutenção e legitimação do Partido Comunista Chinês (PCCh) durante o colapso da União Soviética, o fim das experiências do Leste Europeu e as agitações que abalaram Pequim entre maio e junho de 1989. As reformas rurais estabeleceram uma base política sólida para o projeto estratégico das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional) anunciadas por Zhou Enlai em 1974. Isso estava em plena consonância com o "Socialismo com Características Chinesas", lançado por Deng Xiaoping no XII Congresso do PCCh em 1982.

A partir da década de 1990, a China intensificou a abertura de seu mercado conforme seus próprios moldes, superando em intensidade e crescimento os anos anteriores. Ao final dessa década, a paisagem industrial havia sido significativamente

transformada por uma ampla reestruturação das empresas estatais. Em 1996, o setor estatal ainda era responsável pela maior parte dos postos de trabalho nas áreas urbanas. No entanto, a partir de 1997, os funcionários provinciais receberam autorização para dispor da maioria das estatais conforme julgassem adequado, podendo fechá-las, reestruturá-las ou privatizá-las. Assim, por volta de 2004, os postos de trabalho nas empresas privadas representavam quase o dobro daqueles no setor público. Sob a política de "conservar o grande e descartar o pequeno", o Estado manteve o controle sobre os setores considerados estratégicos para a economia: energia, metalurgia, armamentos e telecomunicações (Anderson, 2018).

A partir da virada do século XX para o XXI, a economia chinesa expande-se ainda mais, aumentando sua capacidade de influenciar os destinos de outras regiões do globo por meio de uma estratégia de softpower que impactou toda a geoeconomia e a geopolítica, elevando o país à condição de potência mundial rivalizando com os EUA. Em síntese, no campo econômico, a China deixou gradualmente de ser uma mera replicadora de tecnologias externas e uma maquiladora para se posicionar na vanguarda da inovação científica em diversos setores.

O avanço do setor privado durante todo o período pós-1978 teve contrapartida na ação estatal em outros patamares: da instalação de Zonas Econômicas Especiais à planificação do comércio exterior; da elaboração de políticas industriais que contemplariam o deslocamento da pauta de exportações de produtos intensivos em mão de obra a outra mais intensiva em capital; da formação de um poderoso sistema financeiro estatal à formação de 149 conglomerados empresariais estatais. Um amplo avanço de setor privado na economia não prescindiu da formação de um novo e poderoso setor estatal, notadamente a partir da década de 1990, pois as liberalizações na China sempre são seguidas de atuação estatal em outro patamar (Paula e Jabbour, 2017).

Destarte a importância das transformações institucionais favorecedoras do mercado e da descentralização das decisões de investimento, o Estado chinês preservou amplo controle sobre os investimentos na indústria pesada por meio das empresas estatais e dos bancos públicos, ampla coordenação do processo do desenvolvimento por meio de planos quinquenais, controle sobre preços básicos e, em particular, sobre os fluxos financeiros externos (Medeiros, 2013).

Essas características tornaram o país singular em relação aos múltiplos tipos de propriedade existentes: estatal, privada nacional, estrangeira e cooperativa, além das diversas subvariações resultantes das parcerias estabelecidas entre elas.

As transformações econômicas e sociais na China, geralmente divididas entre os períodos pré e pós-1978, são, na verdade, muito mais complexas. Medeiros (2013) periodiza tias mudanças da seguinte forma:

- 1949-1958: coletivização das terras;
- 1958- 1966: grande salto da indústria pesada;
- 1966-1978: revolução cultural;
- 1978- 1991: introdução do sistema de responsabilidade familiar e abertura externa;
- 1991-2001: aprofundamento das reformas liberalizantes, diversificação das exportações, expansão da indústria pesada;
- 2001-2009: investimento da infraestrutura e indústria pesada.

Tal periodização nos parece mais apurada e realista do que a mera divisão entre antes e depois das reformas de 1978. Para além de análise de Medeiros (2013), compreendemos que, a partir de 2009, inicia-se uma nova etapa nas transformações econômicas e sociais da China, ainda sob a presidência de Hu Jintao, e que foi aprofundada com a ascensão de Xi Jinping ao poder. A partir de então, observa-se uma lenta diminuição do crescimento do PIB chinês ano após ano. Enquanto em 2010 o crescimento foi de 10,6%, em 2023 foi de 5,2% (World Bank, 2024).

A diminuição do ritmo do crescimento da economia chinesa não significa, contudo, que o país tenda a entrar em um período de estagnação ou de menor desenvolvimento. Pelo contrário, se observa que a estratégia do Estado chinês tem sido a do crescimento qualitativo de sua economia em face do crescimento quantitativo, aliado a busca por soberania tecnológica em áreas sensíveis, em especial a dos semicondutores.

Uma forma de se observar a mudança qualitativa, é a análise do setor de vanguarda tecnológica, sua participação no total da economia e a comparação com outras potências econômicas. No caso chinês, está evidenciado que a diminuição do ritmo de crescimento do PIB veio acompanhada de transformações da estrutura industrial chinesa,

que avançou em busca da soberania tecnológica, em parte fruto das sanções ocidentais a partir de 2017, deixando de ser mera replicadora de tecnologia ocidental.

Como resultado, desde 2018 o país tem liderado o pedido de patentes internacionais, tomando uma posição que pertencia aos EUA havia décadas (World Intellectual Property, 2022). O Índice Global de Inovação 2023 destaca que desde 2018 a companhia chinesa Huawei Technologies lidera o posto de empresa com maior aplicação de novas patentes, seguida Samsung Electronics da Coréia do Sul e da Qualcomm Inc. dos Estados Unidos.

A partir do processo de reformas e das inovações institucionais e econômicas da China nas últimas quatro décadas, o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) no período de 1978 a 2023 foi de 9,02% a.a., ao mesmo tempo em que a renda per capita passou de aproximadamente US$ 250 em 1980 para aproximadamente US$ 12.700 em 2023. Em termos absolutos a China alcançou o posto de segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos EUA, e quando analisado através da Paridade de Poder de Compra já superou este desse o ano de 2016 (World Bank, 2024).

As diversas inovações ocorridas na China a partir de 1978, e aceleradas desde 1990 com a implementação de sucessivas ondas de inovações institucionais, trouxeram para a literatura controvérsias sobre qual é o sistema econômico e político vigente no país, especialmente a partir de 1991 com o desmantelamento da URSS e fim da experiência do socialismo real do século XX, quando o chamado ocidente busca propalar o capitalismo neoliberal como a única alternativa existente. Diversos autores passam então conceituar como o sistema chinês seria denominado, sendo que destacamos aqui quatro das mais utilizadas nomenclaturas:

- Capitalismo de Estado (Naughton e Tsai, 2015)
- Neoliberalismo com características chinesas (Harvey, 2005)
- Desenvolvimentismo com características chinesas (Medeiros, 2022)
- Socialismo com características chinesas (Losurdo, 2017, Gabriele, 2020)
- Socialismo de mercado (Jabbour *et. al*., 2020)

Não é o objetivo central deste artigo se debruçar sobre a conceitualização do sistema econômico chinês, contudo, estes autores se alinham com a concepção de que na China se estrutura uma nova formação econômico e social, cuja denominação de "socialismo de mercado" nos parece a mais próxima da realidade concreta posta.

O assim denominado “socialismo de mercado”, deriva das múltiplas inovações institucionais implantadas na China a partir de 1978, fruto do que Jabbour, Dantas e Espíndola definem como a Nova Economia do Projetamento.

A Nova Economia do Projetamento representa um avanço teórico e prático no campo do desenvolvimento econômico, especialmente no contexto chinês. Este conceito busca elevar o papel da razão sobre o processo de produção, reconhecendo a importância do setor público, a planificação central, a soberania monetária e a “destruição criativa” como elementos fundamentais. Além disso, evidencia-se um “pacto tácito de adesão” como um acordo implícito entre o Estado e a sociedade, visando melhorias nos padrões de vida em troca de apoio ao modelo econômico e político vigente. Em resumo, a Nova Economia do Projetamento na China representa uma resposta histórica aos desequilíbrios surgidos nas últimas décadas, promovendo o empoderamento do setor estatal, a redução das desigualdades e a busca por um estado de bem-estar social com características chinesas (Jabbour *et al*., 2020).

A partir do início do ano de 2020, com a ocorrência da pandemia da Covid-19, se constatou que o socialismo de mercado chinês, fruto da Nova Economia do Projetamento, explicitou suas diferenças com o mundo capitalista. O poder de ação do Estado chinês no atendimento à saúde e a imposição da preservação de vidas sobre o lucro estabeleceu uma brutal diferença da China para com as demais nações do planeta. Para além da priorização das vidas sobre o lucro, a China foi dentre as principais economias do mundo aquela que mais rapidamente se recuperou das consequências da pandemia, fruto do poder de intervenção do Estado nas mais variadas formas nos diferentes setores da sociedade (Silveira, 2023).

Na presente conjuntura econômica, a China por meio do seu sistema econômico único, se encontra virtualmente onipresente em todo o mundo, atuando como protagonista em diversas cadeias produtivas. Evidentemente isso se reproduz nas suas relações econômicas com o Brasil, tanto a nível de trocas comerciais como na destinação de investimentos produtivos diretos, conforme se analisa na terceira parte deste artigo.

AS RELAÇÕES GEOECONÔMICAS BRASIL - CHINA

As relações políticas e econômicas sino-brasileiras contemporânea completaram 50 anos em 2024. O reconhecimento diplomático da República Popular da

China pelo Estado brasileiro foi resultado da diplomacia "pragmática" de Ernesto Geisel (1974-79) (Muller, 2019; Azevedo, 2020). Desde então, as relações comerciais entre os países cresceram significativamente, em especial a partir da entrada do país asiático na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, catapultando a sua participação na economia mundial.

Nos anos 2000, a demanda global por matérias-primas, estimulada pelo intenso crescimento da economia chinesa entre 2003-2011 (10,8% a.a.), elevou o preço das *commodities* no mercado internacional (World Bank, 2024). Para suprir a demanda do mercado chinês, o Brasil tornou-se um relevante parceiro comercial da China. Em decorrência disto, o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira – iniciada com a ascensão de governos neoliberais na década de 1990 – acelerou-se (Lamoso, 2020). O domínio dos produtos industrializados nas exportações do país sul-americano – construído no período desenvolvimentista (1930-1980) – foi suplantado pelos bens primários em 2010 (COMEXSTAT, 2024). Não obstante, ampliou-se a participação de *commodities* (em especial soja, minério de ferro e petróleo cru) na balança comercial brasileira entre 2006 e 2013, sendo a China o principal destino.

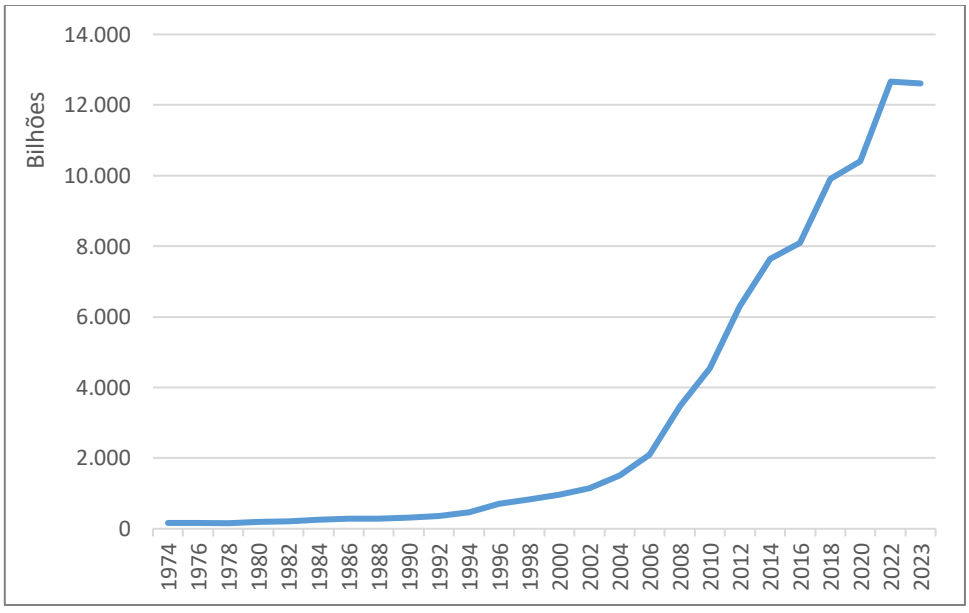
A soja, que representava US$ 5,66 bilhões (4,1%) das exportações brasileiras em 2006, alcançou US$ 22,8 bilhões (9,3%) em 2013. Ao tempo em que o minério de ferro saltou de US$ 8,95 bilhões (6,5%) para US$ 32,5 bilhões (13%) e o petróleo cru de US$ 6,89 bilhões (5%) para US$ 13 bilhões (5,4%). Salienta-se que 42,93% da soja exportava destinava-se a China em 2006, alcançando 75% em 2013. O minério de ferro, por sua vez, subiu de 29,38% para 48,92%, enquanto o petróleo cru foi de 12,13% para 31% no mesmo período (COMEXSTAT, 2024).

Destaca-se que, a partir da crise financeira global de 2008-2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil. O volume de exportações e importações brasileiras para os Estados Unidos, até então o maior parceiro do Brasil, decaíram de US$ 53 bilhões em 2008 para US$ 35,6 bilhões em 2009, o que representa uma variação negativa de 32,83%. Em concomitância, as trocas comerciais com o país asiático cresceram 1,10%, ou seja, de US$ 36,5 bilhões em 2008 para US$ 36,9 bilhões em 2009, mas foram suficientes para alçá-lo à principal parceiro do Brasil (COMEXSTAT, 2024).

Em relação aos Investimentos Externos Diretos (IEDs) da China no Brasil, estes passaram a ter relevância em número de projetos e valores aportados no biênio 2010-2011. Conforme Frischtak, Soares e O´Conort (2013, p.19), o objetivo das aplicações chinesas era garantir "o fornecimento de longo prazo de commodities e, também, implementar uma estratégia de busca de mercado no setor industrial com potencial para o estabelecimento de uma plataforma de exportação no Brasil orientada para a América Latina".

A estratégia delineada acima fez parte da política *Going Global*, endossada no décimo (2001-2005) e décimo primeiro (2006-2010) planos quinquenais da RPC, bem como no 16º Congresso do PCCh (2002). A *Going Global* caracterizou-se pelo processo de internacionalização das empresas chinesas, conferindo novo rumo à política externa do país (Jabbour, 2010; Frischtak, Soares e O´Conort, 2013). Esta política, junto ao ingresso da China na OMC, catapultou a presença do país asiático no mercado internacional a partir dos anos 2000, quando se observou um aumento exponencial no fluxo de saída de IEDs de origem chinesa para o exterior, conforme retratado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Investimento Externo Direto saídas líquidas (US$ corrente) da China (1974-2023).



Fonte: World Bank (2024).
Elaborado pelos autores (2024).

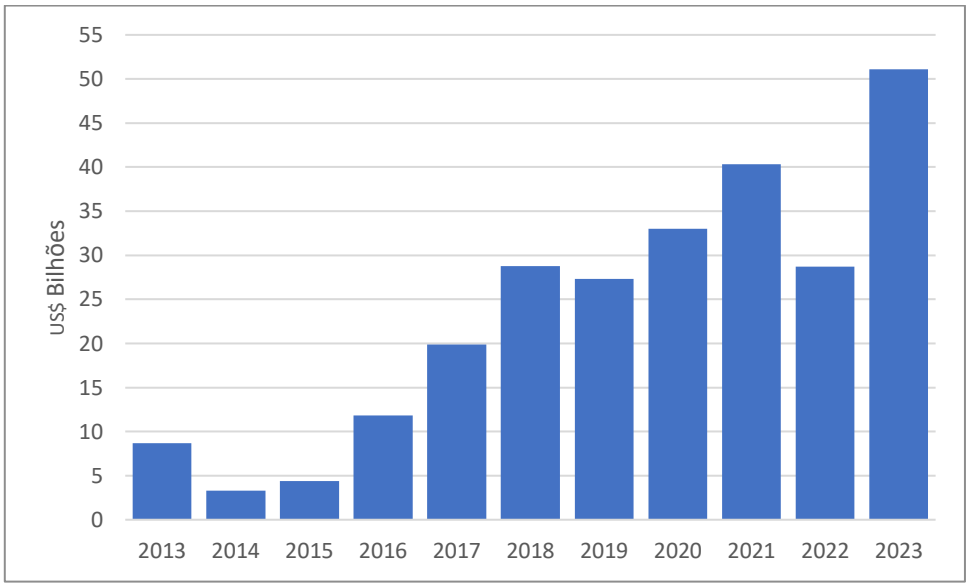
A partir de então, a relação comercial sino-brasileira tem sido marcada por um desequilíbrio, onde o Brasil exporta principalmente *commodities* e importa produtos industrializados e de maior valor agregado da China. O governo brasileiro, sob o comando do presidente Lula da Silva, tomou várias iniciativas para reverter a assimetria na balança comercial com o gigante asiático. A "Agenda China" (2008), por exemplo, objetivou aumentar a participação de produtos industriais no comércio Brasil-China (Brasil, 2008). Entretanto, as estratégias governamentais não surtiram efeito desejado e o país continuou rumo à especialização primário-exportadora.

Em 2013, as exportações brasileiras para China somaram US$46 bilhões, sendo compostas majoritariamente por *commodities*, como soja, petróleo bruto e minério de ferro. A partir de 2015, destacou-se o aumento das exportações de carne bovina para o mercado chinês, que alcançaram um pico de 8,9% do total em 2022. Em 2023, as exportações brasileiras destinadas à China atingiram US$ 104 bilhões. Entre os principais produtos exportados no período, destacaram-se a soja (37% do total), minério de ferro (19%), petróleo bruto (19%), carne bovina congelada (5,5%) e milho (3,5%) (COMEXSTAT, 2024).

Em relação às importações brasileiras de origem chinesa, em 2023 estas totalizaram US$ 53,1 bilhões, dos quais US$ 23,7 bilhões corresponderam ao setor de máquinas (45% do total), US$ 9,46 bilhões de produtos químicos (18%), US$ 4,79 bilhões de metais (9%) e US$ 3,41 bilhões de artigos têxteis (6,4%). Observa-se que não houve alteração de 2013 para 2023 quanto aos setores de destaque nas importações, somente o setor de artigos têxteis predominava sobre o setor dos metais (COMEXSTAT, 2024). Contudo, o crescimento em termos absolutos desse mesmo período é notável.

Apesar da assimetria qualitativa na balança comercial sino-brasileira, o Brasil mantém superávit comercial com a China, pelo menos, desde 2013. Em 2023 atingiu o maior valor da década, registrado em US$ 51,1 bilhões. Nota-se que, por um lado, a China assegura o abastecimento de matérias-primas e penetra com produtos manufaturados, de alto valor agregado, no mercado brasileiro, o maior da América Latina. Por outro lado, o Brasil garante o superávit na balança de pagamentos, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Saldo da balança comercial brasileira com a China 2013-2023.



Fonte: COMEXSTAT (2024).
Elaborado pelos autores (2024).

Deve-se registrar ainda que a partir do governo Trump (2017-2021) torna-se totalmente explícita a guerra comercial entre China e EUA, com o estabelecimento de uma série de sanções comerciais dos EUA à produtos e empresas chinesas, eventualmente acompanhado dos parceiros europeus dos EUA. A China, igualmente, passou a responder tais sanções impondo as suas próprias contramedidas às empresas ocidentais.

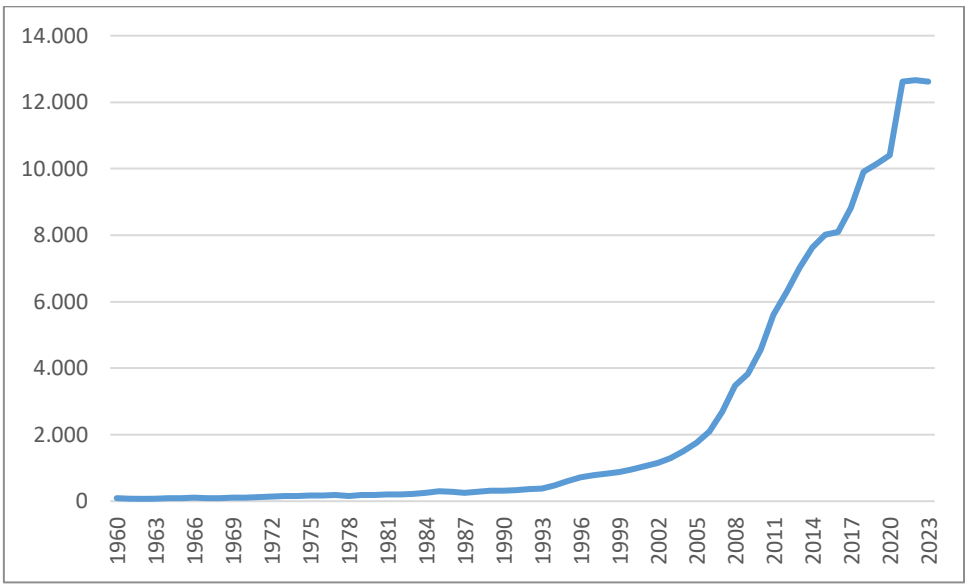
Dentre as ações realizadas pela China, uma afetou diretamente o Brasil. Com o objetivo de diminuir sua dependência da soja estadunidense, a China ampliou fortemente as importações de soja brasileira. Em 2013, aproximadamente, 46,36% das importações de *oilseed* chinesas eram provenientes do Brasil, avançando para 62,13% em 2023, enquanto as importações chinesas de soja dos EUA diminuíram de 32,24% em 2013 para 23,39% em 2023. Em valores absolutos, os EUA exportaram para China aproximadamente 13,31 bilhões de dólares em soja para a China em 2013 e 15.42 bilhões de dólares em soja em 2023 (UN CONTRADE, 2024).

A China, na vigência do seu 12º plano quinquenal (2011-2015), direcionou a política econômica para construção de um Estado de bem-estar social com características chinesas, pautado, sobretudo, na expansão do mercado interno via consumo (China, 2011). Xi Jinping, eleito presidente em 2013, assumiu a tarefa histórica de enfrentar as desigualdades engendradas pelo intenso processo de crescimento econômico chinês nos 35 anos que o precederam. A renda *per capta* da China saltou de US$ 4.550 mil em 2010

para US$ 5.614 mil em 2011 e US$ 12.21 mil em 2023, um crescimento de 124,74% em uma década (2011-2021), conforme destacado no Gráfico 3.

Como consequência dessa significativa expansão da renda e do consumo, o governo chinês incluiu no orçamento um novo conjunto da população que passou a consumir itens que não estavam habituados (a carne bovina, por exemplo). O incremento na renda *per capita* chinesa refletiu no comércio bilateral com o Brasil, de modo que as exportações de carne bovina congelada deste país, em 2014, totalizaram US$ 456 mil, atingindo a máxima histórica com US$ 7,95 bilhões em 2022 (COMEXSTAT, 2024).

Gráfico 3 - PIB per capita (US$ corrente) da China (1960-2023).



Fonte: World Bank (2024).
Elaborado pelos autores (2024).

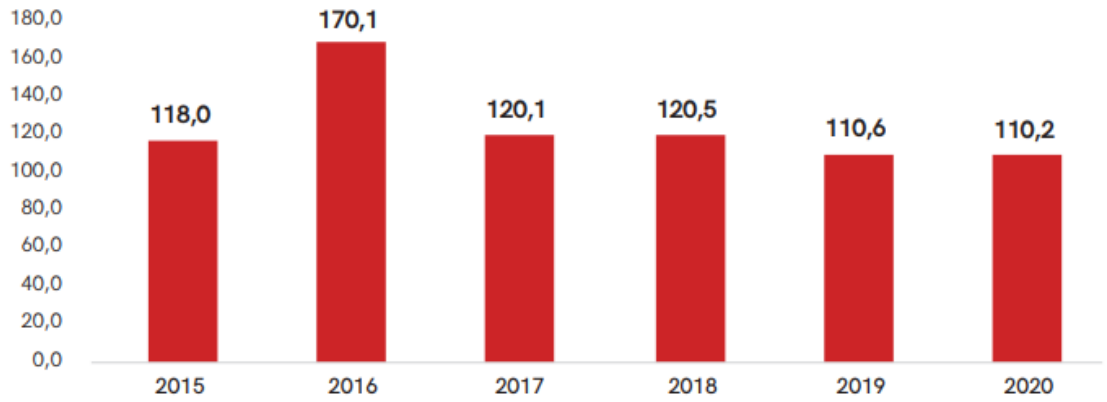
No que diz respeito aos IEDs, entre 2007 e 2022, concretizaram 235 projetos com valor estimado em US$ 71,6 bilhões, distribuídos em 35,7% no setor de eletricidade, 23,4% na indústria manufatureira, 13,2% setores de Tecnologia da Informação, 6,4% em agricultura e serviços relacionados, 5,5% na extração de petróleo e gás, e serviços financeiros ficaram com 5,1%. Ao passo que outros investimentos participaram com valores inferiores a 4% individualmente (Cariello, 2023).

Em relação aos valores, o setor de eletricidade absorveu 45,5% do total investido, seguido do petróleo (30,4%), extração de minerais metálicos (6,2%), indústria manufatureira (4,4%), obras de infraestrutura (4,4%), agricultura e serviços relacionados (3,4%). Os demais setores individuais com fatias menores que 2%. Quanto à entrada de

investimentos, predominaram em número de projetos 49% *greenfield*[1], 42% fusões e aquisições e 10% joint-ventures. Entretanto, quando se trata de valor investido as fusões e aquisições se sobrepõe com 67% (Cariello, 2023).

Salienta-se que o fluxo de investimentos não-financeiros da China atingiu o nível recorde em 2016, em um montante de US$ 170 bilhões, constituindo-se o primeiro ano em que os investimentos externos enviados para o exterior superaram a entrada destes no país (Cariello, 2021), retratado na Figura 1. A partir de então, os investimentos caíram a ponto de retornarem ao patamar anterior à 2015 em 2019 e 2020.

Figura 1 - Investimentos chineses no exterior, exceto financeiro.



Fonte: Ministério do Comércio da República Popular da China (MOFCOM).
Elaboração: Cariello (2021).

Scissors (2020) evoca que o declínio foi consequência das restrições impostas ao IED chinês pelo ocidente (Europa e EUA). Contudo tal análise é reduzida, e a declínio foi também por motivações internas. O momento de euforia que levou ao pico de investimentos chineses no exterior em 2016 gerou preocupações entre as autoridades chinesas, que perceberam uma grande fuga de capitais em empreendimentos de risco, os chamados "investimentos irracionais". Dessa forma foi estabelecido pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma um marco regulatório para classificar e aprovar os investimentos no exterior em três grupos: investimentos encorajados pelo governo; investimentos com restrições; e setores proibidos (Huang e Le, 2018).

Para além disso, deve-se observar o contexto geopolítico global, com a guerra comercial sino-americana avançando, a política de Covid-zero implementada pelo

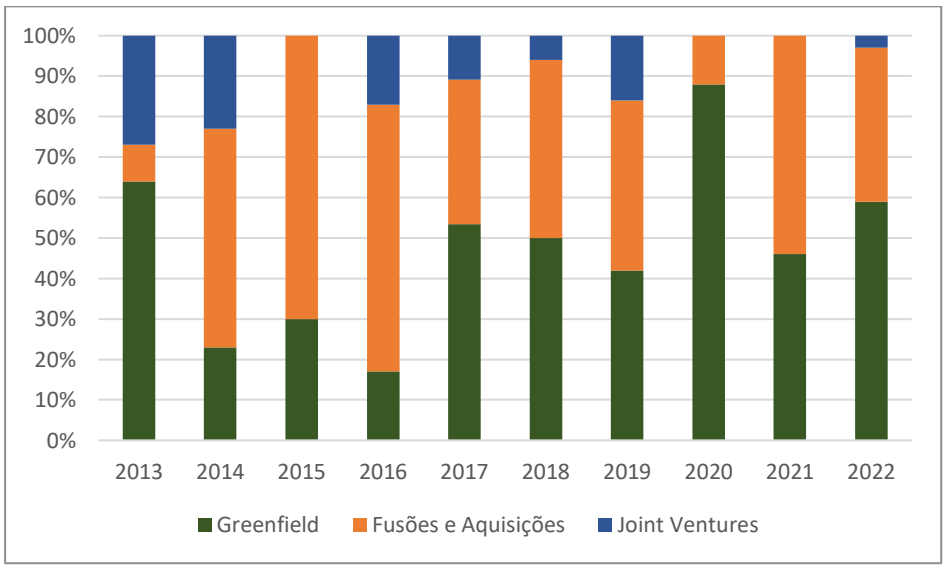
[1] Os investimentos *greenfield* referem-se à criação de empreendimentos em terrenos sem infraestrutura. Em contraposição, os *brownfield* consistem na aquisição ou renovação de ativos existentes.

governo chinês durante a pandemia de coronavírus (2020-2022) e por fim a Operação Militar Especial da Rússia nos territórios russófonos da Ucrânia.

Os investimentos vinculados ao *Belt and Road Initiative*[2] foram, contudo, uma das exceções à regra de contenção de investimento chinês no exterior a partir do ano de 2016. De acordo com o Ministério do Comércio da China (2022), os aportes não financeiros na Nova Rota da Seda cresceram 18,3% entre 2019 e 2020, respondendo por 16,2% dos investimentos da China no exterior naquele ano, que foi o período de maior estagnação econômica em virtude da Covid-19. O Brasil, contudo, ficou à margem de tal iniciativa por opção política dos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), que conforme mencionado na segunda seção deste trabalho, optaram por uma reaproximação econômica e geopolítica com os EUA e Europa.

Analisando-se os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) observa-se ainda que no período 2013-2023, houve um aumento dos projetos anunciados e efetivados, após o pico em 2010, onde predominaram a entrada de capitais via *greenfield*, embora em 2014-2016 e 2021 as fusões e aquisições participaram com maior valor, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 - Modo de entrada dos capitais chineses no Brasil via investimento externo direto (2013-2022).



Fonte: Cariello (2023).
Elaborado pelos autores (2024).

[2] A "*Belt and Road Initiative*" (BRI), lançada pela China em 2013, visa fortalecer a conectividade e cooperação econômica global por meio do "Cinturão Econômico da Rota da Seda" (rotas terrestres) e da "Rota da Seda Marítima do Século XXI" (rotas marítimas) (Boer, 2021).

Em síntese, os dados apresentados nesta seção evidenciam a assimetria da dependência econômica existente entre Brasil e China. Conforme mencionado previamente, de acordo com o World Bank (2024), o Brasil exportou aproximadamente US$ 104 bilhões à China no ano de 2023, se posicionando como o 6º maior fornecedor ao país, obtendo em torno de 5,5% do mercado chinês. Nesse mesmo ano, com compras oriundas da China no valor de aproximadamente US$ 54 bilhões, o país foi o 17º maior comprador, sendo o destino de apenas 1,8% do total exportado pela China. O Brasil, por sua vez, tem a China como principal destino de suas exportações (com 37% do total) e como principal origem das suas importações (com 22% do total).

Embora na série histórica o Brasil venha gradativamente avançando posições na sua participação no mercado chinês, seus números ainda são muito modestos quando analisada a totalidade do mercado chinês. Outro fato importante que deve ser destacado, é que a China tem pouca concentração de negócios com um mesmo país, visando ficar pouco dependente de um único mercado. Os EUA, que são o principal parceiro da China, em 2023 obtiveram 7% das exportações e 15% das importações.

Por fim, embora este trabalho realize uma análise até o ano de 2023, ainda não é possível apontar mudanças evidentes na relação geoeconômica entre Brasil e China oriundas do retorno ao governo do presidente Lula da Silva. O primeiro ano do seu mandato foi regido por um orçamento aprovado pelo parlamento anterior, ainda sob o governo Bolsonaro. Destarte tais dificuldades, o novo governo assumiu com o compromisso de realizar uma reindustrialização do país, o que certamente afetaria a pauta exportadora. Recentemente, em julho de 2024, o presidente Lula da Silva, anunciou a intenção do Brasil negociar sua adesão a Iniciativa Cinturão e Rota, que a se confirmar, gerará novos contornos nas trocas comerciais e investimentos produtivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se sobre o notável processo de transformação econômica e social que a República Popular da China vem experimentando desde a revolução socialista de 1949. Esse processo transformou o país de uma nação semifeudal para uma competidora pela posição de maior economia global;

Argumentou-se que o Brasil, ao longo do período em estudo, passou por uma grave crise política, com consequências econômicas, com o golpe parlamentar contra a então presidenta Dilma Roussef (2016) e a ascensão do governo protofascista de Bolsonaro, a partir de 2019, o que afetaria sobremaneira as relações exteriores do país;

Demonstrou-se que relativamente à análise das trocas comerciais, a China tem aumentado gradualmente a sua participação nas negociações com o Brasil, e suplantou definitivamente os EUA da posição que ocupou durante quase um século como a maior parceria;

Analisou-se que o grau de aprofundamento das relações econômicas da China com o Brasil impediu que mesmo governos reacionários como o de Bolsonaro não conseguissem ir muito além da retórica nas suas relações com o país. Os interesses econômicos de grupos poderosos impuseram-se face a um discurso anticomunista por parte do então presidente;

Sintetizou-se que apesar dos altos e baixos ocasionais em termos numéricos, os investimentos chineses no Brasil foram crescentes e consistentes no período analisado, e que a partir da eventual adesão do Brasil à Iniciativa Cinturão e Rota, se abre uma nova janela de oportunidade para parcerias produtivas entre os dois países bem como a ampliação das trocas comerciais;

Por fim, é necessário ressaltar que embora o Brasil esteja entre os vinte primeiros parceiros comerciais da China, em termos relativos há uma grande disparidade da penetração chinesa no Brasil tendo em vista o alcance do Brasil no mercado chinês, tornando o Brasil muito mais dependente da China do que este do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. D. S. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese**. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

ANDERSON, P. **Duas revoluções**: Rússia e China. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

ARROYO, M. América Latina na aurora do século XXI: por uma busca de consensos ativos. **Ciência Geográfica**. Bauru, SP. v. 19. p. 16-23, 2015. Disponível em: http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXIX_1/agb_xix1_versao_internet/Revista_AGB_dez2015-02.pdf. Acesso em: 8 jul. 2024.

AZEVEDO, B. **Brasil:** inserção internacional pragmática; uma reflexão dos governos Geisel e Lula. Curitiba: Appris, 2020.

BERNSTEIN, T. The Socialist Modernization of China Between Soviet Model and National Specificity 1949–1960s. In NAIMARK, N.; PONS, S.; JUDGE, S. Q. **The Cambridge History of Communism**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 196-219, 2017.

BOER, R. **Socialism with Chinese characteristics**: A guide for foreigners. Singapura: Springer, 2021.

BRASIL. **Agenda China**: Ações Positivas para as Relações Econômico-Comerciais Sino-Brasileiras. 2008. Disponível em: https://www.cebc.org.br/sites/default/files/agenda-china.pdf. Acesso em: 04 jul. 2024.

CARIELLO, T. Crescimento econômico qualitativo, inovação e meio ambiente estarão no centro do desenvolvimento chinês entre 2021 e 2025. Rio de Janeiro, RJ: **Conselho Empresarial Brasil – China**, 2021.

CARIELLO, T. Investimentos chineses no Brasil 2022: tecnologia e transição energética. Rio de Janeiro, RJ: **Conselho Empresarial Brasil-China**, 2023.

CHINA. **12th Five-Year Plan (2011-2015) for National Economic and Social Development**. 2011. Disponível em: https://www.greenpolicyplatform.org/sites/default/files/downloads/policy-database//CHINA%29%20The%2012th%20Five-Year%20Plan%20%282011-2015%29.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

COMEXSTAT. Ministério da Indústria. Comércio Exterior e Serviços–MDIC. **Exportação e importação geral.** 2024. Disponível em: https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral. Acesso em 03 jul. 2024.

FAIRBANK, J. K. **China**: A new history. Boston: Belknap Press of Harvard University Press, 1992.

FERNANDES, L. E. Ofensiva imperialista e políticas públicas anticorrupção no Brasil. **L. Entropia**. Rio de Janeiro, RJ. v. 3. n. 6. p. 180-199, 2019. Disponível em: http://entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/141. Acesso em: 6 jul. 2024.

FIORI, J. L. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana. **Textos para Discussão CEPAL-IPEA**. Brasília. v. 42. 34 p., 2011.

FIORI, J.L. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Leia a íntegra do Consenso de Buenos Aires**. São Paulo, SP. 16 de outubro de 2003. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54487.shtml. Acesso em: 6 jul. 2024.

FRISCHTAK, C.; SOARES, A.; O'CONORT, T. Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012. Rio de Janeiro, RJ: **Conselho Empresarial Brasil-China**, 2013.

GABRIELE, A. **Enterprises, Industry and Innovation in the People´s Republic of China**. Singapura: Springer Nature, 2020.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism. Oxford: Oxford University Press**. Oxford, Oxford University Press. 2005.

HUANG, B.; LE, X. **ODI from the Middle Kingdom: What's next after the big turnaround?** China Economic Watch, BBVA, 2018. Disponível em: https://www.bbvaresearch.com/wpcontent/uploads/2018/02/201802_ChinaWatch_Chin%20%20a-Outward-Investment_EDI.pdf . Acesso em: 06 jul. 2024.

JABBOUR, E. K. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. São Paulo, SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – Universidade de São Paulo, 2010. 389p. Tese (Doutorado em Geografia – Geografia Humana).

JABBOUR, E. K. **China Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois**. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2019.

JABBOUR, E. K.; DANTAS, A. The Political Economy of Reforms and the Chinese Present Transition. **Revista de Economia Política**. v. 37. n. 4 (149). p. 789-807, 2017.

JABBOUR, E. K.; DANTAS, A.; ESPÍNDOLA, C.; VELLOZO, J. A Nova Economia do Projetamento: Reflexões sobre o Desenvolvimento Econômico Chinês. **Geosul**. Florianópolis, SC. v. 35. n. 77. p. 17-48, 2020.

LAMOSO, L. P. Reprimarização no território brasileiro. **Espaço e Economia**. n. 19. 32p, 2020. Disponível em: https://journals.openedition.org/espacoeconomia/15957. Acesso em: 06 jul. 2024.

LARDY, N. **Agriculture in China's Modern Economic Development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LEÃO, A. P. F. Política Externa Brasileira para a América do Sul: uma análise comparada entre os primeiros mandatos dos governos Lula e Dilma. **Boletim de Economia e Política Internacional**. n. 22. 2016.

LOSURDO, D. Has China Turned to Capitalism? — Reflections on the Transition from Capitalism to Socialism. **International Critical Thought**. v. 7. 2017.

MEDEIROS, C. A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: GALVÃO, A. C. F.; BIELSCHOWSKY, R. **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008):** América Latina, Ásia e Rússia. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

MEDEIROS, C. A. **Desenvolvimentismo com Características Chinesas**. Petrolina, PB: Mimeo, 2022.

MIER, B. **The US & Brasil's Coup of 2016**. 2017. Disponível em: https://www.brasilwire.com/us-brasil-coup/. Acesso em: 6 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Ministério da Fazenda amplia estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto de 2024 para 3,3%**. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/ministerio-da-fazenda-amplia-estimativa-de-crescimento-do-produto-interno-bruto-de-2024-para-3-3 . Acesso em: 18 nov. 2024.

MINISTRY OF COMMERCE, PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. MOFCOM. **Department Official of Outward Investment and Economic Cooperation**. Disponível em: http://english.mofcom.gov.cn/. Acesso em: 10 jun. 2022.

MÜLLER, P. N. Negócio da China: a relação entre mídia e poder na diplomacia do Governo Geisel (1974-1979). **Revista Crítica Histórica**. v. 10. n. 20. p. 137-155, 2019.

MURTA, L. R.; BRASIL, G. H.; SAMOHYL, R. W. Crise monetário brasileira de 1999: uma análise econométrica da desvalorização do real em 1999. **XXXV SBPO**. Natal, RN. 2003.

NAUGHTON, B.; TSAI, K. S. **State Capitalism, Institutional Adaptation, and the Chinese Miracle**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

NEDOPIL W. C. **China's Investments in the Belt and Road Initiative (BRI) in 2020**. Green BRI Center – International Institute of Green Finance (IIGF). Pequim. 2021. Disponível em: https://green-bri.org/wp-content/uploads/2021/01/China-BRI-Investment-Report-2020.pdf . Acesso em: 29 mai. 2022.

NOGUEIRA, I. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China. **Revista Carta Inter**. Belo Horizonte, MG. v. 14. n. 2. p. 27-51, 2019.

PAULA, L. F.; JABBOUR, E. A China e seu catching up: uma análise desenvolvimentista clássica. **Prêmio ABDE-BID**. Edição 2016 (coletânea de trabalhos). Rio de Janeiro, RJ: ABDE-BID, 2017.

POZO, J. del. **História da América Latina e do Caribe**: dos processos de independência aos dias atuais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RISKIN, C. **China's Political Economy:** The Quest for Development since 1949. Oxford: Oxford University Press, 1987.

RONG, Z. *et al*. **Agriculture in Contemporary China**. Pequim: Contemporary China Press, 1992.

SCISSORS, D. **China's global investment vanishes under COVID-19**. Washington: American Enterprise Institute, 2020.

SILVEIRA, R. B. **Parlamento do Mercosul**: gênese, avanços e recuos e a influência na superestrutura do Mercosul. Florianópolis, SC: Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. 416p. Tese (Doutorado em Geografia).

SILVEIRA, R. B. Análise das relações geoeconômica China – Mercosul pós 2003. **Geosul**. Florianópolis, SC. v. 38. n. 86. p. 370-400, 2023.

SPENCE, J. D. **The Search for Modern China**. New York: Norton, 1990.

UN COMTRADE. **United Nations Commodity Trade**, New York, 2024. Disponível em: https://comtradeplus.un.org/. Acesso em: 13 jul. 2024.

XIAOPING, D. **Selected works of Deng Xiaoping:** Vol. 4 (1992-1995). Pequim: Foreign Languages Press, 2011.

WORLD BANK. **DataBank.** 2024. Disponível em: https://databank.worldbank.org/. Acesso em: 04 jul. 2024.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY. Geneva, [2022]. Disponível em: https://www3.wipo.int/contact/en. Acesso em: 5 jul. 2024.

Recebido em julho de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

MADE IN CHINA: AS RELAÇÕES GEOECONÔMICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (BRASIL) COM A NAÇÃO ASIÁTICA

MADE IN CHINA: THE GEOECONOMIC RELATIONS OF THE SANTA CATARINA STATE (BRAZIL) WITH ASIAN NATION

MADE IN CHINA: LAS RELACIONES GEOECONÓMICAS DEL ESTADO DE SANTA CATARINA (BRASIL) CON LA NACIÓN ASIÁTICA

Eduardo von Dentz
Departamento de Geografia
Universidade Federal do Ceará (UFC)
eduardovondentz@hotmail.com

Bruno Saggiorato
Doutorando em Geografia
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
saggiorato38@gmail.com

Destaques

- No ano de 2023, a China tornou-se o principal parceiro comercial do estado de Santa Catarina.
- Nas relações comerciais com a China, o estado de Santa Catarina vem aumentando seu déficit, em razão do volume de produtos industrializados de alto valor agregado importados do país asiático.
- A sofisticação tecnológica dos produtos chineses comprados por Santa Catarina é superior aos produtos que a China compra de Santa Catarina. Entretanto, Santa Catarina se destaca na complexidade produtiva dos setores de carne suína, carne de frangos e motores e materiais elétricos.
- Santa Catarina necessita de um processo de aprendizagem técnica e científica da China para o aprimoramento tecnológico dos seus complexos produtivos existentes e para os que podem surgir.
- A substituição de importações, a partir do desenvolvimento de ecossistemas produtivos mais complexos, se faz necessária para diminuir a dependência externa de Santa Catarina por produtos com elevada sofisticação tecnológica.

V. 15, n.30, 2024 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

RESUMO

As relações comerciais entre a China e boa parte dos países do mundo têm se destacado especialmente a partir dos anos 2000. Tornou-se comum encontrar análises científicas sobre o comportamento da relação comercial entre a China e diversos países do mundo. Entretanto, essas análises muitas vezes não ocorrem na escala dos estados (províncias) e das regiões. Diante disso, o objetivo deste artigo é revelar a relação geoeconômica entre a China e o estado de Santa Catarina (Brasil) especialmente a partir das trocas comerciais. Metodologicamente, o artigo foi escrito a partir de três passos: 1) levantamento de bibliografia e dados, 2) realização de trabalhos de campo, e 3) organização, tratamento, cruzamento e análise dos dados e da bibliografia levantados. Os resultados principais apontam para uma ampliação das relações comerciais entre a China e o estado de Santa Catarina em diversos segmentos produtivos, com a China tornando-se o país protagonista, ao ultrapassar os EUA, nas trocas comerciais com Santa Catarina.

Palavras-chave: China; Dinâmica geoeconômica; Relação comercial; Santa Catarina.

ABSTRACT

The commercial relations between China and the others countries around the world has excelled since the beginning of the 2000s. It has become common to find scientific analyzes about the comportment of commercial relation between China and different countries of the world. But, these analyzes often do not happen on the scale of the states (provinces) or the regions. Given this, the objective this article is to reveal the geo-economics relation between China and Santa Catarina state (Brazil), especially from commercial exchanges. Methodologically, the article was writ by three steps: 1) bibliographic and data survey, 2) conducting fieldwork, 3) organization, treatment, accruement and analysis of the data and bibliographic survey. The principal results point to an amplification of the commercial relations between China and Santa Catarina state in different production segments, with China becoming the leading country, when overtake the USA, in the commercial exchange with Santa Catarina state.

Keywords: China; Geoeconomic dynamic; Commercial relation; Santa Catarina.

RESUMEN

Las relaciones comerciales entre China y varios países del mundo se destacan desde el comenzó de los años 2000. Se tornó común encontrar análisis científicos sobre el comportamiento de la relación comercial entre China y diversos países del mundo. Todavía, esos análisis muchas veces no pasan en la escala de los estados (provincias) o de las regiones. Frente a eso, el objetivo de este artículo es revelar la relación geo-económica entre China y el estado de Santa Catarina (Brasil) especialmente desde los cambios comerciales. Metodológicamente, el artículo fue escrito desde tres pasos principales: 1) levantamiento de bibliografía y datos, 2) realización de trabajos de campo, y 3) organización, tratamiento, cruzamiento y análisis de los datos y de la bibliografía levantados. Los resultados principales apuntan para una ampliación de las relaciones comerciales entre China y el estado de Santa Catarina en distintos seguimientos productivos, con China se tornando el país protagonista, al superar los EUA, en los cambios comerciales con Santa Catarina.

Palabras clave: China; Dinámica geoeconômica; Relación comercial; Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

O crescimento da economia chinesa[1] e suas relações comerciais com diversos países do mundo vem se aprofundando desde a segunda metade do século XX. Mas a partir dos anos 2000 esse crescimento tem chamado atenção de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Além disso, até a primeira década dos anos 2000, pode-se dizer que os produtos chineses tidos no senso comum como de baixa qualidade já não podem mais ser considerados dessa forma. Conforme salienta Ciseski (2012), a "nova fábrica do mundo" se transformou numa economia que importa produtos inacabados e exporta produtos acabados e de reconhecida qualidade, até mesmo para países ditos industrializados, como é o caso da Coréia do Sul, Japão, França e outros.

Esse crescimento chinês não é fruto do acaso, assim como não pode ser considerado um milagre de momento (Jabbour, Dantas e Espíndola, 2020). A essa economia chinesa que vem chamando atenção do mundo, com base nas formulações de Rangel (1959) e Jabbour *et al*. (2022), há um realce sobre a constatação de que: o "socialismo de mercado" na China alcançou um estágio superior, que pode ser chamado de Nova Economia do Projetamento. A economia do projetamento só pode ser entendida no bojo dos gigantescos resultados socioeconômicos que ela produz e se for analisado o processo histórico em movimento no qual ela acontece. Jabbour e Gabrielle (2021) sinalizam que a economia do projetamento chinês tem elementos suficientes para ser interpretada como parte da história da civilização humana. Diante disso, em que pese outras linhas de pensamento, heterodoxas ou ortodoxas, sobre a China, o delineamento teórico aqui apresentado caminha no sentido de deixar claro que não se trata de uma onda favorável na qual a China vem surfando para se destacar no cenário global, mas de um processo histórico que desemboca no projetamento econômico do país para enfrentar seus grandes problemas e se destacar no cenário geoeconômico mundial.

[1] Pode-se sustentar que "[...] o contínuo crescimento econômico chinês consiste no mais impressionante fato da história econômica recente" (Jabbour *et al*., 2022, p. 2). No mesmo sentido, Jabbour, Dantas e Espíndola (2020, p. 38) asseveram que o caso chinês é o "[...] maior e mais longevo processo de desenvolvimento na história". De fato, alguns indicadores são surpreendentes: nas últimas quatro décadas (1980-2020) o PIB da China cresceu em média 9,2% ao ano; no mesmo período, o PIB per capita saiu de US$312 para US$10.408 e a taxa de investimento como proporção do PIB mantém-se acima de 40% pelo menos desde 2008, enquanto a média mundial não passa de 25% e a do Brasil está há uma década abaixo de 20% (Banco Mundial, 2023).

Neste contexto, na relação com o Brasil, a demanda chinesa crescente por produtos considerados primários (agropecuários, minerais e petróleo). Isso ajuda a explicar o fortalecimento das relações comerciais bilaterais com a nação asiática, ao mesmo tempo que o aumento da demanda brasileira por produtos manufaturados e semimanufaturados ajuda a explicar o aumento das importações brasileiras da China. Neste sentido, um dado chama atenção: no ano de 2024, quando é comemorado o aniversário de 50 anos das relações bilaterais entre Brasil e China, o Brasil vive o seu ápice das relações comerciais com um único país. A China foi o primeiro país do mundo com o qual o Brasil ultrapassou a marca dos US$100 bilhões em exportações, representando uma fatia de 30,7% de tudo o que o Brasil exportou para o mundo no ano de 2023[2] (MDIC, 2024).

Dada a relevância da relação bilateral Brasil-China, também se mostra relevante a análise das relações geoeconômicas dos estados brasileiros com a China, apesar de muitas vezes isso não ocorrer nas análises de conjuntura das relações comerciais entre países. Desta maneira, neste artigo, as atenções estarão voltadas para Santa Catarina, um importante estado brasileiro que mantém valores expressivos na relação comercial com a China e se destaca na exportação de produtos como carne de frango, carne suína, derivados vegetais, madeiras, motores elétricos, dentre outros. No ano de 2003 Santa Catarina exportou um total de US$66,5 milhões para a China e no ano de 2023 atingiu a marca de US$2,59 bilhões, ou seja, mais que quadruplicou os valores das exportações para a China, numa proporção semelhante à do Brasil no mesmo período. Diante disso, visando contribuir com as análises geoeconômicas da relação comercial entre o estado de Santa Catarina e a China, o objetivo deste artigo é revelar a relação geoeconômica entre a China e o estado de Santa Catarina (Brasil) especialmente a partir das trocas comerciais. Do ponto de vista metodológico, o artigo foi escrito a partir de três passos: 1) levantamento de bibliografia e dados, 2) realização de trabalhos de campo, e 3) organização, tratamento, cruzamento e análise dos dados e da bibliografia levantados.

Para alcançar o objetivo anteposto, além desta introdução e das considerações finais, o artigo encontra-se dividido em duas seções, quais sejam: 1) sobre o desenvolvimento da China como um todo e sua expansão comercial nos últimos anos,

[2] No ano de 2003 a China era o destino de 6,2% das exportações brasileiras. Portanto, nos últimos 20 anos (2003-2023), as exportações do Brasil para a China mais que quadruplicaram.

especialmente neste início de século; 2) sobre a dinâmica das relações comerciais do estado de Santa Catarina com a China, buscando, para além de apresentar os dados de evolução dos valores comerciais, explorar os produtos exportados e importados, seus níveis tecnológicos e a sofisticação produtiva tanto da China quanto do estado de Santa Catarina.

A CHINA NO SÉCULO XXI E SUA EXPANSÃO COMERCIAL

A ascensão da China é resultado de um longo processo de reconstrução nacional que teve início com a revolução de 1949, liderada por Mao Tsé-tung. Desde 1949, sucessivos presidentes conduziram a política econômica da China num viés de continuidade da resolução dos profundos problemas econômicos, sociais e ambientais que a China enfrentava, bem como do pensar adiante a nação grande que a China poderia se tornar. Conforme apontam Pautasso, Doria e Nogara (2020), com a chegada do Partido Comunista da China (PCCh) ao poder, essa etapa inicial de reconstrução nacional foi inaugurada, apresentando como prioridade o restabelecimento da integridade territorial da China e a construção das bases sólidas de uma indústria de produtos básicos e de infraestrutura (transportes, energia, comunicações e outros).

A partir de 1970, Deng Xiaoping, o sucessor de Mao Tsé-Tung, compõe a liderança principal de uma segunda geração de líderes que conduziram a continuidade do desenvolvimento econômico e social da China. No final da década de 1970 e início da década de 1980, Deng Xiaoping liderou uma reforma de abertura comercial[3], proporcionando a entrada de muito capital estrangeiro na China e a entrada maciça da China no mercado internacional. Logo após a sinalização de abertura, na década de 1980 formaram-se na China diferentes Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), cada uma destinada para atividades industriais tecnologicamente desenvolvidas em diferentes áreas, aproveitando-se de vantagens locacionais competitivas para atrair investimentos estrangeiros e crescer na capacidade de produção (Pautasso, Doria e Nogara, 2020).

Em 1993 Deng Xiaoping foi sucedido por Jiang Zemin, que ficou no poder até 2003. Zemin deu continuidade às políticas de abertura econômica iniciadas por Deng, mantendo a estrutura institucional da nação de centralização do poder econômico e

[3] Reforma e abertura que, diga-se de passagem, foi conduzida e planejada pelo Estado chinês, assegurando a soberania do país. Para mais detalhes sobre esse processo, ver Jabbour e Gabriele (2021).

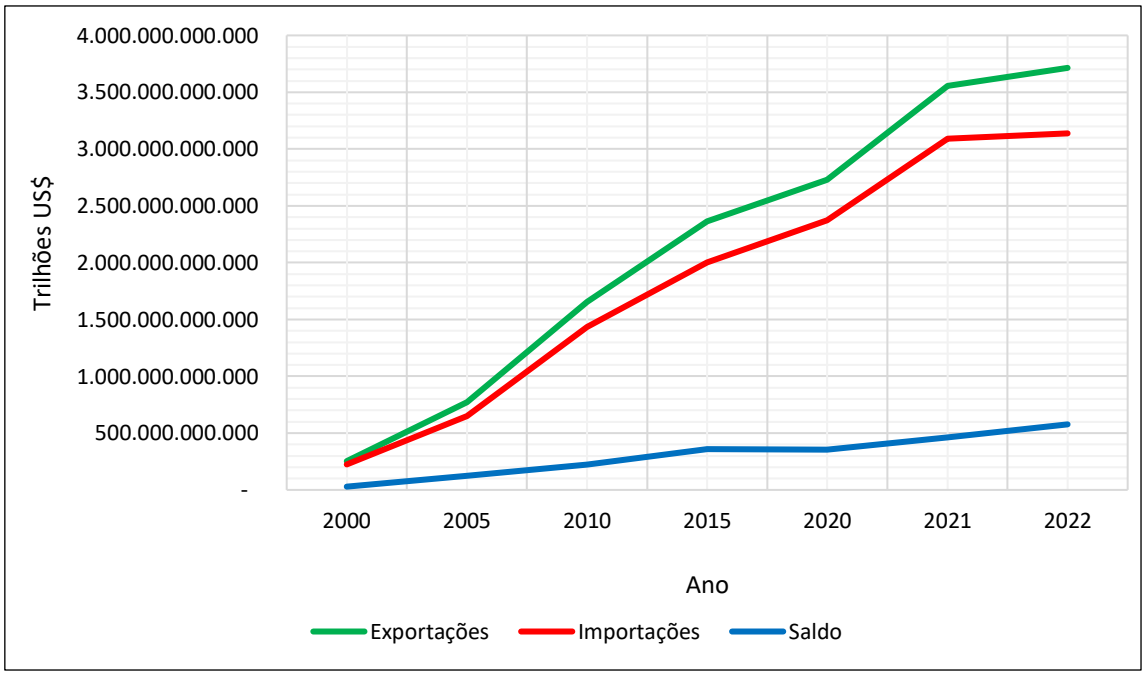
político nas mãos do Estado. A partir de 2003, Hu Jintao tornou-se presidente da China e permaneceu por dez anos no poder até que, em 2013, o atual presidente Xi Jinping assumiu a liderança política da China. Com Xi Jinping, a China definitivamente passou a compor o cenário geoeconômico e geopolítico global, entrando na fronteira tecnológica de segmentos como semicondutores, carros elétricos, placas fotovoltaicas de energia solar, trens de alta velocidade, indústria de fármacos, dentre outros. Além disso, no campo social Xi Jinping alcançou feitos extraordinários, como a migração do campo para as cidades de forma ordenada, a significativa redução da pobreza extrema principalmente nas áreas rurais e o fim da fome na China declarado pela ONU em 2017. Em quatro décadas, a China retirou mais de 800 milhões de pessoas da pobreza extrema. Para ter uma ideia de tal feito, em 1980 mais de 80% da população vivia nessa condição e em 2000 esse índice ainda era de mais de 40% da população chinesa (World Bank, 2021).

Nesse processo, ao resolver e continuar resolvendo problemas seculares, a China tornou-se notadamente a maior potência comercial do mundo e a maior economia do mundo em poder de paridade de compra. Em valores correntes de produção interna do mundo bruta, a China vem ano após ano aproximando-se dos EUA, que ainda permanece como maior economia global em valores correntes de PIB - Produto Interno Bruto. Neste contexto, a partir de 2010 a China vem planejando e executando robustos projetos de integração regional interna e externa. No âmbito interno o desafio é consolidar uma rede de trens de alta velocidade ligando todas as principais cidades do país. No âmbito externo, a China como potência mundial tem projetos direcionados ao Pacífico, à região euroasiática, através da Cooperação de Xangai (OCX) e, principalmente, a Nova Rota da Seda. Na medida em que esses projetos entram em execução, a China incorpora camadas da sua população em potencial de consumo de produtos cada vez mais sofisticados, demandando, entretanto, ainda uma quantidade significativa de produtos primários e semimanufaturados de outras partes do mundo. Neste contexto, o Brasil entra como parceiro comercial fundamental para a China, ao mesmo tempo em que a China se torna o maior parceiro comercial do Brasil.

Portanto, a China criou e continua criando possibilidades de auxiliar na concretização de inúmeros objetivos centrais para a estratégia de inserção global. A execução desses grandes projetos, por exemplo, auxilia na criação de demanda para a capacidade produtiva, por vezes ociosa, de sua indústria nacional. Ademais, a China

mantém elevada a preocupação de questões como à segurança alimentar, energética e no acesso a um conjunto de recursos naturais (em estado bruto ou inacabado) extremamente necessários à manutenção do projeto de desenvolvimento da China. Assim, a execução desses projetos potencializa a internacionalização das empresas chinesas, as quais levam consigo os serviços nacionais, sobretudo os de engenharia (Pautasso, Doria e Nogara, 2020). Diante disso, é notável o crescimento das exportações e das importações da China, aproximando-se da marca dos US$4 trilhões exportados no ano de 2022 e dos US$3,2 trilhões importados no mesmo ano (Gráfico 1). No Gráfico 1, além da evolução das importações e exportações da China, observa-se um importante crescimento do saldo da balança comercial no período 2000-2022, atingindo um superávit comercial de cerca de US$600 bilhões no ano de 2022.

Gráfico 1 – Exportações, importações e saldo na balança comercial da China (US$) no período 2000 a 2022



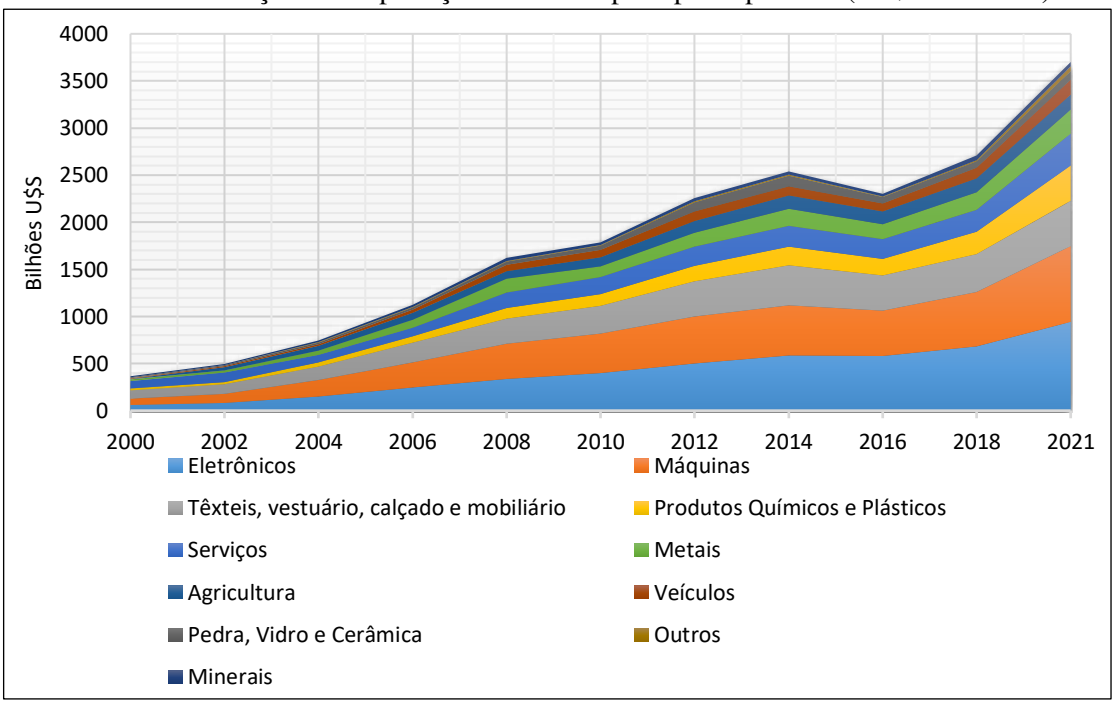
Fonte: World Bank (2022).
Elaborado pelos autores.

Desde a sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) no final de 2001, os números são cada vez mais expressivos. De acordo com dados do Banco Mundial, foi precisamente em 2010 que a China ultrapassou os EUA como maior exportador do mundo. Diante disso, pode-se afirmar que a expansão do comércio chinês é um dos fenômenos geoeconômicos mais impressionantes neste século. Isso pode ser

verificado quando analisado os dados dos principais parceiros comerciais que as nações do mundo possuíam e possuem. Enquanto no ano 2000 os EUA eram absolutos no domínio do comércio internacional, no ano de 2022 a China se firmou como soberana ao impor-se com a presença maciça de seus produtos, principalmente nos países asiáticos, africanos, latino americanos e europeus. Os EUA, entretanto, mantem-se como principal parceiro comercial da maioria dos países das Américas Central e do Norte.

Em termos quantitativos, no ano 2000 as exportações da China somaram US$253 bilhões, ao passo que no ano de 2022 essa cifra atingiu US$3,7 trilhões, ou seja, em pouco mais de duas décadas o crescimento foi de mais de 1300%. Já nas importações da China, considerando o mesmo período, saíram de US$224 bilhões para US$3,1 trilhões, ou seja, um salto aproximadamente no mesmo patamar das exportações em termos percentuais (Banco Mundial, 2023). Neste sentido, do ponto de vista dos produtos exportados, nota-se o crescimento substancial de manufaturados de elevado conteúdo e complexidade tecnológica (Gráfico 2), desde bens de consumo duráveis e não duráveis até bens de capital, como máquinas e equipamentos, conforme aponta o gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução das exportações da China por tipo de produto (US$ 2000-2021)



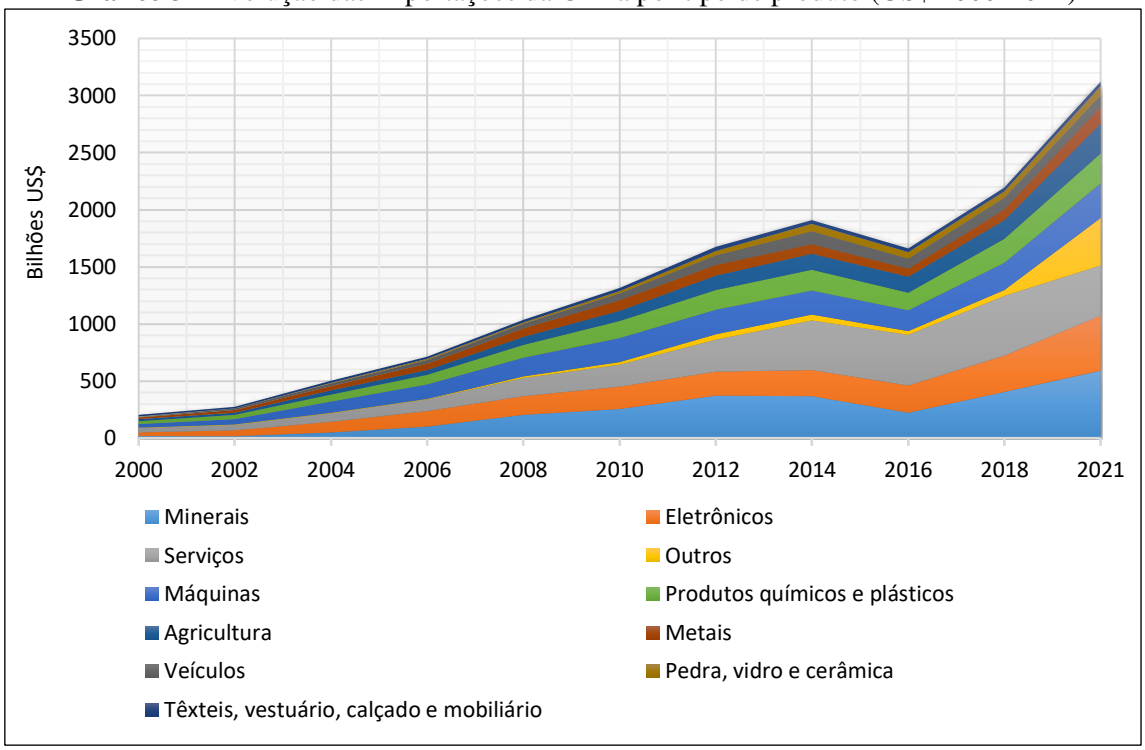
Fonte: The Atlas of Economic Complexity, 2021.
Organizado pelos autores.

Segundo os dados apresentados no gráfico 2, em 2021 os produtos eletrônicos representavam aproximadamente 26% das exportações totais da China, somando um valor de US$943 bilhões, com destaque para aparelhos de transmissão para rádio, telefone e TV; seguido de circuitos integrados eletrônicos, telefones, dispositivos semicondutores, transformadores elétricos e outros. Para se ter uma ideia da expressão desses números, o que a China exporta em produtos eletrônicos é maior que o total comercializado por países como Reino Unido, Japão, França, Holanda, Coreia do Sul etc., que figuram entre os dez principais exportadores do mundo.

Ainda considerando os dados do ano de 2021, a China também exportou um volume relevante de máquinas, totalizando US$804 bilhões, o que representa em torno de 22% das vendas totais. Neste grupo, os computadores possuem a maior fatia, seguido de peças e acessórios para máquinas de escritório. Portanto, produtos eletrônicos e máquinas representam quase a metade (48%) de tudo que a China exportou, considerando, para isso, os dados de 2021 (Gráfico 2).

Por outro lado, no que diz respeito às importações (Gráfico 3), pode-se observar um quadro diferente das exportações, pois a China demanda grandes quantidades de bens primários, matérias-primas e semimanufaturados para abastecer a sua indústria e o mercado interno. Dentre os principais bens importados, considerando os dados do ano de 2021 (Gráfico 3), destacam-se: circuitos integrados eletrônicos (9,66%), óleos de petróleo brutos (6,91%), serviços de tecnologia da informação e comunicação (5,15%), minérios de ferro e concentrados (4,97%) e outros. No gráfico 3 é possível observar a evolução das importações da China por tipo de produto, no período 2000-2021.

Gráfico 3 - Evolução das importações da China por tipo de produto (US$ 2000-2021)



Fonte: The Atlas of Economic Complexity, 2021.
Organizado pelos autores.

A China tornou-se a principal parceira comercial de mais de uma centena de países ao redor do mundo, como expressão em forma de resultados, de um longo processo histórico de desenvolvimento econômico comandado pelo Estado, o qual incentiva e dá suporte em vários níveis para a inserção das suas empresas no mercado mundial. Essas constatações são derivadas dos inúmeros projetos de desenvolvimento econômico que a China desenvolve há pelo menos quatro décadas, como a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), por exemplo. A cidade e aglomerado urbano e econômico de Shenzhen no Sul da China, por exemplo, uma das mais importantes ZEEs da China, especializou-se nos segmentos produtivos de eletrônicos, semicondutores e peças em geral desses segmentos, tornam-se o polo global dos setores de eletrônicos.

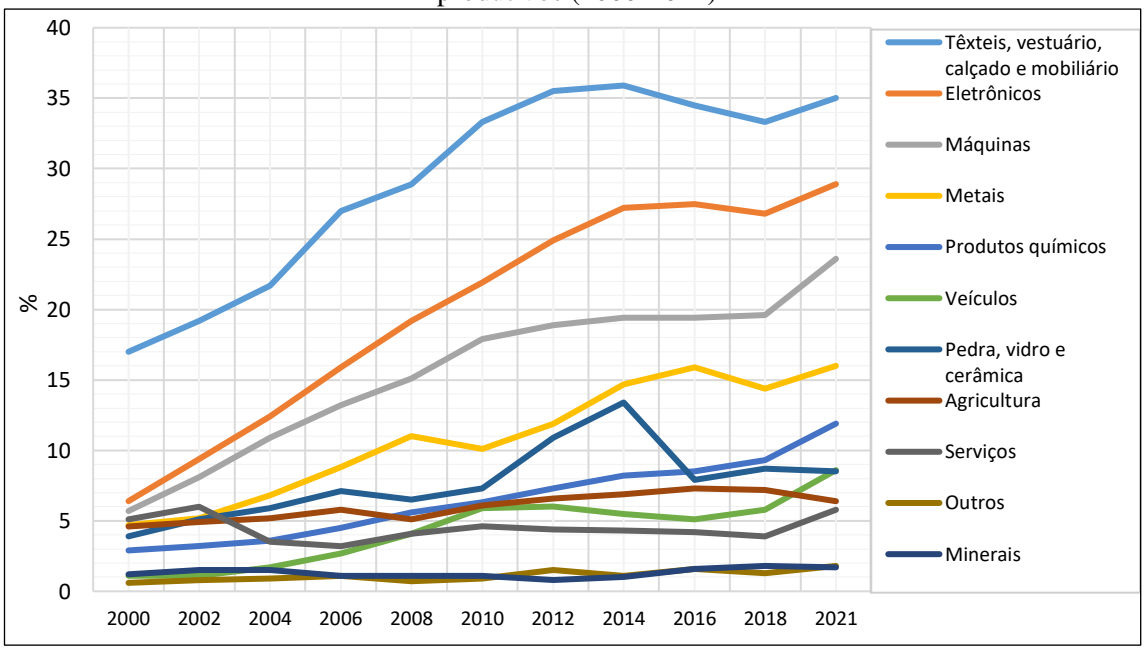
Neste contexto, os principais parceiros comerciais da China em importações são países asiáticos, destacando-se[4] Taiwan (8,15%), Coreia do Sul (8,06%) e Japão (8,03%). Na sequência aparecem Estados Unidos (7,12%), Austrália (6,14%), Alemanha

[4] Participações no total das importações da China, considerando dados de 2021.

(5,35%), Hong Kong[5] (4,40%), Brasil (4,28%), Vietnã (3,42%) e Rússia (3,25%), formando os dez primeiros, que representam quase 60% da origem das importações chinesas. Já nas exportações, os dez países que aparecem como principais parceiros comerciais da China são os seguintes: Estados Unidos (16,64%), Hong Kong (10,05%), Japão (5,20%), Coreia do Sul (4,32%), Alemanha (4,26%), Vietnã (3,83%), Índia (2,77), Reino Unido (2,66%), Holanda (2,56%) e Taiwan (2,39%), que juntos somam cerca de 55% do total exportado pela China (The Atlas of Economic Complexity, 2021).

Neste sentido, também chama atenção a participação da China no mercado global de diversos produtos. O gráfico 4 mostra uma evolução em diversos produtos, como por exemplo os eletrônicos, setor no qual a China possuía 5% do mercado global no começo do século e hoje atinge cerca de 30%. A evolução também foi bastante significativa em produtos têxteis, máquinas, metais, minerais, produtos químicos e veículos, conforme pode ser observado no gráfico 4 (The Atlas of Economic Complexity, 2021).

Gráfico 4 – Porcentagem de participação da China no mercado global por segmentos produtivos (2000-2021)



Fonte: The Atlas of Economic Complexity, 2021.
Organizado pelos autores.

[5] Mesmo se tratando de uma área administrativa pertencente à China, alguns órgãos que fornecem dados, como é o caso do "Atlas of economic complexity", mantém Hong Kong como parceiro comercial da China.

O processo de inserção das empresas chinesas (muitas estatais) nessas estruturas de mercado vem transformando de maneira intensa as chamadas cadeias globais de valor, antes dominadas pelos grandes conglomerados dos países que lideraram as duas primeiras revoluções industriais, que agora precisam lidar com a concorrência e competitividade da China. Jabbour e Paula (2018) assinalam que a China alcançou a tripla condição de potência industrial, comercial e financeira. Além disso, vale ressaltar que a China vem crescendo na inserção de camadas cada vez maiores da população em mercados de consumo de produtos mais sofisticados e vem se destacando na fronteira tecnológica de diferentes segmentos industriais, como na área da saúde, do transporte e das energias renováveis.

Em termos geoeconômicos, os dados apresentados expressam uma China que emergiu como superpotência, desafiando a hegemonia dos EUA e tornando-se também uma das candidatas a liderar a terceira revolução industrial (Mamigonian, 2018). Neste contexto, Fiori (2007; 2024) defende que os EUA não conseguem mais frear a ascensão econômica da China, o que pode se confirmar no médio e longo prazo, caso a China ultrapasse os norte americanos nos valores correntes de produto interno bruto.

Neste sentido, conforme a proposta inicial desse manuscrito, como tem se dado a relação comercial na escala dos estados do Brasil com a China? A resposta dessa questão, que focará nas relações comerciais entre o estado brasileiro de Santa Catarina e a China, vai ao encontro de se afastar dos "achismos" de que o estado de Santa Catarina tem sua estrutura produtiva voltada exclusivamente para os mercados ocidentais (Europa, América do Sul e EUA). Assim, se no passado isso foi predominante, o próximo tópico desse texto indica que tal panorama mudou, isto é, a China tornou-se o principal parceiro comercial de Santa Catarina (considerando os dados do ano de 2023), um estado que não figura, por exemplo, entre os principais produtores de soja e de minérios no Brasil.

AS RELAÇÕES COMERCIAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (BRASIL) COM A CHINA: DINÂMICA E EVOLUÇÃO NO SÉCULO XXI

Conforme já mencionado, comumente encontram-se publicações científicas, sobretudo artigos em revistas, que analisam as relações comerciais entre o Brasil e a China. Entretanto, raras são as publicações dedicadas a desvendar as relações da China com estados da federação ou até mesmo regiões produtivas dos estados. Neste contexto,

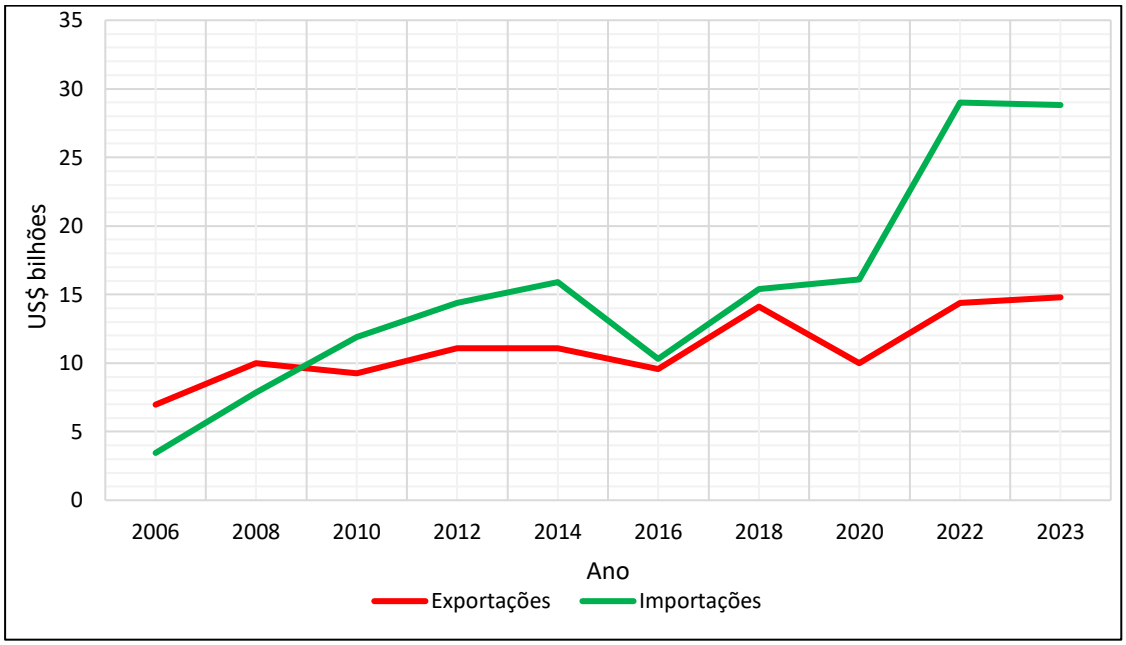
o tamanho territorial do Brasil, a diversificação da sua base produtiva e o papel que diferentes estados cumprem na participação nacional por setores produtivos torna interessante uma análise pelos recortes estaduais, de modo que, essa perspectiva também poderia ser pensada no âmbito da China, uma vez que também se trata de um país com dimensões continentais, figurando como terceiro maior território do mundo em extensão territorial (não será esta a preocupação neste momento, mas o ensejo de analisar a participação regional-provincial da China no comércio com o Brasil está dado). Neste sentido, ao mesmo tempo que há similaridades da base exportadora de diferentes estados brasileiros, também há especificidades a serem exploradas. No caso do estado de Santa Catarina, há uma trajetória histórica a ser considerada, a qual permitiu uma ampliação expressiva das relações comerciais com a China.

O estado de Santa Catarina apresenta como característica marcante uma economia diversificada e um setor industrial e agroindustrial dinâmico e pujante, com a presença de empresas de projeção nacional e internacional (Mamigonian, 2005). Isso se evidencia principalmente quando a estrutura produtiva de Santa Catarina é comparada com outros estados do Brasil. Nesse sentido, do ponto de vista populacional, os dados demonstram que Santa Catarina possui a décima maior população nacional, com 3,75% do total, ao passo que possui 9,58% do total de empregos na indústria de transformação – atrás somente de São Paulo e Minas Gerais – e 5,66% do valor bruto da produção industrial, considerando os dados do ano de 2021 (BRASIL, 2022; IBGE, 2022a; 2022b).

Ademais, em termos de produção total de riquezas, apesar de uma área territorial pequena (95,3 mil km²) e de ser apenas a décima maior população do Brasil, o produto interno bruto (PIB) de Santa Catarina atingiu a marca de R$505 bilhões no ano de 2023, aproximando-se dos 5% de participação sobre o PIB nacional. Von Dentz (2022) chama atenção para o fato de que no final da década de 1990 a participação de Santa Catarina no PIB nacional não chegava a 3%. Neste contexto, o comércio exterior de Santa Catarina não é uma aleatoriedade, mas sim fruto dessa estrutura produtiva especializada e diversificada, a qual reflete nos volumes e quantidades das suas relações comerciais internacionais, ou seja, com as exportações e as importações, sobretudo com a China, conforme será visto.

Diante disso, no Gráfico 5 é possível analisar a balança comercial de Santa Catarina no período entre 2006 e 2023.

Gráfico 5 - Evolução da balança comercial de Santa Catarina (2006-2023)



Fonte: DataViva, 2023[6].
Organizado pelos autores.

Conforme os dados do Gráfico 5, as exportações totais de Santa Catarina tiveram um aumento entre os anos de 2006 e 2023, passando de US$7 bilhões para US$15 bilhões. Por outro lado, as importações cresceram de forma ainda mais expressiva, passando de US$3,45 bilhões para mais de US$28,8 bilhões, considerando o mesmo período. Trata-se de um estado com balança comercial deficitária, de maneira que no ano de 2023 os valores importados somaram quase o dobro dos valores exportados, representando o maior déficit comercial do estado de Santa Catarina (cerca de US$ 14 bilhões de déficit – Gráfico 5). Isso ocorre em razão de que, apesar de se tratar de um estado com base produtiva e exportadora diversificadas, ainda não possui a estrutura produtiva, sobretudo de alto incremento tecnológico, para produzir os componentes fundamentais para seus motores elétricos e máquinas frigoríficas, para citar dois exemplos.

Diante disso, Santa Catarina tem grande demanda por produtos como: máquinas e equipamentos eletrônicos, microchips e semicondutores, metais (cobre, ferros transformados, aços transformados etc), produtos químicos, plásticos e borrachas, dentre

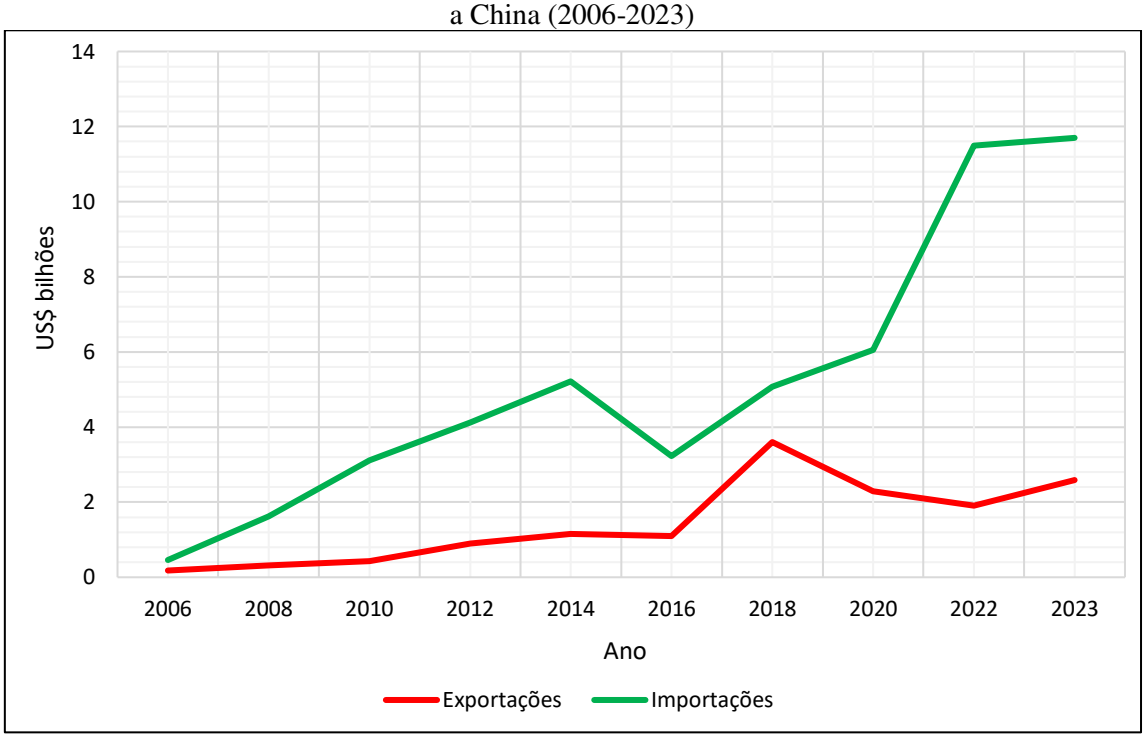
[6] A plataforma de dados DataViva (https://www.dataviva.info/pt/) utiliza dos dados oficiais do governo, neste caso, do MDIC.

outros. Tratam-se de produtos que em termos de valor, custam caro; o que ajuda a explicar os altos valores importados pelo estado. Para além disso, chama atenção que entre os anos de 2018 e 2022 as importações do estado cresceram expressivamente (Gráfico 5), o que está relacionado com uma incapacidade para produzir peças, máquinas e equipamentos com maior tecnologia embarcada nos processos produtivos.

No que se refere à evolução da participação em percentagem dos principais parceiros comerciais do estado de Santa Catarina, nota-se que há uma mudança grande. Enquanto no ano de 2006 os principais parceiros para onde as exportações de Santa Catarina se destinavam eram: EUA (21%), Alemanha (5,7%), Argentina (5,5%), Holanda (5,4%), Rússia (4,5%), Reino Unido (3,9%), Japão (3,8%), Venezuela (3,2%), Itália (2,7%), México (2,7%) e China (2,6%); já no ano de 2023 os principais parceiros para as exportações de Santa Catarina foram: China (17%), EUA (12%), Argentina (5,6%), México (5,2%), Chile (4,1%) e Holanda (2,8%). Entre 2006 e 2023 a China saiu de décimo primeiro maior comprador dos produtos catarinenses para a posição de primeiro comprador. Em 2006 as exportações de Santa Catarina para a China somavam US$180 milhões e em 2023 atingiram a marca de US$ 2,59 bilhões. Já nas importações, no ano de 2006 os países dos quais Santa Catarina mais comprava eram: Argentina (17%), China (13%), Chile (12%), EUA (8,2%) e Alemanha (5,1%); em 2023 esse cenário também muda bastante, sendo que os principais países de origem das compras catarinense eram: China (41%), EUA (7,2%), Chile (6,2%), Argentina (5,5%), Alemanha (4,4%) e México (2,2%). Embora em 2006 a China já fosse o segundo maior país do qual o estado de Santa Catarina importava, tratava-se de um valor de US$460 milhões importados, ao passo que no ano de 2023 esse valor atingiu US$11,7 bilhões em importações, tratando-se, portanto, de um crescimento muito expressivo no período.

Dado que a China é o maior parceiro comercial do estado de Santa Catarina, tanto em importações quanto em exportações, no Gráfico 6 pode-se analisar a balança comercial de Santa Catarina, a partir dos valores importados e exportados, especificamente com a China, considerando o período 2006-2023.

Gráfico 6 - Evolução das importações e exportações (balança comercial) de Santa Catarina com a China (2006-2023)



Fonte: DataViva, 2023.
Organizado pelos autores.

De acordo com o Gráfico 6, no período sinalizado, as exportações de Santa Catarina para a China cresceram mais de 700%, passando de US$300 milhões para US$2,6 bilhões. Ao mesmo tempo, as importações de Santa Catarina em relação à China cresceram mais de 2.900%, passando de US$400 milhões para mais de 11 bilhões. Apesar do expressivo crescimento verificado, tanto nas importações quanto nas exportações, chama a atenção o aumento do déficit da balança comercial de Santa Catarina com a China, o qual era de pouco mais de US$100 milhões no ano de 2006 e atingiu a marca de US$9 bilhões no ano 2023 (Gráfico 6). O crescimento desse déficit está relacionado, dentre outros fatores, com a diferença de valor dos produtos exportados pela China para Santa Catarina e dos produtos exportados pelo estado de Santa Catarina para a China.

Considerando os dados de 2023, Santa Catarina exportou para a China US$2,6 bilhões. Esse valor é derivado, principalmente, dos seguintes produtos catarinenses: 44% de soja[7], 25% de carne suína, 18% de carne de aves, 4% de milho e

[7] Mencionamos entre o final do primeiro item e o início do segundo item do texto, que Santa Catarina não figura entre os estados que mais exportam soja do Brasil. Ainda assim, há uma porcentagem significativa nos dados em razão de uma parcela da soja dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul serem exportados

2,3% de miúdos comestíveis de carne bovina (esses cinco produtos somaram mais de 83% da pauta exportadora do estado em 2023) (DataViva, 2023). Trata-se de produtos com importante presença tecnológica nos processos produtivos, sobretudo os setores de carnes, que passam por processos intensos de transformação até atingir o formato final para o destino internacional. Entretanto, essas tecnologias que Santa Catarina dispõe para produzir são, na sua grande maioria, compradas de outros países, sobretudo da própria China, mas também da Alemanha, Itália, EUA, Coreia do Sul e Japão. Assim, os produtos que Santa Catarina mais exporta para a China possuem conteúdo tecnológico embarcado, mas boa parte dessa tecnologia usada para processar as carnes, por exemplo, não é de origem brasileira. Ela é comprada pronta sobretudo quando se trata de máquinas e equipamentos frigoríficos e, em algumas das vezes, é montada no estado de Santa Catarina ou em outros estados do Brasil.

Já a pauta exportadora da China para o estado de Santa Catarina mostra-se com outra composição de produtos. No ano de 2023, dos setores produtivos dos quais a China mais exportou para Santa Catarina, cerca de 30% foi do setor industrial, 15% foi de artigos têxteis, 10% da indústria química e 8% do ramo de transportes; para citar os principais. Quando considerado os produtos, os mais exportados pela China para Santa Catarina foram: semicondutores (5,9%), produtos laminados de ferros revestidos (5,5%), transformadores elétricos (2,9%), aquecedores elétricos (2,8%) pneumáticos novos (2,8%), filamentos sintéticos (2,6%), telefones (1,6%), empilhadeiras (1,4%) e peças para veículos (1,3%). Neste sentido, enquanto nas exportações de Santa Catarina para a China cinco dos principais produtos exportados representaram mais de 80% do total das exportações do estado; nas exportações da China para Santa Catarina nove dos principais produtos exportados pelo país não chegaram a representar 30% do total. Ou seja, a pauta exportadora da China é mais diversificada e mais atrelada à indústria do que a pauta exportadora do estado de Santa Catarina, considerando a relação comercial do estado catarinense com a China (DataViva, 2023).

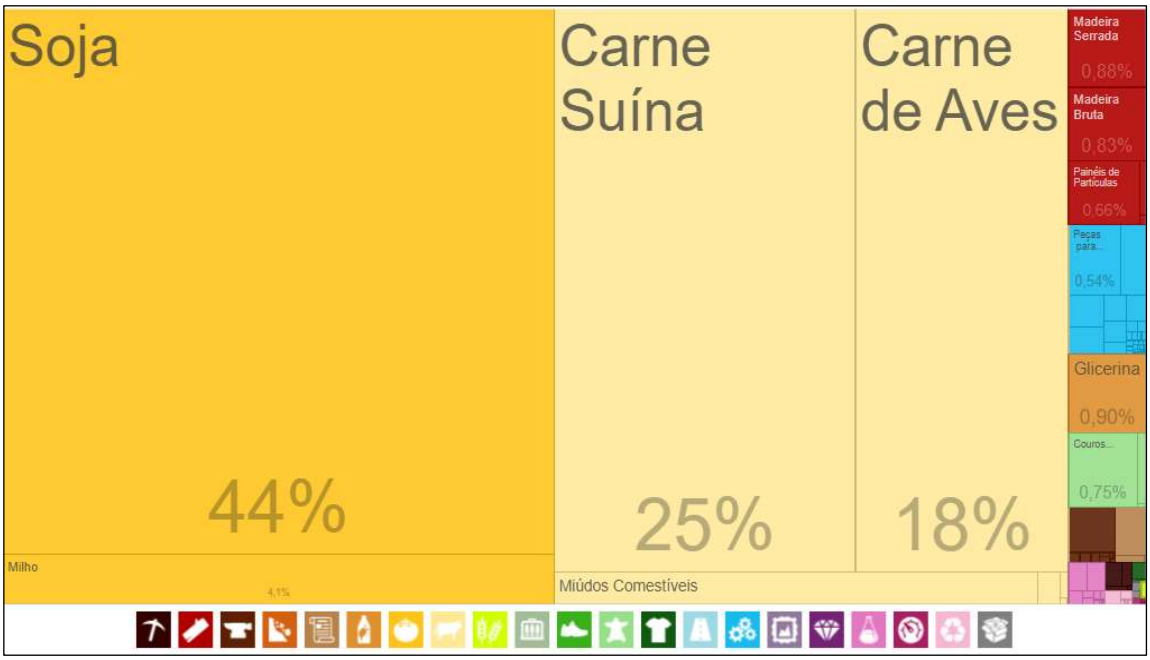
Esses dados também permitem afirmar que o nível da complexidade tecnológica embarcada na pauta exportadora da China é muito superior ao nível da complexidade tecnológica presente na pauta exportadora dos produtos catarinenses para

pelo porto de São Francisco do Sul-SC, especializado na exportação em granel. Isso faz com que esse dado seja mais expressivo, embora Santa Catarina também seja exportadora de soja, mas em quantidade pequena se comparado a outros estados do Brasil.

a China (Figuras 1 e 2). Essa constatação, por si só, coloca o estado de Santa Catarina e o Brasil em desvantagem competitiva em relação à China, apesar de todos os avanços ocorridos nos complexos produtivos de suínos e frangos em regiões como o Oeste catarinense, por exemplo, consolidada nestas cadeias produtivas (Von Dentz e Espíndola, 2023). São avanços que mudaram a estrutura produtiva desses complexos produtivos, mas que não desenvolveram, por exemplo, uma indústria de inovação em semicondutores para máquinas frigoríficas, câmeras refrigeradas, motores e aparelhos elétricos, dentre outros. Esses produtos são importados por Santa Catarina de países desenvolvidos como a China, principalmente, ou então, podem até ser montados em solo brasileiro. Mas não se trata de Santa Catarina dominar os setores tecnológicos mais sofisticados dos quais faz uso.

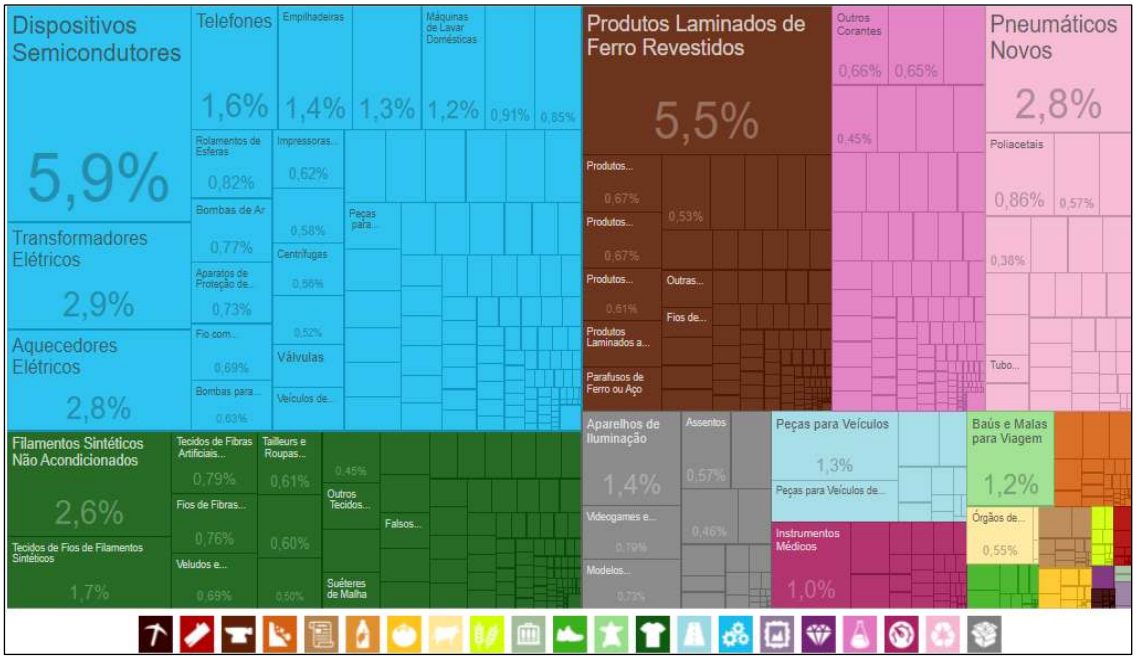
Desta forma, o panorama dos principais produtos que compõe as exportações e as importações de Santa Catarina em relação à China pode ser visualizado nas figuras 1 e 2.

Figura 1 – Principais produtos que compõe as exportações do estado de Santa Catarina em relação a China (2023)



Fonte: DataViva, 2023.
Organização dos autores.

Figura 2 – Principais produtos que compõe as importações do estado de Santa Catarina em relação a China (2023)



Fonte: DataViva, 2023.
Organização dos autores.

Diante da configuração dos dados apresentados nas figuras 1 e 2, a diversidade de produtos que a China exporta para Santa Catarina e a participação de produtos manufaturados de alto valor agregado nos quantitativos de valores exportados contribuem para a compreensão das razões pelas quais o déficit comercial de Santa Catarina em relação ao comércio com a China é tão expressivo. Neste contexto, verifica-se a necessidade de aprendizagem tecnológica, investimentos em inovação, em pesquisa e desenvolvimento pelo Estado brasileiro e pelo governo do estado de Santa Catarina. Esse processo de aprendizagem tecnológica em um dos estados com maior presença industrial na composição do PIB no Brasil mostra-se urgente, sob pena de aumentar cada vez mais a dependência tecnológica para países do mundo desenvolvido, especialmente para a China, que tem se mostrado uma nação competente na produção e fornecimento desses produtos com nível elevado de tecnologia embarcada.

A entrada de Santa Catarina neste processo de aprendizagem tecnológica não pode mais esperar, pois se trata de um processo lento, que precisa unir pesquisa científica das universidades e instituições públicas de pesquisa com o interesse dos setores produtivos privados, ou seja, das empresas. Um exemplo que pode ser citado é a Coréia

do Sul, que demorou cerca de 40 anos para amadurecer esse processo (Moreira e Bastos, 2023), a China cerca de 30 anos sob forte incentivo do Estado e capacidade de planejamento e execução de um projeto de nação que envolve o amadurecimento da sua capacidade tecnológica de produção, ou seja, de planejamento das coisas (Jabbour e Gabriele, 2021). Por essas razões, o processo de aprendizagem tecnológica no estado de Santa Catarina e no Brasil como um todo, não pode mais esperar, sob pena de o país ficar *ad aeternum* na condição de "em desenvolvimento".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste início de século XXI, a China consolidou-se definitivamente como a maior potência industrial, comercial e financeira do mundo. Tal condição geoeconômica alcançada pelo país não é fruto de um milagre ou do acaso, mas sim de um longo processo marcado, de modo geral, por vigorosas políticas de investimento governamentais, constantes inovações institucionais comandadas pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) e domínio do setor público nos setores considerados estratégicos da economia.

No contexto do desenvolvimento chinês, os dados levantados e analisados no texto demonstram, de maneira inequívoca, que a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, mas também de estados brasileiros considerados dinâmicos economicamente, como é o caso do estado de Santa Catarina. Ocorreu expansão tanto das exportações quanto das importações, evidenciando uma estreita relação geoeconômica.

A despeito desse cenário, historicamente há um déficit na balança comercial do estado que vem se aprofundando nos últimos anos, sobretudo a partir de 2018, atingindo a ordem de US$9 bilhões em 2023. Ademais, existe uma disparidade considerável na sofisticação produtiva das relações comerciais de Santa Catarina com a China, isto é, o estado catarinense importa produtos de maior conteúdo tecnológico comparativamente aos produtos que exporta para a China.

Nesse sentido, o estado de Santa Catarina, que pode ser considerado proporcionalmente um dos mais industrializados do Brasil e com uma base produtiva diversificada, com uma história de aprendizado e êxito em alguns segmentos industriais, pode buscar parcerias nos setores que possui dependência das nações desenvolvidas, visando internalizar inovações e agregar mais valor nas suas exportações para a própria

China e outros países. À estas parcerias estratégicas que Santa Catarina precisa entrar chamamos de processo de aprendizagem tecnológica, a exemplo do que inúmeras províncias chinesas fizeram paulatinamente desde os anos 1980 e 1990 até os dias de hoje.

Com a aproximação comercial do Brasil e de Santa Catarina com a China, como ficou demonstrado, abrem-se janelas de oportunidade para novas parcerias em várias áreas, as quais podem estreitar ainda mais as relações comerciais, buscar recursos para obras de infraestrutura, transferências de tecnologias, intercâmbios educacionais e científicos, entre outros. Além disso, tomar esse caminho demanda visão estratégica e a construção de um projeto nacional que tenha no seu núcleo duro, o objetivo central de unir o setor produtivo com os investimentos públicos em ciência e tecnologia, para que seja possível alcançar vantagens competitivas no processo de amadurecimento tecnológico e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico brasileiro e catarinense.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa, através do processo número: 151184/2022-4. E à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa na modalidade bolsa de doutorado - Demanda Social (DS).

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Dados abertos**. 2023. Disponível em: https://data.worldbank.org/region/world. Acesso em: 06 mai. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais** (RAIS). Brasília, DF, 2022.

CISESK, P. P. **China**: milagre econômico e desafios pós-crise financeira internacional. In: Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI - IPEA), Brasília, n. 10, 113 p., abr./jun. 2012. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4553?mode=full. Acesso em: 07 mai. 2024.

DATAVIVA. **Santa Catarina:** comércio internacional. 2023. Disponível em: https://www.dataviva.info/pt/build_graph/secex/5sc/all/all?view=Trade%20Balance&graph=line. Acesso em: 03 jun. 2024.

FIORI, J. L. A "multipolaridade" e o declínio crônico do Ocidente". **A Terra é Redonda**, 17 mai. 2024. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-multipolaridade-e-o-declinio-cronico-do-ocidente/. Acesso em: 24 mai. 2024.

FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Oikos**, nº 8, ano V, Rio de Janeiro, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Industrial Anual** - empresa. 2022a. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-empresa/tabelas/brasil/2021. Acesso em: 28 mai. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2022**. 2022b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-populacao-por-idade-e-sexo. Acesso em 28 mai. 2024.

JABBOUR, E. M. K.; PAULA, L. F. A China e a "Socialização do Investimento": uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-23, jan./abr, 2018.

JABBOUR, E. K.; DANTAS, A. T.; ESPÍNDOLA, C. J. Considerações iniciais sobre a "Nova Economia do Projetamento". **Revista Geosul** (UFSC), v. 35, p. 17-42, 2020.

JABBOUR, E. K.; GABRIELE, A. **China**: o socialismo do século XXI. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, E. M. K.; DANTAS, A. T.; ESPÍNDOLA, C. J.; VELLOZO, J. C. A (nova) economia do projetamento como estágio superior do socialismo chinês. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, v. 2, p. 1-34, 2022.

MAMIGONIAN, A. **Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico**. 2005. 266 f. Tese (livre-docência) – Departamento de Geografia, FFLCH - USP, São Paulo, 2005.

MAMIGONIAN, A. O Mundo no final do século XX e início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 100, p. 173-205, 2018.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira**. Brasília: MDIC, 2024. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercioexterior/balanca-comercial-brasileira. Acesso em: 02 mai. 2024.

MOREIRA, U.; BASTOS, P. P. Z. Desenvolvimento convidado ou projetado? Dependência, Estado e capital nacional no desenvolvimento capitalista na Coreia do Sul. **Revista de Economia contemporânea**, v. 27, p. 1-37, 2023.

PAUTASSO, D.; DORIA, G.; NOGARA, T. A Nova Rota da Seda e o projeto chinês de globalização. **Revista Insight Inteligência** (Rio de Janeiro), v. 90, p. 106-115, 2020.

RANGEL, I. Elementos de Economia do Projetamento. In: RANGEL, I. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1959] 2005.

THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Fluxos Comerciais Globais**. 2021. Disponível em: https://atlas.cid.harvard.edu/explore. Acesso em 27 mai. 2024.

VON DENTZ, E. **A dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense:** dos agronegócios à complexidade econômica regional. 2022. 484 f. Tese (Doutorado em

Geografia) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

VON DENTZ, E.; ESPÍNDOLA, C. J. Relações geoeconômicas da mesorregião Oeste catarinense com a China (2003-2020). **Geosul** (Florianópolis), v. 38, n. 87, p. 95-114. 2023.

WORLD BANK. **Poverty gap at $3.65 a day (2017 PPP) (%) – China.** 2021. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.LMIC.GP?locations=CN. Acesso em: 10 jun. 2024.

WORLD BANK. **Export and import value index – China.** 2022. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.XD.WD?locations=CN. Acesso em: 12 mai. 2023.

Recebido em julho de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

ASCENSÃO CHINESA E OS INVESTIMENTOS DIRETOS CHINESES NO BRASIL: O CASO DO SETOR DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

CHINESE RISE AND CHINESE DIRECT INVESTMENTS IN BRAZIL: THE CASE OF THE TRANSPORT INFRASTRUCTURE SECTOR

ASCENSIÓN CHINA Y LAS INVERSIONES DIRECTAS CHINAS EN BRASIL: EL CASO DEL SECTOR DE INFRAESTRUCTURA DE TRANSPORTE

Nilmar Rippel
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
nilmarrippel@outlook.com.br

Marlon Clóvis Medeiros
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
marlonmedeiros@hotmail.com

Destaques

- A ascensão econômica da China nas últimas décadas foi surpreendente. Seu dinamismo econômico possibilitou efeitos gravitacionais tanto de economias desenvolvidas, bem como em desenvolvimento;
- O Brasil em 2024, completa 50 anos das relações diplomáticas sino-brasileira, mas é a partir de 2003 que as relações comerciais e de investimento passaram a ter maior intensidade e relevância;
- IED no setor de transporte, estão no rol dos planos estratégicos, tanto do governo chinês, bem como das empresas chinesas que atuam no mercado brasileiro.
- A geoeconomia é o pano de fundo da estratégia geopolítica chinesa;
- As possibilidades que se abrem com os investimentos chineses no Brasil é que em havendo estratégias claras, o país pode avançar para setores com maior sofisticação produtiva.

RESUMO

A China nos últimos anos tem ganhado relevância em âmbito global, sobretudo, devido sua participação no comércio internacional dado seu peso na pauta de exportações dos

mais variados países mundo afora. Seu efeito gravitacional e suas estratégias de longo prazo, permitiram que tanto a chegada de capital estrangeiro na China nas décadas de 1980, 1990 e 2000, bem como os Investimentos Diretos Chineses a partir dos anos 2000, estão no "guarda-chuva" da estratégia chinesa. O artigo visa observar os Investimentos Diretos Chineses no Brasil no setor de infraestrutura de transporte, onde foi possível constatar que mesmo sendo onze vezes menor que no setor energético, tende a ganhar espaço, visto que os investimentos em valores de usos estão no centro de suas estratégias de longo prazo. Primeiro, que há o retorno do capital investido e segundo, é que maior eficiência ferroviária e rodoviária facilita o escoamento dos principais produtos da pauta exportadora para o gigante asiático. Não obstante, dentro da lógica dos investimentos, é necessário o Brasil ter estratégias claras que visam utilizar os interesses da própria China a qual possibilita um desenvolvimento sem contrapartida e menos agressivo aos países periféricos que em relação aos países do centro dinâmico do capitalismo.

Palavras-chave: Brasil; China; Ascensão econômica chinesa; Investimentos Estrangeiro Direto; Infraestrutura de Transporte.

ABSTRACT

In recent years, China has gained global relevance, mainly due to its participation in international trade, given its weight in the export basket of the most varied countries around the world. Its gravitational effect and long-term strategies allowed both the arrival of foreign capital in China in the 1980s, 1990s and 2000s, as well as Chinese Direct Investments from the 2000s onwards, to be under the "umbrella" of Chinese strategy. The article aims to observe Chinese Direct Investments in Brazil in the transport infrastructure sector, where it was possible to verify that even though it is eleven times smaller than in the energy sector, it tends to gain space, since investments in use values are at the center of its long-term strategies. Firstly, there is a return on invested capital and secondly, greater railway and road efficiency facilitates the flow of the main products on the export list to the Asian giant. However, within the logic of investments, it is necessary for Brazil to have clear strategies that aim to use the interests of China itself, which enables a less aggressive and without compensation development for peripheral countries than in relation to countries at the dynamic center of capitalism.

Key Words: Brazil; China; Chinese Economic Rise; Foreign direct investment; Transport Infrastructure.

RESUMEN

En los últimos años, China ha ganado relevancia en el ámbito global, en especial, por su participación en el comercio internacional debido a su peso en el patrón de exportaciones de los más variados países en el mundo. Su efecto gravitacional y sus estrategias a largo plazo permitieron que tanto la llegada de capital extranjero en China, en las décadas de 1980, 1990 e 2000, así como las Inversiones Directas Chinas, desde los años 2000, están bajo el "paraguas" de la estrategia china. El artículo busca observar las Inversiones Directas Chinas en Brasil en el sector de infraestructura de transporte, en lo cual fue

posible constatar que a pesar de ser once veces más pequeño que el sector energético, tiende a ganar espacio, ya que las inversiones en valores de usos están en el centro de sus estrategias a largo plazo. Primero, es que hay el rendimiento del capital invertido y, segundo, es que la mayor eficiencia ferroviaria y vial facilita la salida de los principales productos del patrón exportador para el gigante asiático. Sin embargo, dentro de la lógica de las inversiones, es necesario que Brasil tenga estrategias claras que busquen utilizar los intereses de la propia China, la cual posibilita un desarrollo sin contrapartida y menos agresivo a los países periféricos que en relación con los países del centro dinámico del capitalismo.

Palabras clave: Brasil; China; Ascensión económica china; Inversiones Extranjeras Directas; Infraestructura de Transporte.

INTRODUÇÃO

A China vem despontando como uma economia forte, muito especialmente, a partir de 1978 com a chamada "Reforma e Abertura" promovida por Deng Xioping. De acordo com Jabbour (2006), em 2003 chegou a patamares de crescimento em torno de 9,3% ao ano, crescimento que continuou em anos posteriores. Para obter esse dinamismo econômico, o mercado se tornou um instrumento do planejamento estatal com vistas ao desenvolvimento econômico a médio e longo prazo. Seu peso não mais relativo, mas absoluto no comércio internacional, expressa-se também nas exportações de capital. Para Hendler (2021), a exportação de capital, embora não seja um fator suficiente, é uma condição necessária para um país que atingiu maturidade econômica e tende a ascender no plano internacional. Para o autor, isso ocorreu com todas as hegemonias mundiais do sistema-mundo-moderno.

A expansão econômica/comercial chinesa e sua capacidade de atrair gravitacionalmente países dos quatro quadrantes do globo, é um fator de monumental importância no âmbito das relações internacionais. Nesse sentido, é importante frisar que, a partir do início do século XXI, o Brasil passou a ser um polo de investimento chinês nos mais variados setores. Embora a segurança energética e alimentar para a China seja algo muito sensível (o que auxilia na compreensão do predomínio dos Investimentos Estrangeiros Diretos Chinês (IED´s)[1] no respectivo setor) está intimamente ligada com o

[1] Por IED entende-se investimento que envolve relacionamento de longo prazo e reflete um interesse duradouro por entidade residente em uma economia em uma entidade residente em outra economia (UNCTAD, 2017). Em outras palavras, envolve propriedade e presença por tempo indefinido no país receptor (Scissors, 2020). A definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por sua vez, também adotada por outras instituições, não exige o controle, mas sim uma

setor de transporte, pois a circulação de mercadorias derivadas do potencial agrícola brasileiro e demais vantagens comparativas, dependem fundamentalmente da expansão e qualidade das rodovias e ferrovias, além de uma logística mais eficiente.

É nesse contexto que devemos tentar compreender os IED´s chineses no Brasil. Para tanto, o artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, foi discutido mesmo que de maneira breve, a ascensão chinesa e o dinamismo econômico para além de suas fronteiras. Tais aspectos econômicos não se restringem às forças de mercados e a políticas fiscais rígidas, mas sobretudo, um Estado forte e planejador atuando em inúmeras áreas. Além de vultuosos investimentos em infraestrutura com vistas à gerar bens públicos aos chineses, houve também rígido controle nas contas de capitais e um câmbio não apreciado.

Na terceira seção, discutiremos a importância dos investimentos em infraestrutura de transportes[2] para o desenvolvimento econômico, considerando que a qualidade derivada dos investimentos no setor de transporte para uma economia em desenvolvimento é fundamental. É justamente por ser um setor base, que o torna fundamental e indispensável para toda operação da cadeia produtiva, tanto no que diz respeito à circulação de mão-de-obra, bem como mercadorias em geral e que está presente em quase a totalidade das unidades produtivas.

Na quarta seção, daremos ênfase e afirmamos que os IED´s estão aliados diretamente à estratégia chinesa a médio e longo prazo, além do fato de o Brasil ser um grande produtor de grãos e com consideráveis reservas naturais, demonstrando que os investimentos resultam em retorno do capital investido, além de que maior eficiência das ferrovias e rodovias facilita o escoamento dos principais produtos da pauta exportadora para o gigante asiático. Contudo, mesmo com aumento dos IED´s para o Brasil, os setores possuem interesses de investimentos distintos, tendo o setor energético o maior contemplado.

Na quinta e última seção, tem-se as considerações finais.

capacidade de influenciar a administração, sendo estabelecido o mínimo de 10% de poder de voto para definir IED (menos que isso é considerado investimento em carteira) (OCDE, 2019).

[2] Embora o artigo em seu título utiliza o termo *"transporte",* não daremos ênfase a outros modais que contemplam todo setor. Por ora, apenas o modal ferroviário e rodoviário está no escopo do trabalho. Justificam-se em função de que o primeiro, devido sua importância e o trato displicente do poder público em relação a seu abandono e o segundo, em função de seu predomínio e maior capilaridade em território nacional em detrimento do primeiro.

ASCENSÃO CHINESA E O DINAMISMO ECONÔMICO PARA ALÉM DE SUAS FRONTEIRAS

A China nas últimas décadas se apresentou ao mundo com enorme capacidade de transformar profundamente o cenário geopolítico e geoeconômico à nível global. A partir do 11 de setembro de 2001, observa-se, segundo Hendler (2021, p. 95) dois processos distintos, onde por um lado, vê-se uma crise de hegemonia dos Estados Unidos e por outro, a ascensão da China à condição de grande potência. Mesmo sendo fenômenos inseparáveis do ponto de vista geopolítico e geoeconômico, nos ateremos mais ao segundo fenômeno, isto é, a ascensão recente da dinâmica chinesa e os desdobramentos dessa dinâmica para além de suas fronteiras.

O intuito é ir além de visões binárias e superficiais que entendem o processo de desenvolvimento e de inserção internacional da China com demasiado pessimismo. Um desses exemplos é Gilpin (2004, p. 377) que descreveu a economia chinesa como "oca", dependente quase que exclusivamente de investimentos e empresas estrangeiras, no qual o país ocupava-se apenas das etapas mais simples das cadeias de produção. Seguindo na mesma direção, Mearsheimer (2006), definiu a inserção internacional chinesa como desestabilizadora e, por isso, propensa à guerra e avessa à cooperação à nível internacional. Ora, essas são visões que desconsideram a história desta civilização.

Arrighi (2008), por sua vez, lembrando de uma passagem de Gilbert Rozman o qual resgata a necessidade de enxergar a Ásia Oriental pela ótica da história, afirma que a Ásia já foi há pelo menos dois mil anos, vanguarda do desenvolvimento mundial e que nas últimas décadas do século passado, renasce com extraordinário vigor, culminando nos anos 1990 e anos 2000 com a China sendo o centro de expansão do comércio mundial.

Achamos válido, portanto, ressaltar que a proposta do respectivo trabalho não é discutir os processos históricos seculares que explicam a ascensão chinesa, embora façamos eventuais referências em alguns momentos que entendemos ser cruciais. Um desses momentos históricos de extrema relevância é a política pragmática que a China adota a partir do final dos anos 1970 e que são basilares para alçá-la à uma economia pujante. Para Pomar (2021, p. 75), houve uma avaliação histórica da Revolução Cultural que levou a China a adotar políticas econômicas que visavam Reformas e Abertura às quais levou a economia chinesa a um processo elevado e constante de desenvolvimento

econômico, tendo como pilares o setor público e privado, onde o setor público não apenas encorajou, mas guiou o setor privado.

É necessário, contudo, observar que essa "abertura" não foi feita sem controle estrito do Estado e seguindo, por consequência, as orientações do Consenso de Washington. Inclusive, Arrighi (2008, p. 360) faz duras críticas aos novos liberais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, bem como aos intelectuais de esquerda, dentre eles David Harvey, ao se referirem à abertura chinesa e a todo receituário neoliberal, como sendo os pilares do sucesso de sua expansão.

A ascensão e o dinamismo chinês não se restringem às forças de mercados e a políticas fiscais rígidas, mas sobretudo, um Estado forte e planejador atuando em inúmeras esferas, em especial, segundo Weber (2023, p. 29) em setores estratégicos como setor energético, complexo militar, construção civil, siderurgia, tecnologia da informação e o sistema financeiro. Para Morais (2015, p. 61), esses setores fazem parte de um conjunto de políticas macroeconômicas que compõe a política industrial que tem como objetivo central, elevar a novos patamares o grau de competição da indústria chinesa nas Cadeias Globais de Valor. Seguindo na mesma linha, Jabbour (2006, p. 49) observa que o setor privado tem crescido consideravelmente sua participação (desde a Reforma e Abertura) especialmente no setor de serviços, visto que tal setor não é considerado estratégico essencialmente.

Para além do estrito controle do Estado sobre setores estratégicos com vistas a um desenvolvimento crescente e sustentado, Morais (2015, p. 61), afirma que houve vultuosos investimentos em infraestrutura[3], com vistas à geração de bens públicos e a transformação dessas inversões no principal motor de expansão do PIB dos últimos anos. Jabbour (2006), também corrobora com essa afirmação, além de considerar outros fatores importantes, como o rígido controle nas contas de capitais, câmbio não apreciado,

[3] Tendo como base uma política Keynesiana, podemos afirmar que os investimentos em infraestrutura é a base elementar para uma recuperação econômica, e por isso, conhecida como medidas ou políticas anticíclicas. Rangel (1985) muito influenciado por Keynes, segue na mesma linha ao tratar da "Dialética da Capacidade Ociosa". Na ocasião, avaliou que nas condições de uma economia como a brasileira - década de 1980 - a qual passava pela soma das fases recessiva dos ciclos de Kondratieff e ciclos de Juglar e o Estado em dificuldades fiscais, seria prudente e necessário realizar transferência de investimentos do setor com capacidade ociosa e direcioná-los para os setores estrangulados por meio de concessões à iniciativa privada. Essa era uma medida importante por ser uma alternativa e que não recaía sobre ombros da classe trabalhadora o peso dos arrochos fiscais como justificativa de ajustes econômicos.

superávits comerciais e reservas cambiais que aliados aos investimentos públicos, possibilitaram a China ter um crescimento sustentado a longo prazo.

Além desses investimentos, outra área em que o Estado foi muito presente, foi na atuação para atração e controle dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED´s)[4]. Morais (2015, p. 63) lembra que na fase de estrito controle[5] dos IED´s, foi colocada em prática uma série de regulações que visavam garantir a absorção e transferência de tecnologia por meio da exigência de ao menos metade do capital ser chinês para a formação de *joint-ventures.* De acordo com a autora, com o passar dos anos o governo passou a permitir investimentos com 100% do capital externo, mas desde que não infringisse o "*Catálogo para Guiar os Investimentos Estrangeiros"* que dispõe sobre investimentos em indústrias catalogadas como "estimulada", "restringida" e "proibida".

Os IED´s, portanto, não foram atraídos apenas pela imensa reserva de mão de obra barata, até porque há muito dessas reservas espalhadas pelo mundo. A característica mais atraente, segundo Arighi (2008, p. 357/359), é a qualidade dessa reserva em termos de educação, saúde e alta capacidade de autogerenciamento, aliada a rápida expansão de oferta e demanda para mobilização de capacidade produtiva internamente à China.

Sequencialmente, o autor frisa que embora o capital estrangeiro tenha crescido consideravelmente nas décadas de 1980, 1990 e 2000, saindo de 20 bilhões de dólares em 1980, para algo em torno de 450 bilhões na primeira metade da primeira década dos anos 2000, não foi ele quem iniciou nem liderou o processo dinâmico de ascensão da economia chinesa. Para o autor, o governo chinês recebeu bem os

[4] Schutte (2020) ao se referir a relação Brasil-China, afirma que o Brasil teria poder de barganha por garantir segurança energética e alimentar ao gigante asiático, além de que este último possibilitaria perspectivas de longo prazo e também pelo fato de que a China deu exemplo para o mundo de como fazer a incorporação de IED´s de forma estratégica com vistas ao desenvolvimento industrial-tecnológico, não ficando refém aos movimentos de mercado.

[5] Zhao *et. al*., (2007) ao se referirem a indústria chinesa de eletrônicos e sua relação com o IED, dividem em três fases. A primeira fase caracterizada até fins da década de 1980, está relacionada a importação de bens intermediários, como eletrônicos e não possui absorção de tecnologia. A segunda fase, vai até fins da década de 1990, onde o controle de capital estrangeiro à entrada na China se tornou mais intenso e restritivo, além de maior restrição na entrada de bens finais. A partir dos anos 2000, na terceira e última fase, houve uma flexibilização nas regulações dos IED, apesar de que barreiras seletivas não tarifárias e administrativas permanecessem.

investimentos estrangeiros, mas sempre considerando se tais investimentos servissem aos interesses nacionais e não aos interesses do Tesouro Norte-americano[6].

Isso possibilitou a China (na esteira da "globalização") extrapolar e mobilizar seus capitais para além de suas fronteiras. Percebe-se com isso, que a China de forma simultânea se insere não apenas à economia regional, mas, sobretudo, global. De acordo com Pautasso (2011)

> Esse maior envolvimento na política e nos negócios internacionais vem acompanhado de uma maior autonomia na capacidade de formulação de sua estratégia internacional. (...) Paralelamente, o governo chinês atua para liderar os países do Sul, visando a mudanças e/ou resistência frente assimetrias da ordem mundial. O fato é que a China tem buscado um espaço próprio, reafirmando-se como alternativa ao Ocidente para os países periféricos, na medida em que defende um modelo de interação internacional baseado nos ganhos mútuos.

Nesse sentido, a China ganha espaço regional e globalmente porque tais relações tendem a ser menos nocivas aos países periféricos em comparação com a doutrina econômica vinda do Norte, através de suas instituições organizacionais[7]. Nota-se com isso, que a pujança econômica da China é seu principal elemento de inserção internacional, sendo o efeito gravitacional que ela gera, sua principal ferramenta de política externa (Pautasso, 2011).

Essa inserção internacional tendo como base a pujança econômica, permitiu relações diplomáticas e comerciais ainda mais próximas entre Brasil e China nos últimos anos. Como observa Pereira (2018), em especial nas últimas duas décadas, nota-se um aprofundamento nas relações econômicas sino-brasileiras, tendo como base suas vantagens comparativas, além de uma maior relação no sentido dos investimentos diretos chineses na economia brasileira. Contudo, tais relações tendem a propiciar investimentos chineses no setor de infraestrutura de transporte no Brasil, visto que este setor é de suma importância para alavancar o desenvolvimento.

---

[6] As políticas econômicas adotadas pelo Brasil a partir da década de 1980 e em especial na década de 1990, vai em sentido diametralmente oposto ao que a China adotou no mesmo período. Daríamos de dizer, que o Brasil está há "180 graus" da china, com melhoras nos anos entre 2003 a 2015, mas sem nenhuma mudança estrutural, mesmo que a política externa tenha sido ativa e altiva.

[7] É importante salientar que na história da China, mesmo já sendo potência econômica em séculos passados, nunca houve como doutrina, invasões e tendências a dominar outros territórios, exceto quando foi dominada por outras nações que a partir da China foram hostis com outras civilizações. Contrariamente podemos nos referirmos aos países desenvolvidos do Ocidente, onde pilhagem, exploração, invasões militares e domínio de outras nações era e continua sendo uma aspiração permanente.

FLUXOS DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS E A IMPORTÂNCIA DAS INFRAESTRUTRAS DE TRANSPORTES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Na literatura econômica, é recorrente o estudo da importância e relação entre infraestrutura e desenvolvimento econômico, principalmente a relação entre a infraestrutura logística[8] e desenvolvimento econômico. Segundo Lopes (2009) e Silva (2016), a infraestrutura contribui para facilitar ou dificultar a realização do potencial de investimento e crescimento de uma economia, dependendo do seu nível em comparação com o nível de atividade econômica. No caso do Brasil, a hipótese de que os gastos públicos com infraestrutura promovem o crescimento econômico foi testada inicialmente por Ferreira (1996), o qual afirma existir forte e positiva correlação entre os gastos públicos com infraestrutura econômica nos setores analisados e o ganho de longo prazo para a economia brasileira.

As inversões no setor de infraestrutura são elementares para gerar efeitos multiplicativos ao conjunto da sociedade. Deste modo, Silveira e Julio (2013, p. 209) apontam que "quando há uma maior inversão de investimentos em obras de grande porte, como no caso das infraestruturas de transportes, há um incentivo para o aquecimento das indústrias de máquinas, matérias primas e peças."

Para além dos autores já mencionados, Barat (1963) também traz sua contribuição ao referir-se à importância do setor de transporte para economia, especialmente ao afirmar que este setor é um dos insumos de extrema relevância, o que o torna fundamental e indispensável para toda operação da cadeia produtiva, tanto no que diz respeito à circulação de mão-de-obra, bem como mercadorias em geral e que está presente em quase a totalidade das unidades produtivas.

Silveira (2019, p. 25), corrobora com os autores acima, ao afirmar que o armazenamento assim como os transportes, tem uma relação direta com as condições

[8] É importante ressaltarmos, que há diferença entre Transporte, Logística e Circulação, justamente para evitarmos eventuais confusões e não acharmos que são sinônimos, muito embora estejam ligados. Transporte é basicamente uma rodovia ou ferrovia com seu conjunto de caminhões e locomotivas que transportam mercadorias e pessoas de um espaço a outro. Logística é o planejamento, a gestão do fluxo de mercadoria produzida pelo trabalho humano. No capitalismo, como nada escapa da condição de mercadoria, elas precisam ser consumidas, para tal, a gestão é fundamental justamente porque o planejamento evita maiores desperdícios e custos. A mercadoria, por sua vez, se realiza na esfera da circulação. É migrando a mercadoria de uma mão a outra por meio de troca, sendo necessário o transporte e logística para que a mercadoria se realize na esfera da circulação.

gerais da produção “pois eles são auxiliares cruciais para os grupos humanos tirarem da natureza seus meios de subsistência. Ademais, “eles também são meios de produção da vida social.”

Nas últimas três décadas, houve profundas transformações geoeconômicas – com destaque ao sistema de transporte e logística - tanto no âmbito global, quanto nacional. A maior mobilidade geográfica de capital, ganha força já a partir de 1970 e 1980, concentrado especialmente nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Chesnais (1994, p. 63), baseando-se em dados do Centro das Nações Unidas, afirma que os IED´s circulavam essencialmente dentro da OCDE e que totalizavam as seguintes cifras: Os fluxos em bilhões de dólares entre 1980 e 1990, entre EUA e Europa, totalizavam US$ 505,5 bilhões, em comparação com EUA e Japão que totalizou aproximadamente 107 bilhões de dólares e entre Europa e Japão com menor intensidade totalizando pouco mais de 26 bilhões de dólares.

No Brasil, é somente partir da década de 1990, com o aprofundamento do processo de fusões e aquisições que esse processo de mundialização do capital (Chesnais, 1996) e/ou império do capital (Wood, 2014) se fez mais presente. Tais circunstâncias fortaleceram as desregulamentações no sistema financeiro, diminuição das barreiras alfandegárias e as inovações no sistema de transporte e logística se deram de forma mais incrementais nos processos quanto nos produtos (Silveira, 2019, p. 45).

Contudo, no Brasil é somente após a abertura econômica da década de 1990 que começaram as mudanças mais significativas nas formas de transportes e logísticas, mudanças estas que se estenderam para a primeira década do século XXI, embora nesse segundo momento, tenha havido mudanças mais expressivas tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo.

Especialmente nesse segundo momento, Silveira (2019, p. 61) afirma que:

> [...] Houve progressos da logística corporativa e sua articulação com a logística de Estado, ampliando a eficiência na movimentação de mercadorias nos fluxos econômicos e, por subsecutivo, das interações espaciais, frutando produções de espaços embasados na lógica centro-periferia, todavia, com ampliação do grau de autonomia advinda das relações exteriores do governo Lula da Silva e da nova geoeconomia global. [...]

Vale ressaltar que a partir do governo Lula, o Brasil ao fazer a reinserção no comércio global, fez de maneira mais competitiva melhorando a fluidez territorial por meio da melhora no setor, além de privilegiar o mercado interno com melhor distribuição

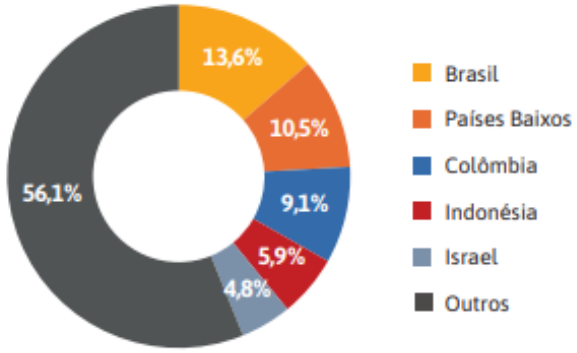
de renda por meio de políticas compensatórias e valorização do salário mínimo. Para Silveira (2019, p. 19) o aumento no poder de compra da população e o respectivo aumento do consumo, aliado à retomada da construção civil pesada e a alta demanda puxada especialmente pela China foi o que deram sustentação às políticas econômicas no governo Lula.

Ademais, acerca dos IED´s no Brasil, vale notar que paralelamente ao que aconteceu com muitos países Asiáticos, o Brasil também figurou entre um dos grandes receptores dos fluxos de capital na área de infraestrutura, a partir do processo de privatização e desregulamentação iniciada nos anos 1990. Mesmo com esses dados, Chesnais (1996, p. 66), não ignora o fato de que muitos dos investimentos estarem ainda concentrados em países desenvolvidos.

Para Kupfer; Laplane e Hiratuka (2010, p.213) "Desde o início daquela década até agora, há uma clara tendência ascendente nos fluxos de IDE global, com exceção do período 2001-2004". Para os autores, após a expansão dos fluxos de IED na década de 1990, passando por breve declínio entre 2001 e 2004, voltou a se elevar em anos posteriores. Fatores como a crise asiática de 1997 e as instabilidades no tabuleiro geopolítico no início deste século podem contribuir para a explicar tal declínio nesse período.

Se na década de 1990, segundo Chesnais (1996) havia uma concentração nos fluxos de capital entre os países desenvolvidos, a partir dos anos 2000 com o surgimento da China como um grande investidor e países como o Brasil como potenciais receptores muda consideravelmente aquela dinâmica. O gráfico a seguir demonstra esse novo direcionamento nos fluxos de capitais internacionais

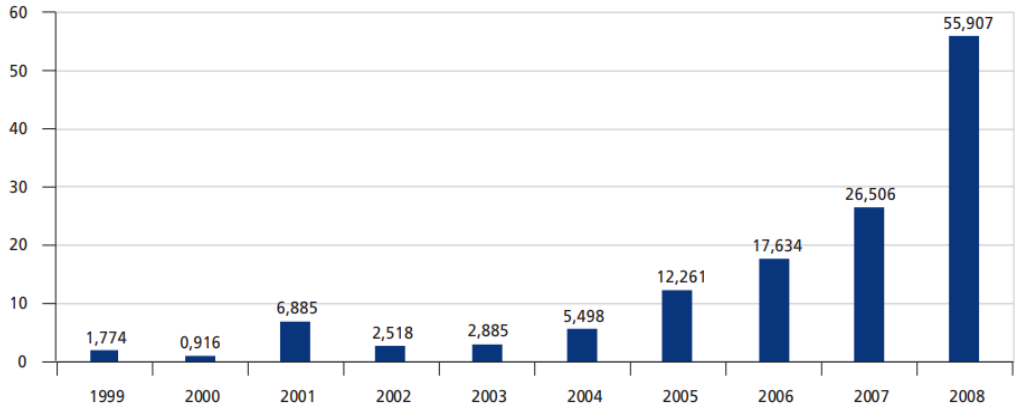
Gráfico 1 - Principais destinos dos investimentos chineses no mundo em 2021 (Percentual do valor investido)



Fonte: China Global Investment Tracker.
Elaborado por Cariello (2022)

Além do gráfico acima, é importante observarmos a evolução em bilhões de dólares de IED chinês, entre os anos 1999 e 2000.

Gráfico 2 – IED chinês (1999-2008, em US$ bilhões)



Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD).

De acordo com a CEPAL (2019) há uma concentração de capital chinês na indústria extrativa, agroindústria, setor energético e infraestrutura, sendo menos diversificado que os investimentos dos Estados Unidos e Europa.

Além dos números já apresentados, numa entrevista ao Jornal Valor Econômico[9], o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, enfatizou as

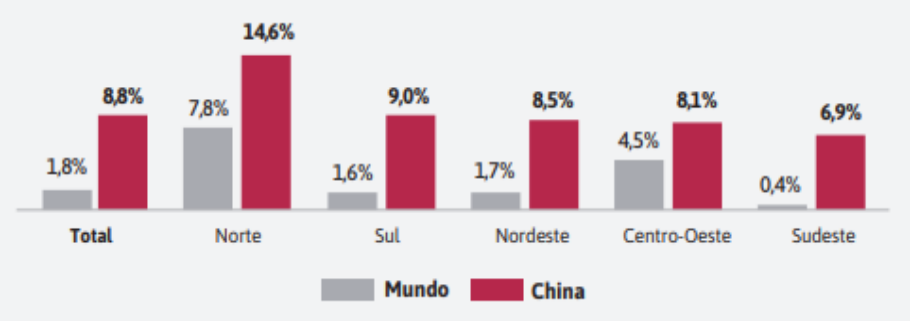
[9] Segue a matéria publicada em 24 de janeiro de 2019, por Rafael Bitencourt: "As grandes corporações chinesas, com forte atuação no setor de infraestrutura, dedicarão atenção especial às oportunidades de entrar nos projetos do programa de concessões do governo Jair Bolsonaro. Esse foi o principal recado do embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, em encontro realizado nesta quinta-feira. O ministro conselheiro, da Embaixada da República Popular da China, Qu Yuhui, disse ao Valor que, após forte investida em projetos do setor elétrico brasileiro nos últimos anos, os grupos chineses – a maioria formada por estatais – estudarão os diversos projetos de

potencialidades dos investimentos chineses no setor de infraestrutura com vistas a eliminar os gargalos e melhorar a logística no país.

PROPORÇÃO DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NO SETOR DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE NO BRASIL

Como já exposto, embora as relações diplomáticas entre Brasil e China datam de meados dos anos 1970, é a partir do século XXI que as relações econômicas se aprofundam de maneira substancial entre ambos os países e passam a ganhar maior relevância. No gráfico a seguir, é possível notar o gigantesco peso da China na pauta de exportação do Brasil[10]. Entre 2012 e 2021, todas as regiões brasileiras tiveram aumento considerável nas exportações para a China. Já com relação a recepção dos investimentos, as regiões brasileiras são bastante diversas, figurando o Sudeste como maior receptor, seguido por Centro-Oeste e Sul.

Gráfico 3 – Crescimento das exportações para a China por região entre 2012 e 2021



Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China. Elaborado por Panzini (2023).

A presença chinesa no Brasil transcende os fluxos de comércio, o qual tem origem nas trocas comerciais, desembocando num aumento dos IED´s chineses no Brasil.

transportes que serão oferecidos, em especial de ferrovias e portos. Ele disse que, mesmo com o olhar especial lançado para os projetos de transporte, as oportunidades de assumir novas participações nos segmentos de energia elétrica (geração, transmissão e distribuição) não serão descartadas. Yuhui destacou ainda que o governo chinês e as estatais do país não têm a pretensão de ocupar posição dominante nos mercados nos quais atuam no Brasil. Vale lembrar que, durante a campanha, Bolsonaro falava da preocupação com o crescimento da participação chinesa no setor elétrico, área considerada estratégica. O ministro conselheiro lembra que mesmo com o volume de capital chinês que desembarcou nesse setor nos últimos anos a participação dos chineses não é majoritária.".

[10] Relacionar os transportes com a economia mais geral é importante porque os transportes movimentam mercadorias e pessoas além de que não há ligação de uma região a outra sem um objetivo claro. Por isso não é possível entender os transportes por eles mesmos sem alçar a uma dinâmica mais geral da economia.

Nesse sentido, as empresas chinesas[11] começaram a dispor de maior presença no mercado brasileiro, especialmente após a crise de 2008 onde em 2010 houve um pico dos investimentos fazendo do Brasil um dos grandes destinos de IED chinês (Schutte, 2020)

O setor de infraestrutura de transporte está em terceiro lugar no ranking com maior volume investido, o qual totalizou 4,75 bilhões de dólares nas últimas duas décadas. Mesmo que o predomínio do investimento esteja voltado ao setor de energia, não podemos desprezar o potencial desse setor. Com isso, o setor de infraestrutura é um setor de grande interesse ao capital chinês por dois motivos estratégicos. O primeiro e mais amplo, é que os IED´s estão aliados diretamente à estratégia chinesa a médio e longo prazo, onde para Schutte (2020, p. 54)

> "[...] os investimentos estariam embutidos dentro de uma lógica de desenvolvimento nacional." Sendo possível, também, "identificar considerações geopolíticas, no intuito de aumentar a projeção e a influência chinesa. Em outras palavras, a expansão do IED chinês deve ser analisada como parte de um processo de reordenamento da sua posição periférica com o centro capitalista. [...]".

O segundo e não menos importante, é a estratégia dos investidores chineses com vistas ao setor de infraestrutura de transporte. Como o Brasil é um grande produtor de grãos (como soja e milho) e recurso natural (como minério de ferro), a China passou a ter muito interesse e demandar essas mercadorias. Uma que há o retorno do capital investido, e outra que maior eficiência das ferrovias e rodovias facilita o escoamento dos principais produtos da pauta exportadora para o gigante asiático (Schutte, 2020).

Contudo, mesmo com aumento dos IED´s para o Brasil, os setores possuem interesses de investimentos distintos resultando numa divisão setorial dos respectivos investimentos. No quadro a seguir, demostraremos os setores que mais atraíram investimentos chineses para o Brasil no período de 2005 a meados do corrente ano e a posição do setor de transporte no ranking.

[11] No que diz respeito aos interesses das empresas chinesas no Brasil e as relações sino-brasileiras, Zhou Zhiwei, diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Academia Chinesa de Ciências Sociais argumentou que "para as empresas chinesas, investir no Brasil é um negócio em que ambos os lados ganham. As empresas chinesas têm três motivos para investir no Brasil. Primeiro, o Brasil é insubstituível na América Latina em termos de tamanho de mercado, recursos e potencial e a partir dele a China pode cobrir toda a América Latina. Segundo, os chineses têm confiança em que, apesar das atuais dificuldades políticas e econômicas, o Brasil tem capacidade de lidar com elas e sair da crise. Terceiro, os ativos brasileiros se tornaram mais baratos com a crise e os chineses podem entrar no mercado a um custo mais baixo".

Quadro 1 - Investimentos e grandes contratos chineses no Brasil em US$ e % do total no período 2005 – junho de 2024

Setor	Valor	% Total
Energia	52,61 bi	74,9 %
Metalúrgica	4,82 bi	6,9 %
Transporte	***4,75 bi***	***6,8 %***
Agricultura	3,28 bi	4,6 %
Finanças	1,67 bi	2,4 %
Química	1,54 bi	2,2 %
Setor imobiliário	1,04 bi	1,5 %
Logística	460 mi	0,65 %
Outros	110 mi	0,05 %
Total	**70,28 bi**	**100 %**

Fonte: China Global Investiment Tracker.
Elaborado por Shutte (2020). Atualizado por Rippel.

É interessante notar que os investimentos mesmo tendo predomínio no setor de energia, o setor de transporte figura como o terceiro colocado nas destinações, muito próximo do setor de metalurgia, ficando à frente do setor de agricultura e finanças[12], tendo um aporte de 4,75 bilhões de dólares. O gráfico a seguir, explicita a divisão setorial dos estoques de investimentos no Brasil entre 2007 e 2021.

[12] Há esse outro ponto de destaque, embora pelo fato de não ser objetivo de nosso trabalho, não daremos ênfase, apenas ressaltamos que o capital especulativo não possui espaço para migrar livremente, conforme explícito no quadro 1. Não pelas restrições nas contas de capitais do Brasil, mas muito provavelmente pelas restrições da China.

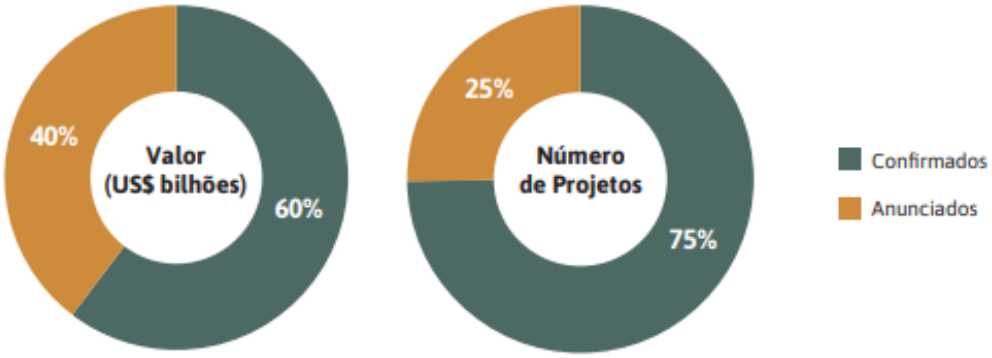
Gráfico 4 – Divisão setorial do estoque de investimentos chineses no Brasil, 2007-2021 (valor dos projetos confirmados)



Fonte: CEBC, elaborado por Cariello (2022)

Nas análises o que não podem ser negligenciados, são os "anúncios de investimentos" e os que "realmente são efetivado". No gráfico a seguir, é possível notar uma situação confortável no sentido da relação entre o que foi *anunciado* e o *efetivado*. Além desse fato, não se pode desprezar que há investimentos que possuem um hiato entre o momento da manifestação de interesse até a concretização da imobilização do capital em função de que muitos dos projetos exigem licença de atuação, o que retarda a concretização do projeto a curto prazo.

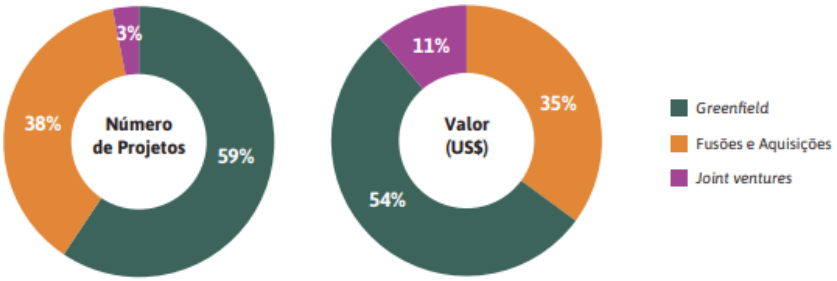
Gráfico 5 – Estoques de investimentos chineses no Brasil, 2007-2021 (anunciados e confirmados)



Fonte: CEBC, elaborado por Cariello (2022)

Outra caraterística importante são as modalidades de ingresso do capital estrangeiro. Existem basicamente três perfis, onde são os investimentos chamados *Greenfield;* fusões e aquisições e por meio de *joint ventures.*

Gráfico 6 – Formas de ingresso dos investimentos chineses confirmados no Brasil (2022)



Fonte: CEBC. Elaborado por Cariello (2022)

É notável o predomínio dos investimentos pela modalidade Greenfield que nada mais é do que investimentos estrangeiros com criação de capacidade produtiva nova no país destino, diferentemente dos demais casos onde fusões e aquisições são plantas produtivas incorporada ou adquirida pelo capital estrangeiro. No caso das *joint ventures*, seriam uma união entre o capital estrangeiro e o nacional formando uma nova empresa. Essa modalidade esteve muito presente no capital que migrou para China, porém, as estratégias de transferência de tecnologia e proporção de capital equivalente com seleções específicas de quais empresas poderiam utilizar-se dessa modalidade, foi a tônica nas últimas décadas do século passado na china.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil não apenas pode, como deve aprender com as inúmeras experiências chinesa. No caso em específico, isto é, a recepção do capital estrangeiro chinês no Brasil, poderia ser adotado estratégias ancoradas à realidade brasileira. A boa recepção do capital chinês sendo bem selecionado e com vistas a construir ferrovias e rodovias de norte a sul e leste a oeste, pode ser uma boa saída para melhorar a movimentação de mercadorias e pessoas no país, dado os pontos de estrangulamentos existentes nesses modais em comparação com o nível de produtividade agrícola, recursos naturais e densidade demográfica.

O Brasil possui um potencial energético que em certa medida é um estabilizador aos interesses chineses, mas ressaltamos que se por um lado, o capital chinês

não é hostil ao Brasil como outros países desenvolvidos, por outro, não é a China que fará "nosso dever de casa". É urgente a observação dos investimentos setoriais e a partir disso, adotarmos uma posição altiva com garantias de contrapartida na tentativa de equalizá-los. Como o Brasil não precisa começar do zero sua industrialização, os IED´s indo no sentido de demandar produtos manufaturados nacional, pode ser um bom começo de reindustrialização e geração de emprego, muito embora, a necessidade de engenheiros ferroviários chineses ser essencial, uma vez que o Brasil não forma pessoas com essa qualificação por motivos óbvios, mas pode fazer transferência tecnológica e absorção de aprendizagem.

Por fim, a clareza de um Projeto Nacional de Desenvolvimento deve visar como meta central, uma maior complexidade produtiva com vistas a atingir o *Catching Up* tecnológico. A receptividade entre ambos países, podem ser muito produtivos para o Brasil, mas como já dizia Celso Furtado (1962) "Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política."

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim:** origens e fundamentos do século XXI. – São Paulo: Boitempo, 2008.

BARAT, J. **O investimento em transporte como fator de desenvolvimento regional:** uma análise da expansão rodoviária no Brasil. Revista brasileira de economia, Rio de Janeiro, 1963. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/1696. Acesso em: 12 jun 2024.

CARIELLO, T. **Investimentos chineses no Brasil:** tecnologia e transição energética. Conselho Empresarial Brasil-China. Rio de Janeiro, 2022.

CEPAL. La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe. Santiago: Nações Unidas, 2019.

China Global Investment Tracker. Acesso em: 20 de Julho de 2024. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** - São Paulo: Xamã, 1996.

FERREIRA, P. C. **Investimento em infra-estrutura no Brasil:** fatos estilizados e relações de longo prazo. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 26, n. 2, p. 231-252, 1996.

FURTADO, C. **A Pré-Revolução Brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GILPIN, R. **O desafio do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HENDLER, B. **China contemporânea:** seis interpretações. In. Crise de hegemonia e rivalidade EUA-China. Alexandre de Freitas Barbosa [et al.] organização Ricardo Musse. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

JABBOUR, E. K. **China**: infraestrutura e crescimento econômico. São Paulo : Anita Garibaldi, 2006.

KUPFER, D.; LAPLANE, M. F.; HIRATUKA, C. (Coords.). **Perspectivas do investimento no Brasil:** temas transversais. Rio de Janeiro: Synergia: UFRJ, Instituto de Economia; Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2010. (Projeto PIB – Perspectiva do investimento no Brasil; v. 4)

LOPES, M. A. F. **O fracasso da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e os rumos da política econômica no segundo governo Vargas (1951-54).** 2009. 273p. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MEARSHEIMER, J. 2006. **China's Unpeaceful Rise.** Current History, Philadelphia, v. 105, n. 690, p. 160-162, Apr. Disponível em: https://www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/2019/07/A0051.pdf. Acesso em. 20 maio 2024.

MORAIS, I. N. **China em transformação:** dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. In. Políticas de fomento à ascensão da China nas cadeias de valor globais. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. 594 p.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **FDEI in figures**, October 2019. Disponível em: http//www.oecd.org/investiment/FDI-in-figures-October-2019.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2024

PAUTASSO, D. **A economia continental chinesa e seu efeito gravitacional.** Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. suplementar, p. 45-56, Curitiba, 2011.

PANZIN, F. **Exportações dos estados brasileiros para a China:** Cenário atual e perspectivas para diversificação. Conselho empresarial Brasil-China. Rio de Janeiro, 2023.

PEREIRA, L. **As relações econômicas Brasil-China:** Do comércio para o investimento. In: JAGUARIBE, A. (Org.). Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil. Brasília, DF: Funag, 2018. p. 179-214

POMAR, W. **China contemporânea:** seis interpretações. In. Comentário sobre a economia política chinesa. Alexandre de Freitas Barbosa [et al.] organização Ricardo Musse. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

RANGEL, I. Obras Reunidas. In. **Recursos ociosos e política econômica.** 3° ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado de políticas para o desenvolvimento, 2012. 2v. (1.508p.), p.447-550.

SCHUTTE, G. R. **Oásis para o capital, solo fértil para corrida do ouro**: a dinâmica dos investimentos produtivos chineses no Brasil. Curitiba : Appris, 2020.

SILVA, G. J. C. *et. al.,* (2016): **Investimentos em infraestrutura de transportes e desigualdades regionais no brasil:** uma análise dos impactos do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC) - Revista de Economia Política, vol. 36, nº 4 (145), p 840-863, outubro - dezembro/2016.

SILVEIRA, M. R.; JULIO, A. S. **Os investimentos em transportes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o efeito multiplicador brasileiro a partir do governo Lula da Silva.** Journal of Transport Literature, vol. 7, n. 4, pp. 199-224, 2013.

SILVEIRA, M. R.; FELIPE JUNIOR, N. F. (Orgs); Circulação, transporte e logística no Brasil. In. **Circulação, transporte e logística e seus impactos na fluidez e na competitividade territorial no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2019. 214 p.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)

WEBER, M. I. **Como a China escapou da terapia de choque:** o debate da reforma de mercado. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

WOOD, M. E. **O império do capital.** 1° ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

ZHAO, Z. et. al. China's industrial policy in relation to electronics manufacturing. China & Word Economy, v.15, n.3, p.33-51, 2007.

ZHIWEI, Z. **Cúpula dos BRICS:** Temer deixa Xiamen com acordos assinados, venda de portos para chineses e promessas de investimentos. Entrevista concedida para a agência de notícias Xinhua 5 de setembro de 2017.

Recebido em julho de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

BIOPLÁSTICOS NOS BRICS: ANÁLISE DAS INICIATIVAS NACIONAIS E PROPOSTAS PARA UMA COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

BIOPLASTICS IN THE BRICS: ANALYSIS OF NATIONAL INITIATIVES AND PROPOSALS FOR INTERNATIONAL COLLABORATION

BIOPLÁSTICOS EN LOS BRICS: ANÁLISIS DE INICIATIVAS NACIONALES Y PROPUESTAS PARA UNA COLABORACIÓN INTERNACIONAL

Cintia Neves Godoi
Centro Universitário Alves Faria
cintia.godoi@unialfa.com.br

Destaques

- O artigo analisa as iniciativas de bioplásticos nos BRICS entre 2010 e 2023, destacando particularidades nacionais e propondo colaboração internacional para fomentar avanços e reduzir desigualdades.
- As iniciativas nos BRICS refletem um cenário diversificado com desafios e oportunidades, convergindo no objetivo de reduzir o impacto ambiental dos plásticos e reforçando a importância dos bioplásticos.
- O estudo enfatiza a necessidade de ampliar pesquisas e cooperação regional e internacional, essenciais para o desenvolvimento do setor de bioplásticos nos BRICS.

RESUMO

Este artigo analisa iniciativas de bioplásticos nos países BRICS (África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia) entre 2010 e 2023, buscando identificar desafios e oportunidades para colaboração regional. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e quantitativa com análise de dados, documentos e entrevistas para examinar políticas públicas,

infraestrutura de P&D e desenvolvimento de mercado nos cinco países. A relevância dos bioplásticos como alternativa sustentável ao plástico convencional fundamenta a pesquisa. Cada país dos BRICS mostra um cenário específico: a África do Sul enfrenta problemas de poluição e investe em pesquisas a partir de resíduos, com apoio de associações e empresas. O Brasil destaca-se pela disponibilidade de matérias-primas e iniciativas de empresas como a Braskem. Na China, políticas governamentais impulsionam o crescimento da produção e do mercado. A Índia investe em pesquisa acadêmica e conta com apoio de instituições como o IIT-Gwahati. A Rússia desenvolve tecnologias para PHAs, com potencial comercial, em instituições como o Institute of Biophysics SB RAS. O artigo propõe maior colaboração entre os BRICS para promover políticas e normas para bioplásticos, visando uma cooperação mais integrada.

Palavras Chave: Bioplástico; BRICS; Cooperação Internacional.

ABSTRACT

This paper analyzes bioplastics initiatives in BRICS countries (South Africa, Brazil, China, India, and Russia) between 2010 and 2023, aiming to identify challenges and opportunities for regional collaboration. The research uses a qualitative and quantitative approach with data analysis, documents, and interviews to examine public policies, R&D infrastructure, and market development across the five countries. The study is grounded in the relevance of bioplastics as a sustainable alternative to conventional plastics. Each BRICS country presents a unique scenario: South Africa faces pollution issues and invests in waste-based research, supported by associations and companies. Brazil stands out due to its raw material availability and initiatives from companies like Braskem. In China, government policies drive production and market growth. India invests in academic research with support from institutions like IIT-Guwahati. Russia develops PHA technologies with commercial potential through institutions such as the Institute of Biophysics SB RAS. The article proposes increased collaboration among BRICS countries to promote bioplastics policies and standards, aiming for more integrated cooperation.

Key words: Bioplastics; BRICS; International Cooperation.

RESUMEN

Este artículo analiza iniciativas de bioplásticos en los países BRICS (Sudáfrica, Brasil, China, India y Rusia) entre 2010 y 2023, buscando identificar desafíos y oportunidades para la colaboración regional. La investigación utiliza un enfoque cualitativo y cuantitativo con análisis de datos, documentos y entrevistas para examinar políticas públicas, infraestructura de I+D y desarrollo de mercado en los cinco países. La relevancia de los bioplásticos como alternativa sostenible al plástico convencional fundamenta el estudio. Cada país de los BRICS muestra un escenario específico: Sudáfrica enfrenta problemas de contaminación e invierte en investigaciones basadas en residuos, con apoyo de asociaciones y empresas. Brasil se destaca por la disponibilidad de materias primas y las iniciativas de empresas como Braskem. En China, las políticas gubernamentales impulsan el crecimiento de la producción y del mercado. India invierte en investigación académica con apoyo de instituciones como el IIT-Guwahati. Rusia

desarrolla tecnologías para PHAs, con potencial comercial, en instituciones como el Institute of Biophysics SB RAS. El artículo propone una mayor colaboración entre los países BRICS para promover políticas y normas para bioplásticos, con el objetivo de una cooperación más integrada.

Palabras clave: Bioplásticos; BRICS; Cooperación Internacional.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa as iniciativas de bioplásticos nos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) entre 2010 e 2023, explorando os desafios e oportunidades para um esforço de cooperação regional. Com base em uma análise quali e quantitativa, o estudo levanta dados e teorias sobre os desafios do plástico convencional e a necessidade de alternativas sustentáveis. A pesquisa aborda a crescente demanda por materiais com menor impacto ambiental e a importância do uso de recursos renováveis.

Os países do BRICS enfrentam pressões por soluções devido à sua grande produção de plástico e biomassa, além de serem, em muitos casos, receptores de resíduos plásticos importados, como ocorreu com a China até 2017. A partir do banimento de resíduos plásticos importados, houve mudanças significativas no comércio global de resíduos e na gestão de resíduos internos dos países desenvolvidos. Com iniciativas regionais como o *European Bioplastics* na Europa, o artigo sugere que o BRICS também deve organizar-se para fomentar o desenvolvimento de bioplásticos, considerando a relevância econômica e ambiental.

O estudo se divide em introdução, metodologia, revisão de literatura e resultados, com sugestões para uma organização semelhante ao *European Bioplastics* nos BRICS, promovendo uma agenda cooperativa para bioplásticos no bloco.

METODOLOGIA

O presente artigo se apresenta como uma pesquisa de abordagem qualitativa. Serão feitos levantamentos de dados, de documentos institucionais, iniciativas empresariais, industriais, e uma discussão histórica, conceitual e teórica acerca dos BRICS, e da importância de associações para estímulo e organização de temas.

Os principais temas e fontes utilizados para a revisão de literatura incluem o conceito de bioplásticos, abordado por Silva *et al*., (2024) e Garrido, Cabeza e Falguera (2021); o conceito de BRICS, explorado pelo Governo Federal do Brasil e Garcia *et al.,* (2023); e as contribuições da Associação *European Bioplastics* (2024). Além disso, dados sobre iniciativas de bioplásticos nos países BRICS foram levantados junto à Abiplast, *European Bioplastics e* Abicom (2024), enquanto informações gerais sobre os países BRICS foram obtidas através de um levantamento de artigos científicos utilizando Sci Space, Consensus e outras ferramentas de busca online (2024).

A partir de então será apresentada a revisão de literatura. Primeiramente é apresentado o conceito de bioplásticos, bem como dados acerca dos aspectos conjunturais que estimulam novas frentes produtivas considerando novos materiais. Posteriormente será apresentada a iniciativa dos BRICS, e a dinâmica do setor de bioplásticos nos países que compõem os BRICS. Por fim, será discutida a necessidade de associação entre a *European Bioplastics* para os BRICS, como uma associação que possa estimular a cooperação para o setor produtivo, pesquisa e desenvolvimento nos países que o compõem.

REVISÃO DE LITERATURA

Bioplásticos

Os bioplásticos são materiais estimulados, especialmente após as discussões sobre os limites do crescimento, marcadas pela década de 1970.

> According to current data from the Organization for Economic Cooperation and Development [1], global plastic production increased by 230 times from 1950 to 2019 and reached a production level of 460 million tons. With regard to waste, in 2019, around 353 million tons of plastic was discarded worldwide, of which only 9% was recycled. In addition, it is estimated that in 2019, about 22 million tons of plastic waste leaked into the environment, which totals as an accumulation of 109 million tons in rivers and 30 million tons in oceans (Silva *et al.*, 2024, p. 02).

Com cenário de acúmulo de resíduos plásticos, discussões acerca de demandas por novos materiais e ideias de sustentabilidade, novos produtos foram estimulados, dentre eles, produtos oriundos de fontes renováveis, e os bioplásticos.

> The concept of bioplastics relies on renewable feedstocks, and the carbon dioxide capture and release periods have been relatively short. There is a significant variety of materials sold based on starch, algae, soy, agro-

> industrial waste and microorganisms. Applications can be directed to the medical industry, food packaging, cosmetics, agriculture, the textile industry, electronics and construction, among others (Silva *et al.*, 2024, p. 02).

Outro modo de conhecer os bioplásticos é apresentado por Garrido *et al.*, (2021):

> The family of bioplastics is divided into three main groups: 1. Biobased or partly biobased, nonbiodegradable plastics such as biobased polyethylene (PE), polypropylene (PP), poly (vinyl siloxane) (PVS), or poly (ethylene terephtha late) (PET)—so-called drop-ins—and biobased technical performance polymers such as poly (trimethylene terephthalate) (PTT) or thermoplastic polyester elastomers (TPC-ET). lastomers (TPC-ET). 2. Plastics that are both biobased and biodegradable, such as poly (lactic acid) (PLA) and polyhydroxyalkanoates (PHA) or starch polymers. Plastics that are both biobased and biodegradable, such as poly (lactic acid) (PLA) and polyhydroxyalkanoates (PHA) or starch polymers. 3. Plastics that are based on fossil resources and are biodegradable, such as poly (buty Plastics that are based on fossil resources and are biodegradable, such as poly (butylene adipate terephthalate) (PBAT), poly (butylene succinate) (PBS), or polycaprolactone (PCL). Lene adipate terephthalate) (PBAT), poly (butylene succinate) (PBS), or polycaprolac tone (PCL). (Garrido, Cabeza e Falguera, p. 1 e 2, 2021).

A partir dos movimentos de busca por alternativas de materiais que se deram em diversos setores, no caso dos Bioplásticos, houve movimentação em todos os continentes na geração de novos produtos, e matérias primas, seja em grânulos, filmes, etc. Neste sentido,

> A maior parte da capacidade global de produção dos bioplásticos está concentrada na Ásia, com 45%, seguida pela Europa (25%), América do Norte (18%) e América do Sul (12%). Estima-se que o Brasil represente 9,5% do total do mundo, com cerca de 200 mil toneladas produzidas em 2019 (ABIPLAST, 2019, p.16).

A partir destes dados prévios é possível perceber que há demandas globais por bioplásticos, e que a China desponta como um país com maior capacidade produtiva. No entanto, outros países de outras regiões também apresentam potencialidades, como o Brasil. Diante disso, discutir a dinâmica de iniciativas vinculadas ao setor de bioplásticos em países que conformam os BRICS será exercido. Para tanto, a seguir se apresenta a conformação dos BRICS.

A produção de bioplásticos nos BRICS

Brasil, Rússia, Índia e China constituíram inicialmente a proposta do BRIC. Nesta formação, este grupo já representava "mais de 42% da população mundial, 30%

do território do planeta, 23% do PIB global e 18% do comércio internacional", conforme (Brasil, 2023). Tratou-se da formalização de uma parceria, e não de um bloco econômico formal, entre as maiores economias emergentes do mundo, que posteriormente incluíram a África do Sul e formaram os BRICS.

Brasil, Rússia, Índia e China constituíram inicialmente a proposta do BRIC. Nesta formação, este grupo já representava "mais de 42% da população mundial, 30% do território do planeta, 23% do PIB global e 18% do comércio internacional", conforme (Brasil, 2023). Tratou-se da formalização de uma parceria, e não de um bloco econômico formal, entre as maiores economias emergentes do mundo, que posteriormente incluíram a África do Sul e formaram os BRICS.

Em 2006, Brasil, Rússia, Índia e China se reuniram na Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Tratou-se de um esforço para gerar suporte às economias emergentes, a partir de iniciativas para cooperação em política e segurança, cooperação financeira e econômica, e cooperação cultural e pessoal.

A África do Sul foi convidada a se juntar ao grupo em 2010 e oficialmente se tornou membro em dezembro daquele ano. Portanto, o grupo BRICS é composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul desde 2010 até o presente. Em 2023, durante a 15ª cúpula dos BRICS em Joanesburgo, África do Sul, os líderes da iniciativa passaram a discutir mais profundamente a entrada de novos países. A partir de 2024, seis novos países foram convidados a integrar o grupo: Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Cada um desses países apresenta desdobramentos distintos em relação ao convite recebido.

Desde que foi criado, os BRICS chamaram a atenção por aspectos culturais, sociais, políticos, demográficos, econômicos e em análises acadêmicas. É possível analisar esta iniciativa de diversas formas. Garcia, Lannes e Rezende (2023) aponta que com relação aos BRICS é possível enxergar relações estabelecidas de algumas maneiras: *top-down*, horizontal ou verticalmente. Do ponto de vista *top-down* é possível conhecer atuações e definições entre os BRICS que vão atingir os países desenvolvidos. De maneira horizontal é possível perceber algumas relações de parcerias entre os países, e verticalmente são as ações dos países do BRICS que se dão de maneira mais independente com outros países.

Garcia *et al.,* (2023), portanto, apresentam um histórico desta iniciativa, e

também uma discussão sobre algumas formas de abordar os BRICS. Assim sendo,

> A formação dos BRICS marca uma nova fase da globalização no início do século XXI. Esse grupo de países começou a se reunir ao longo dos anos 2000, depois que o banco Goldman Sachs havia inicialmente concebido o acrônimo com o intuito de identificar mercados promissores (Garcia *et al*., 2023, p. 64).

No que diz respeito às formas de se analisar e discutir os BRICS, Garcia *et al.,* (2023), aponta que:

> Podemos observar e analisar os BRICS a partir de, ao menos, três dimensões ou níveis de análise. O primeiro, mais comum, é o olhar "desde cima", quando analisamos o sistema internacional como ambiente composto por Estados nacionais relativamente coesos, dotados de um interesse nacional, que buscam preservar ou aumentar poder num ambiente de competição entre si. Esta abordagem, típica do realismo na discussão teórica das Relações Internacionais, se confunde, em grande medida, com as análises geopolíticas dos BRICS (Garcia *et al*., 2023 p. 65 e 66).

A pesquisa apresenta ainda que: "nessa perspectiva, os BRICS buscam acumular capacidades econômicas, políticas e militares, frente às potências tradicionais, em particular EUA e Europa" (Garcia *et al*., 2023, p. 66). Em outra perspectiva, as autoras apontam que há outros modos de analisar a iniciativa:

> Outra forma de analisar os BRICS é a partir de um olhar "horizontal" (ou para os lados), ou seja, analisando as relações intra-bloco, buscando identificar convergências e assimetrias entre os países. Na área de saúde, por exemplo, os BRICS buscaram adensar a cooperação entre si, estabelecendo grupos de trabalho e memorandos de entendimentos (Padula e Fonseca *apud* Garcia *et al*.,2023, p.66).

Há várias semelhanças entre a maior parte dos países dos BRICS, dentre elas a preponderância de produtos primários na pauta de exportação, conforme salientam (Garcia *et al*., 2023, p. 67):

> Ainda sob esta perspectiva, mostramos em pesquisas anteriores as assimetrias econômicas entre os países, tendo em vista a preponderância econômica da China (Garcia, 2020a; Garcia *et al*., 2023). Nas relações comerciais, por exemplo, três dos BRICS – Brasil, Rússia e África do Sul – mantêm superávits comerciais com a China, porém suas pautas de exportação são compostas, majoritariamente, por produtos primários agrícolas e minerais: soja em grão, minério de ferro, óleo bruto e refinado, carvão, manganês e outros hidrocarbonetos (Garcia *et al*., 2023, p. 67).

E a partir de outra perspectiva, também se pode realizar uma terceira forma de análise, conforme as autoras:

> Por fim, uma terceira forma de analisar os BRICS é a partir das suas relações com outros países e regiões em desenvolvimento, na África, Ásia e América

> Latina. Esse seria um olhar "vertical" (ou bottom-up), uma vez que cada país BRICS atua como uma potência regional, que busca influenciar e acumular poder econômico junto a outros na "periferia". Por vezes, a atuação de grandes empresas multinacionais dos BRICS na África e América Latina reproduzem práticas de exploração de matérias primas, mão de obra e recursos naturais, gerando novos ciclos de acumulação e expropriações. Por exemplo, Thompson *et al.,* (2023) afirmam que a influência econômica da China na África levou a uma reformulação das relações intra-africanas: no lugar dos ideais do pan-africanismo, agora as tais relações são retratadas pelas lentes do "Sul Global" e da "Cooperação Sul-Sul", sendo esta uma narrativa que carrega interesses chineses para dentro do continente (Garcia *et al*., 2023, p. 67 e 68).

Considerando estas possibilidades, é possível neste artigo realizar uma análise para verificar as iniciativas de cada país do bloco, no que concerne ao tema dos bioplásticos. E, por fim, sugerir que, para que possam avançar, será necessário um esforço a partir de um olhar horizontal, que demanda atividades entre os países, e intra-bloco, conforme Garcia *et al*., (2023).

RESULTADOS

Iniciativas levantadas nos BRICS

Como principais resultados foi possível levantar iniciativas nos países que compuseram os BRICS de 2010 a 2023, antes da entrada dos novos países. Desta maneira, a seguir serão apresentadas algumas das iniciativas considerando a ordem: África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia.

África do Sul

O estudo de Mandree, Thopil e Ramchuran (2023) aponta que há um cenário de grande interesse e demandas por novos produtos, especialmente oriundos de fontes renováveis e de resíduos. Assim,

> Globally, greater than 30% of waste is disposed of in some form of landfill, and it is estimated that annual waste-related emissions will increase by up to 76% by 2050. Emissions arising from fossil fuel-derived products and waste disposal in landfills have prompted the development of alternative technologies that utilize renewable resources. Biomass feedstock is being investigated globally to produce renewable fuels and chemicals. Globally, crop-based biomass and waste biomass are the major feedstocks for chemical production, and the market value of crop-based biomass is expected to increase at the fastest rate (Mandree, Thopil e Ramchuran, 2023, p. 01).

Os autores apontam que a África do Sul deve estar atenta a novos materiais, produtos e mercados, especialmente em função da viabilidade de técnicas que tem permitido a conversão de matérias primas oriundas de recursos renováveis possibilitaram avanços. Desta maneira, os autores argumentam que:

> With the advent of synthetic biology, the development of technologies to produce bio-based chemicals in South Africa could gain traction. A considerable number of technologies to produce bio-based technologies have been developed and implemented globally; however, application of these technologies in South Africa is limited due to various forces, including profitable economies of scale, legislation, and subsidies. While the production of bioethanol is more commonly known, co-production of bioethanol with lactic acid or other bio-based chemicals may make investment more attractive in South Africa (Moodley e Trois, 2022, p. 1).

O estudo de Moodley e Trois (2022) realiza uma pesquisa que examina o potencial de resíduos orgânicos como uma fonte alternativa de polihidroxialcanoato (PHA) e polihidroxibutirato (PHB), que são precursores para o bioplástico. Para apresentar o cenário de necessidade por considerar bioplásticos, os autores em questão apontam que a África do Sul possui grande geração de resíduos plásticos, bem como possui grandes desafios quanto aos seus aterros de lixo. Ambos os estudos apontam para a preocupação com os aterros sanitários do país e buscam geração de novos produtos, energia, dentre outros, a partir de resíduos de aterros. Desta maneira,

> Plastic pollution is a major environmental problem around the world, and impacts on almost all ecosystems. South Africa alone accounts for about 10 million tonnes of plastic waste, with an associated cost of ZAR885 billion, taking into account clean up, disposal costs and the impact on certain livelihoods. South Africa is also facing several challenges on the organic waste disposal front owing to the diminished capacity of many municipal landfills (Moodley e Trois, 2022, p. 5).

Quanto às iniciativas vinculadas aos Bioplásticos, na África do Sul se pôde verificar a existência de uma associação nacional, intitulada Plastics S/A, a existência de uma indústria dedicada aos bioplásticos feitos a partir de cana-de-açúcar, denominada Fortis X, e empresas de comércio e distribuição de produtos compostáveis e biodegradáveis oferecidos por empresas como Ecopack, Daypack e Multicup. Quanto ao canal de comunicação dedicado ao tema foi possível reconhecer a atuação da Plastics S/A com endereço virtual dedicado ao tema, bem como o endereço Bioplastics News que abarca discussões acerca de ações de países diversos e é liderado por um agente da África do Sul.

Desta maneira, é possível perceber a produção de conhecimento, com artigos dedicados a considerar a importância dos bioplásticos e potencialidades da África do Sul, bem como iniciativas industriais, comerciais, e de organizações em associação, eventos e produção de conteúdo para compartilhamento com a sociedade por canais de comunicação.

A seguir serão apresentados elementos acerca dos bioplásticos no Brasil.

Brasil

Quanto ao Brasil, trata-se de um país que possui iniciativas diversificadas com relação ao tema dos bioplásticos. O estudo de Godoi *et al.,* (2023) analisou a formação do *cluster* brasileiro de bioplásticos, a partir de ideias de Michael Porter (1999) e seu modelo de Diamante[1] e apontou potencialidades e desafios para o setor no país em questão.

> To advance to an analysis of the Brazilian conjuncture, possibilities for producing biopolymers from national products were presented in an agroindustrial scenario of supplying raw material for biopolymers, as well as an argument about land uses and the possibility of expanding these uses. Subsequently, a reflective exercise was presented on the organization of a productive sector of biopolymers in Brazil, from installing the first biopolymer production industry in Brazil and Latin America. For this purpose, Michael Porter's ideas of Competitiveness were used, the Diamond of Competitive Advantage by the same author and potentialities and weaknesses related to each component of the productive segment of biopolymers about diamond items were problematized (Godoi *et al.,* 2023, p. 50).

Como principais resultados, o estudo apontou que o Brasil tem grandes potencialidades em função da disponibilidade de matéria prima que dá suporte ao setor, especialmente em função da produção do milho, da cana-de-açúcar e da produção agrícola em geral. Desta maneira: "[…] that it is a sector in which Brazil has a tremendous comparative advantage but needs economic, social, political, environmental, and technological investments, among others, to advance to competitive advantage" (Godoi *et al.*, 2023, p. 50).

[1] O Diamante de Porter é uma forma de reconhecer agentes e estruturas envolvidas em um cluster para que este seja competitivo. São quatro aspectos levados em consideração que reúnem agentes públicos, privados, pesquisa e desenvolvimento, cadeia de fornecedores, dentre outros. Ver Porter (1999).

No estudo “Bioconversion of Food Waste into Bioplastics” realizado por (Mclellan *et al*., 2019), os autores apresentam discussões acerca do uso de resíduos de cascas de camarão, casca de arroz, resíduos de soja e mandioca e fibras naturais para geração de bioplásticos. Assim, argumentam que:

> There is a worldwide consensus that the use of different synthetic plastics, which are produced entirely by nonrenewable sources, is a great societal concern. Food waste is another major global issue, even though there is widespread hunger, especially in underdeveloped or developing countries (Santana *et al.*, 2021, p. 292).

Os autores ainda argumentam que esta relação de uso dos resíduos de alimentos para conversão em bioplásticos pode ser suporte às ações de grandes problemas sociais da atualidade.

> This study evaluated some food residues feedstocks (e.g., cassava, rice, and shrimp husks, and natural fibers), which may be used for bioplastics production. Feedstock compositions and structures, and the main characterization techniques of the physicochemical, biological, thermal, and mechanical properties must be optimized in an ecological, sustainable, and renewable way to solve the two largest environmental problems currently faced by society (Santana *et al*., 2021, p. 292).

Neste sentido, o país apresenta oportunidades de disponibilidade de matérias primas, seja do ponto de vista da produção de alimentos, ou de reutilização de resíduos da produção de alimentos, no entanto, para dar conta destas conversões de maneira adequada são necessárias estruturas, instituições e ações que avancem no uso adequado dos recursos, transformando a vantagem comparativa em vantagem competitiva, conforme Porter (1993; 1998; 1999).

No que diz respeito às iniciativas vinculadas ao setor de bioplásticos no Brasil se pode reconhecer ações com relação à associação nacional, intitulada Associação Brasileira de Biopolímeros Compostáveis e Compostagem – Abicom, existência de indústrias com projetos dedicados aos bioplásticos como a Braskem, Ert e Bioelements, bem como empresas que são suporte a este tipo de indústrias, como a Raízen. Também existem empresas dedicadas à comercialização e produção associadas à Abicom, como: Additiva - Química com Propriedade, Basf, Bioreset, eeCoo sustentabilidade, ERT, Romapack, Futamura, IMCD, Já Fui Mandioca, MItsubishi Chemical Group, Moinho Produtos Sustentáveis, Nelxon, Oeko Bioplásticos, Polimex Bioplásticos, RevPack, Tamoios e Wacker.

No que diz respeito aos institutos de pesquisa pode-se citar associados da

Abicom como o Instituto Senai de Tecnologia, TUV Áustria, Merieux Nutrisciences, Associação Brasileira de Embalagens – ABRE, Conselho Regional de Química da Quarta Região – SP. Quanto a eventos, é possível destacar o papel do Bioplastics Brazil, evento dedicado às discussões acerca do setor no Brasil e em outros países, que ocorre anualmente em São Paulo (SP). No que tange aos canais de comunicação se pode considerar a atuação do Conecta Verde, dentre outras iniciativas levantadas.

Desta maneira, se pode perceber discussões acadêmicas, iniciativas de pesquisa, produção, comercialização, eventos científicos, associações dentre outras atividades dedicadas a dar conta e estimular o setor de bioplásticos no Brasil.

No próximo item serão apresentados elementos vinculados ao setor na China.

China

No que diz respeito à China, trata-se de um país extremamente dinâmico, produtivo e inovador no setor dos bioplásticos. Com grandes desafios pela resolução da questão dos resíduos plásticos no país, bloqueando envio de resíduos por outros países ricos para o país, e com mercado interno e externo em busca de soluções ao plástico convencional, o país investiu e dinamizou sua produção nos últimos anos.

O estudo de Mou (2023), aponta que se trata do maior produtor de bioplásticos do mundo. “China is the biggest producer of biodegradable plastic with the market volume of 162.000 tons” (Mou, 2023, p. 342). Além disso, trata-se de um mercado dinâmico, em crescimento e que busca atender demandas pela redução do uso do plástico convencional e dos desafios ambientais da concentração dos resíduos destes no país e no mundo.

> As Asia's most populous country, China is a major consumer of plastics, and biodegradable plastics are considered an effective way to solve the problem of pollution from single-use plastic waste. China is experiencing rapid growth in the market value of biodegradable plastics, arriving at an estimated RMB 23.072 billion in 2023 from RMB 4.056 billion in 2018. In 2021, China's trade of biodegradable plastic-related products saw significant growth. The country's exports reached 136,900 tons valued at 3.96 billion yuan ($591.90 million), with a 27.88% year-on-year increase. Additionally, imports amounted to 8,500 tons valued at 1.96 billion yuan ($293.04 million), showing a remarkable 64.87% year-on-year increase, resulting in a trade surplus of about 2 billion yuan (nearly $300 million) (Mou, 2023, p. 340).

Mou (2023) aponta que os dados atingidos pelo mercado em questão destacam o desempenho chinês, e que o aumento de exportações expõe a competitividade dos produtos chineses.

Quanto aos aspectos políticos, a China também se estrutura normativamente e de acordo com Mou,

> China has made several revisions to the policy for the domestic plastics industry. The establishment of first policy to the plastics industry went into effect in June 2008, effectively prohibiting the manufacturing sector from producing plastic bags smaller than 0.025 mm and limiting the availability for free usage to citizens. (Mou, 2023, p.341)

Godoi, Montanha e Espíndola (2024) apresentam um estudo que aponta esforços produtivos e regulatórios chineses para estimular o setor dos bioplásticos e reduzir a pressão dos resíduos plásticos no país. No artigo em questão se apresenta que:

> Em janeiro de 2020, conforme se expôs anteriormente, o Ministério da Ecologia e do Ambiente, e também a Comissão para o Desenvolvimento Nacional Chinês e Reforma emitiram uma comunicação chamada "Pareceres sobre o reforço adicional do controle da poluição plástica"[2] que anunciou a proibição e restrições a 4 plásticos descartáveis na China nos próximos cinco anos (Godoi, Montanha e Espíndola, 2024, p. 08).

O documento aponta caminhos de orientação para o pensamento chinês, dentre eles, estímulo a materiais alternativos, conforme se pode perceber na seguinte citação:

> Guiados pelo Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era, implementaremos plenamente o espírito do 19° Congresso Nacional do Partido Comunista da China e da Segunda, Terceira e Quarta Sessões Plenárias do 19° Comité Central, aderiremos a abordagem centrada nas pessoas, estabelecer firmemente novos conceitos de desenvolvimento e proibir e restringir ordenadamente a produção, venda e uso de alguns produtos plásticos, promover ativamente produtos alternativos, padronizar a reciclagem de resíduos plásticos, estabelecer e melhorar o sistema de gestão para a produção, circulação, uso, reciclagem e descarte de produtos plásticos, controlar efetivamente a poluição plástica de maneira ordenada e eficaz e nos esforçar para construir a Bela China (Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China, 2020, p. 01).

No que diz respeito às iniciativas vinculadas aos Bioplásticos na China se pôde verificar a existência de uma associação nacional da indústria do plástico,

[2] O parecer chinês pode ser encontrado no seguinte endereço virtual: https://www.ndrc.gov.cn/xxgk/zcfb/tz/202001/t20200119_1219275.html. Há também um documento em inglês que se apresenta como tradução e comentários do parecer no endereço: https://bbia.org.uk/wp-content/uploads/2020/08/China%E2%80%99s-ban-on-single-use-plastic-challenges-and-opportunities.pdf.

intitulada como China Plastics Processing Industry Association (CPPIA)[3], como evento, é possível reconhecer os esforços do encontro "Sustainable Biopastics Asia"[4], que reúne países como a China, Coreia do Sul e Japão. No que diz respeito às empresas e indústrias destaque é possível reconhecer empresas que estão ligadas à European Bioplastics, como as chinesas: Jinhui Zhaolong High Tech, PHA Builder, Shandong Ruian Biotechnology, Zhejiang Hisun Biomaterials[5]. Quanto aos centros de pesquisa, obviamente pela grandeza da China, são diversas instituições com programas de pesquisa em química, engenharia industrial, dentre outros que contemplam o tema dos bioplásticos. No entanto, é possível expor aqui, como forma de identificar iniciativas, a Tsinghua University, e a atuação de George Guo-Qiang Chen[6] compõe, por exemplo, o comitê científico e atividades no Simpósio Internacional de Biopolímeros[7] que ocorre anualmente, em diferentes países, e que em 2018 foi sediado na China. No que diz respeito à comunicação, é possível encontrar diversos materiais no endereço virtual China Project[8].

Desta maneira, se pode perceber que há diversas iniciativas produtivas e regulatórias na China, bem como há iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e de diálogo com a sociedade.

Para conhecer um pouco mais acerca das iniciativas da Índia abordaremos o país no próximo item.

Índia

Com relação à Índia, de acordo com Sinan (2020), trata-se de um país com cenário ainda inicial de produção e utilização de bioplásticos. Em artigo intitulado "Bioplastics for Sustainable Development: General Scenario in India" o autor aponta

[3] É possível encontrar informações sobre a associação no endereço virtual: http://www.cppia.com.cn/en.

[4] O endereço virtual do evento é: https://www.cmtevents.com/aboutevent.aspx?ev=WEB220101.

[5] As empresas chinesas que estão associadas ao European Bioplastics podem ser conferidas no endereço: Members list – European Bioplastics e.V. (european-bioplastics.org).

[6] O currículo do professor em questão está disponível no website da universidade e pode ser encontrado no seguinte endereço: GuoQiang Chen (tsinghua.edu.cn).

[7] O endereço virtual do evento em questão é: https://isbp2024.com/committees/.

[8] O endereço virtual do China Project é: The China Project | Reporting on China without fear or favor.

que “India has a potential in the development of bioplastic market. Environmental awareness programs, easy availability of feedstock and government backing are boosting the bioplastic market”. (Sinan, 2020, p. 24).

Além disso, a pesquisa aponta esforços de pesquisa e de atuação de empresas que já se destacam no cenário produtivo hindu,

> Scientists across the India working for the development of bioplastics. Very recent development came from IIT-Gwahati and the new bioplastic is under commercial production. Biogreen India’s 1st Biotechnology Company for Biodegradable Products. Truegreen, Plastobags, Ecolife, Envigreen these companies are already producing bioplastics in India (Sinan, 2020, p. 27).

Choubey, Govind e Arjune (2023) expõe que para a ampliação do interesse na Índia acerca dos bioplásticos, com um aumento nas publicações a partir de 2010, indicando mudança em direção a tecnologias para embalagens alimentares sustentáveis.

No que diz respeito a aspectos regulatórios, na Índia também se percebe esforços de estímulo aos bioplásticos.

> In September 2007, the Department of Biotechnology (DBT), Government of India, released the first National Biotechnology Development Strategy (2015-2020). The strategy was to start four critical missions in healthcare, food and nutrition, clean energy, and education. The National Biotechnology Development Strategy focused on producing biomaterials, bioplastics, value-added biomass, and goods made from natural resources. After the 2019 pandemic, India adopted another National Strategy for 2020-2025 to tap the biotechnology sector’s potential to achieve a bio-economy with the inclusion of value-added products, i.e. ‘Bioplastics’ (Choubey, Govind e Arjune, 2023, p. 4).

Vikram Bhanushali, President of the Indian Compostable Polymer Association (ICPA), em artigo para a *European Bioplastics* reforça a discussão sobre esforços regulatórios na Índia para dar conta da redução do uso de produtos plásticos convencionais e ampliação do uso de produtos sustentáveis,

> According to an official notification, a list of selected SUP products will be prohibited in a phased manner starting September 2021 and ending by July 2022. Compostable plastics have been adopted in the policy further reinforcing the Government’s commitments especially from the honourable Prime Minister of India, Mr. Narendra Modi, to reduce plastic waste at the earliest possible. (Bhanushali, 2021)[9]

[9] O artigo em questão pode ser encontrado no endereço virtual: Single Use Plastics and Compostable Biopolymers – The India Story – European Bioplastics e.V. (european-bioplastics.org).

Além disso, o estudo que apresenta levantamentos estatísticos diversos e também aponta a quantidade de estudos científicos, bem como apresenta atuais termos de destaque, conforme a seguir:

> The authors' keyword occurrence and 'co-word analysis' show that sustainability, bioplastic, biodegradation, active packaging, nanocellulose, antimicrobial activity, and food packaging are emerging issues in bioplastic research in India (Choubey, Govind e Arjune, 2023, p. 6).

Os temas apresentados nas palavras-chave acima apresentam diversidade e desdobramentos de pesquisas para o setor produtivo e expõem os interesses da pesquisa e sociedade do país em questão. A pesquisa de Choubey, Govind e Arjune (2023) também expôs mais de dez institutos de pesquisa e desenvolvimento ligados às discussões acerca dos bioplásticos, dentre eles: CSIR-National Institute of Interdisciplinary Science and Technology, CIPET: School for Advanced Research in Petrochemicals (SARP)-LARPM, IIT Guwahati and the Indian Institute of Science, IIT Bombay, Indian Plywood Industries Research and Training Institute (IPIRTI), K J Somaiya College of Engineering, Indian Association for the Cultivation of Science, Indian CSIR-Central Salt and Marine Research Institute, Indian Institute of Food Processing Technology, University of Calcutta, ICAR – Centre Institute for Research on Cotton Technology, Tezpur University, Anna University, National Institute of Ocean Technology, IIT Guwahati (CoE SusPol).

Na Índia, é possível indicar, portanto, iniciativas vinculadas aos bioplásticos. Quanto ao quesito associações, existe uma associação denominada como Indian Compostable Polymer Association (ICPA), no que tange aos eventos, há o Bioplastex[10] que reúne produtores e discussões acerca de bioplásticos, embalagens sustentáveis e outros. Quanto às empresas e indústrias se pode citar Total Energies Corbion Luminy, SKY FKUR Biopolymers, Phitons Bioengineering, CJ Group, CJ Biomaterials, que são empresas patrocinadoras do evento nacional citado anteriormente. As instituições de pesquisa citadas anteriormente apontam a dinâmica e esforços de estudos e, quanto ao

[10] É possível encontrar informações sobre o evento no endereço virtual: BIOPLASTEX 2024 – BIOPLASTEX.COM.

canal de comunicação dedicado ao tema se pode citar o The Hindu[11] pelos materiais já publicados acerca do tema.

No próximo item a Rússia será tema de análise.

Rússia

A Rússia é um país que possui um mercado vinculado aos bioplásticos. De acordo com estudos de Strekalova, Kurbanov e Muslimova (2023), o mercado russo de embalagens biodegradáveis é de cerca de 10.000 toneladas anuais, com planos de aumentar a participação dos materiais biodegradáveis para 25% e os bioplásticos para 640.000 toneladas, e possui projetos de pesquisa para avançar neste setor. Os autores alegam que:

> In the future, according to the action plan for the Development of Biotechnologies and Genetic Engineering, the share of biodegradable materials in the total consumption of polymer products in Russia will increase from 10 to 25%, and the share of bioplastics will be about 640,000 tons (Strekalova, Kurbanov e Muslimova, 2023, p. 01).

Prevendo crescimento da produção e investimentos em pesquisa, os autores consideram que a Rússia pode ser um país líder no setor.

> Summarizing, we can say that Russia has every chance to take a leading position in the market for the production of materials with biodegradable properties, having the technological capabilities for this (Strekalova, Kurbanov e Muslimova, 2023, p. 06).

O estudo de Volova (2014) expõe o estado da arte e tendências internacionais de biomateriais, a posição e o papel dos bioplásticos PHAs, e os potenciais para o desenvolvimento da produção comercial de PHAs degradáveis na Rússia. A autora aponta que,

> […] Institute of Biophysics SB RAS and Siberian Federal University have developed the technologies of the synthesis of PHAs with different chemical structure, exhibiting properties of high-crystallinity thermoplasts and construction elastomers, and used them in pilot production of these polymers (Volova, 2014, p.103).

[11] É possível encontrar matérias acerca de bioplásticos como no endereço a seguir: Bioplastics: the solution to India's plastic pollution woes? - The Hindu ou Balrampur Chini announces ₹2,000 crore capex in India's first industrial bioplastic - The Hindu.

O estudo de Volchok, Shapovalova e Osmakova (2018) objetivou identificar as principais tendências no desenvolvimento do mercado de bioplásticos na Rússia, bem como as áreas de aplicação mais promissoras dos produtos desse mercado. A partir deste, apontou a demanda por avanços nos aspectos regulatórios russos para estimular o mercado de bioplásticos. Para os autores,

> The urgency of the development of the bioplastics market in Russia today is beyond doubt, as evidenced by the current strategic documents. So, in the Comprehensive Program for the Development of Biotechnologies in the Russian Federation for the Period to 2020 and the State Coordination Program "BIO-2020", among the development priorities, "biocompatible materials" for biopharmaceuticals and medicine and "production of biodegradable polymers" for industry and bioenergetics are indicated (VP-P8-2322…, 2012; State coordination..., 2012). Separately, in the documents the need to finalize the technical regulations of the Customs Union "On Packaging Safety" is indicated in order to stimulate the introduction of biodegradable materials. In addition, in the S&T Foresight Study for the Russian Agricultural Sector Until 2030 (2017), approved by the Ministry of Agriculture of the Russian Federation, the market of biopolymers appears among promising emerging markets (Volchok, Shapovalova e Osmakova, 2018, p. 745).

No que diz respeito às indústrias em atividade na Rússia, os autores citam: "[…] in recent years in Russia there have been manufacturing enterprises engaged in obtaining biodegradable packaging. They are: EuroBalt Company LLC, Tiko-Plastik CJSC, DAR PF, Artplast LLC, Pagoda National Company CJSC, Belavi LLC" (Volchok, Shapovalova e Osmakova, 2018, p. 750). E no que diz respeito aos centros de pesquisa, foram apresentados:

> [...] V. A. Kargin Polymer Research Institute, Karpov Institute of Physical Chemistry, N. M. Emanuel Institute of Biochemical Physics RAS, Siberian Federal University, Institute of Biophysics, Siberian Branch of the Russian Academy of Sciences, Federal Research Centre "Fundamental Foundations of Biotechnology" of the Russian Academy of Sciences, K. G. Scriabin Institute of Biochemistry and Physiology of Microorganisms RAS and others (Volchok, Shapovalova e Osmakova, 2018, p. 750).

É possível encontrar inclusive diálogos de representantes do setor privado de plásticos convencionais na Rússia considerando as transformações em andamento, conforme Ekaterina Smirnova da R&P Polyplastic[12]:

> The use of "green" plastics today is increasing around the world: between 2013 and 2018 production of biodegradable plastics has been annually

[12] A entrevista pode ser encontrada no endereço: R&P POLYPLASTIC: Biodegradable and compostable compounds may become growth driver for the market of disposable cutlery and agricultural implements in Russia (polyplastic-compounds.ru).

> increasing by 20.5% and by the end of this period amounted to 2,9 million tons. This is 2.5 times higher than in 2013. Now, we can surely say that this is not a one-time situation but an increasing trend, – noted Ekaterina Smirnova from R&P POLYPLASTIC. – Manufacturers can use bioplastics for production of not only cutlery but also agricultural implements such as tying clips, holders and other small items. The amount of items from "green" polymers will be increasing year by year (R&P POLYPLASTIC, 2024, p. 01).

A matéria supracitada apresenta o interesse e acompanhamento por parte da indústria do plástico nos usos dos bioplásticos, e aponta que para avanços na oferta deste tipo de produtos serão necessárias transformações e maior acesso e disponibilidade de matéria prima, assim se pode ler:

> Specialists of R&P POLYPLASTIC are confident that a shift to biodegradable compounds for production of single-use items is within reach in 5 – 10 years. For successful implementation of this project, several components are required: extensive infrastructure for waste sorting, industrial decomposing and what is most important – availability of Russian bioplastics (R&P POLYPLASTIC, 2024, p.01).

Dessa forma, observou-se que, na Rússia, existe um mercado emergente para bioplásticos, com investimentos em produção e pesquisa. Em relação às associações, identificou-se o endereço virtual da Modern Plastic Russia, que aborda discussões sobre plásticos convencionais e bioplásticos. Entre as iniciativas empresariais, além das empresas mencionadas anteriormente, também foram encontradas referências à instalação da Bio-on, uma companhia italiana na Rússia. Em relação a eventos, destaca-se a International Biotechnology and Bioengineering Conference, que inclui um subevento denominado Special Journal Issue on Biotechnology and Bioengineering. Quanto aos canais de comunicação especializados no tema, o periódico Znanie reúne debates relevantes sobre bioplásticos.

Diante do exposto, observa-se que todos os países do BRICS desenvolvem iniciativas em bioplásticos, com abordagens distintas: a China lidera em produção, Índia e Rússia priorizam pesquisa, o Brasil promove eventos com destaque para a Braskem, e a África do Sul explora o reaproveitamento de resíduos. Para fortalecer a colaboração e apoiar suas economias, o BRICS deve fomentar organizações e eventos que impulsionem inovações, reduzam a poluição plástica e incentivem novos desenvolvimentos no setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da análise das iniciativas de bioplásticos nos países do BRICS revelam um cenário dinâmico e diverso, com cada país apresentando seu próprio potencial e desafios. Na África do Sul, há um crescente interesse na conversão de resíduos em bioplásticos, especialmente em PHAs e PHBs, conforme apontado por estudos de Mandree, Thopil e Ramchuram (2023) e Moodley e Trois (2022). No Brasil, a pesquisa é ativa e apoiada por empresas e associações, como Braskem, Abicom e o Instituto Senai, além de eventos como o Bioplastics Brazil.

A China se destaca por sua infraestrutura avançada e presença de grandes empresas e universidades no setor de bioplásticos, como Jinhui Zhaolong e a Universidade Tsinghua. Na Índia, políticas governamentais e eventos como o Bioplastex indicam um setor emergente e com crescente interesse acadêmico, a Rússia possui um mercado promissor com consumo anual de 10.000 toneladas, esforços para produção de PHAs e crescimento de empresas locais. Contudo, avanços regulatórios são necessários para impulsionar o mercado, conforme indicado no Programa “BIO-2020”.

Os BRICS compartilham o objetivo de reduzir o impacto ambiental dos plásticos, embora em diferentes estágios de desenvolvimento e com capacidades de investimento variadas. Sugere-se aprofundar a pesquisa e estimular a realização de eventos regionais no setor de bioplásticos, como o modelo europeu da European Bioplastics, para fomentar cooperação e troca de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABICOM - Associação Brasileira de Biopolímeros Compostáveis e Compostagem. Apresentação institucional. Disponível em: ApresentacaoInstitucional06_24.pdf (abicom.org.br). Acesso em: julho de 2024.

ABIPLAST. Associação Brasileira da Indústria do Plástico. **Perfil 2019**. Disponível em: http://www.abiplast.org.br/publicacoes/perfil2019/. Acesso em: julho de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **História do BRICS**, **2023.** Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics. Acesso em: 27 jul. 2024.

BHANUSHALI, V. **Single use plastics and compostable biopolymers – The India story.** European Bioplastics e.V., 2021. Disponível em: https://european-bioplastics.org. Acesso em: 5 dez. 2024.

COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E REFORMA DA CHINA. *关于进一步加强塑料污染治理的意见* [Opinião sobre o fortalecimento do controle da poluição plástica]. 19 jan. 2020. Disponível em: https://www.ndrc.gov.cn/xxgk/zcfb/tz/202001/t20200119_1219275.html. Acesso em: 4 nov. 2024.

CHINA PETROCHEMICAL AND PETROCHEMICAL INDUSTRY ASSOCIATION. **China Petrochemical and Petrochemical Industry Association (CPPIC)**. Disponível em: http://www.cppia.com.cn/en. Acesso em: 29 jul. 2024.

CHOUBEY, V.; GOVIND, M.; ARJUNE, V. The Emergence of Bioplastic as a Sustainable Polymer in the Indian Food Packaging Industry: A Scientometric Analysis. **Journal of Data Science**, v. 2, n. 1, p. 1–12, 2023. Disponível em: https://jcitation.org/index.php/jdscics/article/view/27. Acesso em: 30 jul. 2024.

EUROPEAN PLASTICS. **Bioplastic market data**, 2022. Disponível em: https://www.european-bioplastics.org/market/. Acesso em: julho de 2024.

EUROPEAN BIOPLASTICS. **Members list – European Bioplastics e.V**. Disponível em: https://www.european-bioplastics.org. Acesso em: 5 dez. 2024.

GARCIA, A.; LANNES, D.; REZENDE, A. *O Brasil nos BRICS: trajetória e desafios*. Cadernos Adenauer, v. XXIV, n. 2, 2023. Disponível em: https://www.kas.de/documents/265553/19294631/Ka+Cad+2023-2+web+-+completo.pdf/9448b8fb-207f-4f97-846e-c0bd9fd66251?version=1.0&t=1697050033856. Acesso em: 5 dez. 2024.

GARCIA, A. S.; LANNES, D.; REZENDE, A. O Brasil nos BRICS: trajetória e desafios. In: **Cadernos Adenauer**, jan. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/377527574_O_Brasil_nos_BRICS_trajetoria_e_desafios. Acesso em: 27 jul. 2024.

GARRIDO, R.; CABEZA, L. F.; FALGUERA, V. An Overview of Bioplastic Research on Its Relation to National Policies. **Sustainability**, v. 13, p. 7848, 2021.

Godoi, N. C.; Wander, A. E.; Ladvocat, M.; Dias, R. H. M. Renewable resources are the future: The role of sustainable raw materials and the potential of biopolymers in Brazil. **Finnish Business Review**, v. 09, p. 33-55, 2023. Disponível em: https://verkkolehdet.jamk.fi/finnish-business-review/wp-content/blogs.dir/16/files/2023/07/FBR2023-Article-2.pdf.

GODOI, C. N.; MONTANHA, O. C.; ESPÍNDOLA, C. J. O setor produtivo de bioplásticos no Brasil: cenários, possibilidades e desafios. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE GEOGRAFIA ECONÔMICA E SOCIAL**, 5., 2024, Foz do Iguaçu. Anais Senges. Foz do Iguaçu, 2024.

GODOI, C. N.; MONTANHA, O. C.; ESPÍNDOLA, C. J. A adoção de biopolímeros na China: uma análise de aspectos produtivos e regulatórios. In: **BIOPLASTICS BRAZI**L, 4., 2024, São Paulo. Anais Bioplastics Brazil. São Paulo, 2024. p. 14.

MANDREE, P.; THOPIL, G. A.; RAMCHURAN, S. Potential Opportunities to Convert Waste to Bio-Based Chemicals at an Industrial Scale in South Africa. **Fermentation**, v. 9, p. 908, 2023.

MCLELLAN, J.; THORNHILL, S. G.; SHELTON, S.; KUMAR, M. **Biofilms, hydrogels and keratin-based biofibers as a biopolymer protein**. Springer, p. 187–200, 2019.

MOODLEY, P.; Trois, C. Circular closed-loop waste biorefineries: Organic waste as an innovative feedstock for the production of bioplastic in South Africa. **South African Journal of Science**, [s.l.],2022.

MOU, K. Application and Research of Biodegradable Plastics in China and The United States. Highlights in Business, **Economics and Management**, v. 23, p. 339-344, 2023.

PADULA, R.; FONSECA, F. BRICS: potencialidades de cooperação e papel na governança global de saúde no contexto da pandemia. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 40-61

PORTER, M. E. A **Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PORTER, M. E. Clusters and the New Economics of Competition. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 6, p. 77-90, 1998.

PORTER, M. E. **Competição**: Estratégias Competitivas Essenciais. 24. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RAÍZEN. **Nossa história**, 2021. Disponível em: https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen/quem-somos/nossa-historia.

RAÍZEN. Relatório Anual 2020 | 2021. São Paulo, 2021.

R&P POLYPLASTIC. Disponível em: https://polyplastic-compounds.ru/eng/press/news/926-r-p-polyplastic-biodegradable-and-compostable-compounds-may-become-growth-driver-for-the-market-of-disposable-cutlery-and-agricultural-implements-in-russia. Acesso em: 30 jul. 2024.

SANTANA, A. A.; JÚNIOR, C. A. R. B.; SILVA, D. F.; JACINTO, G. S. S.; GOMES, W. C.; CRUZ, G. Bioconversion of Food Waste into Bioplastics. In: Inamuddin, Khan, A. (eds) **sustainable bioconversion of waste to value added products**. Advances in Science, Technology & Innovation. Springer, Cham, 2021.

SILVA, V. L.; FREIRE, M. T. A.; OROSKI, F. A.; TRENTINI, F.; COSTA, L. O.; Batista, V. G. T. **Bioplastics and the role of institutions in the design of sustainable Post-Consumer Solutions**. Sustainability, v. 16, p. 5029, 2024.

SINAN, M. **Bioplastics for Sustainable Development**: general scenario in India. Curr World Environ, v. 15, n. 1, 2020. Disponível em: https://bit.ly/2VTdSyX.

STREKALOVA, G.; KURBANOV, S.; MUSLIMOVA, M. **Prospects for the Production of Materials with Biodegradable Properties**: the Way to Minimize Environmental Damage in Russian Practice. BIO Web of Conferences, v. 63, p. 05017, 2023.

VOLCHOK, A. A.; SHAPOVALOVA, E. D.; OSMAKOVA, A. G. Perspective for the development of the bioplastics market in Russia: Key Products and Technologies. **European Research Studies Journal**, v. XXI, Special Issue 2, p. 744-753, 2018.

VOLOVA, T. G. **Modern Biomaterials**: world trends, place and role of microbial polyhydroxyalkanoates *(PHAs)*. 2014. Disponível em: https://elib.sfu-kras.ru/bitstream/handle/2311/13400/01_Volova.pdf?sequence=1. Acesso em: 5 dez. 2024.

Recebido em julho de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

O PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL CHINÊS COMO EIXO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CHINESE URBAN-REGIONAL PLANNING AS AN AXIS OF ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT

LA PLANIFICACIÓN URBANO-REGIONAL CHINA COMO EJE DE DESARROLLO ECONÓMICO Y SOCIAL

Vitor Vieira Fonseca Boa Nova

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)
vitorvboanova@gmail.com

Destaques

- Ao combinar uma economia de mercado com um sistema de planejamento orientado a objetivos socializantes, pretende-se com este artigo lançar luz sob aspectos muitas vezes negligenciados em trabalhos e pesquisas quanto ao desenvolvimento chinês.
- O desenvolvimento chinês apresenta ao mundo a possibilidade concreta de que sob uma economia política comprometida com o imperativo do planejamento do desenvolvimento econômico-social pode-se elevar as condições de vida da população, neste caso de centenas de milhões de pessoas.
- O setor de infraestruturas de transporte e o desenvolvimento dos Trens de Alta Velocidade (TAV) fazem parte dos planos especiais obrigatórios, que se iniciam a partir de decisões do governo central, e ramificam-se em níveis provincial e local.
- O planejamento urbano e regional é expressão da estrutura e superestrutura da formação econômico-social chinesa.

RESUMO

O desenvolvimento econômico e social que a China vem experimentando nas últimas décadas já deixou de ser objeto de discussão para se tornar uma constatação. Negar os avanços tecnológicos, produtivos e suas repercussões na elevação da qualidade de vida da população chinesa é hoje negar a realidade. O que este artigo visa demonstrar é que esse processo de desenvolvimento tem como um de seus elementos estratégicos a intervenção política e governamental a partir da elaboração e execução de planos e

projetos de caráter e repercussões territoriais. O planejamento urbano e regional apresenta-se como um dos principais vetores do desenvolvimento chinês, manifestando-se num processo de urbanização regionalizado baseado em projetos urbanos e de transporte que evidencia a capacidade de, simultaneamente, elevar as forças produtivas do país e as condições de vida da sociedade. Nesse sentido, a questão de fundo passa por compreender quais as principais regularidades e contribuições a experiência de planejamento urbano-regional chinês oferece a outros países que também visam o desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico e social; Planejamento urbano e regional; Projetos urbanos e de transporte; China; Território.

ABSTRACT

The economic and social development that China has experienced in recent decades is no longer a topic of debate, but rather a fact. Denying the technological and productive advances and their impact on improving the quality of life of the Chinese population is, today, a denial of reality. What this article aims to demonstrate is that this development process has, as one of its strategic elements, political and governmental intervention through the formulation and implementation of plans and projects with territorial implications and impacts. Urban and regional planning emerges as one of the main drivers of Chinese development, manifesting itself in a regionally based urbanization process driven by urban and transport projects, which highlights the ability to simultaneously enhance the country's productive forces and improve societal living conditions. In this sense, the central question is to understand the main patterns and contributions that the Chinese urban-regional planning experience offers to other countries also striving for economic and social development.

Keywords: Economic and social development; Urban and regional planning; Urban and transport projects; China; Territory.

RESUMEN

El desarrollo económico y social que China ha experimentado en las últimas décadas ha dejado de ser un tema de debate para convertirse en una constatación. Negar los avances tecnológicos, productivos y sus repercusiones en la mejora de la calidad de vida de la población china es, hoy en día, negar la realidad. Lo que este artículo pretende demostrar es que este proceso de desarrollo tiene, como uno de sus elementos estratégicos, la intervención política y gubernamental a través de la elaboración y ejecución de planes y proyectos con implicaciones y repercusiones territoriales. La planificación urbana y regional se presenta como uno de los principales vectores del desarrollo chino, manifestándose en un proceso de urbanización regionalizada basado en proyectos urbanos y de transporte que pone de relieve la capacidad de elevar simultáneamente las fuerzas productivas del país y las condiciones de vida de la sociedad. En este sentido, la cuestión central radica en comprender cuáles son las principales regularidades y contribuciones que la experiencia de planificación urbano-regional china ofrece a otros países que también buscan el desarrollo económico y social.

Palabras clave: Desarrollo económico y social; Planificación urbana y regional; Proyectos urbanos y de transporte; China; Territorio.

INTRODUÇÃO

Passados mais de 70 anos da proclamação da República Popular da China e quatro décadas do início da implementação das políticas de reforma e abertura em 1978, hoje é possível avaliar suas respectivas consequências e resultados a partir de uma visão de processo histórico. Tendo largado de uma posição extremamente desfavorável em decorrência de praticamente um século de invasões, interferências e domínio colonial e semicolonial por parte de potências imperialistas, principalmente Inglaterra e Japão, passado por grandes revoltas, mudanças de regime político e guerra civil, a China pré-1949 era um dos países mais pobres do mundo, com sucessivos surtos de fome e com uma expectativa de vida na média de 35 anos de idade.

Ainda que nas primeiras décadas do que pode ser chamado de Nova China[1] o país tenha experimentado uma média de crescimento econômico significativo – entre 1952 e 1978 a média de crescimento foi de 6,6% (Jabbour, Boa Nova e Vadell, 2024) –, este foi um período também marcado por equívocos e desvios de rotas, em muito condicionados por uma situação de cerco geopolítico e pelo atraso econômico. Apesar de certo desenvolvimento econômico, proporcionado pela edificação de uma indústria de base a partir da socialização dos meios de produção (Boer, 2024) e melhoras nos níveis de educação e outros serviços públicos, no final da década de 1970 ficou evidente a condição de estagnação e crescimento insuficiente do país, incapaz de garantir uma elevação significativa das condições de vida da população e de acompanhar o desenvolvimento de vizinhos importantes – casos, principalmente, do Japão, Taiwan, Cingapura e Coreia do Sul.

Foi a partir da década de 1980, e, sobretudo, dos anos 1990, que a China parece ter reencontrado um caminho original para seu processo de desenvolvimento. Para isso foi necessária uma virada estratégica que desafiou paradigmas até então dominantes, tanto no espectro marxista tradicional ou acadêmico, quanto nas correntes liberais e ortodoxas da economia. Pautada pela coexistência e combinação de diferentes elementos de distintos modos de produção e relações sociais, comumente identificada como um

[1] A partir de 1949, quando ocorre a proclamação da República Popular da China.

socialismo de mercado, a China conformou-se, nas palavras de Jabbour, Dantas e Espíndola (2021), como uma "nova classe de formação econômico-social".

O gigante asiático se inseriu de vez no sistema capitalista internacional hegemonizado pelos EUA, estimulou as forças de mercado no interior do país, permitiu novas formas de propriedade não-públicas, porém manteve o controle dos rumos da economia a partir de uma reestruturação das empresas estatais e do sistema financeiro nacional nos anos 1990, juntamente com a manutenção do papel de liderança por parte do Partido Comunista da China (PCCh), que continuou exercendo sua hegemonia política no âmbito nacional das relações de poder.

Apesar de todas as turbulências e dos "efeitos colaterais" do intenso e constante processo de desenvolvimento que a China enfrentou nessas últimas décadas – notadamente a elevação das desigualdades sociais, regionais e impactos ambientais – hoje é possível afirmar que o saldo geral claramente aponta para um salto significativo tanto das forças produtivas do país, consolidando-se na fronteira tecnológica de setores sensíveis dos principais circuitos produtivos contemporâneos, quanto das condições de vida da população de um modo geral, com ganhos reais no salário, baixos níveis de desemprego, redução do custo de vida e melhoria na qualidade das infraestruturas e serviços sociais urbanos e nas áreas rurais.

Partindo, portanto, desta condição singular que caracteriza o socialismo chinês, ao combinar uma economia de mercado com um sistema de planejamento orientado a objetivos socializantes, pretende-se com este artigo lançar luz sob aspectos muitas vezes negligenciados em trabalhos e pesquisas quanto ao desenvolvimento chinês. É muito comum se focar em questões referentes a uma suposta dicotomia entre Estado e Mercado, tomando a relação entre ambos como caminho para explicação do fenômeno chinês de desenvolvimento. No entanto, do ponto de vista metodológico, a opção aqui adotada é por ressaltar outros dois elementos que dão centralidade à política e ao exercício do poder político: a atuação do PCCh e a planificação do processo de desenvolvimento enquanto elementos estratégicos da evolução da complexa formação econômico-social chinesa.

Nesse sentido, reconhece-se como campo de intervenção e exercício do poder político, dos mais importantes, aquele desempenhado pelo planejamento do desenvolvimento urbano e regional. Parte-se do pressuposto de que o processo de

desenvolvimento chinês tem como um de seus elementos estratégicos a intervenção política e governamental a partir da elaboração e execução de planos e projetos de caráter e repercussões territoriais. De modo que o planejamento urbano e regional se apresenta como um dos principais vetores do desenvolvimento chinês, manifestando-se num processo de urbanização regionalizado baseado em projetos urbanos e de transporte que evidencia a capacidade de, simultaneamente, elevar as forças produtivas do país e as condições de vida da sociedade.

Sendo assim, a questão de fundo passa por compreender quais as principais regularidades[2] e contribuições que a experiência de planejamento urbano-regional chinês oferece a outros países que também visam o desenvolvimento econômico e social. Pois é aprendendo com o que há de mais avançado neste quesito hoje no mundo que nos colocaremos em condições de também avançar.

Este artigo é dividido em 6 partes. Além desta introdução e das considerações finais, é composto por outros quatro tópicos. O primeiro destes apresenta em linhas teóricas gerais o tema da planificação do desenvolvimento em seu aspecto urbano e regional. O segundo insere a particularidade representada pela experiência de planejamento urbano-regional chinês como parte de um processo progressivo de racionalização do desenvolvimento. O terceiro tópico procura se aprofundar nos projetos enquanto extensão e confirmação dos planos, em especial projetos urbanos e de transporte. E, por fim, no último tópico pretende-se identificar regularidades e apontar possíveis tendências a serem apreendidas pelos países em desenvolvimento no que se refere ao planejamento do desenvolvimento urbano-regional chinês.

PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL COMO ASPECTO DA PLANIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL

Mais que apresentar uma revisão bibliográfica do debate quanto ao tema do planejamento urbano-regional e sua relação com o desenvolvimento econômico e social, o objetivo aqui é apresentar brevemente uma concepção que se pretende ser materialista histórica e dialética quanto ao tema da planificação do desenvolvimento econômico-social em seu aspecto urbano-regional.

[2] Trata-se de uma opção metodológica de destacar aquilo que apresenta certa constância e que contribui pra conformar as características mais essenciais e definidoras de um fenômeno, seus padrões relativos.

Parte-se sobretudo da articulação entre duas dimensões: a Economia Política e o Território. Isto é, considerando que a relação entre sociedade e natureza conforma as forças produtivas, e as relações no seio da própria sociedade conforma as relações sociais, procura-se identificar os processos de produção, circulação e distribuição e a atuação da superestrutura político-institucional considerando seu aspecto territorial.

Com base na análise do processo de desenvolvimento capitalista realizada por Lenin (1985), o processo de desenvolvimento manifesta-se a partir de dois movimentos principais, que, na visão aqui utilizada, devem ainda persistir numa formação econômico-social de orientação socialista como parte de um período de transição, como pressupomos ser o caso chinês.

De um lado, o desenvolvimento em profundidade, sustentado na reprodução ampliada do capital enquanto tendência de elevação da capacidade produtiva, aptidão do capitalismo em elevar suas forças produtivas de modo constante e criar seus próprios mercados. Esse movimento, que poderia ser identificado como de criação de um mercado interno – baseado sobretudo no consumo produtivo, mas também no consumo da força de trabalho –, ocorre em paralelo à especialização produtiva e da divisão social do trabalho e ao aumento de sua produtividade.

Seu resultado é o processo de industrialização, tendo como "consequência imediata" (Lenin, 1985, P. 32), do ponto de vista do uso e ocupação social do território, um *processo de urbanização*. À medida que, como reflexo das alterações na distribuição da divisão social do trabalho, o crescimento da população ocupada na indústria e serviços correlatos se dá numa intensidade e numa escala maior que o da população rural, evidencia-se um movimento campo-cidade, um deslocamento da população rural para áreas urbanas, conformando um movimento de aglomeração expresso no crescimento das cidades e de novos centros urbanos.

De outro lado, o desenvolvimento em extensão, onde a procura é por novos mercados, mercados externos enquanto opções de expansão do capital por meio da substituição de antigas relações sociais por novas. Se no desenvolvimento em profundidade a tendência é a da aglomeração em centros urbanos como reflexo do processo de industrialização, no desenvolvimento em extensão a tendência é um movimento de espraiamento, onde a urbanização se dá "para fora", extrapolando seus

limites e adquirindo um caráter mais amplo que se traduz na expansão e integração produtiva e da divisão social do trabalho em contornos regionais.

> No primeiro, o que temos são relações capitalistas já estabelecidas que se desenvolvem; no segundo, a formação de novas relações capitalistas num novo território. O primeiro implica o desenvolvimento em profundidade; o segundo, o desenvolvimento em extensão. (...) o desenvolvimento do capitalismo em profundidade, isto é, o crescimento da agricultura e da indústria capitalista num território dado, determinado e restrito, e o desenvolvimento do capitalismo em extensão, isto é, a ampliação da esfera de dominação sobre novos territórios. (Lenin, 1985, p. 353 e 372).

A novidade numa formação econômico-social de orientação socialista residiria na capacidade de absorver essa peculiaridade capitalista de promover o desenvolvimento em profundidade e em extensão, porém, de modo planificado, tendo como tarefas históricas fundamentais garantir o desenvolvimento das forças produtivas e a atualização constante das relações sociais de produção, distribuição e redistribuição, no sentido da socialização da riqueza socialmente produzida (Boa Nova, 2024).

Isto é, no socialismo como período de transição e superação do capitalismo, o desenvolvimento em seu aspecto territorial é superestrutura mediada pela capacidade relativa de planificação econômico-social. A acumulação se mantém no socialismo, porém, não mais como resultado último e subordinado à lógica do capital, e sim enquanto reprodução ampliada dos investimentos produtivos orientados pela planificação que tem como um de seus objetivos edificar o "macrossetor produtivo" enquanto base material do socialismo (Jabbour e Gabriele, 2021).

A atuação desta superestrutura política *de caráter socialista* visando à planificação do processo de desenvolvimento em seu aspecto territorial pode se dar de diferentes formas e baseada em alguns pressupostos. Por exemplo, através de incentivos e isenções fiscais, da regulação do uso e ocupação do solo, dos investimentos e atuação de bancos e empresas públicas sob controle do Estado de orientação socialista, da propriedade estatal e coletiva da terra.

Porém, o que se pretende destacar neste artigo é a intervenção política e governamental representada pelo desenvolvimento de projetos urbanos e de transporte. O que, inclusive, envolve grande parte das demais formas e pressupostos citados e por isso

se apresenta como espécie de universal no particular[3]. Estes projetos se comportam como mecanismos com potencial de incidir, simultaneamente, no desenvolvimento das forças produtivas e na elevação das condições de vida da população, representando, em última instância, um processo de socialização da riqueza.

No caso dos projetos urbanos, a partir da racionalização do processo de produção e circulação, atuam na viabilização das atividades produtivas, da concentração e especialização dos mercados e da divisão social do trabalho – por exemplo ao proporcionar a distribuição e acesso a energia, água, saneamento e tudo aquilo que compõe os efeitos de aglomeração do espaço urbano, seja do ponto de vista infraestrutural, técnico, científico ou cultural. No âmbito da racionalização do processo de distribuição e redistribuição, os projetos urbanos atuam a partir da oferta de serviços de utilidade pública e de bens públicos – por exemplo, o acesso a equipamentos de educação, saúde, cultura, lazer, construção de parques e melhoria do paisagismo urbano, enfim, tudo aquilo que representa uma elevação qualitativa do consumo social do ambiente urbano.

No caso dos projetos urbanos, a partir da racionalização do processo de produção e circulação, atuando na viabilização das atividades produtivas, da concentração e especialização dos mercados e da divisão social do trabalho – por exemplo ao proporcionar a distribuição e acesso a energia, água, saneamento e tudo aquilo que compõe os efeitos de aglomeração do espaço urbano, seja do ponto de vista infraestrutural, técnico, científico ou cultural. No âmbito da racionalização do processo de distribuição e redistribuição, a partir da oferta de serviços de utilidade pública e de bens públicos – por exemplo, o acesso a equipamentos de educação, saúde, cultura, lazer, construção de parques e melhoria do paisagismo urbano, enfim, tudo aquilo que representa uma elevação qualitativa do ambiente urbano.

No que se refere aos projetos de transporte, no que tange à racionalização do processo de produção e circulação, seu desenvolvimento tem o potencial de reduzir os tempos de curso e de rotação da produção de riqueza, contribuindo para a expansão e integração dos mercados e da divisão social do trabalho, o que tem como efeito a elevação das forças produtivas. Por outro lado, quanto à racionalização do processo de distribuição

[3] Os projetos urbanos e de transportes enquanto produtos da ação de caráter concreto são vistos como elementos particulares representativos da condição geral de intervenção política e governamental em suas variadas formas. E enquanto prática, possuem "a dignidade do universal" (Tsé-Tung, 1999, p. 14).

e redistribuição, seu desenvolvimento adquire retorno social ao permitir uma série de benefícios como a redução do tempo de viagens, seja a trabalho ou turismo, o que confere maior conforto, mobilidade, acessibilidade a novos territórios e melhor aproveitamento do tempo, além de estimular o intercâmbio cultural entre as pessoas das diferentes regiões e áreas conectadas.

Com base nesse arcabouço teórico-introdutório, que envolve a relação entre desenvolvimento econômico-social, território e projetos urbanos e de transporte, este artigo procura caminhar no sentido de identificar, histórica e empiricamente, as principais regularidades e peculiaridades da planificação do desenvolvimento urbano-regional na formação econômico-social chinesa.

A EXPERIÊNCIA CHINESA: PROCESSO PROGRESSIVO DE RACIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO-REGIONAL

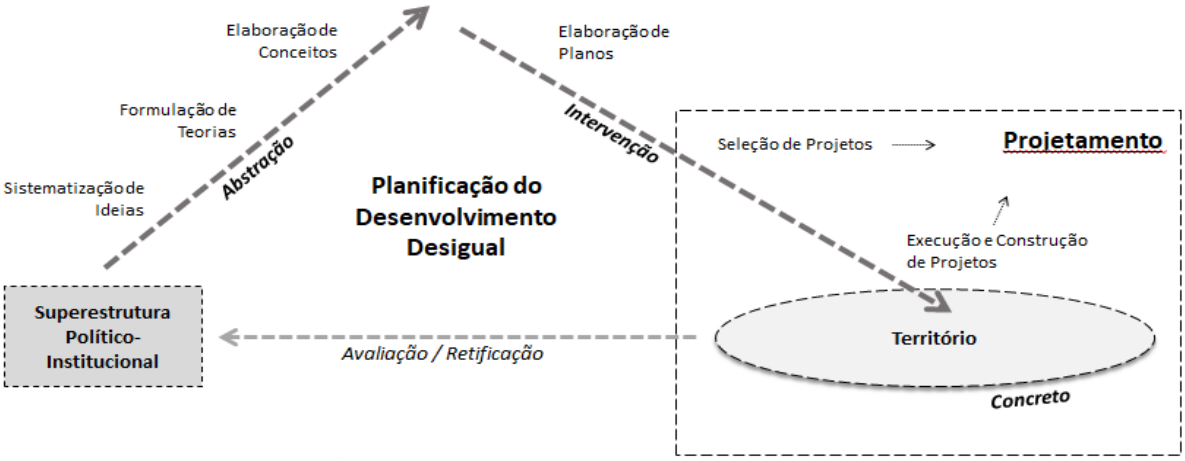
A fim de compreender qual a participação e contribuição têm as políticas de caráter ou repercussão territorial para o desenvolvimento da formação econômico-social chinesa, passa a ser tarefa fundamental a análise do processo de planificação do desenvolvimento urbano-regional chinês enquanto processo progressivo de racionalização do desenvolvimento econômico-social em seu aspecto territorial.

Com base na contribuição de Tsé-Tung (1999, p. 29), considera-se como processo progressivo de racionalização o caminho de "progressão constante" do "conhecimento humano" que se dá pelo desdobramento de ideias, teorias, conceitos, planos e projetos, visando a passagem do momento de abstração para o momento de consecução de uma prática política – capaz de transformar a realidade objetiva conforme decisões consciente e previamente estabelecidas.

> Para refletir plenamente um fenômeno na totalidade, para refletir a essência e as leis internas, é preciso criar um sistema de conceitos e teorias, depois de se terem submetido os múltiplos dados da percepção sensível a uma elaboração mental (...). O homem (...) recebe, sob a influência do reflexo do processo objetivo e da sua própria atividade subjetiva, a possibilidade de passar do conhecimento sensível ao conhecimento racional e de criar ideias, teorias, planos ou projetos que correspondem, em geral, às leis desse processo objetivo; e se na aplicação posterior dessas ideias, teorias, planos e projetos, na prática do mesmo processo objetivo, se chega ao objetivo fixado, isto é, se se consegue, na prática desse processo, transformar em realidade as ideias, teorias, planos e projetos previamente elaborados, ou se se chega a realizá-los nas suas linhas gerais, o movimento do conhecimento desse processo objetivo pode considerar-se terminado. (Tsé-Tung, 1999, p. 23, 26).

De modo que, para analisar o caso particular do planejamento urbano-regional chinês – liderado por uma força política (PCCh) que tem assumidamente como "visão de mundo" e "metodologia" de governo o "materialismo dialético" e na contribuição teórica e filosófica de Mao Tsé-Tung uma importante referência (Jinping, 2015) –, torna-se pertinente ter em consideração o que pode ser identificado como um movimento duplo: de prévia abstração científico-racional sobre a realidade, e de intervenção política no concreto (ver figura 1).

Figura 1 – Processo progressivo de racionalização do desenvolvimento



Fonte: Boa Nova (2024).

Elaboração de conceitos

O primeiro elemento a ser destacado é o de elaboração de conceitos orientadores do planejamento urbano-regional – no caso chinês, notadamente os conceitos de Desenvolvimento Regional Coordenado e de Nova Urbanização, ou urbanização de novo-tipo.

Consolidado a partir dos anos 2000 através do XI Plano Quinquenal (2006-2010), o conceito de Desenvolvimento Regional Coordenado (Dunford e Bonschab, 2013; Yu e Chen, 2014; Yang, 2019) faz parte de um contexto de reafirmação do papel do planejamento e dos planejadores na dinâmica do desenvolvimento econômico e social chinês enquanto resposta aos principais desafios e contradições emergidas em meio ao intenso crescimento econômico do país. Esses desafios e contradições a ser objeto de coordenação podem ser identificados com base em cinco principais formas de desequilíbrios: no desenvolvimento urbano-rural, no desenvolvimento regional, no

desenvolvimento econômico-social, no desenvolvimento humano-ambiental e no desenvolvimento doméstico-internacional (Wu, 2015; Heilmann, 2018).

De caráter territorial ou com repercussões territoriais, essas contradições e desequilíbrios a serem coordenados alçam o planejamento urbano-regional, e o conceito de desenvolvimento regional coordenado em particular, a um grau de eixo estratégico do processo geral de planificação do desenvolvimento chinês.

> Um dos aspectos mais importantes e tangíveis do sistema de planejamento da China é seu esforço para coordenar o crescimento econômico regional, com ênfase na disseminação dos ganhos do desenvolvimento econômico para as partes mais pobres do país, bem como para as províncias costeiras mais ricas, e para orientar o enorme esforço de urbanização e investimento em infraestrutura da China[4]. (Heilmann, 2018, p. 159)

Em contraposição a ações governamentais unilaterais decorrentes da concorrência local entre cidades, condados e distritos, a irracionalidades na distribuição dos investimentos, gerando, por exemplo, desperdícios, redundância e duplicação de projetos (Yu e Chen, 2014), a orientação baseada na coordenação do desenvolvimento visa promover um processo de racionalização da distribuição dos recursos, da população e das atividades econômicas no território nacional (Shen, Teng e Song, 2018). O que deve passar pela cooperação regional nos aspectos político-institucional, empresarial-administrativo, infraestrutural e produtivo. Em suma, mais que optar por um desenvolvimento regional equilibrado (Dunford e Bonschab, 2013) ou desequilibrado, o conceito de desenvolvimento regional coordenado expressa o objetivo de promover a integração de espaços diferenciados (Yu e Chen, 2014; Yang, 2019), integrando o mais desenvolvido ao menos desenvolvido, de modo que ambos possam se desenvolver conjuntamente.

O conceito de Nova Urbanização refere-se, sobretudo, à superação de um processo de urbanização por outro, de criação de novas tipologias e de novas formas urbano-regionais. Baseia-se numa concepção cunhada pelo PCCh que tem na urbanização orientada às pessoas sua diretriz principal, e reflete uma mudança qualitativa (Ye *et al.*, 2020) não apenas da questão urbano-regional, mas da própria dinâmica do processo de

[4] *"One of the most important and tangible aspects of China's planning system is its effort to coordinate regional economic growth, with an emphasis on spreading the gains of economic development to the poorer parts of the country as well as within the wealthier coastal provinces, and to guide China"s massive urbanization drive and investment in infrastructure."*

desenvolvimento econômico-social chinês, devendo este ser pautado por um desenvolvimento de alta-qualidade[5].

Em síntese, a Nova Urbanização tem seis focos principais (PEQUIM, 2014): (1) a planificação do processo de urbanização em si, a transição campo-cidade; (2) a integração da urbanização, da industrialização, da aplicação das tecnologias da informação e modernização da agricultura como vetores do processo de desenvolvimento; (3) o aprimoramento do layout das redes urbanas, através da formação de agrupamentos urbanos/city-clusters como principal via de urbanização, e a partir da coordenação e integração do desenvolvimento das grandes, médias e pequenas cidades, o que passa pela intensificação da conectividade e do desenvolvimento das infraestruturas de transporte; (4) a conservação ecológica, devendo promover o desenvolvimento verde, circular e de baixo carbono e construção de cidades verdes e inteligentes; (5) a proteção da cultura e história das cidades; e, por fim, (6) a integração das áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas, no sentido de superar de forma gradual o dualismo estrutural urbano-rural.

Estudos e planos prospectivos

O segundo elemento do processo de racionalização do desenvolvimento econômico-social em seu aspecto urbano-regional a ser destacado é o de elaboração de estudos prospectivos e planos.

O plano que está em posição mais elevada e repercute sobre todos os demais é o Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social. Além de ter sido o meio pelo qual se consolidaram os conceitos vistos acima, é dos planos quinquenais que se ramificam uma série de outros subplanos, em diferentes níveis de governo e correspondendo a temas e tarefas específicas e particulares (Heilmann, 2018) do todo representado pelo processo geral de planificação do desenvolvimento nacional. Para ficar na dimensão territorial, vale citar, por exemplo, os casos do Plano Nacional do Sistema Urbano e do Plano Nacional de Áreas Funcionais Principais, lançados em 2005 e 2010, respectivamente (Wu, 2015).

[5] Termo utilizado nos documentos oficiais de planejamento do PCCh, onde se ressalta a necessidade de promover um desenvolvimento centrado nas pessoas, com o objetivo de atender às expectativas de melhoria das condições de vida da população.

Enquanto o Plano Nacional do Sistema Urbano, elaborado sob a liderança do Ministério de Habitação e Desenvolvimento Urbano-Rural (MHDUR) em colaboração com a Academia Chinesa de Planejamento e Design Urbano, possuía um caráter sobretudo de estudo e prospecção da rede urbano-regional chinesa, visando a formação de *city-clusters* e o desenvolvimento de infraestruturas de transporte, o Plano Nacional de Áreas Funcionais Principais[6] adquiriu características um pouco distintas, tornando-se um instrumento de gestão e de ordenamento territorial: um "mapa prospectivo" pioneiro e um plano geral para a "grande estratégia de desenvolvimento econômico e de proteção ambiental da China" (Yafei, Rui e Jie, 2020).

Outros dois tipos de planos de caráter e repercussões territoriais são os Planos Especiais e Planos Macrorregionais (Heilmann, 2018). Dentro dos Planos Especiais destacam-se os Planos Obrigatórios, responsáveis pela planificação da oferta de bens públicos e sociais, e que contam com a administração direta de instituições de Estado, com a alocação de recursos e investimentos sob o controle do governo central e com a participação direta das empresas públicas, os Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE). O setor de infraestruturas de transporte, por exemplo, e o desenvolvimento dos Trens de Alta Velocidade (TAV), em particular, fazem parte dos planos especiais obrigatórios, que se iniciam a partir de decisões do governo central, e ramificam-se em níveis provincial e local.

Os Planos Macrorregionais, implementados no nível provincial e interprovincial, contam com a participação decisiva da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR) e fazem parte de um esforço de coordenação do desenvolvimento a nível regional sob supervisão do governo central. A evolução desses planos se confunde com o próprio processo de desenvolvimento econômico chinês, concentrando-se, sobretudo, nas principais regiões do país. Casos da região Oeste, da região do Delta do Rio Yangtsé, do Delta do Rio das Pérolas e da região de Pequim-Tianjin-Hebei (Wu, 2015; Boa Nova, Jabbour e Cambuhy, 2023).

Por fim, como último elemento a ser citado quanto ao processo de racionalização do desenvolvimento urbano-regional chinês encontram-se os projetos. Notadamente os projetos urbanos e de transporte, os quais, por estarem em contato direto

[6] Elaborado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR), uma das principais entidades de Estado e governo da China, este plano contou com a colaboração do Instituto de Pesquisa Geográfica da Academia Chinesa de Ciências (Wu, 2015).

com o momento da prática e concretização das teorias, conceitos e planos, adquirem uma importância especial.

OS PROJETOS URBANOS E DE TRANSPORTE COMO EFETIVAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL

Se os planos estão mais próximos e portanto em maior contato com o domínio das abstrações, os projetos, ao localizarem-se numa zona entre o plano e a prática da produção social propriamente dita – neste caso representada pela produção dos projetos urbanos e de transporte –, inserem-se numa posição ainda mais estratégica, ao passo que a prática social enquanto realidade material tem primazia sobre a teoria, por mais avançada que esta seja.

> Os marxistas pensam que somente a prática social dos homens pode constituir o critério da verdade dos conhecimentos que o homem possui sobre o mundo exterior. Com efeito, somente chegando, na prática social (no processo da produção material, da luta de classes, da experimentação científica), aos resultados esperados é que os homens recebem a confirmação da verdade dos seus conhecimentos. (...) A teoria materialista-dialética do conhecimento põe a prática em primeiro lugar (...). Lenin dizia: 'A prática é superior ao conhecimento (teórico), pois ela tem não somente a dignidade do universal, mas também a da realidade imediata'. (...) O critério da verdade não pode ser outro senão a prática social. O ponto de vista da prática é o ponto de vista primordial, fundamental, da teoria materialista-dialética do conhecimento. (Tsé-Tung, 1999, p. 13-14).

Para este artigo a opção foi por apontar para os projetos de transporte, em especial o transporte ferroviário de Trens de Alta Velocidade (TAV), e para os projetos urbanos, representados pela revitalização e criação de novas centralidades urbanas, novos distritos e zonas urbanas de desenvolvimento (Tianjiao, Guoping e Yuan, 2016). Trata-se de projetos que assumem uma dupla função. Servem de base para o desenvolvimento econômico-social ao criar as condições para a realização das atividades econômicas e da especialização e integração da divisão social do trabalho, elevando os níveis de produtividade. E atendem às necessidades sociais, garantindo maior qualidade de vida aos habitantes ao promover a universalização do acesso a benefícios sociais do ambiente urbano.

> (…) a construção urbana recebeu prioridade máxima para o desenvolvimento estratégico que é importante para a reforma e o progresso geral da cidade. Os governos municipais têm se concentrado no desenvolvimento simultâneo e mútuo do crescimento econômico, avanço social e construção urbana, juntamente com o arranjo unificado e o desenvolvimento coordenado do

> planejamento urbano, construção e gestão (…)[7]. (Tianjiao, Guoping e Yuan, 2016, p. 83-84).

Por exemplo, para que a política de formação dos agrupamentos urbanos/*city-clusters* como estratégia de urbanização do país fosse implementada em condições de atingir seus objetivos, fez-se necessário a edificação de um sistema de transporte ferroviário de alta velocidade, capaz de promover a integração e conectividade das principais cidades e aglomerações urbanas do país.

O caso dos TAV na China remonta ainda aos anos de 1990, quando o PCCh determinou o início das pesquisas de desenvolvimento de tecnologia e o objetivo de construir um sistema de transporte de alta velocidade no país. A partir da década seguinte, através da interação entre o Ministério das Ferrovias, o Ministério dos Transportes, a CNDR, a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado (SASAC[8]), Bancos de Desenvolvimento, China South Railway (CSR), China North Railway (CNR), e, posteriormente a China Railway Rolling Stock Corporation (CRRC), a Universidade de Tsinghua, Universidade de Pequim, Universidade de Zhejiang e a Academia Chinesa de Ciências (Mei e Zhang, 2020; Tang, Savy e Doulet. 2011), deu-se início a um processo que culminou na construção de mais de 40 mil km de ferrovias de alta velocidade – a maior malha ferroviária de alta velocidade do mundo – em menos de 15 anos, com a tecnologia mais avançada e com os menores custos de implementação[9] (Lawrence, Bullock e Liu, 2019) (figura 2).

[7] *"(...) urban construction has been given to top priority for strategic development that is important for the overall reform and progress of the city. The municipal governments has been focusing on the concurrent and mutual development of economic growth, social advance and urban construction along with the unified arrangement and coordinated development of urban planning, construction and management (...)."*

[8] Sigla em inglês de *State-Owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council*.

[9] A mais recente previsão de expansão lançada pelo Conselho de Estado, como desdobramento do XIV Plano Quinquenal (2021-2025), é de se atingir 50 mil km até 2025 (Brixsweden, 2022).

Figura 2 – Rede de trens de alta velocidade (TAV) na China[10]



Fonte: Lawrence, Bullock e Liu (2019).

O projeto de edificação da rede de TAV teve como fatores determinantes para sua efetivação a decisão do PCCh e a ação direta de instituições públicas e de Estado, valendo-se, simultaneamente, de grandes investimentos em infraestrutura, de políticas industriais efetivas (Lo e Wu, 2014) e de fomento à criação de tecnologia própria (Mei e Zhang, 2020), bem como de instrumentos de planejamento propriamente ditos, através da elaboração de planos e projetos vinculados.

No caso dos projetos de novas centralidades ou distritos urbanos de desenvolvimento, estes são considerados na China como "projetos-chave de construção" (Tianjiao, Guoping e Yuan, 2016, p. 66), voltados a racionalizar a distribuição da

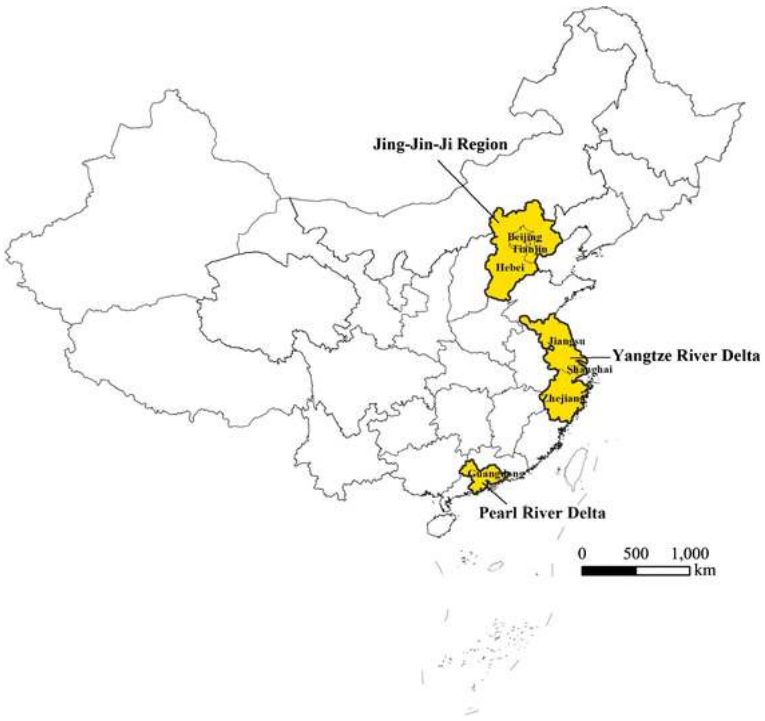
[10] A figura destaca as linhas ferroviárias de alta velocidade, tanto as já concluídas quanto as que deverão ser executadas nos próximos anos, até 2035. Faz referência à malha ferroviária 4x4 e 8x8, sendo a segunda uma decisão de ampliação da primeira. Ambas compostas por linhas verticais e horizontais.

população e das atividades econômicas e produtivas nas áreas urbanas e regiões metropolitanas.

> Durante a rápida urbanização da China, a construção de novos distritos urbanos se tornou uma prioridade e uma medida eficaz para aliviar a pressão sobre a população e a indústria na área central e otimizar o espaço regional das metrópoles. No início do século XXI, quando o planejamento e a construção de novos distritos urbanos estavam em andamento em muitas grandes cidades da China, a formação de um padrão mais racional de divisão industrial entre novos e antigos distritos urbanos ajudou a melhorar o espaço industrial[11]. (Tianjiao, Guoping e Yuan, 2016, p. 64).

A título de exemplo, convém citar um caso particular e representativo do processo de racionalização do desenvolvimento urbano-regional chinês, baseado nos conceitos de desenvolvimento regional coordenado e de nova urbanização. Trata-se da Nova Área de Xiong'an, localizada na província de Hebei, e que faz parte da região de Pequim-Tianjin-Hebei, uma das três principais do país – junto da região do Delta do Rio das Pérolas e do Delta do Rio Yangtsé, este nucleado por Xangai –, também conhecida como região de *Jing-Jin-Ji* (figura 3).

Figura 3 – Três principais regiões da China



Fonte: Li (2019).

[11] *"During China's rapid urbanization, construction of new urban districts has become a priority and an effective measure to ease the pressure on population and industry in the downtown area and optimize the regional space of metropolises. At the beginning of the 21st century, when planning and construction of new urban districts was under way in many big cities in China, the formation of a more rational pattern of industrial division between new and old urban districts helped improve the industrial space."*

Assim como o projeto do TAV, o projeto urbano da Nova Área de Xiong'an só tem sido possível de ser concretizado graças a uma decisão de caráter político, tomada em 2017, pelo Comitê Central do PCCh e pelo Conselho de Estado, que deu início à elaboração de uma série de planos, subplanos e projetos nos anos seguintes, visando promover a urbanização daquele território (Zhen, Xiaoguang e Hua, 2019; Yangqiu, Ning e Xueting, 2021).

Enquanto o Plano de Diretriz da Nova Área de Xiong'an estabelece a estratégia, a função, os objetivos e o planejamento dessa nova centralidade urbana, estipulando metas para os anos de 2035 e 2050 – considerados pelo PCCh como marcos no processo de modernização de caráter socialista chinês (HU *et al*., 2021) –, o Plano Diretor, mais detalhado, se desdobra em planos especiais, abrindo caminho para a execução e construção do projeto urbano de Xion'an a partir da elaboração de um Sistema de Planejamento Urbano (Yangqiu, Ning e Xueting, 2021).

Basicamente, esse sistema se ramifica em quatro planos setoriais gerais que visam dar forma ao conceito de urbanização de novo tipo, concentrando-se na construção de uma cidade baseada na inovação *(Innovation City)*; na incorporação de novas tecnologias, como Big Data, Internet das Coisas, 5G *(Inteligent City)*; numa economia de baixo carbono e de desenvolvimento ecológico *(Green City)*; e centrada na qualidade de vida de seus habitantes, dando ênfase ao acesso a serviços públicos *(Livable City)*. A partir daí o Sistema de Planejamento Urbano desdobra-se em 26 planos especializados, sendo que um deles passa pelo projeto de integração dos transportes, que tem na rede ferroviária de alta velocidade um componente estratégico de conexão com o restante da região de Jing-Jin-Ji e de integração com outros modais de transporte (Yangqiu, Ning e Xueting, 2021).

Trata-se, portanto, de um projeto que busca conciliar as tarefas de desenvolvimento das forças produtivas, visando a inovação tecnológica como caminho para elevação da produtividade – *"a demonstration zone of innovation-driven development"* (Wen e Li, 2022) – e as tarefas de socialização da riqueza, a partir da elevação qualitativa do ambiente urbano, tornando-se referência nacional de um processo de urbanização de novo tipo, baseado na qualidade e na universalização do acesso a bens,

serviços e equipamentos públicos e urbanos – por exemplo, equipamentos de educação, saúde, transportes, de gestão da cidade, preservação ambiental etc.

REGULARIDADES E TENDÊNCIAS DO PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL CHINÊS COMO REFERÊNCIA PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Como ficou demonstrado, a experiência chinesa de planejamento urbano e regional está intimamente vinculada à dimensão política representada pelo objetivo estratégico de promover o desenvolvimento simultâneo da economia e da sociedade. O planejamento do desenvolvimento urbano-regional chinês apresenta-se como um dos eixos do desenvolvimento das forças produtivas e do processo de socialização da riqueza.

Para isso, cumpre papel fundamental a elaboração de *conceitos, planos e projetos*, notadamente projetos urbanos e de transporte, que atuam no sentido de conformar um processo de urbanização regionalizado, pautado na *formação de agrupamentos urbanos/city-cluster como via de integração de espaços diferenciados* quanto ao nível de desenvolvimento.

Isso coloca em primeiro plano não apenas a dimensão nacional do desenvolvimento chinês, como também a necessidade de se compreender como este desenvolvimento se realiza em seu aspecto territorial mais imediato. Se a China tende a se afirmar como novo centro gravitacional de uma globalização com novas características (Jabbour, Dantas e Vadell, 2021) no século XXI, o desenvolvimento urbano-regional realizado em seu território torna-se um elemento-chave para compreensão de sua *dinâmica interna de possíveis repercussões externas*. De modo que, como parte de um processo geral de racionalização do desenvolvimento econômico-social, ocorre uma acentuação da sua dimensão urbano-regional, territorial propriamente dita, que merece ser mais bem compreendida em sua totalidade.

Para isso, convém apresentar de modo mais sistemático quais as principais características e regularidades do caso particular chinês, com potencial, inclusive, de suscitar novas questões e contribuir para novas perspectivas e alternativas de promoção do desenvolvimento econômico e social em países do Sul Global, e do Brasil em especial, a partir do reconhecimento da importância estratégica do planejamento do desenvolvimento em seu aspecto urbano-regional.

O primeiro a se destacar é a dimensão política e de poder. O papel de liderança desempenhado pelo PCCh é muito evidente no comando do processo de desenvolvimento econômico-social chinês. As grandes decisões, estratégicas para o país, e as instituições de Estado em seus mais variados níveis e áreas de atuação estão sob a responsabilidade do partido, que, ao conseguir convergir os esforços nacionais em torno de um *projeto nacional de desenvolvimento,* atua como uma espécie de "forma elevada de consciência" (Lefebvre, 2020, p. 233) e de ação da sociedade chinesa, utilizando-se, para isso, da ciência materialista histórica e dialética como teoria e método de governo (Jinping, 2015; Boer, 2022).

Entretanto, essa peculiaridade chinesa no que se refere à superestrutura político-institucional está sustentada sob uma base material bem definida. A existência dos GCEE, empresas públicas sob a supervisão da SASAC (Jabbour e Gabriele, 2021), posicionadas nos setores produtivos estratégicos, tanto nas atividades de *upstream* quanto nas de fronteira tecnológica (Lo e Wu, 2014), comportam-se como estrutura produtiva de caráter socialista, atuando segundo os imperativos de desenvolvimento econômico-social, mesmo em sua interação com os setores não-públicos da economia.

Aliado a isso, o domínio público e político do sistema financeiro chinês também cumpre papel determinante, especialmente a partir da atuação dos seus diversos bancos de desenvolvimento, tanto a nível nacional quanto provincial e municipal (Jabbour e Gabriele, 2021), garantindo recursos para a inovação tecnológica e elevação da produtividade. Portanto, um sistema financeiro também comprometido com os objetivos de desenvolvimento, com a produção real, e não com a especulação financeira como fim último. E não poderia deixar de ser mencionada a questão da propriedade fundiária, ao passo que na China as terras urbanas são de propriedade do Estado, e as localizadas nas áreas rurais são de propriedade coletiva e familiar[12]. O que também oferece maior autonomia e capacidade de intervenção por parte do PCCh nos rumos do desenvolvimento do país.

Por fim, baseada numa estrutura produtiva, tecnológica e financeira sob o domínio da propriedade pública, a liderança política de um bloco histórico de poder de caráter popular e socialista, e um consenso e coesão nacional em torno da compreensão

[12] A legislação fundiária chinesa distingue a propriedade da terra ao direito ao uso da terra, podendo este ser transferido mediante contratos de concessão (Tianjiao, Guoping e Yuan., 2016).

de que a solução para os problemas sociais passa, necessariamente, pela capacidade de promover o desenvolvimento econômico e material, conformam-se as condições objetivas e subjetivas que possibilitam a elaboração sucessiva e sistemática de teorias, conceitos, planos e projetos como caminho para a consecução de um processo progressivo de racionalização do desenvolvimento.

Como exposto, esse processo de desenvolvimento econômico-social adquire concretude à medida que se expressa territorialmente, a partir do processo de planejamento do desenvolvimento urbano-regional baseado em projetos. Ao mesmo tempo em que o planejamento urbano e regional é expressão da estrutura e superestrutura da formação econômico-social chinesa, esta se desenvolve em grande medida baseada na capacidade de planificação do seu desenvolvimento em seu aspecto territorial, notadamente a partir da execução de projetos de infraestrutura e equipamentos urbanos e de transporte.

Longe de sugerir a mera imitação e reprodução da experiência chinesa no Brasil e em outros países em desenvolvimento, a identificação dessas características e regularidades no país asiático pretendeu sobretudo suscitar novas questões, adaptadas às respectivas realidades nacionais, que em muito diferem da China – por exemplo, no que se refere ao regime de propriedade da terra, ao sistema político etc –, porém sob domínio dos movimentos e aspectos mais gerais que conformam o sucesso do desenvolvimento daquele país, com potencial de gerar novas repercussões e tendências em nível internacional.

A China saiu de uma condição de intensas dificuldades e desafios, altos níveis de pobreza e atraso econômico, para uma nova realidade onde desponta no cenário mundial não mais apenas como a "fábrica do mundo", mas como o território mais dinâmico, na fronteira das novas tecnologias e da capacidade político-institucional de elevar as condições de vida de seus cidadãos. É preciso que as demais nações em desenvolvimento, caso do Brasil, aprendam com quem tem algo a ensinar. Especialmente os cientistas sociais comprometidos com a transformação da realidade e com a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus respectivos países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentadas as principais características e regularidades do planejamento urbano e regional chinês, considerando este como parte do processo geral de desenvolvimento econômico-social, é possível afirmar que a China se coloca atualmente como vanguarda mundial quanto a este campo do conhecimento e de intervenção humana na realidade. De modo que, questionar-se sobre quais poderiam ser as principais contribuições e ensinamentos que essa experiência tem a oferecer a outros países em desenvolvimento se coloca como uma questão não apenas pertinente, mas absolutamente necessária para aqueles que pretendem fazer avançar o enfrentamento aos mais importantes desafios de caráter econômico-social e territorial em seus respectivos países.

A experiência chinesa nos sugere que, ao contrário de visões unilaterais e sobretudo ideológicas por parte de correntes de pensamento vinculadas à ortodoxia econômica, não são os mecanismos de mercado simplesmente que explicam o processo de desenvolvimento econômico e social deste país. O papel desempenhado pela política, pelas instituições públicas e de Estado, pelo planejamento e execução de projetos, conformando uma economia política de novo tipo correspondente a uma nova classe de formação econômico-social são os elementos de base capazes de explicar a essência deste fenômeno, e, inclusive, o papel do mercado na dinâmica econômica.

Desenvolvimento e Planejamento, ou melhor, o planejamento do desenvolvimento – econômico e social em seu aspecto territorial – se apresenta como a forma particular especial que expressa o conteúdo deste fenômeno. Ao passo que a afirmação da função estratégica de uma direção política correta conjuntamente com a conscientização por parte da sociedade de que o caminho para o desenvolvimento social deve, objetivamente, percorrer o caminho do desenvolvimento econômico, se torna uma das principais contribuições da experiência chinesa para os países em desenvolvimento.

O desenvolvimento chinês apresenta ao mundo a possibilidade concreta de que sob uma economia política comprometida com o imperativo do planejamento do desenvolvimento econômico-social pode-se elevar as condições de vida da população, neste caso de centenas de milhões de pessoas. Em termos mais precisos, a elaboração de políticas de caráter e repercussões territoriais, o planejamento urbano e regional em si a partir da execução de grandes e múltiplos projetos urbanos e de transporte apresenta-se

como um dos eixos principais do próprio processo de desenvolvimento econômico e social.

Ainda que estas condições, tanto no aspecto objetivo quanto subjetivo, estejam muito distantes em grande parte dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, ignorar a experiência chinesa e seus êxitos, ou interpretá-la de modo superficial, certamente não nos fará avançar. O desenvolvimento chinês, objetivamente, tende a se consolidar como centro de gravitação das relações econômicas internacionais durante este século, e à medida que esta tendência se afirme, o aspecto territorial, ou seja, urbano-regional, de sua dinâmica econômico-social deve conformar não apenas novas condições internas nacionais da China, mas, especialmente, repercussões e novas tendências a serem absorvidas por países como o Brasil, na busca por promover um processo de desenvolvimento atualizado às demandas do século XXI.

REFERÊNCIAS

BOA NOVA, V.; JABBOUR, E. M. K.; CAMBUHY, Melissa. A nova economia do projetamento como estágio superior de intervenção do Estado chinês no território. **Geosul**, Florianópolis, SC, v. 38, n. 87, p. 69-93, 2023.

BOA NOVA, V. **Socialismo chinês, do planejamento aos projetos urbanos e de transporte**: a planificação do desenvolvimento [urbano-regional] desigual como expressão [territorial] da Nova Economia do Projetamento. 2024. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

BOER, R. **Socialism with chinese characteristics**: a guide for foreigners. Singapor: Springer Verlag, 2022.

BOER, R. A New Socioeconomic Formation? Philosophical Reflections on China's "New Projectment Economy". **World Marxist Review**, v. 1, n. 1, p. 77-98, 2024.

BRIXSWEDEN. **China to Expand High-Speed Rail Network to 50,000 Kilometers by 2025**. Disponível em: https://www.brixsweden.org/china-to-expand-high-speed-rail-network-to-50000-kilometers-by-2025/. Acesso em: 7 fevereiro 2022.

DUNFORD, M.; BONSCHAB, T. Chinese Regional Development and Policy. **Regions Magazine**, v. 289, n. 1,10-13, 2013.

HEILMANN, S. **Red Swan:** How Unorthodox Policy-Making Facilitated China's Rise. 1. ed. Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong Press, 2018. 267p.

HU, A.; YAN, Y.; TANG, X.; LIU, S. **2050 China**: Becoming a Great Modern Socialist Country. 1. ed. Beijing: Springer Nature, 2021. 105p.

JABBOUR, E. M. K.; DANTAS, A.; ESPÍNDOLA, C. J. China and Market Socialism: A New Socioeconomic Formation. **International Critical Thought**, v. 11, n. 1, p. 20-36, 2021.

JABBOUR, E. M. K.; GABRIELE, A. **China, o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, E. M. K.; DANTAS, A.; VADELL, J. Da nova economia do projetamento à globalização instituída pela China. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, MG, v. 9, n. 3, p. 90-105, 2021.

JABBOUR, E. M. K.; BOA NOVA, V.; VADELL, J. The 'Chinese Path': uneven development, projectment, and socialism. **Caderno Metrópoles**, São Paulo, SP, v. 26, n. 59, p. 377-399, 2024.

JINPING, X. **O Materialismo Dialético é a Visão de Mundo e a Metodologia dos Comunistas Chineses**. 2015. Disponível em: https://traduagindo.com/2020/12/24/xi-jinping-o-materialismo-dialetico/. Acesso em: 21 de jun. 2024.

LAWRENCE, M.; BULLOCK, R.; LIU, Z. **China's high-speed rail development**. 1. ed. Washington: World Bank Publications, 2019.

LEFEBVRE, H. **O pensamento de Lênin**. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.

LENIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LI, L. **Structure and influencing factors of CO 2 emissions from transport sector in three major metropolitan regions of China**: Estimation and decomposition. Transportation, v. 46, p. 1245-1269, 2019.

LO, D.; WU, M. The State and industrial policy in Chinese economic development. In SALAZAR-XIRINACHS, J.M.; NUBLER, I.; ZOZUL-WRIGHT, R. (ed). **Transforming Economies**, Geneva: International Labour Office, 2014.

MEI, L.; ZHANG, N. Transformer in navigation: Diverse government roles for open innovation in China's high-speed rail. **Long Range Planning**, p. 102069, 2020.

PEQUIM. **Transcript: Press Conference on New Urbanization Plan**. 2014. Disponível em: http://china.org.cn/china/2014-03/19/content_31836248.htm. Acesso em: 21 jun. 2024.

SHEN, H.; TENG, F.; SONG, J. Evaluation of spatial balance of China"s regional development. **Sustainability**, v. 10, n. 9, p. 3314, 2018.

TANG, S.; SAVY, M.; DOULET, J. High speed rail in China and its potencial impacts on urban and regional development. **Local Economy**, v. 26, n. 5, p. 409-422, 2011.

TSÉ-TUNG, M. **Sobre a prática e sobre a contradição**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

TIANJIAO, C.; GUOPING, W.; YUAN, Z. **New analysis of urbanization in China**. Understanding modern China series. 1 ed. Pequim: People's Publishing House, 2016.

WEN, H.; LI, Z. **Xiong'an New Area a mirror of future China**. 2022. Disponível em: http://en.people.cn/n3/2022/0402/c90000-10079267.html. Acesso em: 19 de dez. 2023.

WU, F. **Planning for growth**: urban and regional planning in China. New York: Routledge, 2015.

YAFEI, W.; RUI, G.; JIE, F. **Análise da evolução da estrutura espacial do país e a ideia de otimizar o padrão das principais áreas funcionais**. 2020. Disponível em: http://cn.chinagate.cn/news/2020-07/27/content_76317347.htm. Acesso em: 13 de jan. 2023.

YANG, K. New Urbanization and Coordinated Regional Development. **Chinese Journal of Urban and Environmental Studies**, v. 7, n. 04, p. 1975009, 2019.

YANGQIU, C.; NING, L.; XUETING, Z. China‟s City of the Future: Xiong‟an New Area. **Hitachi Review**, v. 70, n. 1, p. 36-44, 2021.

YE, Q.; QIJIAO, S.; XIAOFANG, Z.; SHIYONG, Q.; LINDSAY, T. **China's New Urbanisation Opportunity**: a Vision for the 14th Five-Year Plan. London: Coalition for Urban Transitions, 2020.

YU, J. e CHEN, L. Roles of Government Coordinated Regional Development in China. **International Journal of Business and Social Science**, v. 5, n. 6, 2014.

ZHEN, D.; XIAOGUANG, M.; HUA, C. **Interpretation of "Master Plan of Xiongan New Area in Hebei (2018-2035)"**: The blueprint has been drawn and the future is to be. 2019. Disponível em: http://www.xiongan.gov.cn/2019-01/13/c_1210036983.htm. Acesso em 27 jun. 2024.

Recebido em julho de 2024.

Revisão realizada em outubro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA CHINA NO PERÍODO DE REFORMA E ABERTURA

REGIONAL DEVELOPMENT IN CHINA IN THE REFORM AND OPENING PERIOD

DESARROLLO REGIONAL EN CHINA EN EL PERIODO DE REFORMA Y APERTURA

Kayuã Girardi
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
girardikayua@gmail.com

Destaques

- Na China, o Estado pôs-se à frente do processo de industrialização e implementação de serviços e urbanização.
- As mudanças estruturais da economia chinesa incentivam o consumo de bens e serviços que interferem e impulsionam diretamente no crescimento.
- A migração é um vetor que ganhou relevância no processo de industrialização – milhares de famílias que viviam da agricultura foram para os grandes centros urbanos que surgiram com velocidade exponencial.
- O Estado central tem um papel determinante através de ferramentas fiscais para intervenção no processo de urbanização e na ampliação de grandes centros urbanos.
- O planejamento urbano-regional é perceptível com as políticas de controle das grandes cidades para a promoção de cidades de porte médio.

RESUMO

O artigo tem como objetivo geral desvendar o desenvolvimento regional chinês no período de reforma e abertura, tendo o governo central um papel crucial na condução das políticas de desenvolvimento regional. Para o alcance do objetivo geral procurou-se realizar um levantamento de dados secundários, provenientes de fontes bibliográficas, artigos técnico-científicos e censos econômicos, tomando como recorte histórico geográfico a China do final do século XX e início do século XXI. A abertura econômica

que ocorreu na década de setenta promoveu diferentes processos de desenvolvimento regional. Neste contexto, o país passou por diferentes processos de desenvolvimento desigual ao desenvolvimento regional coordenado. Houve esforços para a redução de disparidades regionais, integração regional e promoção do crescimento equilibrado, principalmente no desenvolvimento do grande oeste. Na virada do século XX para o XXI se alcançou um equilíbrio maior através de políticas para o ordenamento do território e do planejamento urbano-regional, se somando à regulamentação do mercado de trabalho. Houve um aumento dos salários da classe trabalhadora junto de um impacto significativo na redução das desigualdades regionais em todo país.

Palavras-chave: China; Desenvolvimento Regional; Ordenamento do Território; Planejamento Urbano-Regional; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The general objective of this article is to unravel Chinese regional development in period of reform and opening, with the central government playing a crucial role in conducting regional development policies. To achieve the general objective, we sought to survey secondary data from bibliographic sources, technical-scientific articles and economic censuses, taking the late of 20th-century and the early of 21st-century China as a geographic historical clipping. The economic opening that took place in the 1970s promoted different regional development processes. In this context, the country underwent different processes, from unequal development to coordinated regional development. There were efforts to reduce regional disparities, foster regional integration, and promote balanced growth, particularly in the development of the Great West. At the turn of the 21st century, a greater balance was achieved through policies for spatial planning and urban-regional planning, added to the regulation of the labor market. There was an increase in working-class wages with a significant impact on reducing regional inequalities across the country.

Keywords: China; Regional Development; Spatial Planning; Urban-Regional Planning; Public policy.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo general, desvendar el desarrollo regional Chino en el período de la reforma y apertura, teniendo el gobierno central un papel crucial en la conducción de las políticas de desarrollo regional. Para alcanzar el objetivo general, se buscó realizar un levantamiento de datos secundários, provenientes de fuentes bibliográficas, artículos científicos y censos económicos, tomando como recorte histórico geográfico a China a finales del siglo XX y início del siglo XXI. La apertura económica que ocurrió en la década de los años 70 promovió diferentes procesos de desarrollo regional. En este contexto, el país pasó por diferentes procesos de desarrollo desigual al desarrollo regional coordinando. Hubo esfuerzos para la reducción de las disparidades regionales, integraciones regionales y promoción del crecimiento equilibrado, principalmente en el desarrollo del grande oeste. En el transcurso del siglo XX al XXI se alcanzó un equilibrio más importante através de políticas para el ordenamiento del territorio y de la planeación urbana-regional, sumando la reglamentación del mercado de

trabajo. Hubo un aumento de los sueldos de la clase trabajadora junto a un impacto considerable en la reducción de las desigualdades regionales en todo el país.

Palabras-clave: China; Desarrollo Regional; Ordenamiento del Territorio; Planeación Urbano-Regional; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Uma civilização milenar, a República Popular da China (RPC), criada formalmente em 1949, constituiu-se ao longo de um processo cujo pilar principal foi a vitória da revolução. Gerando um processo de desenvolvimento econômico que pode ser considerado um dos maiores fenômenos a serem investigados pelas ciências humanas e sociais na atualidade, a China se consolidou como o segundo maior Produto Interno Bruto - PIB, atrás apenas dos Estados Unidos, sendo a maior reserva monetária internacional do mundo. Com um papel fundamental nos processos decisórios mundiais como defesa, globalização e meio ambiente.

Nas últimas décadas, o país vem apresentando números surpreendentes, como a retirada de 800 milhões de chineses da pobreza, representando mais de 70% da quantia global no período. A expectativa de vida passou de 35 anos para 77 anos entre 1949 e 2018, são criados mais de 10 milhões de novos empregos urbanos por ano, sendo que entre 2005 e 2017 o dragão asiático teve o crescimento salarial mais rápido entre todos os países (Cambuhy e Siqueira Neto, 2020).

O objetivo declarado pelas principais forças políticas chinesas era a transformação socialista, primeiro passo para a construção de uma sociedade sem classes, objetivo ainda presente no Programa das Quatro Modernizações, liderado por Deng Xiaoping após 1978 (Reis, 1985). Pesquisadores têm procurado compreender de que forma o Partido Comunista da China (PCCh) vem coordenando o processo de constituição do Estado chinês contemporâneo. Além da intervenção do Estado no desenvolvimento econômico da nova formação social chinesa, tem despertado a atenção a ascensão hegemônica do país na economia mundial do século XXI (Brandão, 2017).

Na economia ampliou-se o uso de tecnologias avançadas nos produtos fabricados, servindo como ferramenta para manter seu nível de crescimento elevado. Mas, esse crescimento também trouxe desafios e grandes responsabilidades: combater a desigualdade socioeconômica regional e tornar sua economia mais sustentável. Mesmo que não sejam todas empresas estatais, a economia chinesa se expande e de forma

majoritária todas atendem aos interesses estratégicos dos planos esboçados pelo governo central. Seus projetos estão interligados e/ou aliados a empresas estatais que coordenam o plano, com isso o governo mantém o controle estratégico da sua economia (Ding, 2011).

Desde a abertura econômica chinesa em 1978, o país que então não dispunha de muito mais que uma economia agrária, se tornou uma das maiores e complexas economias do planeta. O Estado pôs-se à frente do processo de industrialização, implementação de serviços e urbanização. De forma gradual e experimental, conduziu as reformas de suas estruturas e promoveu uma adaptação e, quando necessária, a criação de novas instituições. Por isso, em face de sua inserção no capitalismo global, a questão principal passa por compreender como a China se organiza territorialmente no século XXI. Como, afinal, a organização territorial da China se manifesta em termos regionais?

Para compreender essas e outras mudanças tão surpreendentes e ainda tão pouco conhecidas, procurar-se-á analisar o desenvolvimento regional na China do século XXI. Três objetivos específicos devem subsidiar o propósito mais geral: examinar, em grandes rasgos, o desenvolvimento regional na China; apreciar, tão objetivamente, o ordenamento do território chinês; e avaliar, com o alcance realizável, o Planejamento Urbano-Regional do país. O artigo é o resultado de uma pesquisa interdisciplinar na área das Ciências Sociais e no campo do Desenvolvimento Regional.

Por isso justifica-se o tema proposto, visto que esse desenvolvimento surpreendente se apresenta como um ponto de interrogação nos paradigmas econômicos vigentes. As mudanças estruturais da economia chinesa incentivam o consumo de bens e serviços que interferem e impulsionam diretamente o crescimento. A migração é um vetor que ganhou relevância no processo de industrialização – milhares de famílias que viviam da agricultura foram para os grandes centros urbanos que surgiram com velocidade exponencial.

É fundamental compreender os processos de desenvolvimento de um país que em pouco mais de cinquenta anos se tornou uma potência dentro do sistema mundial capitalista. Mesmo com uma pandemia mantiveram-se os planos estratégicos (local e global) do Estado central chinês, com a segunda maior população e o terceiro maior território do mundo. Conseguiu-se de forma eficaz ter o controle e organização como sociedade, para que toda população tivesse acesso ao necessário para enfrentar as

adversidades causadas pelo vírus (Jabbour e Rodrigues, 2021). A abordagem teórico-metodológica concentrou-se em um levantamento de dados secundários, provenientes de fontes bibliográficas, artigos técnico-científicos e censos econômicos. Os dados coletados buscaram responder aos objetivos acima referidos, tomando como recorte histórico geográfico a China do final do século XX e início do século XXI.

Além desta introdução e considerações finais, o artigo está composto por duas seções: a primeira seção busca trazer o modelo de desenvolvimento regional praticado no país, analisando os estágios que foram percorridos para chegar até os dias atuais; E como as políticas de desenvolvimento regional foram implementadas durante o processo pós-revolução de 1949 e pós-reformas de 1978. A segunda seção procura compreender a manifestação do ordenamento do território e o planejamento urbano-regional na China dentro do panorama geral das políticas de desenvolvimento regional aplicadas pelo governo central nos períodos citados. Abordando a capacidade do Estado chinês na intervenção do território através de suas ferramentas econômicas aplicadas de forma empírica. As considerações finais buscam sintetizar e trazer um panorama geral das políticas de desenvolvimento regional chinês, suas formas de ordenamento do seu território e planejamento urbano-regional.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL CHINÊS: HISTÓRIA, CARACTERÍSTICAS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

O processo de desenvolvimento econômico chinês é um fenômeno que tem chamado atenção. O crescimento médio do PIB da China nos últimos 35 anos foi de quase 10%, a renda média passou de US $250 para US $9.040 em um pouco mais de trinta anos (Jabbour e Paula, 2018). Esse resultado parece dever-se em grande parte à tendência de estatização da estrutura de propriedade em toda China, utilizando para isso de Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE), empresas de capital misto, propriedades divididas em ações, tendência que tem se intensificado desde 1990, com um crescente controle governamental sobre o movimento contínuo da renda nacional. Se a participação governamental em 1996 era de apenas 13,5%, ela alcançou 37,3% em 2015, contando com uma forte presença do Estado nos investimentos (Jabbour, 2019).

O modelo de desenvolvimento chinês vem se distanciando de um modelo chamado de capitalismo de Estado, e muito menos se aproxima de um capitalismo liberal. Para Jabbour (2019), se está diante um "socialismo de mercado" (Zemin, 1997), uma nova formação social-econômica, não sendo mais algo abstrato. Classifica-se essa nova formação com as fronteiras de um modo de produção complexo. Outro dever é estudar a natureza de compatibilidade do socialismo de mercado[1] e seus derivados, como também sua lógica que governa o desenvolvimento (Jabbour, 2019). É certo que o capitalismo privado existe na China, sendo legitimado e altamente regulado por leis. A expansão dessas atividades ocorreu no momento em que passaram a existir transferências de ativos estatais para o capital privado, entre os anos de 1994 e 2000, principalmente de empresas de médio porte e pequenas estatais (Jabbour e Paula, 2018).

O capitalismo privado é um setor conduzido, desde sua criação e formação, a partir da estrutura do PCCh. Já o capitalismo de Estado é uma estrutura a qual o capital privado está condicionado pelas políticas de Estado, beneficiando-se do efeito de encadeamento, planejado por corporações estatais, como o acesso ao sistema financeiro. A condição de formação social do socialismo caracteriza a natureza do Estado nacional chinês. O PCCh é a força política que controla o Estado, e supervisiona os fatores estratégicos da economia chinesa (Jabbour, 2019).

As reformas implementadas a partir da década de 1970 fluíram de uma forma gradual, institucional e incrementalista. A interação entre fatores positivos da política e economia, que o Estado não previu, acabou sendo mais importante do que o planejamento das reformas. Portanto, pode-se admitir que o desenvolvimento econômico, planejado pelo Estado resulta em agregação de agentes no entorno dos objetivos estratégicos, que por sua vez, produziram inovações institucionais, mesmo considerando a história e as peculiaridades da China (Leite, 2011).

As prioridades que o PCCh elegeu para o desenvolvimento chinês depois de 1949 incluíram elevados investimentos na indústria pesada, tendo como base a experiência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Cada província

[1] É definido como uma nova formação econômico-social caracterizando-se por contrariedades: a inserção do país no sistema capitalista internacional, liberação das forças de mercado na economia nacional, mas com a manutenção do planejamento através do poder político de caráter socializante através do Estado. (Boa Nova, Jabbour e Cambuhy, 2023).

deveria ser autossuficiente na gestão econômica, tanto na produção de alimentos, quanto na organização da indústria. Houve, por isso, um forte investimento governamental nas províncias do interior entre 1950 e 1960, que eram, contudo, insuficientes para diminuir a histórica desigualdade em relação às regiões costeiras altamente desenvolvidas. No fim da década de 1970, com a abertura econômica, se aproveitou das vantagens comparativas estabelecidas através da política nacional de desenvolvimento (Monteiro Neto, 2005).

O processo de desenvolvimento regional na China pode ser dividido em duas fases: na primeira fase (1949-1978), houve uma reforma agrária radical eliminando os grandes proprietários e a agricultura familiar, reorganizando-os em comunas agrícolas. Seguindo o modelo soviético a economia foi centralizada, com empresas estatizadas e planos quinquenais. O governo estimulou a concentração de rendas, a descentralização do setor industrial, o crescimento das regiões centrais e restringiu a expansão das regiões costeiras (Ouriques e Andrade, 2010; Ruiz, 2006).

Registrou-se uma queda nas desigualdades espaciais chinesas, mas houve uma polarização no campo-cidade. Ademais as diferenças regionais e provinciais, embora menores, geraram tensões políticas internamente. De forma geral, o desenvolvimento econômico chinês nos anos pós-guerra, de 1949 a 1978, refletiu as prioridades das opções políticas de Mao Tse-Tung (1893-1976). Em 1978, inicia-se a segunda fase, que se prolongou até meados de 2012[2], uma abertura econômica planificada, um modelo econômico que assimilava a ascensão das forças políticas lideradas por Deng Xiaoping (1904-1997) (Ruiz, 2006).

O governo central buscava administrar e garantir um desenvolvimento com equilíbrio através de fortes investimentos com base nos recursos nacionais em infraestrutura e plantas industriais no interior do país. Mas nessa nova etapa houve um redesenho da política de desenvolvimento regional chinês. A política adotada por Deng Xiaoping acabaria deslocando a atenção mais para a região costeira por motivos nacionais da inserção do país nas correntes comerciais e investimentos externos (Monteiro Neto, 2005).

[2] Existe uma terceira fase ou uma "nova era" do desenvolvimento regional chinês desde a chegada de Xi Jinping na governança do PCCh, com novas características de desenvolvimento voltados para uma "civilização ecológica" e de uma "sociedade harmoniosa".

Os desafios internacionais e razões de soberania política do Estado chinês fundamentam as estratégias econômicas, quanto às políticas executadas pelo "portas abertas" e a criação das Zonas Econômicas Especiais - ZEE na costa chinesa, comprometidas como uma estratégia visando absorver os capitais de Hong Kong e Formosa (Taiwan). No início da década de 1980 esses objetivos estratégicos observavam a aceleração do crescimento econômico, principalmente a expansão e a diversificação da indústria. As principais questões que buscavam refletir eram como acelerar e ampliar a acumulação de capital e investimentos na produção de bens de capital indispensáveis para a modernização industrial. Com isso, seria possível expandir a produção agrícola e a produção de bens de consumo que evitaria as consequências trágicas do "grande salto à frente" (Medeiros, 1999).

Os governantes chineses se perguntavam como poderiam aumentar a produtividade agrícola e, de forma simultânea, ter o controle de pressões demográficas nas grandes cidades, como financiar a importação de fábricas, equipamentos e máquinas sem que houvesse um endividamento excessivo. De um lado, interessava manter a centralização das decisões de investimentos estratégicos, do outro, pretendia-se instigar a descentralização de decisões administrativas e fomentar iniciativas locais. Essas dúvidas surgiram sistematicamente nos documentos oficiais do governo central no final da década de 1970. Essas questões foram aplicadas e combinadas na estratégia de desenvolvimento adotada, que fundamenta-se na própria história do país, assim como também diversas experiências internacionais (Medeiros, 1999).

As fontes de acumulação através de empresas estatais subordinadas ao planejamento e no crédito irrestrito, juntamente com o investimento autônomo garantidor pelo plano são a base para a acumulação de capital em economias socialistas, cuja dinâmica é distinta do que constatado nas economias capitalistas. Quanto maior a expansão do setor de bens de produção, maior a demanda sobre bens de consumo, no caso chinês, sobretudo, a produção de alimentos e matérias primas (Medeiros, 1999).

A elevação da renda da população rural abriu condições para uma forte expansão do consumo de bens industriais. Políticas de reformas e abertura internalizaram mecanismos econômicos de mercado. A estrutura produtiva nacional integrou-se a circuitos internacionalizados de produção, atraindo investimentos estrangeiros, e

inaugurando novos esquemas na divisão de trabalho que daria outros contornos para o desenvolvimento regional chinês (Boa Nova, Jabbour e Cambuhy, 2023).

Quanto à delicada gestão das relações entre mercado e plano, a estratégia chinesa de desenvolvimento conseguiu receber uma combinação original de diferentes níveis de estrutura e processos decisórios da economia (Quadro 1) (Medeiros, 1999):

Quadro 1: Processos decisórios da economia chinesa.

Estado	**Mercado**
Aumentou o planejamento da economia via empresas estatais, inclinadas a uma maior integração do mercado interno e a uma maior divisão nacional do trabalho.	Ratificou a autonomia das Empresas de Cantão e Povoado, além dos camponeses na produção e comercialização a preços de mercado.
Privilegiou-se o controle cambial e o monopólio estatal sobre importações.	Propiciou a liberdade de investimentos e de comércio das ZEEs.
Priorizou a administração dos preços de insumos básicos e alimentos.	Aumentou de forma progressiva o número de itens sem controle de preços.

Fonte: Elaboração do autor (Medeiros, 1999).

A partir da grande reforma a estratégia chinesa de desenvolvimento entrou em uma fase de flexibilização, resultando na redução do escopo do planejamento inicial. Isso seria materializado através da integração de empresas estatais a mercados regionais. Sem dúvida essa "combinação entre mercados concentrados e planejamento descentralizado é um dos fatos mais originais da via chinesa de industrialização" (Medeiros, 1999, p. 514).

Essa combinação foi impulsionada pelo atraso da economia chinesa e pela descentralização da economia que teve origem em Mao Zedong. O objetivo era reproduzir, em cada comuna, autonomia econômica (agrícola e industrial). Assim a economia chinesa poderia partir de uma ordenação sistemática descentralizada, com subsistemas econômicos bem articulados, visando reduzir o custo de transporte interno, favoreceu uma mobilidade regional entre diferentes regiões do país. A combinação entre mercado e planejamento descentralizado dinamizou a economia chinesa, com a

articulação entre economias de diferentes regiões. Os mercados locais expandidos pelas Township and Village Enterprises (TVEs) e o mercado externo, organizados pelas ZEEs, se desenvolveram em condições de crescimento dos mercados regionais (Medeiros, 1999).

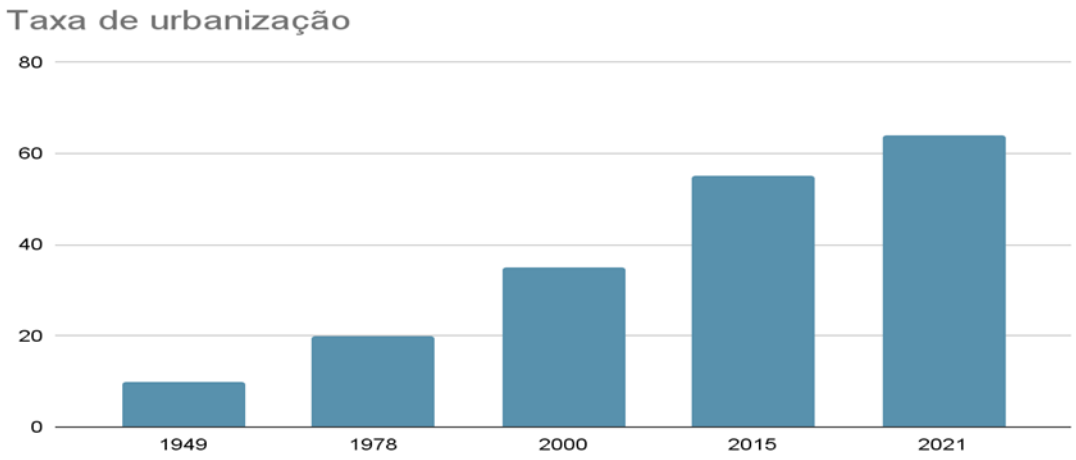
As TVEs, consideradas uma classe de empresas de propriedade de governos e comitês centrais, surgiram em aglomerações populacionais menores que um centro urbano, mas maiores que uma vila. As TVEs chegaram a absorver 18% da força de trabalho e 40% da produção industrial, alinhadas com as reformas referidas à economia socialista de mercado, e contribuíram decisivamente para a modernização da economia chinesa e sua integração ao mercado mundial (Masiero, 2006).

Na segunda metade de 1990, foram executados dois movimentos iminentes de intervenção estatal sobre a economia do país, o primeiro foi com o lançamento do Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste - PDGO em 1999, se convertendo na maior transferência territorial de renda no mundo moderno. Esse programa de desenvolvimento foi o primeiro passo considerável para a unificação do território econômico da China, tratando também de uma resposta aos resultados da crise financeira que ocorreu na Ásia de 1997/1998 sobre a economiacisivamente para a modernização da economia chinesa e sua integração ao mercado mundial (Masiero, 2006). Ferramentas para a socialização do investimento foram utilizadas de forma ampla para combater as pressões deflacionárias verificadas na época. Esse plano foi um modelo geral para o que iria acontecer de forma astuciosa na reação à crise de 2008, que foi o segundo movimento de intervenção estatal na economia chinesa. No dia 5 de novembro o Conselho de Estado da China cientificou ao mundo um grande estímulo à economia no valor de US $600 bilhões, que correspondia a 12,6% do PIB da época (Jabbour e Paula, 2018). Embora a China seja destacada por alguns autores como um exemplo de economia com crescimento puxado fundamentalmente por exportações, no final do século XX e com uma ênfase maior no início do século XXI, o dinamismo da economia chinesa foi associado ao aumento forte do crescimento de investimentos (Hiratuka, 2018).

A demanda externa e a inserção exportadora foram fundamentais para a incorporação da China à cadeia produtiva intensiva de mão de obra, das indústrias de vestuário e diversas etapas do setor eletrônico. O dinamismo recente dessa economia

esteve ligado principalmente ao processo de urbanização e os conglomerados de transfigurações associadas às metamorfoses da sociedade que em 1978 tinha menos de 20% da sua população urbanizada, chegando a aproximadamente 55% em 2015. Entre 2000 e 2015 o aumento foi de mais de 300 milhões de habitantes de áreas urbanas, já em 2021 chegou a 64% (Gráfico 1). Esse crescimento demográfico urbano foi acompanhado de investimentos mastodônticos em infraestrutura para expandir a urbanização e a interligação entre as grandes metrópoles, significando enormes volumes de investimentos em saneamento, telecomunicações, energia, construção civil e transporte (Hiratuka, 2018).

Gráfico 1: Taxa de urbanização chinesa.



Fonte: Elaboração do autor (China Statistical Yearbook, 2022).

Essa intervenção estatal de massa alguns anos depois resultou em milhares de quilômetros em trilhos para trens de alta velocidade, metrôs e, também, estradas, aumentando a integração nacional das diferentes regiões. A relação entre investimento e PIB chegou a incrível marca de 47,6% em 2011. Isso resultou em um aumento da capacidade produtiva para responder aos desafios de desenvolvimento internos. Também ajudou o país na configuração de uma Nova Rota da Seda (terrestre e marítima), demonstrando que o desenvolvimento chinês também influencia diretamente o desenvolvimento externo. Estamos assistindo a um verdadeiro relançamento de grandes

proporções das ações do Estado sobre o conjunto da economia, com um agrupamento empresarial estatal que são os agentes de execução direta, essa propagação financeira é abstrusa ao sistema nacional e estatal de financiamento (Jabbour e Paula, 2018).

Uma série de políticas públicas na primeira década do século XXI foram executadas com o objetivo de diminuir a tensão distributiva. A preocupação do governo central com o aumento da desigualdade social na gestão de Hu Jintao e Wen Jiabao (2002-2012) fez com que o governo central focasse em uma sociedade mais harmoniosa e a construção de um interior socialista. Durante essas gestões foram aplicados ou aperfeiçoados: a) Programas de desenvolvimento da região Oeste, Nordeste e Centro; b) Intervenção no mercado de trabalho para o aumento consistente de salários; c) Políticas sociais para classes mais baixas; d) Programa de renda mínima; e) Sistema universal de serviços públicos e seguridade social (Nogueira, 2011).

Essas prioridades objetivistas vistas a partir do XII Plano Quinquenal (2011-2015) constituem sublimemente o aumento do consumo no PIB chinês, dessa forma, reduzindo-se a porcentagem de investimentos e exportações. Com isso se assegura uma transição de modelo de crescimento chinês, a partir do cenário da constrição da demanda internacional que se iniciou na crise do capitalismo global em 2008 (Nogueira, 2011).

Desde a revolução de 1949, já existia uma estratificação da renda chinesa, uma grande distância separava os habitantes de áreas urbanas e rurais, sendo que o sistema hukou contribuiu para impedir o surgimento de periferias nas cidades chinesas. Isso acabou solidificando o surgimento de dois universos de renda e serviços públicos, principalmente da década de 1980 a 2000. A política de preços agrícolas (1994-1997) reverteu essa distância, mas não se manteve, se tornando estável por quatro anos (2006-2009) e entrando em uma queda propensa (Nogueira, 2011). Em 2021, a renda per capita média urbana era de 47,4 mil yuans, já a renda per capita média rural era de 18,9 mil yuans, formando uma disparidade (China Statistical Yearbook, 2022).

Existe uma coordenação obrigatória do governo para empresas estatais de transportes de longa distância (por exemplo) para garantir o desenvolvimento de infraestrutura de setores em regiões determinadas. Desde as políticas de abertura, surgiu um desenvolvimento regional coordenado que de forma gradual evoluiu, se consolidando em 2006. O objetivo foi promover uma integração de espaços diferenciados, devendo se

manifestar através de investimentos em infraestrutura em áreas atrasadas, diversificando a indústria e a economia em escala regional. Esse desenvolvimento regional coordenado produziu uma conectividade e cooperação regional de ordem político-institucional, administrativa, produtiva e infraestrutural, com esse conceito se apresentando no planejamento urbano-regional (Boa Nova, Jabbour e Cambuhy, 2023).

Por isso, na virada do século foram ocorrendo investimentos importantes nas políticas de desenvolvimento regional, estimulando o investimento no interior do país e reduzindo o benefício de regiões costeiras. A partir de 2004 a região Leste (costeira) passou a ter seus investimentos totais diminuídos, sendo que em 2013 teve uma queda de 13%, comparado com o ano de 1998. As regiões Centro e Oeste aumentaram sua participação em sete pontos percentuais (Nogueira, 2011).

ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Não é novidade que a política econômica de um país é um dos principais fatores que influenciam no ordenamento do território. A política de abertura econômica que ocorreu na década de setenta na China não é diferente disso. O resultado foi que a região costeira chinesa atraiu aproximadamente 87,8% do investimento estrangeiro externo, a região central ficou com apenas 8,9%, sendo que a região Ocidental ficou com o restante. Os laboratórios para essa política de abertura ficaram restritos para duas províncias, que eram Guangdong e Fujian. Na década de oitenta foi incorporado o restante das regiões, sendo inicialmente costeiras e posteriormente do interior do país (Démurger *et al.*, 2002).

A política de desenvolvimento regional na China foi impulsionada principalmente pelas ZEE. Elas foram criadas em estágios ao longo do tempo. Inicialmente, em 1980, as primeiras ZEE foram estabelecidas em regiões litorâneas próximas a Macau, Hong Kong e Taiwan. Em 1984, outras áreas litorâneas foram designadas como Cidades Costeiras Abertas. Em 1985 e 1988, foram criadas ZEE adicionais ao longo dos Rios das Pérolas e Yang-tsé-Kiang, bem como no Cinturão Costeiro Aberto. Em 1990, surgiu a Nova Área de Pudong, em Xangai, e em 1992 a política de abertura se expandiu para todo o país, resultando em dez novas ZEE ao longo

do Rio Yang-tsé-Kiang. Além disso, foram estabelecidas 13 Zonas de Cooperação Econômica Costeira, beneficiando as capitais de províncias do interior e regiões autônomas. Essas políticas promoveram o crescimento desigual regional, mas houve um refluxo para um novo equilíbrio (Démurger *et al*., 2002).

O IX Plano Quinquenal (1996-2000) abandonou a política de desenvolvimento desigual seguindo o caminho contrário, no X Plano Quinquenal (2001-2005) surgiu a Estratégia de Desenvolvimento do Grande Oeste (Démurger *et al*., 2002). Houve um grande esforço para a condução do investimento estatal e investimentos do capital privado para outras regiões periféricas, sendo províncias e regiões autônomas (Guangxi, Inner Mongólia, Ningxia, Tibete e Xinjiang) além de um município (Chongqing), demonstrando que o PCCh reconheceu essas medidas tomadas visando o crescimento espacial equilibrado. Com isso, passou a aplicar diretrizes nacionais de desenvolvimento para combater uma possível fragmentação da nação como unidade política, principalmente com base no desenvolvimento desigual que foi implementada inicialmente, isso criou impedimentos para diminuir a disparidade espacial, como, por exemplo, a restrição de possíveis movimentos migratórios de mão de obra (Monteiro Neto, 2005).

Existe uma variação nos direitos assegurados pelos residentes urbanos e rurais. A residência urbana permite acesso a empregos urbanos nos setores de serviços e industriais, como também os direitos básicos de habitação, escola e serviço de saúde. Já o camponês tem direito a terras para cultivo, habitação, empregos rurais e o acesso aos serviços de educação e saúde rurais. Existindo brechas para mudar a região do seu passaporte caso o cidadão consiga uma vaga na universidade ou/e através do mercado de trabalho urbano. A taxa de migração, mesmo com o direcionamento dessas políticas públicas citadas, aumentou vertiginosamente desde a abertura econômica, ao mesmo tempo em que a questão regional gerou tensões devido ao crescimento desigual que favorece zonas costeiras (Démurger *et al*., 2002).

A configuração geográfica chinesa tem como resultado disparidades regionais, que ao longo da história acabaram contribuindo para a fragmentação de poder político sobre o território total, resultando em uma vulnerabilidade às ameaças externas (Leão, 2009). Talvez possa se dividir o país nos seguintes núcleos: Pequim (Nordeste),

Shanghai (Sudeste), Tibet (Sudoeste) e Xinjiang (Noroeste) (Khanna, 2008). Por outro lado, existe um grande investimento estatal em infraestrutura para a construção de um mercado interno integrando todo o país (Démurger *et al*., 2002).

Após a crise asiática de 1997, o governo chinês percebeu a importância do mercado doméstico com a inconstância (crises cíclicas) da economia capitalista internacional. O PDGO foi um programa para integração e redução das desigualdades regionais, além da integração nacional através do forte investimento em províncias mais afastadas e pobres. O governo central também elevou Chongqing a município administrado pelo governo nacional, assim como Pequim, Tianjin e Shanghai. Teve como objetivo torná-la um centro de integração territorial, se aproveitando da geografia local, principalmente da questão hidrográfica para se conectar com a metrópole Shanghai. O desafio central chinês foi enfrentar a desnivelação social e regional decorrentes de uma formação complexa que se relaciona com a economia natural de subsistência (Mamigonian, 2008).

O planejamento urbano-regional do país reflete no tamanho das cidades chinesas e suas distribuições vêm se alterando desde 1949, sendo que a reforma de Deng Xiaoping em 1978 se tornou o divisor de águas. O papel do Estado foi decisivo, com o aumento da vitalidade econômica e a inserção de uma nova estratégia de desenvolvimento regional. Outra questão é a promoção do desenvolvimento das cidades observadas como atrasadas ou em enfraquecimento das transferências governamentais, através das políticas fiscais. Por conseguinte, metrópoles e cidades grandes não se expandiram de forma anormal no processo de globalização da urbanização chinesa. Os estudos das cidades são divididos em duas categorias: os que focam sobre o tamanho da cidade individualmente, e as que ganham destaque na distribuição de relacionamento das grandes cidades com as pequenas em determinada região (Lima, Silva e Cumaru, 2015).

Após a revolução industrial, as cidades do país asiático se desenvolveram rapidamente, devido à aglomeração dos fatores de produção. Subsequente a isso, as cidades médias entraram em um rápido processo de crescimento. As 100 maiores cidades chinesas listadas através do PIB per capita em 2011 estão dentro do que consideram como grandes cidades. As principais cidades estão distribuídas principalmente no entorno dos

principais rios e zonas costeiras do território chinês (Figura 1) (Lima, Silva e Cumaru, 2015).

Figura 1: Principais cidades nas zonas costeiras e rios.

ILUSTRAÇÃO 1



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Isso acaba esclarecendo os proveitos para a aglomeração espacial, principalmente nas questões de infraestrutura. Entretanto, o crescimento do PIB dessas grandes cidades está abaixo, comparado com a média nacional urbana, demonstrando que, posteriormente, as taxas de investimentos nas grandes cidades têm tendência de queda. As políticas de intervenção urbana chinesa se diferenciam do que é executado no Ocidente (Li e Liu, 2011). A urbanização chinesa, após a Segunda Guerra Mundial, de 1949 a 1979 e de 1978 a 2014, apresentou um crescimento estável. O segundo período deve ser dividido em duas fases: que iriam de 1978 a 1990 e deste ano a 2014. Na última fase o Estado teve um papel determinante (Lima, Silva e Cumaru, 2015).

O governo central (Pequim) utilizou ferramentas fiscais para intervir na urbanização, como também na ampliação e propensão dos grandes centros urbanos como um repertório de trabalho, que segundo os autores flexibilizou o sistema hukou. O desenvolvimento dos pequenos centros urbanos aconteceu vertiginosamente após 1990, o governo central introduziu políticas de controle das grandes cidades para promover cidades de porte médio , sendo aquelas com resultados vantajosos competitivos de forma acentuada (Lima, Silva e Cumaru, 2015).

Depois de 1978, houve reformas de terra e moradia que impactaram de forma significativa na distribuição de tamanho das cidades chinesas. Resultou em um impacto positivo para a receita do governo e financiamento dos grandes projetos de infraestrutura, como também suas ofertas de serviços públicos que influenciam nas cidades. A parte negativa, segundo pesquisadores, foi o desenvolvimento desarmonizado no tamanho diferente entre cidades, sendo que a reforma de moradia também foi fundamental para o desenvolvimento, principalmente para as ondas migratórias internas entre cidades. A experimentação chinesa de um grande processo acelerado de urbanização a partir de 1980 é diferente do dinamismo de crescimento estável das maiores cidades dos países, onde o crescimento urbano é a expansão das cidades que já existem, sendo a grande maioria, comparado com o nascimento de zonas urbanas novas (Lima, Silva e Cumaru, 2015).

O país asiático tem diferentes níveis para a administração das cidades no sistema urbano local, que seriam as municipalidades, províncias, distritos, prefeituras e condados. Assentamentos ou vilarejos com níveis de administração baixos não são tratados como cidades. O critério mais considerado para distinção de cidades, vilas e locais rurais é a escala da população urbana, particularmente, a existência de uma fronteira para que a aglomeração humana seja considerada uma cidade. Outros fatores importantes que são colocados na balança são as questões econômicas, como também a política de aglomeração. Mas, as definições de cidades são consistentes desde o estabelecimento da RPC (Lima, Silva e Cumaru, 2015).

Houve mudanças relevantes no ordenamento regional chinês, tendo um ajuste expressivo devido ao crescimento acelerado das províncias do interior. Em 2013 o PIB per capita na cidade de Tianjin (mais rica) superou em 4,3 vezes o PIB per capita da província de Guizhou (mais pobre). Em 2008, a diferença chegava a 6,8 vezes, uma

redução expressiva na distância entre províncias ricas e pobres em um curto espaço de tempo. Entre 2008 e 2013 as províncias do interior cresceram de forma mais vertiginosa, comparada com as províncias costeiras. O PIB per capita das regiões do Centro, Nordeste e Oeste cresceram 11,7% ao ano, enquanto a região Leste cresceu 8%. As execuções responsáveis por isso foram as grandes obras de infraestrutura de transporte e energia que além de ligarem regiões afastadas da costa, também trouxeram a ligação com países vizinhos, surgindo polos industriais (Nogueira, 2011).

A PDGO, com seu objetivo principal de redução da diferença de renda e do desenvolvimento econômico em relação à costa, tinha como eixos principais: a melhora da infraestrutura com o aumento da produtividade e comunicação com as demais regiões, criação de polos industriais e atração de desenvolvimento doméstico e internacionais para o desenvolvimento local. Em 2002 foi criado o programa Vá para o nordeste , que era um estímulo para a região Nordeste. Logo em seguida, em 2004, criou-se o projeto para desenvolvimento do Centro, com a Ascensão da China Central que obedecia os mesmos eixos citados anteriormente. No ano de 2008 a renda da região Oeste cresceu em ritmo superior à da região Leste, reduzindo de forma sutil a distância de uma região para a outra (Nogueira, 2011).

Na virada do século, houve a instalação de agências do Banco da China em todas as cidades do país, o Estado Nacional consolidou-se neste período financiando 50 mil obras de diferentes tamanhos. O governo central criou condições objetivas para enfrentar a queda de renda camponesa com o aumento de índices de urbanização nas províncias e regiões autônomas no interior do país. Junto com a eletrificação, geração de renda e produtos no interior, sendo um grande esforço para o desenvolvimento regional que está durando até os dias de hoje (Feng, 2009).

O sistema financeiro chinês foi construído para o enfrentamento de desafios dos processos de catching-up e os relacionados a um metamodelo de produção, garantida a capacidade estatal essencial como uma das possibilidades do socialismo do tempo presente (Feng, 2009). O catching-up chinês tem grandes planos, como o do Made in China 2025 e os que abrangem os desenvolvimentos relacionados às tecnologias de inteligência artificial e rede 5G. A absorção desses novos aportes tecnológicos possibilita o surgimento e instalação de novas e superiores formas de planificação econômica. Isso

distingue o socialismo de mercado chinês de outras formações econômico-sociais capitalistas e desenvolvimentistas . O salto de qualidade na ação do Estado em relação à economia dado em um pacote fiscal em 1997 para fortalecimento da demanda doméstica , fez com que se formasse um sistema financeiro público direcionado ao investimento a longo prazo (Jabbour e Gabriele, 2021).

Com a eleição de Xi Jinping em 2013 no PCCh, o PDGO se aprofundou de forma geoestratégica, ligando a capital de Xinjiang - se tornando o principal ponto - ao corredor de desenvolvimento promovido pelo país no cinturão econômico da Nova Rota da Seda. Esses corredores de desenvolvimento são promovidos pelo governo central e visam ligar a Ásia Central à costa chinesa, assegurando o fornecimento de recursos naturais, como também abrindo novos mercados para os chineses. O planejamento é a construção de um conjunto de infraestruturas que chegam ao Oriente Médio e Europa, cortando milhares de quilômetros da rota marítima que conecta atualmente a costa chinesa com o Ocidente (Nogueira, 2011).

Outro ponto fundamental para ser abordado é o rápido crescimento dos salários da classe trabalhadora chinesa, estando à frente do crescimento do PIB, sendo uma das principais transformações que a China passou nas últimas décadas. O crescimento da média salarial é acompanhado de uma forte regulação do mercado de trabalho e um grande aumento expressivo do salário mínimo (Cambuhy, 2019).

Criado em 1994, mas por um período ignorado em escala nacional, o Ministério do Trabalho e da Seguridade Social iniciou em 2004 uma regulação para alívio das desigualdades e aprimoramento da distribuição da renda nacional. O reajuste é administrado pelas próprias províncias, sendo o piso salarial válido para todo tipo de empresa, através dos mecanismos da aplicação da lei e sanções caso descumpram o ajuste feito no mínimo a cada dois anos. Esses reajustes consideram custos de vida, emprego e pobreza urbana, negociando de forma sindical, sendo encaminhada a discussão pelos oficiais de comitês provinciais e submetidos pelo governo central (Braga e Nogueira, 2020).

Podemos verificar (quadro 2) que na última década a renda per capita das famílias urbanas cresceu de forma constante, ordenada e equilibrada em todo país,

chegando a um crescimento aproximado de 50% em cinco anos. Mas devemos ressaltar que ainda existem discrepâncias da região Leste (áreas costeiras) para o restante do país.

Quadro 2: Renda per capita de famílias urbanas por região.

Região	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Leste	31.152,4	33.905,4	36.691,3	39.651,0	42.989,8	46.432,6
Central	22.664,7	24.733,3	26.809,6	28.879,3	31.293,8	33.803,2
Oeste	22.362,8	24.390,6	26.473,1	28.609,7	30.986,9	33.388,6
Nordeste	23.507,2	25.578,9	27.399,6	29.045,1	30.959,5	32.993,7

Fonte: Elaboração do autor (China Statistical Yearbook, 2022).

O salário mínimo refletiu principalmente a concentração de pobreza localizada no mundo rural. Em 2012, os salários correspondiam a uma parte equivalente às atividades efetuadas na agricultura familiar. O governo central admitia de forma nítida que essas questões rurais prejudicavam a construção da sociedade harmoniosa, sendo um grande teste para a capacidade de governança do partido chinês. Essas políticas experimentais iniciadas em 2002, em vinte províncias, de forma gradual puderam reduzir os impostos na produção agrícola e aumentar o acesso da população rural a políticas públicas na saúde e educação, por exemplo. Sendo um dos pilares para a formação do chamado interior socialista, tendo um impacto fundamental na renda do trabalhador rural. Fazendo com que a questão distributiva beneficiasse os trabalhadores mais pobres e que a taxa de crescimento de renda dos mais pobres superasse a dos mais ricos (Nogueira, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura econômica para o capital externo que ocorreu a partir de 1978 acabou influenciando no ordenamento do território chinês, pelo fato de que a grande

maioria dos investimentos foram realizados nas regiões litorâneas. O governo inicialmente restringiu as aberturas para as províncias de Guangdong e Fujian. Apenas na década seguinte os restantes das regiões costeiras adentraram no programa. O interior do país foi o último a receber esses investimentos, por esses motivos posteriormente houve reações a essas políticas de desenvolvimento desigual das regiões litorâneas e interior. Através de políticas para o desenvolvimento de províncias no interior, um esforço estatal para condução de investimentos estatais e de capital se espalharam pelas regiões periféricas.

O desenvolvimento regional chinês é dividido em duas fases: da revolução até o início das reformas de Deng Xiaoping tinha como objetivo a consolidação do Estado central em todo território, estimulando a concentração de renda regional e urbano-rural. Iniciou na segunda fase durante as reformas promovidas de abertura econômica planificada, a descentralização do setor industrial, crescendo nas regiões centrais e restringindo a expansão nas regiões costeiras. Essas reformas que foram instauradas ocorreram de forma gradual, institucional e incrementalista, ou seja, o desenvolvimento econômico é planejado pelo Estado, resultando em uma concentração de agentes no entorno dos objetivos estratégicos pré-estabelecidos. Principalmente a pequena indústria rural, com seus regimes de contratos regulatórios, custos de produtos agrícolas e dualização de preços. Esses processos evidenciam inovações que se adaptaram conforme a história do país e todas suas peculiaridades. Com fortes investimentos e desenvolvimento pós-revolução em indústria pesada, seguindo o exemplo da URSS.

As províncias buscavam uma integração nacional de autossuficiência em diferentes setores e atividades estratégicas para o país. Com a abertura econômica, o estabelecimento da política nacional de desenvolvimento resultou em vantagens para o desenvolvimento nacional, o governo central fez fortes investimentos em infraestrutura e plantas industriais no interior do país. A dualidade sistemática estava ligada à estratégia de aceleração de crescimento, com foco principal na expansão e diversificação industrial. As principais questões dessa aceleração de acumulação de capital e investimentos de bens de capital foram para a modernização industrial, enquanto no campo a expansão da produção agrícola e da indústria de bens de consumo evitaram possíveis consequências desse salto socioeconômico. Existiam preocupações com a produtividade agrícola e

expansão demográfica dos grandes centros urbanos, o financiamento das importações de fábricas, e os equipamentos necessários para isso.

Os investimentos estratégicos foram centralizados, mas ao mesmo tempo descentralizaram decisões administrativas locais. Todas essas questões foram consumidas na estratégia de desenvolvimento do país, sendo fundamentadas em sua própria história. Com isso foram lançados diversos programas e reformas estratégicas para o desenvolvimento. O PCCh é a força política que controla o Estado, detendo a supervisão de fatores estratégicos. Existem indícios que a China está vivendo a terceira fase do desenvolvimento regional. A partir de 2013 surgiram novas políticas direcionadas pelo presidente Xi Jinping, com novas características ligadas à "nova era", "civilização ecológica" e "sociedade harmoniosa".

O PDGO foi a maior transferência territorial de renda no mundo moderno, sendo fundamental para a unificação territorial econômica. Junto com as grandes intervenções estatais na economia doméstica na crise do capitalismo mundial em 2008, foram ferramentas para a socialização de investimentos. O dinamismo da economia chinesa é fruto dos fortes aumentos em investimentos e crescimento, se concentrando a partir do final do século XX em sua economia doméstica. Estando ligados principalmente na urbanização e conglomerados de transfigurações, através de investimentos gigantescos em infraestrutura para expansão da urbanização e interligação dos grandes centros urbanos. Uma regulação expressiva devido ao grande crescimento das províncias do interior.

A forte regulação do mercado de trabalho e o aumento expressivo do salário mínimo aliviaram as desigualdades e aperfeiçoaram a distribuição de renda nacional. Com políticas graduais foi possível a conquista de direitos da classe trabalhadora rural, resultando em uma superação do crescimento da renda dos mais pobres comparando com os mais ricos. As reestruturações político/regionais são a base de ofertas para o consumo interno e exportações, ligada à mão de obra vinda do campo, da regulação das exportações e importações. As crises externas demonstram que a transição da nova formação econômica e social está ligada umbilicalmente à engenharia social de planificação econômica que é o contrário da financeirização da economia.

Através das políticas centrais, todas as regiões foram influenciadas pelo capital, mesmo sendo preceituado, houve momentos de políticas de desenvolvimento desigual entre regiões, como também reações de políticas para o desenvolvimento das regiões através da condução para que os investimentos se espalhassem por todo o país, principalmente nas regiões periféricas. A forma como a China está configurada geograficamente acaba influenciando em disparidades regionais, contribuindo para a fragmentação de poder político sobre o território total. Mas existe um grande esforço em investimentos para a integração regional em todo país para a distribuição de grandes centros urbanos.

As cidades do país desenvolveram-se rapidamente juntamente com o desenvolvimento industrial, o PIB destas cidades não cresce mais que a média nacional urbana, comprovando que a taxa de investimentos em grandes cidades está crescendo lentamente (comparado com o investimento médio). O Estado central tem um papel determinante através de ferramentas fiscais para intervenção no processo de urbanização e na ampliação de grandes centros urbanos. O planejamento urbano-regional é perceptível com as políticas de controle das grandes cidades para a promoção de cidades de porte médio, concluindo-se que o sistema urbano chinês parte de diferentes níveis de administração, considerando escalas de população urbana, fronteiras de aglomeração humana e demais fatores. Comprovando que existe um planejamento urbano-regional em seu território que difere do modo ocidental, administrado pelo Estado através do governo central comandado pelo PCCh.

REFERÊNCIAS

BOA NOVA, V. V. F.; JABBOUR, E. M. K.; CAMBUHY, Melissa Caroline. A nova economia do projetamento como estágio superior de intervenção do Estado chinês no território. Geosul, v. 38, n. 87, p. 69-93, 2023.

BRAGA, J. P. NOGUEIRA, I. MERCADO DE TRABALHO E SALÁRIO MÍNIMO NA CHINA. **Geosul,** Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 49-72, dez. 2020.

BRANDÃO, F. C. M. **A ascensão chinesa e o sistema financeiro e monetário internacional: rumo a um potencial novo ciclo de hegemonia.** Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. 179 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais).

CAMBUHY, M. C. **Desenvolvimento e regulação do trabalho na construção da "sociedade harmoniosa" chinesa.** Mackenzie, São Paulo. 2019. 198 p. Tese (Doutorado em Direito).

CAMBUHY, M. C.; SIQUEIRA NETO, José Francisco. PLANEJAMENTO, INOVAÇÃO E CONSUMO CONSTRUINDO A "SOCIEDADE HARMONIOSA" CHINESA. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, 2020.

DÉMURGER, S. *et al.* Geography, economic policy, and regional development in China. **Asian Economic Papers**, v. 1, n. 1, p. 146-197, 2002.

DING, Xiaoqin. O desenvolvimento da China e suas consequências globais. **Tensões Mundiais**, v. 7, n. 12, p. 243-271, 2011.

ESCHER, F. **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural: uma análise institucional comparativa de Brasil e China.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016. 303 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural).

FARES, T. O Desenvolvimento Agrário Chinês e sua Integração com o Agronegócio Brasileiro. **Leste Vermelho**, v. 3, n. 1, p. 1-16, 2017.

FENG, L. New Trends in China's Regional Economic Development. In: Wong, John. **Regional Economic Development in China.** Singapore: ISEAS Publishing, 2009, p. 9-27.

HIRATUKA, C. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL. **Texto para discussão, Unicamp**, n. 339, 2018.

JABBOUR, E. M. K.; PAULA, L. F. A China e a "socialização do investimento": uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, 22(1): p. 1-23, 2018.

JABBOUR, E. M. K.. China: socialismo e desenvolvimento, sete décadas depois. **São Paulo: Anita Garibaldi**, 2019.

JABBOUR, E. M. K.; RODRIGUES, B. S. A "nova economia do projetamento" no combate à covid-19 e as capacidades estatais chinesas como força política estratégica. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro. v. 25, n. 2, p. e212525, 2021.

JABBOUR, E. M. K.; GABRIELE, A. **China: o socialismo do século XXI**. Boitempo Editorial. São Paulo. 2021.

KHANNA, P. The Second World: Empires and Influence in the New Global Order. New York: Random, 2008.

LEÃO, B. G. C. As relações econômicas EUA-China no início do século XXI: análise à luz das dinâmicas concorrentes da geopolítica e da globalização. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília - UNB. 2009.

LEITE, A. C. C. **O projeto de desenvolvimento econômico chinês - 1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2011. 219 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).

LI, X.; LIU, Y. Interpreting the hybridity of China's urbanization. **Urban and Regional Planning**, v. 4, n. 3, p. 70-85, 2011.

LIMA, M. C.; SILVA, J. H. F.; CUMARU, J. R.. Território, desenvolvimento e a economia das grandes cidades: perspectivas do Brasil e da China. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, n. 24, p. 205-230, 2015.

MAMIGONIAN, A. As bases naturais e sociais da civilização chinesa. **Dossiê Ásia-China**, v. 1, 2008.

MASIERO, G. Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas. **Brazilian Journal of Political Economy [online].** v. 26, n. 3, p. 425-444, 2006.

MEDEIROS, C. A. Economia e política do desenvolvimento recente na China. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 19, p. 496-516, 1999.

MONTEIRO NETO, A. Dilemas do desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais (da Revolução Comunista à globalização). **Texto para discussão, IPEA.** n. 1126. 2005.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **China Statistical Yearbook 2022.** Pequim. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2022/indexeh.htm>. Acesso em: 07/11/2022.

NOGUEIRA, I. **Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea.** Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ), Rio de Janeiro, 2011. 209 p. Tese (Doutorado em economia).

OURIQUES, H. R.; ANDRADE, R. S. DESENVOLVIMENTO, MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO NA CHINA: NOTAS INTRODUTÓRIAS. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, p. 20-31, 2010.

REIS, D. A. F. China e modernização. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 32-36, 1985.

RUIZ, R. M. Polarizações e desigualdades: desenvolvimento regional na China (1949-2000). **Texto para discussão, UFMG,** 2006.

SAMPAIO, A. C. S. **SISTEMA TEÓRICO CHINÊS, COMBATE À POBREZA E CONSTRUÇÃO DA PROSPERIDADE COMUM.** Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ), Rio de Janeiro, 2024. 139 p. Dissertação (Mestrado em Economia).

ZEMIN, J. **Report to the Fifteenth National Congress of Communist Party of China. People's Publishing House,** Pequim, 1997, p. 15. Disponível em: <http://academics.wellesley.edu/Polisci/wj/308S/Readings/jzm15CCP.htm>. Acesso em: 29/07/2022.

Recebido em julho de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

UMA REFLEXÃO DA REESTRUTURAÇÃO URBANA EM XANGAI

A REFLECTION ON THE URBAN RESTRUCTURING IN SHANGHAI

UNA REFLEXION DE LA RESTRUTURACÍON UBANA EN XANGAI

Pierre Alves Costa
Universidade Estadual do Centro-Oeste - Guarapuava (UNICENTRO)
alvespierre75@gmail.com

Lisandro Pezzi Schimidt
Universidade Estadual do Centro-Oeste - Guarapuava (UNICENTRO)
lpezzi@unicentro.br

A reestruturação transmite a noção de uma ruptura com tendências seculares e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de destruição e tentativa de reconstrução, provenientes de certas deficiências ou debilidades na ordem estabelecida que impedem adaptações convencionais e requerem, por sua vez, significativa mudança estrutural [...]. A reestruturação sugere fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, uma mescla complexa de continuidade e mudança.

Edward Soja
Economic restructuring and the internationalization of Los Angeles.

Destaques

- Procura-se analisar o processo de reestruturação urbana de Xangai, a partir dos anos 1990, com forte enfoque no planejamento; e, almejando a prosperidade comum e o futuro compartilhado.
- O Estado preparou o território para receber o capital estrangeiro; formando uma economia continental, unificada e recortada por milhares de quilômetros de linhas de trens de alta velocidade, estradas e linhas de metrô.
- O planejamento urbano e as reformas econômicas remodelaram a paisagem urbana de Xangai; e a alçaram a um dos três mais importantes centros financeiros da Ásia.
- Convivem, simultaneamente, o socialismo moderno com características chinesas e uma grande intensificação da circulação do capital.

V. 15, n.30, 2024 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

RESUMO

A pesquisa tem como intuito principal examinar o processo de reestruturação urbana de Xangai, sitiada na República Popular da China, no período de 1990 a 2024; a partir de elementos que interagem com as inovações e que almejam a prosperidade comum e o futuro compartilhado. Para isso, o texto aborda de forma descritiva e exploratória a revisão da literatura sobre a China, com enfoque na cidade de Xangai. Ressalta-se como o planejamento urbano e as reformas econômicas remodelaram a paisagem urbana e a alçaram a um dos três mais importantes centros financeiros da Ásia; e, apresenta como principais efeitos: a descentralização, a expansão e a renovação de estruturas urbanas. Verifica-se um processo de substituição do uso do solo urbano, com a recuperação de estruturas existentes e a reorientação para circulação do capital.

Palavras-chave: Planejamento urbano estratégico; Reestruturação urbana; Grandes projetos; Gestão urbana; Uso do solo.

ABSTRACT

The main purpose of the research is to examine the process of urban restructuring that occurred from 1990 to 2024 in Shanghai, located in the People's Republic of China, focusing on elements that interact with innovations, aimed at common prosperity and a shared future. To this end, the text descriptively and exploratively reviews literature about China, with an emphasis on the city of Shanghai. It highlights how urban planning and economic reforms have reshaped the urban landscape, elevating the region to one of the three most important financial centers in Asia. The study identifies key effects such as decentralization, expansion, and the renewal of urban structures. A process of urban land-use substitution is observed, involving the recovery of existing structures and reorientation for capital circulation.

Keywords: Strategic urban planning; Urban restructuring; Major projects; Urban management; Land use.

RESUMEN

El objetivo principal de la investigación es examinar el proceso de reestructuración urbana en Shanghai, sitiada en la República Popular China, de 1990 a 2024; a partir de elementos que interactúan con las innovaciones y que apuntan a la prosperidad común y un futuro compartido. Para eso, el texto aborda de forma descritiva e exploratória a revisão da literatura sobre a China, con enfoque en la ciudad de Xangai. Se destaca cómo la planificación urbana y las reformas económicas remodelaron el paisaje urbano y lo elevaron a uno de los tres centros financieros más importantes de Asia; y sus principales efectos son: descentralización, ampliación y renovación de las estructuras urbanas. Hay un proceso de sustitución del uso del suelo urbano, con la recuperación de estructuras existentes y la reorientación para la circulación de capitales.

Palabras clave: Planificación urbana estratégica; Reestructuración urbana; Grandes proyectos; Gestión urbana; Uso del suelo.

INTRODUÇÃO

Os eventos e as realizações no espaço urbano, sobretudo, acompanhados sob o viés econômico, social e político dominantes no centro das decisões e das estratégias políticas em diferentes cidades, produzem efeitos diversos para os lugares, para a vida coletiva e para a identidade social. A velocidade dos eventos no espaço urbano reforça, como afirma Ribeiro (2008, p.191) "a sincronização que atualiza o urbano se constitui num elemento central das condições gerais da produção contemporânea".

A realidade urbana global atual, poderia ser desvendada conforme o que os autores denominam de urbanismo neoliberal ou pelos processos de neoliberalização urbana (Peck, Theodore e Brenner, 2009). Brenner (2018) complementa que a urbanização neoliberal, assim como o urbanismo neoliberal, não se trata de uma forma unificada e homogênea de governança urbana, mas representa uma síndrome ampla de instituições, políticas e estratégias regulatórias de mercado.

Sánchez (2001), já destacava o processo de mercantilização do espaço, ao evidenciar processos de reestruturação urbana na década de 1990, pelas estratégias do poder político, nos casos de Curitiba, Barcelona, Montpellier, Lille, Nantes, Oxford, Manchester, Baltimore, Boston e Chicago.

No século XXI, a China vem sendo apontada como um aspecto fundamental de interpretação das dinâmicas do espaço mundial. Conforme Lin e Yi (2011), a terra é utilizada como um ativo crucial para servir o duplo objetivo de aumentar a urbanização, bem como de acumulação de capital local.

Uma sucessão de informações revela alterações significativas no desenvolvimento chinês após a crise econômica de 2008. Conforme o relatório do *Mckinsey Global Institute*, por exemplo, a China tem se tornado menos dependente do mercado mundial, o que se ampara por um célere processo de desenvolvimento da industrialização, da urbanização; e, portanto, de seu mercado interno (Woetze, Seong e Leung, 2019). Todavia, a tentativa de sobrepujar a crise de acumulação, impulsiona a China para o maior crescimento urbano que o mundo vem presenciando; especialmente, pelo Estado em suas distintas funções, como um projetador[1] e regulador na escala

[1] Provém da Economia de Projetamento. Para uma análise sobre a Economia de Projetamento, ver Rangel (1959). Sobre a (Nova) Economia do Projetamento ver: Jabbour *et al.,* (2020), Jabbour e Gabriele (2021) e Jabour e Gomes (2024).

nacional. E, como executor imobiliário e comerciante de terra em escala local, o Estado vem obtendo investimentos externos através da concessão de terra barata para a indústria e, implantando infraestruturas que respaldam o processo (Wu, 2008, 2015 e 2016).

Nessa direção, a pesquisa se fundamenta na interação das intervenções no espaço urbano de Xangai para o período de 1990 a 2024. O estudo destaca efeitos da urbanização contemporânea (Brenner, 2013, 2018), por meio da compreensão do processo de reestruturação urbana abordado por (Sánchez, 2001; Brenner, 2013), a gestão e as transformações estruturais na China por Harvey (2015); e, baseia-se nas interpretações do planejamento estratégico e reorganização do espaço urbano por Reis (2020). A partir de elementos que interagem, de algum modo, com as inovações que almejam a prosperidade comum e o futuro compartilhado, no contexto das políticas de Reforma e Abertura do governo de Deng Xiaoping (1978-1992)[2]; observa-se a reestruturação promovida no espaço urbano de Xangai.

O artigo enfoca de forma descritiva e exploratória a revisão da literatura sobre a urbanização de Xangai. Na primeira seção, aborda-se as metamorfoses e os vetores da urbanização da China; e, na segunda seção, discorre-se sobre a produção e as intervenções em Xangai no período de 1990 a 2024, objeto de análise durante trabalho de campo, em 2024. Por último, as considerações finais.

A realização da pesquisa contempla um olhar no "sistema socialista moderno com características chinesas"[3] e os acontecimentos que se refletem na produção do espaço urbano; na qual relaciona-se o forte papel do Estado e dos instrumentos e estratégias que amplificam a circulação de capital.

AS METAMORFOSES E OS VETORES DA URBANIZAÇÃO DA CHINA

As metamorfoses na urbanização chinesa são parte de um fenômeno mais acentuado que vem acontecendo no país, principalmente após as Reformas desde o fim

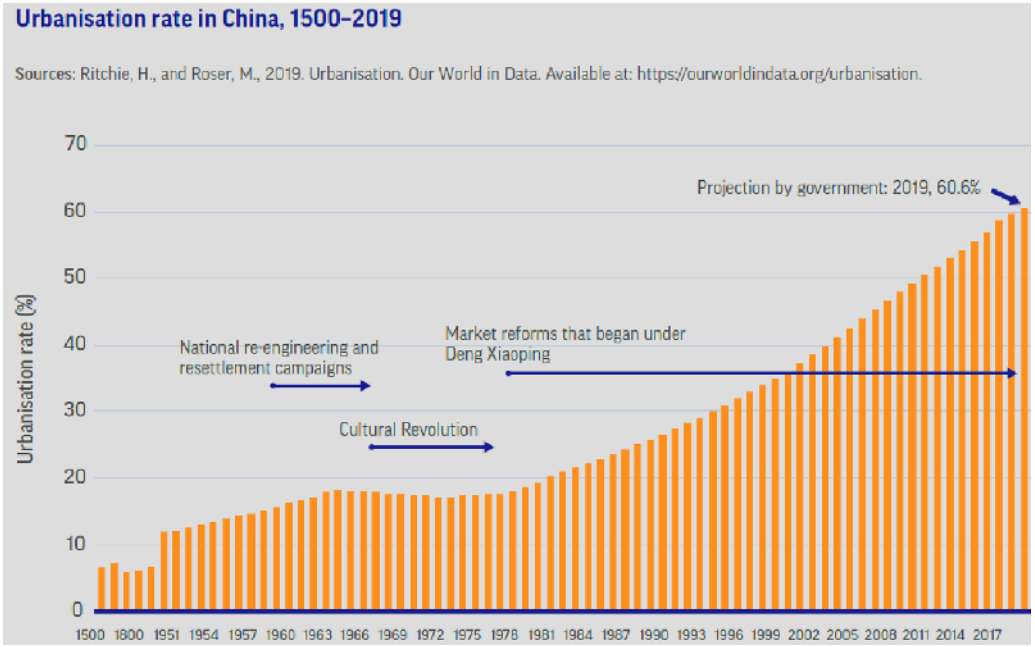
[2] Baseado em Pautasso e Nogara (2024).

[3] Adaptada do discurso proferido pelo Secretário-Geral e Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, em 1º de julho de 2021; na cerimônia oficial de comemoração dos 100 anos de fundação do Partido Comunista da China (PCCh). Xi Jinping utiliza várias vezes a expressão socialismo moderno com características chinesas. Disponível em: https://i21.org.br/especial-centenario-do-partido-comunista-da-china/integra-do-discurso-de-xi-jinping-no-centenario-do-pcch/. Acesso em: 29 jul. 2024.

dos anos de 1970, com ênfase para o período posterior ao decênio de 1990 e, que apresenta com aspecto primordial a função que a terra executa no processo de acumulação de capital (Shin e Zhao, 2018; Wu, 2008, 2016).

A urbanização chinesa contemporânea, a maior e mais rápida que a humanidade presencia, tem sido um dos motores primordiais dessa escalada hodierna do país no cenário mundial. Segundo Ye *et al.,* (2020), ao longo dos quatro decênios de políticas de Reforma e Abertura, a população urbana chinesa mais que triplicou em termos relativos – a taxa de urbanização do país passou de 18% em 1978 para 60% em 2018 (gráfico 1). Ou seja, "o número de cidades aumentou de 193 para 672, e o número de vilas aumentou de 2.176 para 21.297" (Ye *et al.,* 2020, p. 22). Só entre 1996 e 2019 cerca de 460 milhões de chineses de áreas rurais migraram para as cidades. A população urbana permanente[4], que em 1978 era de 170 milhões de pessoas, passou para 831 milhões em 2018.

Gráfico 1 - Taxa de urbanização da China (1500-2019).



Fonte: Ye *et al.,* (2020, p. 13).

[4] Segundo o Sistema de Registro Domiciliar, o Sistema *Hukou;* usado pela China para detectar o indivíduo e a família relacionados a uma área de residência. Registros semelhantes são verificados nos países vizinhos caracterizados historicamente pela presença da China, como o Japão, o Vietnã e as Coreias. Na China, o sistema é objeto de críticas; e, desde 2014, o Conselho de Estado vem flexibilizando a sua rigidez nas pequenas cidades e áreas especiais.

Acrescentam-se a esse quadro as probabilidades para os próximos anos e decênios. Para Ye *et al.,* (2020), a previsão é de que em 2030 a taxa de urbanização da China alcance 70% da população total, alcançando a marca de 1 bilhão de pessoas. Nos próximos 15 a 20 anos as cidades deverão receber cerca de 12 milhões de pessoas por ano e, até 2050, espera-se que a população urbana seja ampliada em até 255 milhões de pessoas.

A rápida e pujante industrialização que acompanhou a urbanização ocasionou expressivo acúmulo de capital no período e tem estimulado a China aos investimentos estrangeiros, o que tem sido realizado fundamentalmente por meio de vultosos projetos de infraestrutura e de Investimento Direto Estrangeiro, atualmente ligados ao *Belt and Road Initiative*, denominado por alguns de Nova Rota da Seda (Pinto, 2020; Pautasso e Nogara, 2024).

Observa-se, como característica principal desse processo, a mutação da terra em um bem comercializável, o que aconteceu já na década de 1980, por meio de alterações legislativas que tinham como propósito orquestrar Pequim, como uma cidade internacionalizada para as Olímpiadas de 2008 (Shin e Zhao, 2018). A terra como um bem comercializável foi primordial na edificação de infraestruturas que solucionassem aos novos interesses do mercado imobiliário; que passou a fazer parte do processo de financeirização mundial. Dessa forma, ampliando a urbanização a partir de instrumentos que conectam o mercado imobiliário ao setor de capitais mundializados (Pinto, 2020).

Conforme Lin e Yi (2011), na última década, ocorreu o crescimento econômico e mudanças estruturais na economia, na sociedade e na organização espacial chinesas, como consequência do aprofundamento da reforma do mercado e da globalização, acompanhado pela urbanização acelerada da população e da terra. Para Lin e Yi (2011), as políticas fiscais e a regulamentação dos direitos de utilização dos terrenos urbanos têm sido algumas das abordagens adotadas pelos governos locais para promover a urbanização, como o arrendamento de terras que fortaleceu a base tributária local e ajudou a aumentar as receitas do governo para desenvolver e manter a infraestrutura urbana.

Para Jabbour (2020, s/p):

> A Nova Economia do Projetamento (expressão máxima de uma maxirracionalização do processo de produção e planificação pela via da ampla utilização de todo aparato tecnológico inerente ao *Big Data*, à plataforma 5G e aos aportes em matéria de Inteligência Artificial) é sinônimo de uma

> economia voltada à consecução de grandes projetos e que tem na demanda seu elemento propulsor. As capacidades ociosas na economia estão sob controle estatal, indicando superação da "incerteza keynesiana". É a base que sustenta a mais avançada engenharia humana e social do mundo em que vivemos.

Segundo Lin e Yi (2011, p.54),

> Os desenvolvimentos recentes na economia chinesa cada vez mais globalizada e urbanizada trouxeram uma nova situação em que a urbanização, a mudança no uso do solo e as finanças públicas locais já não podem ser entendidas separadamente. A reformulação da relação fiscal entre o estado central e os governos locais, primeiro na década de 1980 e depois novamente em 1994, descentralizou efetivamente as responsabilidades de investimento e recentralizou a cobrança de impostos, exigindo que os governos municipais prosseguissem o desenvolvimento da terra como um meio importante de geração de receitas para financiar o crescimento econômico e a urbanização. A mercantilização do sistema de distribuição de terras desde o final da década de 1980 deu início a um mercado de terras de via dupla, com assimetria notável entre os diferentes segmentos de mercado.

Em Xangai, o desenvolvimento da aglomeração, como aborda Reis (2020) pode ser dividido em três fases: da formação da vila à ocupação estrangeira, o período republicano e a fase contemporânea. Nessa última fase, como destaca Reis (2020), o desenvolvimento de áreas estratégicas, inicialmente, recai sobre as cidades do delta do rio das Pérolas, que passam por transformações profundas e rápidas e se tornam o motor da economia chinesa, com destaque as cidades de Shenzhen e Guangzhou e mais tarde efeitos na estrutura física de Xangai.

Com efeito, na década de 1990, começou no território, a reforma das empresas públicas e a permissão de operação de empresas privadas, o que atingiu a reestruturação de Xangai, antes conduzida por políticas do governo central (Reis, 2020). Como enfatiza Reis (2020, p.4):

> A estrutura estatal da China, que em primeira e última instância é o que define os processos de planejamento, a despeito de toda a flexibilização dos últimos anos, não parece guardar similaridade com a de nenhum Estado latino-americano. As políticas públicas, de modo geral, e de infraestrutura, em particular, seguem lá uma lógica diferente daquela do ciclo da política pública que conhecemos. Elas são estruturadas em uma hierarquia clara e rígida, desde planos nacionais amplos até medidas de implementação específicas para determinados setores e cuja agenda é definida em ciclos contínuos de cinco anos, em plenária do Comitê Central do Partido. Ali, determinam-se as principais áreas temáticas a serem abordadas na década seguinte, as quais são tornadas públicas nas Recomendações dos Planos Quinquenais.

Assim, nota-se que, os efeitos e a aceleração no uso do solo passam a ser percebidos em diferentes setores econômicos e, consequentemente, o movimento de

mercado de terras. Acentua Reis (2020, p. 12) “Esse novo contexto de interação entre a abertura para a economia de mercado e as políticas de Estado mostrou-se fundamental para a reorganização do espaço urbano”. Para Sánchez (2001, p.33):

> A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo – a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcança cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial – evidencia a produção global do espaço social.

O redirecionamento das estratégias do governo gerou impactos diretos para atração de investimentos, estimulado, sobretudo, na ampliação e melhoria da infraestrutura. Além disso, a acessibilidade aos diferentes usos promovidos pela reestruturação, é facilitado pelo uso de aplicativos (*Alipay e Wechat*), que promovem melhoria para as transações de capital.

A PRODUÇÃO E AS INTERVENÇÕES EM XANGAI

De acordo com Lin e Yi (2011), as reformas institucionais na China, desde a década de 1990, particularmente, a introdução do sistema de partilha de impostos ocorrido em 1994, forneceram um quadro em que a urbanização foi baseada na terra e centrada na cidade.

A respeito da evolução demográfica, observamos que em 1900, Xangai possuía uma população de aproximadamente um milhão de habitantes; dois milhões em 1915 e três milhões em 1930 (Lu, 1999). Em 1936, Xangai era a sétima maior do mundo. Vinte anos depois, Xangai já apresentava um total de 6.204.400 residentes e manteve altas taxas de crescimento populacional desde o início das contagens censitárias. Dos dados disponíveis, destacam-se saltos expressivos após o período das reformas econômicas. Como se pode constatar na Tabela 1, o censo de 2010 apresentou uma população total de 23.019.200 de habitantes na sua área administrativa, atingindo um crescimento de 40,3% desde o censo de 2000.

Tabela 1. Xangai (China): dinâmica demográfica (1953-2024).

Ano	Pop Total	Taxa de crescimento demográfico (%)
1953	6.204.400	--
1964	10.816.500	74,3
1982	11.859.700	9,6
1990	13.341.900	12,5
2000	16.407.700	23,0
2010	23.019.200	40,3
2012	23.710.000	3,0
2014	24.151.500	1,9
2024	22.315.000	-7,6

Fonte: *Shanghai Bureau of Statístics, Statistics on National Population Census; Geonmes.org; World Population Review*.

Nesse mesmo período, a região do delta do rio *Yangtzé*, cujas principais cidades são Xangai, Nanjing, Hangzhou, Suzhou, Ningbo e Wuxi, estimava uma população de noventa milhões de habitantes, apenas na área urbana. Destes, cerca de dez milhões residiam e trabalhavam nos limites da aglomeração, sem possuir o *hukou* (Zheng e Bohong, 2012). No ano de 2000, o número de não registrados era de três milhões, o que aponta um acréscimo de mais de 60% no número de migrantes sem possibilidade aos mesmos direitos que os antigos residentes. Por conta do aumento verificado nos decênios anteriores, o ano de 2010 representou um momento de maior rigidez no controle do registro populacional, o que elucida, dessa forma, uma diminuição no número de habitantes.

Foi no início dos anos 1990, com a ascensão de Jiang Zemin[5] à chefia do governo central, que Xangai começou a ter autonomia administrativa; permitindo o governo local atrair investimentos estrangeiros, como acontecia em outras cidades no mundo. Reis (2020) reforça que a importância de Xangai no contexto nacional teve início na década de 1990, pela ascensão de Jiang Zemin à chefia do governo central, quando, então, em decorrência da autonomia administrativa, o planejamento urbano começa apresentar outras propostas de intervenção.

[5] Engenheiro eletricista (1947) e político chinês. Durante a faculdade, juntou-se ao Partido Comunista da China. Em 1983, ocupou o cargo de ministro das indústrias. Em 1985, tornou-se prefeito de Xangai. Foi o 5.º Presidente da República Popular da China de 1993 a 2003 e Secretário-Geral do Partido Comunista da China de 1989 a 2002. Faleceu aos 96 anos, em 2022. Disponível em https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/11/morre-jiang-zemin-ex-presidente-que-comandou-a-china-durante-decada-de-crescimento-meteorico.ghtml. Acesso em: 24 out. 2024.

Na pesquisa realizada em campo, vários foram os aspectos identificados e sentidos de como a inovação e o conjunto de decisões políticas e técnicas passaram a ser predominantes na integração dos lugares e em diferentes setores em Xangai (Figura 1 - 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5).

No conjunto dos projetos e das intervenções em Xangai, relaciona-se a ideia do pensamento prático em urbanismo, como afirma Chalas (2013). Em que, a politização do urbanismo como uma das modalidades do pensamento prático, significando que o debate público e aberto "de essência política, sobre a organização da cidade e do estar-junto na cidade, torna-se a garantia de um melhor urbanismo ou de um urbanismo ótimo mais do que a excelência técnica, estética, funcional e racional" (Chalas, 2013, p. 42).

Nessas condições, o modelo de planejamento urbano, portanto, possibilitou ao Estado, simultaneamente operar como transformador das instituições socialistas; e também como executor e financiador do desenvolvimento (Zhang, 2003). Assegurando, assim, à China um novo *status* entre as potências mundiais. Esses processos, possibilitaram a retomada de Xangai como um dos três mais importantes centros financeiros asiático (e, também com relevância mundial) – como se observa no *Bund* e no *New Development Bank* (NDB) ou, popularmente conhecido, como Banco dos BRICS.

Localizado na zona de paisagem histórica e cultural do *Bund* (figura 1.1), no centro da cidade e na junção do rio *Huangpu* e do riacho *Suizhou* (figura 1.2), o *Bund* é o ponto de partida da modernização de Xangai e a origem da civilização comercial moderna da cidade. Com a rua *Yuanmingyuan* (figura 1.3) como centro, o *Bund* conserva uma série de edifícios históricos construídos entre 1920 e 1936 numa variedade de estilos.

Em 2002, foi lançado o Projeto de Renovação do *Bund*, baseado no princípio de "recriar o estilo e a função", reunindo sabedoria e planejamento, construindo uma área de referência multifuncional e de alta qualidade, integrando a paisagem histórica e cultural, atividades públicas de lazer e distritos financeiros e comerciais de alta qualidade.

Figura 1 – Vistas parciais dos centros comercial e financeiro das regiões do *Bund* e distrito de *Pudong* (Xangai /China).



Legenda

1.1 *Bund* – antigo distrito financeiro da cidade
1.2 *Bund* e *Lujiazui*/distrito de *Pudong* (junção do rio Huangpu e do riacho Suizhou)
1.3. Rua Yuanmingyuan
1.4 Área de *Lujiazui* (novo centro financeiro) – distrito de *Pudong*
1.5 *Bund* e *Lujiazui*/distrito de *Pudong* em 1990 e 2020

Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024 e X @fatosDeFatos.

No processo de revitalização de Xangai como, novamente, um centro econômico financeiro importante na Ásia (e no mundo), uma das suas evidências, foi a

transferência da sede do *New Development Bank* (NDB) para a cidade de Xangai em 2021 – localizado no distrito de *Pudong* (ver figuras 1.4, 1.5 e figura 2).[6]

O BRICS é um banco multilateral de desenvolvimento com o intuito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Portanto, prioriza projetos que impulsionam o crescimento econômico e melhoram a vida das pessoas nos países membros, visando moldar um futuro sustentável. Dentro do amplo espectro de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, as operações do NDB durante o período 2022-2026 estarão concentradas, mas não se limitarão às seguintes áreas: a) energia limpa e eficiência energética; b) infraestrutura de transporte; c) água e saneamento; d) proteção ambiental; e) infraestrutura social; f) infraestrutura digital.

Figura 2 - Vista do *New Development Bank* (NDB) – Distrito de *Pudong* (Xangai /China).



Fonte: *Xinghua/Fung/Zhe*.

Para Reis (2020, p.4), "a renovação das cidades chinesas é um processo intenso e violento e, como ocorre alhures, a modernização mostra a sua face perversa nos

[6] O Banco foi fundado em 2014 durante a Cúpula dos BRICS, em Fortaleza. Em 2023, a ex-Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff foi selecionada para ser a nova Presidenta do Banco BRICS, constituído pelos representantes da África do Sul, Brasil, Rússia, Índia e China. Em janeiro de 2024, o Banco BRICS foi ampliado para incluir: Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã.

processos de disciplinamento para novos usos". O que está associado a essas intervenções é a existência de um planejamento urbano estratégico, pois:

> Com a mudança de estratégia econômica e a retomada de Xangai como a mais importante cidade do país, uma fase de descentralização da estrutura urbana se inicia. Áreas residenciais são construídas fora dos limites anteriores – no centro expandido, nas áreas suburbanas, nas áreas rurais e também se derramam em direção aos limites das cidades adjacentes – enquanto o centro passa por um processo de reconstrução absolutamente formidável na história das cidades (Reis, 2020, p. 14).

O quadro de mudanças que promoveu a reorientação do desenvolvimento da cidade, como afirma Reis (2020) foram apoiados nas diretrizes dos Planos Diretores de 1986, 1991, 1999, 2017 e o Plano da Expo 2000; bem como nas políticas macroeconômicas do governo central (vide figura 3).

Figura 3 – Imagens de alguns dos Planos Diretores de Xangai (China).



Fonte: *Shanghai Urban Planning*, 2024.

O *Shanghai Master Plan* (1986) procurou solucionar os problemas urbanos, levando em consideração a aptidão futura da cidade; fixando a ampliação máxima do centro e sua conexão com as áreas contíguas, periféricas e satélites; tal e qual a forma e ímpeto da conurbação. Esse plano determinou, também, que as regiões de *Pudong* e

Lujiazui seriam modernizadas e teriam sua função voltada para usos nobres; com ampliação da circulação entre essas regiões e o centro. Nesse sentido,

> Como resultado direto do plano, e aproveitando a possibilidade da aplicação de compensações financeiras, a administração local começa a promover o reajuste dos usos do solo nessas regiões, com a reconstrução das áreas deterioradas e a redistribuição tanto das ocupações residenciais como das industriais (Reis, 2020, p. 17).

Concordamos com Nova (2024), ao defender que a nova economia do projetamento, desenvolvida a partir dos anos 1980 na China, se manifesta territorialmente mediante a planificação do desenvolvimento urbano-regional desigual; calcado em formas-projeto, contemplando os equipamentos e infraestruturas urbanas e de transporte. Portanto, para fomentar a instalação de novas cidades e ampliação de cidades existentes na região do delta do *Yangtzé*, e conforme o pressuposto no plano de 1986, o governo central retornou sua atenção para o desenvolvimento da região de *Pudong* com a elaboração do *Comprehensive Plano f Pudong New District* (1991).

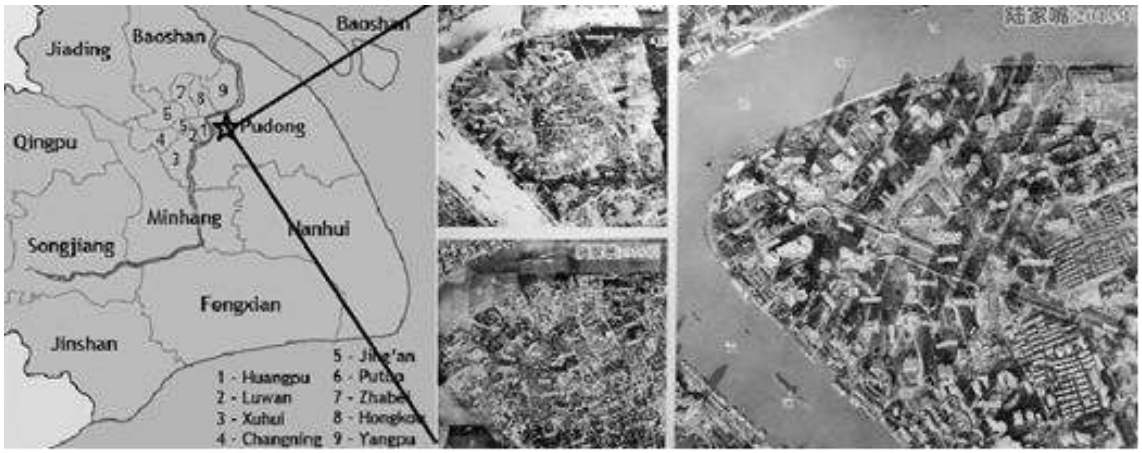
Tendo como um dos fins o crescimento do setor financeiro, do comércio exterior e de serviços; e a ascensão de Xangai à categoria de cidade global destaca-se o distrito de *Pudong*. O distrito de *Pudong* está situado na margem leste do rio *Huangpu*; abrangendo uma área de 842 m^2 e localização privilegiada, de frente para o oceano Pacífico e para o *Bund* – antigo distrito financeiro da cidade (Figuras 1 e 4).

No exame do plano das intervenções e como a mudança no uso do solo promoveu a reestruturação em Xangai, observa-se nas figuras 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 os registros que participam da reestruturação de Xangai; o que indica competitividade e a aderência aos projetos executados. Figurando como a "politização do urbanismo" ou o "urbanismo político", como afirma Chalas (2013); onde "não apenas que os políticos ocupam a cena pública que é a do urbanismo (...). Todavia, significa que são os políticos mais que os técnicos que hoje, sobre a questão dos bairros, da cidade e dos projetos, respondem ou oferecem, ouvem ou propõem e negociam soluções" (Chalas, 2013, p. 42).

O desenvolvimento de *Pudong* se sobressai como exemplo de ação direta de planejamento do governo central pela transformação da região de *Lujiazui* em centro financeiro de relevância global (ver figuras 1 e 4). O progresso dessa região passou a ser prioridade das reformas econômicas chinesas; integrando a estratégia de desenvolvimento nacional de expressivo êxito (Li e Wu, 2006).

Figura 4 – Divisão administrativa de Xangai (China).

Destaque para a área de *Lujiazui*, no distrito de *Pudong*.



Fonte: Reis, 2020, p. 11.

De 1990 a 2000, o Produto Interno Bruto de Xangai aumentou de 75,5 bilhões de yuans para 456 bilhões; com uma taxa de crescimento médio anual de expressivo 20,8%. Ao passo que a China crescia 8% ao ano nessa década (Zhang, 2003; Yusuf e Wu, 2002). Com todas as transformações em curso, Xangai ficou atraente para inúmeras instituições financeiras, empresas e representações transnacionais. Ademais, conquistou um volume crescente de investimentos nas mais diversas áreas da produção.

O reordenamento foi intensificado nos planos diretores vindouros, especialmente no de 1999, o *Shanghai Master Plan* 1999-2020 bem como, pelo *Shanghai Expo* 2010 *Master Plan*. O planejamento em larga escala permitiu a edificação do centro financeiro de *Lujiazui*, concedendo ao espaço o mesmo caráter de Central Bussiness District da cidade ocidental. Em seus limites, situam-se a maior parte dos icônicos arranha-céus de Xangai; tal qual, zonas industriais.

Ressalta-se que os planos de 1991 e de 1999, seguidamente vinculados com o plano da Expo 2010, possibilitaram à Xangai um acervo de conhecimentos pertinente ao planejamento urbano. Ademais, concordamos com Reis (2020, p. 20) ao afirmar que esses planos:

> Se não dirimiram os problemas, ao menos mitigaram parte significativa daqueles causados pela associação entre, de um lado, a orientação estreita do planejamento socialista e, de outro, a intensidade do processo urbano que a China, e particularmente Xangai, enfrentara nas últimas décadas.

A respeito do *Shanghai Master Plan* 1999-2020, observa-se que o mesmo possui a tônica na reorganização da relação centro-bairros e na integração do centro com subúrbios e cidades adjacentes; com o fim da efetividade das relações. Concebeu-se a urbanização dos subúrbios, examinando tanto o processo de migração para Xangai, como o processo de atenuação das densidades das áreas centrais. Já no centro antigo da cidade, realizou-se a melhoria do padrão das habitações, por meio: i) do incentivo à renovação urbana; ii) do reaproveitamento de espaços antigos e obsoletos por usos novos e criativos; iii) do estímulo aos usos dos setores terciário de alto padrão e quaternário; iv) programas de conservação do patrimônio histórico – com a finalidade de proporcionar a imagem de uma cidade moderna do século XXI.

Atualmente, está em execução o *Shanghai Master Plan* 2017-2035, que procura dar continuidade com aprofundamento dos objetivos e temáticas do plano de 1999-2020. Utiliza, também, como lema: "*better city, better life*" ("cidade melhor, vida melhor"). Apresenta as seguintes estratégias norteadoras: uma cidade de inovação mais dinâmica; uma cidade humanística mais atraente; e uma ecocidade mais sustentável, almejando a excelência como cidade global.

> Adaptar-se às novas tendências de desenvolvimento: o mundo hoje testemunha a aceleração da urbanização sob o impacto de longo alcance da globalização intensificada, da mercantilização e informação. Por outro lado, o mundo está a entrar num novo período de transformação quando há uma tendência crescente para desenvolver ecocidades com características humanas e integração regional (*Shanghai Urban Planning*, 2018, p. 11).

Assim, no conjunto da expansão econômica da China, identifica-se a intensificação e a importância dos grandes projetos na reestruturação urbana. Destaca-se, a reprodução promovida em Xangai, que atinge diferentes padrões e diversificação de uso do solo, com forte capacidade de atração e seletividade, o que de forma rápida e contínua, promove transformações e consequentemente as desigualdades intra e interurbana.

Com efeito, para Brenner (2018, p. 211):

> Embora certamente ligada à ideologia do capitalismo de livre diante de toda a diversidade contextual e mutação evolutiva, o denominador comum dos urbanismos neoliberais é o projeto fundamentalista do mercado de ativação das instituições públicas locais e capacitação dos atores privados para estender a mercantilização do tecido social urbano, coordenando a vida coletiva da cidade através de relações de mercado e promovendo, assim, o desmantelamento de espaços urbanos não mercantilizados e autogestionários.

As transformações estruturais são reforçadas na presença do Estado nas diferentes propostas de gestão, observadas nas figuras 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5. Harvey (2015) enfatiza que, no caso da China, o processo e crescimento da urbanização teve considerável investimento em infraestrutura, transportes e diferentes frentes para a urbanização; diferente da urbanização em outras partes do mundo direcionada para outros propósitos, baseados no transporte e melhorias seletivas na infraestrutura.

Em direção aos setores mais distantes do centro, observa-se as interações e a multifuncionalidade do uso do solo urbano, o que evidencia o plano das intervenções do Estado e os componentes dos espaços ocupados (figuras 5.1 a 5.7). Diante de tais observações, reconhece-se outra modalidade de urbanismo, de acordo com Chalas (2013), definido como urbanismo integrador. Para Chalas (2013, p.38), "é integrador porque percebe que nossos territórios contemporâneos se tornam mais fluídos, mais móveis, mais múltiplos e também mais nebulosos, mais indeterminados, mais incertos, mais imprevisíveis, em uma palavra, mais complexos".

Figura 5 – Vista parcial de alguns equipamentos urbanos em área próxima ao Aeroporto Internacional de Pudong – distrito de *Pudong*/ Xangai (China), 2024.



Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024.

Destaca-se que, a maior autonomia municipal, a partir dos anos 1990, em Xangai, está sendo executada nos planos urbanos, a partir de uma política combinada de organização regional do espaço. Passa-se, a seguir, às considerações deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os chineses têm construído relações fiéis aos princípios socialistas, preocupados com a dignidade humana, com respeito ao bem público, com conhecimento e orgulho de sua história milenar. Cientes dos desafios e resistências que o novo encontra em um mundo no qual o crescente discurso da extrema direita se opõe, veementemente, à perspectiva de "prosperidade comum e futuro compartilhado", lema chinês.

A imersão numa realidade que apresenta forte impacto das intervenções pela presença do Estado e os efeitos em diferentes setores do espaço urbano, vem acentuar pesquisas recentes que indicam como o Estado Chinês atua como um agente da urbanização. Nessa linha, seguindo as contribuições de Jabbour (2020), as condições tanto geográficas, como sociais e políticas, colaboraram, no caso de Xangai, no processo de reestruturação urbana. Jabbour (2020, p.6) também enfatiza que o Estado elaborou a grande estratégia chinesa de inserção na economia internacional, ao preparar o território para receber o capital estrangeiro, "formar uma economia continental, unificada e recortada por milhares de quilômetros de linhas de trens de alta velocidade, estradas e linhas de metrô; e, ser o empreendedor-em-chefe (emprestador e executor) de uma máquina de financiar e investir dentro e fora do país".

A reestruturação econômica e urbana a partir dos anos de 1990, na região de Xangai, acentuou o processo de migração de moradores/trabalhadores que não possuíam o *hukou*; ou seja, sem possibilidades aos mesmos direitos que os antigos residentes. Por conta do aumento verificado nos decênios anteriores, o ano de 2010 representou um momento de maior rigidez no controle do registro populacional, o que elucida, dessa forma, uma diminuição no número de habitantes.

O processo de reestruturação em Xangai provoca um efeito "imã" para a população, resultado das intervenções no espaço urbano; que não focou somente a área central; mas, a integração e infraestrutura em todos os setores da cidade. Dessa forma, o

desenvolvimento de Xangai, se efetiva pelas diretrizes e revisão de planos para a cidade, cujo diferencial é a realização de grandes projetos; uma cidade de inovação mais dinâmica; uma cidade humanística mais atraente; e uma ecocidade mais sustentável, almejando a excelência como cidade global.

Portanto, num contexto recente e, sobretudo, acentuado pelas reformas do Estado no espaço urbano, de um modo geral, reproduz novas formas e conteúdo para o uso do solo e de representação dos mecanismos cada vez mais inovadores que promovem novos olhares para experiências no espaço urbano em Xangai; ampliando a realização de novos negócios. Nota-se que a aderência aos objetivos de desenvolvimento sustentável parece estar bem mais avançado, quando comparado ao caso das cidades da América Latina, decorrente da densidade técnica observada, na renovação dos espaços públicos (produção dos parques, dos jardins e dos canteiros), ainda, pelo uso de veículos e das bicicletas elétricos e as estratégias voltadas à energia limpa e eficiência energética; infraestrutura de transporte; água e saneamento; proteção ambiental; infraestrutura social e infraestrutura digital.

Todavia, deve-se manter uma agenda de pesquisa com o propósito de acompanhar os efeitos do processo de substituição do uso do solo urbano e da recuperação das estruturas existentes.

REFERÊNCIAS

BRENNER, N. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. Tradução de Daniel Sanfelici; Karen Heberle. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n.33, p.198-220, 2013.

BRENNER, N. **Espaços da Urbanização:** o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2018.

CHALAS, Y. O Urbanismo: pensamento “fraco” e pensamento prático. Tradução de Elson Manoel Pereira e Alzira Krebs. In: PEREIRA, Elson Manoel. **Planejamento Urbano no Brasil:** conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2013, p.21-46.

HARVEY, D. **A Economia Política da Urbanização**. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6wWUdFXVXrw. Acesso em: 20 jul. 2024.

JABBOUR, E. M. K. A China (muito) além da “Sopa de Wuhan”. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. Edição Abril de 2020, publicada em 17 de Abril de 2020. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-china-muito-alem-da-sopa-de-wuhan/ Acesso em: 20 jul. 2024.

JABBOUR, E. M. K.; GOMES, Willian T. S. Do planejamento soviético à Nova Economia do Projetamento. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 36, n. 1(65), 2024.

JABBOUR, E. M. K.; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, E. M. K. *et al*. A (nova) economia do projetamento: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 17-48, dez. 2020.

LI, Z.; WU, F. Socioeconomic Transformations in Shanghai (1990-2000): Policy Impacts in Global-National-Local Contexts. **Cities**, 23(4), 250-268, 2006.

LIN, G. C. S.; YI, F. Urbanização do capital ou capitalização da terra urbana? Desenvolvimento de Terras e Finanças Públicas Locais na Urbanização da China, **Geografia Urbana**, 32:1, 50-79, 2011. DOI: 10.2747/0272-3638.32.1.50.

LU, H. **Beyond the Neon Lights**: Everyday Shanghai in the Early Twentieth Century. Berkeley: University of California Press, 1999.

NOVA, V. V. F. B. **Socialismo chinês, do planejamento aos projetos urbanos e de transporte**: a planificação do desenvolvimento [urbano-regional] desigual como expressão [territorial] da "nova economia do projetamento". 2024. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR, UFRJ, 2024.

PAUTASSO. D.; NOGARA, T. **A China e a Nova Rota da Seda**: da reconstrução nacional a rivalidade sino-estadunidense. São Paulo: Editora de Cultura, 2024.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N.. Neoliberal Urbanism: Models, Moments, Mutations. **SAIS Review of International Affairs**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 49–66, 2009.

PINTO, R. M. C. A contrarrevolução urbana e o novo papel da china: questões para a urbanização brasileira. *In*: CARLOS, Ana F; CRUZ, Rita de C. A. da (orgs.). **Brasil presente**! São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 313-331.

RANGEL, I. **Elementos de Economia do Projetamento**. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

REIS, L. F. A aglomeração de Xangai e as transformações da estrutura espacial da sua área central: declínio e renovação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.22, E202002, 2020.

RIBEIRO, A. C. T. A atualização técnica do urbano. **Cidades**, Presidente Prudente, vol.5, N.8, p. 189-213, jul-dez-2008.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.1, n.16, p. 31-49, jun. 2001.

SHANGHAI URBAN PLANNING. **Shanghai Master Plan 2017-2035**. Shanghai: Shanghai Urban Planning, 2018.

SHIN, H. B.; ZHAO, Y. Urbanism as a State project. *In*: **Chinese Urbanism**. [s.l.]: Routledge, 2018. p. 30–46.

SOJA, E. W. Economic restructuring and the internationalization of Los Angeles. *In*: **The capitalist city**. SMITH, M. P.; FEAGIN, J. R. (orgs.), p.178-198. Cambridge, MA: Clackwell, 1987, p. 178-198.

WOETZEL, J.; SEONG, J.; LEUNG, N. China and the world - Inside the dynamics of a changing relationship. **McKinsey Global Institute**, [S. l.], July, p. 33, 2019.

WU, F. China's great transformation: Neoliberalization as establishing a market society. **Geoforum**, 2008.

WU, F. Commodification and housing market cycles in Chinese cities. **International Journal of Housing Policy**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 6–26, 2015.

WU, F. Emerging Chinese Cities: Implications for Global Urban Studies. **Professional Geographer**, [S. l.], v. 68, n. 2, p. 338–348, 2016.

YE, Qi *et al.* **China's New Urbanisation Opportunity**: a Vision for the 14th Five-Year Plan. London: Coalition for Urban Transitions, 2020.

YUSUF, S.; WU, Weiping. Pathway to a World City: Shanghai Rising in an Era of Globalisation. **Urban Studies**, 39(7), 1213-1240, 2002.

ZHANG, L. Economic Development in Shanghai and the Role of the State. **Urban Studies Journal Limited**, v. 40, n. 8, p. 1549-1572, jun./2003.

ZHENG, Z.; BOHONG, Z. Study on Spatial Structure of Yangtze River Delta Urban Agglomeration and its Effects on Urban and Rural Regions. **Journal of Urban Planning and Development**, 138(1), 2012, p. 78-89.

Recebido em agosto de 2024.

Revisão realizada em outubro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR CHINÊS: O CASO DA LEI DE 2010

THE CONSTRUCTION OF THE CHINESE WELFARE STATE: THE CASE OF THE 2010 LAW

LA CONSTRUCCIÓN DEL ESTADO DE BIENESTAR CHINO: EL CASO DE LA LEY DE 2010

Isis Paris Maia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
isisparismaia@gmail.com

Luciana Pazini Papi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
luppapi@yahoo.com.br

Diego Pautasso
Colégio Militar de Porto Alegre
dgpautasso@gmail.com

Destaques

- Lei de Seguro Social de 2010 que representa uma mudança qualitativa na proteção social na China e, com efeito, na construção de um Estado de Bem-Estar Social (EBS).
- A trajetória chinesa na proteção social e seguridade se baseia em experimentações e aprendizados próprios.
- A transição de uma economia planificada-estatizada para a economia de mercado socialista produziu profundas experimentações e rearranjos institucionais.
- Chaves conceituais rígidas, baseado na suposição de um modelo universal, a-histórico e idealmente concebido, não dá conta do entendimento da trajetória chinesa de construção de um Estado de Bem-Estar na China.

V. 15, n.30, 2024 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

RESUMO

O artigo analisa a influência da Lei de Seguro Social de 2010 que representa uma mudança qualitativa na proteção social na China e, com efeito, na construção de um Estado de Bem-Estar Social (EBS) moderno de orientação socialista. O acelerado desenvolvimento econômico do país pós-Reforma (1978) contribuiu, de um lado, com o avanço da mobilidade social e o fortalecimento das capacidades estatais e, de outro, com o crescimento das desigualdades, inclusive no acesso a bens e serviços públicos. Nesse sentido, argumentamos que a China tem buscado transitar de um sistema de seguridade social fragmentado e desigual para outro que busca maior coordenação nacional e universalidade. Metodologicamente, o estudo inclui revisão bibliográfica e análise dos dados relativos à proteção social, tais como seguro básico de saúde, seguro acidente de trabalho, seguro-maternidade e previdência. O principal achado é que a partir da Lei de 2010 surgiram novas legislações e correspondente ampliação da seguridade social.

Palavras-chave: China. Estado de Bem-Estar. Lei de Seguro Social de 2010. Proteção social. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The paper analyzes the influence of the 2010 Social Insurance Law, which represents a qualitative shift in social protection in China and, in effect, the construction of a modern socialist-oriented Welfare State (WS). The country's rapid economic development following the Reform Era (1978) contributed, on the one hand, to advancing social mobility and strengthening state capacities, and on the other hand, to increasing inequalities, particularly in access to public goods and services. In this context, we argue that China has been transitioning from a fragmented and unequal social security system to one that seeks greater national coordination and universality. Methodologically, the study includes a literature review and analysis of data related to social protection, such as basic health insurance, work injury insurance, maternity insurance, and pensions. The main finding is that the 2010 Law gave rise to new legislation and a corresponding expansion of social security.

Keywords: China. Welfare State. Social Insurance Law of 2010. Social protection. Development.

RESUMEN

El artículo analiza la influencia de la Ley de Seguridad Social de 2010, que representa un cambio cualitativo en la protección social en China y, de hecho, en la construcción de un moderno Estado de Bienestar (EBS) de orientación socialista. El acelerado desarrollo económico del país tras la Reforma (1978) contribuyó, por un lado, al avance de la movilidad social y al fortalecimiento de las capacidades estatales y, por otro, al aumento de las desigualdades, incluidas las relativas al acceso a bienes y servicios públicos. En este sentido, sostenemos que China ha buscado la transición de un sistema de seguridad social fragmentado y desigual a uno que pretende mayor coordinación nacional y universalidad. Metodológicamente, el estudio incluye una revisión bibliográfica y un análisis de los datos relacionados con la protección social, tales como el seguro básico de salud, el seguro por accidentes laborales, el seguro de maternidad y las pensiones. El

principal hallazgo es que, a partir de la Ley de 2010, surgieron nuevas legislaciones y la correspondiente ampliación de la seguridad social.

Palabras clave: China. Estado de bienestar. Ley de Seguridad Social de 2010. Protección social. Desarrollo.

INTRODUÇÃO

No contexto da Revolução de 1949, a China tinha quase 500 milhões de habitantes, dos quais apenas 12% viviam em cidades. Aproximadamente 17 milhões de pessoas possuíam empregos industriais com rendimentos estáveis. O restante era composto por camponeses, pequeno comércio, artesanato e/ou outros meios para a sua subsistência com rendimentos irregulares e informais. Assim, a pobreza impunha limites à capacidade extrativa para construir fundos de seguridade social e para fazer valer as bandeiras políticas revolucionárias e socialistas, de modo que o sistema de proteção social se restringia aos trabalhadores ligados às instituições e empresas públicas (Zhou, 2017).

O acelerado desenvolvimento econômico da China pós-Reforma desde os anos 1980 produziu, de um lado, uma notável mobilidade social e um fortalecimento das capacidades estatais e, de outro, o crescimento das desigualdades sociais, expressas também no acesso a bens e serviços públicos. Nesse contexto, a seguridade social foi progressivamente mercadorizada, assumida por empresas e indivíduos e/ou compartilhada por unidades subnacionais. O efeito foi a amplificação das disparidades na proteção social tanto entre áreas urbanas e rurais, quanto entre funcionários privados e públicos, bem como regionalmente.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é investigar como a Lei de Seguro Social de 2010[1], concebida para enfrentar tais desafios, têm redefinido os parâmetros da seguridade social na China. O argumento central do trabalho é que esta Lei pode representar um marco na construção do Estado de Bem-Estar Social (EBS) moderno de orientação socialista chinesa, uma tarefa complexa para um país de cerca de 1,4 bilhão de habitantes. Afinal, se nos anos 1990 ocorreram sucessivos incrementos na proteção social a partir do gradualismo das reformas e da descentralização, sugerimos que é a Lei de 2010 que tem buscado fazer o país transitar de um sistema fragmentado e desigual para outro que busca maior coordenação nacional e universalidade.

[1] Aqui a íntegra da Lei, disponível em: https://www.cecc.gov/resources/legal-provisions/social-insurance-law-of-the-peoples-republic-of-china.

Metodologicamente, o estudo inclui análise do marco legal de 2010, revisão bibliográfica e análise documental. Empiricamente, foram buscados dados relativos ao seguro básico de saúde, seguro acidente de trabalho, seguro-maternidade e previdência, de acordo com a compilação da *Statista* baseada em fontes oficiais. Além da cobertura destes indicadores de proteção social, é importante relacionar com a ampliação da capacidade estatal mensurada pela capacidade extrativa de recursos fiscais e orçamentários.

Além dessa introdução, o artigo está organizado em três seções. A primeira contextualizar panoramicamente a formação dos Estados de Bem-Estar durante o século XX de modo a elucidar seus fatores estruturantes; a segunda, apresenta o histórico de construção de um ainda embrionário EBS na China; a terceira traz a discussão da Lei de 2010 e do complexo processo de ampliação do acesso à proteção social no país.

EBS E PROTEÇÃO SOCIAL NO SÉCULO XX

Os Estados de Bem-Estar Social são formas modernas e institucionalizadas do exercício público da proteção social (Fiori, 1997), lidando com vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença e as privações (Di Giovanni 1998, p.10), diferindo pois, das formas pré-modernas baseadas na família e/ou organizações comunitárias e igrejas.

O entrelaçamento entre a expansão do sistema capitalista e os Estados modernos criou as condições para o surgimento de aglomerações urbanas e de trabalhadores que reivindicavam direitos sociais. Além dessas demandas sociais, a crise sistêmica do capitalismo, notadamente após a Grande Depressão e as Grandes Guerras[2], e a pressão do campo socialista em expansão foram determinantes para a mudança na noção de cidadania e direitos. Assim, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o Estado passou a assumir compromissos maiores para garantir renda, alimentação, saúde, habitação e educação, não mais como caridade, mas como direitos públicos para aqueles que necessitam (Wilensky, 1975). Isso combinou, primeiramente, programas contra acidente de trabalho, invalidez, seguro-desemprego e velhice; seguidos de aposentadorias

[2] Segundo Arrighi (1996), a virada do século XIX-XX até o período das Guerras marcou uma transição sistêmica da hegemonia britânica para a estadunidense, acompanhada de grande reestruturação produtiva e tecnológica, a esse fenômeno o autor cunhou o termo "crises sistêmicas do capitalismo".

por tempo de serviço e pensões; e, por fim, avançou na construção de sistemas universais de saúde e educação (Briggs, 2008).

Apesar das contradições, ocorreu uma convergência na construção das políticas de proteção no centro do capitalismo ocidental, embora com diferentes padrões e arranjos institucionais (Fiori, 1997). Tais políticas diferiam em abrangência dos segmentos sociais assistidos, bem como nas formas de pactuação e responsabilidades na relação Estado-mercado. O nível de desenvolvimento se relaciona com o incremento das capacidades estatais, tanto em termos tributários quanto burocráticos, bem como com o lugar dos países no sistema internacional. Essas diferenças históricas e institucionais foram determinantes nas possibilidades de universalização de bens e serviços públicos.

Em função dessas trajetórias e diferenças surgiram os debates e as tipologias sobre os Estados de Bem-Estar Social. Nesse sentido, o trabalho de Esping-Andersen (1989) consagrou a principal classificação em três modelos: o Liberal, presente nos países anglo-saxões e com assistência estratificada, forte atuação do mercado e precário perfil redistributivo; o Conservador/Corporativista, típico da Áustria, Alemanha, França e Itália, no qual o peso das corporações e família influencia a estratificação da atuação estatal e da cobertura da assistência; e o Social Democrata, adotado pelos países escandinavos, cujo caráter das políticas são universalistas e altamente redistributivas (Esping-Andersen, 1989).

Interessante sublinhar que as experiências socialistas, cujo ápice chegou a representar 32 países na década de 1980 (Visentini, 2013), embora determinantes na conformação dos direitos no século XX, continuaram carentes de modelos explicativos. Quase sempre a trajetória política desses países ficou resumida a chaves conceituais como ‘totalitarismo’ e/ou ‘autoritarismo’ (Fernandes, 2000), incapazes de dar conta de realidades diversas no tempo, de 1917 até hoje, e no espaço, atravessando todos os continentes, de Nicarágua e Cuba, passando por Moçambique, Iêmen, Afeganistão, Vietnã, China, União Soviética, Polônia e muitos outros.

O caso de países periféricos do sistema capitalista, como os latino-americanos, não difere muito das experiências socialistas em termos de carência de modelos explicativos. De fato, dada a diferente conformação dos sistemas de proteção social na periferia, com forte presença do Estado e níveis de cobertura e investimento em proteção distintos daqueles observados nos países centrais do capitalismo, há discussões

sobre a existência ou não de Estados de Bem-Estar Social (EBS) na América Latina (Draibe; Riesco, 2011; Filgueira, 2005; Marcel; Rivera, 2008; Martínez-Franzoni, 2008).

Conforme Steffen e Cortes (2018), correntes de análise têm construído classificações para agrupar os países com base em modelos de países centrais, aplicando diferentes critérios e levando em consideração os contextos estatais e socioeconômicos. Isso resultou em uma variedade de critérios para criar tipologias, refletindo a ampla variação em como o bem-estar é produzido em diferentes realidades. O modelo de Mesa-Lago (1978), pioneiro na análise dos EBS, observou os níveis de proteção em relação às despesas dos governos. Filgueira (2005) analisou a cobertura dos serviços, a distribuição setorial dos gastos e os tipos de serviços oferecidos, dentro dos níveis de desenvolvimento social de cada país, sugerindo três tipos de sistemas de proteção social: Universalista Estratificado, Dual e Excludente.

Draibe e Riesco (2011) sugeriram a existência do chamado Estado Desenvolvimentista de Bem-Estar Social, em que o Estado desempenha um papel ativo no crescimento econômico em paralelo com uma agenda de políticas de proteção social. Este modelo é frequentemente associado a países que, em fases de industrialização e modernização, buscaram simultaneamente promover o crescimento econômico e construir um sistema de proteção social. São os casos de alguns países do Leste Asiático, como os assim chamados Tigres Asiáticos (Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura) e, posteriormente, a própria China após a década de 1980.

Barbosa (2024), ao sumarizar o debate sobre os Estados de Bem-Estar do Leste Asiático, classificou Japão e Coreia do Sul como "desenvolvimentistas/inclusivos", pois promoveram a universalização de suas políticas sociais, mantendo, entretanto, um viés produtivista. China, Hong Kong, Malásia, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Tailândia e Vietnã são identificados como "individualistas", onde os sistemas de seguridade social são baseados em poupanças individuais e a provisão social é amplamente delegada ao mercado. Já Filipinas, Indonésia, Tailândia e Vietnã são considerados "incipientes", com seus primeiros sistemas de seguridade social unificados atingindo o patamar básico de 5% do gasto social total.

O caso da China é particularmente complexo por algumas razões. Primeiro, trata-se de um país que, apesar do entrelaçamento ao desenvolvimentismo do Leste da Ásia posterior aos anos 1980, carrega consigo a herança da revolução socialista de 1949.

Segundo o país tem dimensões demográficas e territoriais absolutamente distintas dos demais países da região e dos países ocidentais que construíram sólidos EBS. Terceiro, a definição de modelos interpretativos para a China torna-se desafiador porque o país tem passado por acelerada transformação econômica e institucional, de modo que as análises precisam de rápidas adaptações a atualizações. Na próxima seção apresentamos o caso chinês.

MUDANÇAS NA PROTEÇÃO SOCIAL NA CHINA

A Revolução de 1949 marcou o início de um complexo processo de reconstrução nacional e superação do longo Século de Humilhações. Naquele contexto, a China era o 11º país mais pobre do mundo, com um PIB per capita de 60 dólares, metade da média dos países vizinhos, e uma expectativa de vida de apenas 35 anos (Huang & Liu, 1995). Suas capacidades estatais e governamentais, assim como as produtivas e sociais (Du *et al*., 2013), estavam completamente desorganizadas.

Dentre os desafios dessa reorganização nacional, havia a criação de um embrionário sistema de proteção social. Este se iniciou prestando auxílio às vítimas de desastres e trabalhadores desempregados, sendo marcado pelo estabelecimento do seguro de trabalho em 1951[3], conhecido como *Danwei*, voltado para servidores públicos. O *Danwei* contemplou estabilidade no emprego, salário igualitário e um pacote de bem-estar, com saúde e educação. Também fornecia instalações comunitárias, com sistema de contas e orçamentos independentes, numa espécie de 'mini-estado de bem-estar' autossuficiente. Devido ao subdesenvolvimento, os recursos eram modestos e o número de seus beneficiários era muito limitado. Assim o sistema de seguridade social chinês se concentrou nas cidades, enquanto nas áreas rurais, que continham 85% da população nos anos 1950, a assistência social ficou restrita ao amparo familiar e comunitário (Heilmann, 2017).

Com a política de Reforma e Abertura (1978) desencadeada por Deng[4], o rápido crescimento econômico produziu significativa mobilidade social, em compasso

[3] Segundo o relatório da ONU Coordination and Implementation of Social Protection Systems in China. Disponível neste endereço virtual: https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2021/04/Research-onCoordination-and-Implementation-of-Social-Protection-Systems-in-China.pdf.

[4] A política de Reforma e Abertura se iniciou quando Deng Xiaoping e seus aliados reformistas chegaram ao poder substituindo Hua Guofeng em 1978 e, no mesmo ano, realizam o Terceiro Plenário do 11º Congresso do Partido Comunista Chinês cujas novas diretrizes políticas seriam consolidadas.

com a mercantilização do acesso à saúde, à educação, às pensões e outros serviços. Nesse sentido, estava em acordo com a trajetória da maioria das economias do Leste Asiático no que se refere ao provimento de bens e serviços públicos, condicionados à inserção na dinâmica de desenvolvimento nacional. A partir dos anos 1980, além da mercantilização já citada, o governo central da China delegou a responsabilidade pela provisão de bem-estar e proteção social aos governos subnacionais, mercado e famílias, de modo que a descentralização também acabou por refletir as disparidades sociais e regionais (Mok e Qian, 2017).

Dessa forma, a progressão das reformas econômicas abalou as estruturas existentes de bem-estar e seguridade social que dependiam dos setores estatais e públicos, resultando no fortalecimento da economia privada. Paralelamente, nas cidades se via um incremento da chegada de camponeses em função da flexibilização do sistema de registro de domicílio (*Hukou*), ampliando a contingente de trabalhadores informais e sem direitos, enquanto no campo se via a substituição das comunas agrícolas pelo sistema de responsabilidade familiar. Por esse motivo, a China lançou o Plano Nacional de Urbanização de Novo Tipo (2014-2020) visando reformar o sistema *Hukou* para enfrentar o desafio da cobertura de benefícios sociais urbanos à população migrante semiurbanizada (Wang, 2021).

O fato é que a "dualização" dos serviços públicos baseado nas diferenças urbano-rural e entre regiões representam desigualdades (Shan *et al*., 2021) e, por sua vez, obstáculos ao provimento de cidadania para um Estado de Bem-Estar em construção. Ademais, com a transição demográfica, acelerada pela modernização e pela política do Filho Único, foi estreitado o suporte familiar aos mais idosos. Ou seja, tudo isso tem tensionado em favor da repactuação das responsabilidades pela seguridade social entre o Estado, a sociedade e o mercado.

A transição de uma economia planificada-estatizada para a economia de mercado socialista produziu profundas experimentações e rearranjos institucionais. Por um lado, o acelerado desenvolvimento econômico proporcionou mobilidade social e excedentes fiscais para o fortalecimento das capacidades estatais. Por outro, gerou o crescimento das desigualdades e das demandas ampliadas por proteção social. Nesse contexto, coube às unidades subnacionais assumirem papel crescente na arrecadação e no fornecimento de bens públicos, como saúde e educação (Cheng, Gawande e Qi, 2022).

Um dos efeitos da descentralização político-administrativa foi as expressivas assimetrias relacionadas às disparidades do desenvolvimento e das capacidades estatais regionais e locais.

Assim, pode-se dizer que a década de 1990 foi um marco na ampliação de legislações voltadas à proteção social, representando um giro de um modelo de "segurança a partir de unidades" para outro de socialização do sistema de seguridade na China. Em 1994, foi editada a Lei do Trabalho que estabeleceu princípios jurídicos básicos do mercado de trabalho sob a economia de mercado socialista, incluindo um capítulo voltado para a seguridade social. Desde então, o Conselho de Estado tem estabelecido um conjunto de regulamentos nessa direção: em 1997, um sistema unificado de seguro de velhice para funcionários; em 1998, um sistema de seguro médico básico para funcionários urbanos; em 1999, um seguro-desemprego, entre outros. E foi especialmente desde a Terceira Sessão Plenária do 14º Comitê Central do PCCh que a responsabilidade da seguridade social passou gradualmente dos empregadores para a sociedade, e a partilha e a gestão das pensões foram basicamente socializadas, visando uma ampla cobertura, múltiplos níveis e garantia de segurança básica (Zhou, 2017).

No final de 2007, mais de dois terços dos 3.000 governos distritais chineses já haviam começado a preparar programas-piloto para a introdução de pensões baseadas em contribuições. As diretrizes estipulavam que o Estado garantiria uma pensão básica e pagaria um subsídio per capita mais baixo ao fundo do regime de pensões a cada ano, baseado na repartição dos custos entre o governo central e as províncias. O governo central concordou em pagar o valor total nas províncias ocidentais, mas apenas 50% nas províncias centrais, enquanto as ricas províncias costeiras deveriam cobrir os custos com base em sua própria renda (Heilmann, 2017).

O incremento na proteção social desde os anos 1990 tem ocorrido por meio da chamada estratégia multiponto. Trata-se de experimentar em nível subnacional e progressivamente organizar um sistema multidimensional de seguridade social mais universalizado. Como exemplifica o relatório da ONU-OIT (United Nations, 2021), Xangai assumiu a liderança no estabelecimento do sistema de segurança do padrão de vida mínimo para residentes urbanos em 1993, depois expandido a nível nacional em 1997, integrando áreas urbanas e rurais.

Observando em perspectiva, a China vinha passando por acelerado desenvolvimento e mobilidade social, porém com crescimento das desigualdades. Ao longo de duas décadas, o Índice de Gini passou de 32.2 pontos em 1990 para um máximo de 43.7 em 2010 e, desde então, tem tido um declínio tendencial que levou a 37,1 em 2020[5]. Veremos, na próxima seção, em que medida a Lei de Seguro Social[6] da República Popular da China, publicada em 2010, é parte de uma transição para um sistema de seguridade qualitativamente superior com mais coordenação nacional e universalização e, com efeito, se insere no quadro de consecução do Estado de Bem-Estar chinês.

CHINA: A LEI DE 2010 E A CONSTRUÇÃO DO EBS

Desde os anos 2000, os Planos Quinquenais têm reforçado diretrizes relacionadas à universalização de serviços e bens públicos, bem como da seguridade social. É perceptível um adensamento da agenda de política social voltada à erradicação da pobreza, ao enfrentamento das desigualdades e à ampliação da proteção social. É nesse contexto que se insere o conceito de "sociedade harmoniosa" lançado sob a presidência de Hu Jintao. Inclusive, foi no 12º PQ (2011-2015) é que foi delineado de forma mais sistemática as diretrizes voltadas à construção de um Estado de Bem-Estar chinês. Neste, é dedicado uma seção ao tema, intitulada *Parte VIII: Melhorar o bem-estar das pessoas, estabelecer e melhorar o sistema de serviço público básico* e 6 capítulos (do 31 ao 36), apresentando uma sistematização sobre regime de pensões e provimento de serviços públicos (Maia, 2023).

Desde então, o governo chinês tem priorizado a reforma social, dando ênfase a novos programas sociais para residentes urbanos e rurais, empregados flexíveis, camponeses e trabalhadores migrantes. Isso implica em financiamento público substancialmente maior para tais programas, como ilustra um crescimento acima do PIB com despesas de segurança e assistência social, educação e saúde (Mok e Qian, 2018).

Nesse sentido, a promulgação da Lei de Seguro Social (2010) foi um marco no desenvolvimento do sistema jurídico da segurança social na China. Se a política de

[5] Ver dados do Banco Mundial, disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=CN-BR.

[6] Íntegra da nova Lei de 2010, disponível em: https://www.cecc.gov/resources/legal-provisions/social-insurance-law-of-the-peoples-republic-of-china.

Reforma e Abertura esteve na base do desenvolvimento e, consequentemente, da mobilidade social e das capacidades estatais, também contribuiu para o crescimento das desigualdades. A mercantilização do acesso a bens e serviços ocorreu em compasso com a desintegração de parte da economia estatizada e da economia familiar camponesa. Agora estamos diante de uma nova reestruturação das relações entre o Estado, as empresas e os indivíduos e, por sua vez, de nova institucionalidade.

A Lei do Seguro Social, promulgada pelo Comitê Permanente da APN em 2010, foi a primeira legislação de proteção e seguridade social sistemática e abrangente. Abrangendo seguro básico de pensão, seguro médico básico, seguro contra acidentes de trabalho, seguro-desemprego e seguro-maternidade, trata-se do marco legal para o desenvolvimento futuro de disposições constitucionais mais detalhadas para a sua implementação. Com efeito, em 2011, o regime de pensões dos trabalhadores urbanos foi alargado para cobrir os não empregados; em 2012, foi alcançada a cobertura completa pelo seguro de pensões da população urbana e rural; em 2013, foi alcançada a cobertura total pelo seguro médico básico da população rural; e em 2014, os regimes de pensões para as zonas urbanas e as zonas rurais, respectivamente, foram unificadas num único sistema (Chen, 2022).

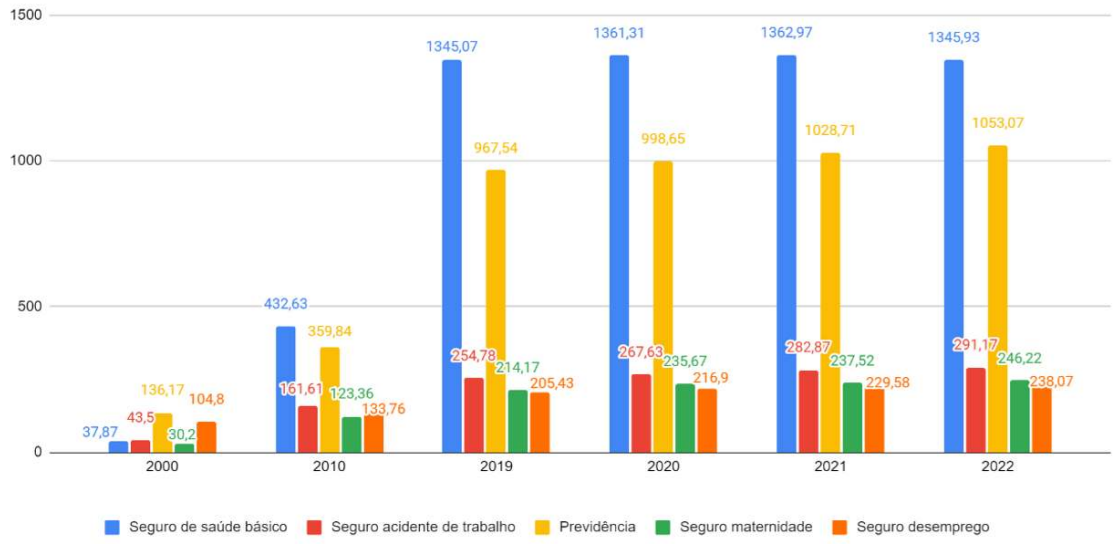
O modelo classificado por Dalen (2020) como “individualista” já perdeu sua capacidade explicativa, pois o país transita para a construção de um novo sistema de bem-estar com aspirações universais e equitativas, sobretudo a partir de Hu Jintao e Xi Jinping. Historicamente, como destacam Midgley *et al*., (1999), as famílias ou redes comunitárias foram chave na proteção e estabilidade social. Sob a influência cultural confucionista, além dos laços familiares fortes, do imperativo da harmonia social e da disciplina e ética do trabalho, é determinante uma autoridade estatal capaz de contribuir para esse ordenamento social garantindo direitos específicos (Midgley *et al.*, 1999). É sobre essas heranças civilizacionais que o PCCh tece sua trajetória.

Com efeito, a ampliação do acesso à proteção social na China tem aparecido de forma crescente nos Planos Quinquenais, como destacamos. Um corolário de tais diretrizes é a Lei de 2010 que, conforme sugerimos, representa a transição de um sistema de seguridade fragmentado e díspar para outro universalizante. Trata-se da construção dos EBS a partir da liderança do PCCh e dos ideais que deram origem à Nova China.

Para tanto, a China também tem incrementado suas capacidades estatais, notadamente tributárias. A relação impostos/PIB da China partiu de 16,9% em 2007 para 20,1% em 2022, ultrapassando a média dos países da Ásia-Pacífico de 19,3%, mas que ainda está bem abaixo da média dos países da OCDE de 34%[7]. Com efeito, o progressivo desenvolvimento da China incrementou a capacidade extrativa, crucial para enfrentar as crescentes demandas sociais e o objetivo de ampliar o acesso a bens e serviços públicos, bem como o enfrentamento à pobreza e às desigualdades.

A Lei de 2010 é uma das muitas legislações que têm sido promulgadas desde a virada do século XXI voltadas à proteção social. Os dados relativos à população coberta (milhões de habitantes) com seguro básico de saúde, seguro acidente de trabalho, seguro-maternidade e cobertura previdenciária são insofismáveis (Figura 1). Nesse sentido, o objetivo da universalização da seguridade social cumpre com as diretrizes ideológicas que deram origem à Revolução de 1949 e, com efeito, na construção do Estado de Bem-Estar de orientação socialista.

Figura 1: Evolução na universalização de direitos (cobertura por milhão em população)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Statista[8]

[7] Ver Revenue Statistics in Asia and the Pacific 2024 ─ China, disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/topics/policy-sub-issues/global-tax-revenues/revenue-statistics-asia-and-pacific-china.pdf.

[8] https://www.statista.com/statistics/1168852/china-number-of-people-covered-by-different-types-of-social-insurance/.

O incremento da carga tributária e a ampliação da proteção social sinalizam a direção do desenvolvimento e da construção institucional da China. É uma mudança qualitativa pelo qual o país vem passando, após quatro décadas de crescimento acelerado. Sugerimos que essa Lei de 2010 converge com os objetivos e dinâmicas recentes de construção de um Estado de Bem-Estar Social moderno de orientação socialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não resta dúvida que a Lei de Seguro Social de 2010 representa um marco na proteção e seguridade social sistemática e abrangente do país. O fortalecimento das capacidades estatais após um ciclo de desenvolvimento acelerado tem permitido a ampliação da cobertura em seguro básico de saúde, seguro acidente de trabalho, seguro-maternidade e cobertura previdenciária.

Essa trajetória chinesa é, contudo, singular, pois se baseia em experimentações e aprendizados próprios. Não obedeceu aos mesmos determinantes da conformação dos Estados de Bem-Estar no Ocidente, fruto de crises do capitalismo e pressões sociais internas e internacionais do campo socialista. Ao contrário, trata-se do coroamento do projeto político enraizado em 1949, combinado com as lições decorrentes do colapso do socialismo real em 1991. Além disso, o país tem adentrado novas fronteiras tecnológicas, sobretudo em serviços públicos digitais, que permitem desenvolver formas elevadas de governo digital e planejamento voltado a ampliar o acesso a bens e serviços - mas sem estar subordinado à lógica do capital.

E é por isso que chaves conceituais rígidas, baseado na suposição de um modelo universal, a-histórico e idealmente concebido, não dá conta do entendimento da trajetória chinesa de construção de um Estado de Bem-Estar na China. Ademais, o país asiático está lidando com as especificidades de partir da periferia do sistema, com dimensões continentais e enorme população, e firmar uma orientação socialista mesmo diante da supremacia global dos desígnios neoliberais. Ao invés da restauração capitalista, trata-se de uma mudança de estágio do desenvolvimento da China que converge com os objetivos da revolução de 1949.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **O longo século XX.** São Paulo/Rio de Janeiro: UNESP/Contraponto, 1996.

BARBOSA, P. Estados de bem-estar do Leste Asiático: uma análise das transformações após os anos 2000. **Economia e Sociedade.** 33 (1), Jan-Apr 2024.

BRIGGS. A. The Welfare State in Historical Perspective **The Welfare State reader**. Cambridge: Polity Press, p. 16-29, 2008.

CHEN, A. Law and Social Policy in the People's Republic of China From Communism to Marketisation. DAVY, U.; CHEN, A. **Law and Social Policy in the Global South.** London: Routledge, p. 39-164, 2022.

CHENG, H; GAWANDE, K; QI, S. State capacity, economic output, and public goods in China. **World Development.** Vol. 158, 2022.

DALEN, K. Welfare and social policy in China: building a new welfare state. In: HANSEN, A.; BEKKEVOLD, J. I.; NORDHAUG, K. (Ed.). **The socialist market economy in Asia***:* development in China, Vietnam and Laos. Singapore: Springer Singapore, p. 267-290, 2020.

DI GIOVANNI, A. **Política Social: Temas e Questões**. Cortez Editora. 1998.

DRAIBE, S.; RIESCO, M. The Developmental Welfare State in Latin America: Concepts, Models, and Policies. DEVLIN, R.; CAMARGO, R.; CAMPOS, D. (Eds.), **The Political Economy of Development in Latin America: Growth, Inequality, and Globalization.** Palgrave Macmillan, p. 63-90, 2011.

DU; *et al*. China in the period of transition from scarcity and extensive undernutrition to emerging nutrition-related non-communicable diseases, 1949-1992. **Obesity Reviews**, v. 15. n.1, p. 8–15, janeiro. 2013.

ESPING-ANDERSEN, G. **The Three Worlds of Welfare Capitalism.** Polity Press, 1989.

FERNANDES, L. **O enigma do socialismo real**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FILGUEIRA, F. The Latin American social states: Critical junctures and critical choices. In K. M. Weyland, R. L. Madrid, & W. H. Hunter (Eds.). **Leftist governments in Latin America: Successes and shortcomings**. Cambridge University Press, p. 80-103, 2005.

FIORI, J. L. **Estado de** Bem Estar **Social: Padrões e Crises. PHYSIS: Rev. Salide Coletiva, Rio de Janeiro, 7(2):** p. 129-147, **1997.**

HEILMANN, S. **China's Political System.** London: Rowman & Littlefield, 2017.

HUANG, R; LIU, Y. **Mortality Data of China Population**. Beijing: China Population Publishing House, 1995.

MAIA, I. **Políticas direcionadas ao enfrentamento da extrema pobreza na China: Uma análise dos arranjos de implementação.** 103 f. Orientadora: Luciana Pazini Papi. Trabalho de conclusão de curso (Especialização). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Políticas Públicas, Porto Alegre, 2023.

MARCEL, M.; RIVERA, D. Social policy, development, and citizenship in Latin America. **International Journal of Social Welfare***, 17*(3), p. 251-263. 2008.

MARTÍNEZ-FRAZONI, J. Welfare regimes in Latin America: Capturing constellations of markets, families, and policies. **Latin American Politics and Society**, *50*(2), 67-100. 2008.

MESA-LAGO, C. **Social Security in Latin America: Pressure Groups, Stratification, and Inequality.** University of North Carolina Press. 1978.

MIDGLEY, J.; GOODMAN, R.; WHITE, G.; KWON, H. The East Asian Welfare Model: Welfare Orientalism and the State. **Journal of Asian Studies**, 1999.

MOK, K, QUIAN, J. **Um novo regime de bem-estar em formação? Pragmatismo assistencialista paternalista na China**. Journal of European Social Policy ,V.29, p. 100–114, fevereiro, 2019.

SHAN, J.; GENG, Y.; FU, J.; YU, B. Public Service Provision in China: Towards a More Equal Access System. In: Pryce, G., Wang, Y.P., Chen, Y., Shan, J., Wei, H. (eds) **Urban Inequality and Segregation in Europe and China.** The Urban Book Series. Springer, 2021.

STEFFEN, C.; CORTES, G. A Critical Review of Welfare State Typologies: A Latin American Perspective. **Social Policy & Administration**, 52(5), p. 1033-1050. 2018.

UNITED NATIONS. **Research on Coordination and Implementation of Social Protection Systems in China**. New York: UN DESA, 2021. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2021/04/Research-on-Coordination-and-Implementation-of-Social-Protection-Systems-in-China.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

VISENTINI, P. **Revoluções e regimes marxistas.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

WANG, X. Permits, Points, and Permanent Household Registration: Recalibrating Hukou Policy under "Top-Level Design". **Journal of Current Chinese Affairs.** 2021, Vol. 49(3) 269–290 ª The Author(s) 2020.

WILENSKY, H. The Welfare State and Equality: **Structural and Ideological Roots of Public Expenditures.** University of California Press, 1975.

ZHOU, H. **Towards a Society with Social Protection for All: A Concise History of Social Security Transformation in Modern China.** Springer: Singapure, 2017.

Recebido em julho de 2024.

Revisão realizada em outubro de 2024.

Aceito para publicação em mês de 2024.

A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE: A INFLUÊNCIA DA CULTURA CHINESA NA DIPLOMACIA E NAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA

TRADITION AND MODERNITY: THE INFLUENCE OF CHINESE CULTURE ON DIPLOMACY AND BRAZIL-CHINA RELATIONS

LA TRADICIÓN Y LA MODERNIDAD: LA INFLUENCIA DE LA CULTURA CHINA EN LA DIPLOMACIA Y LAS RELACIONES BRASIL-CHINA

Gabriel Nascimento Damianik Valdetaro
Capital University of Physical Education and Sports
gndvaldetaro@gmail.com

Melissa Cambuhy
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
melissacambuhy@hotmail.com

Zhang Changnian
Capital University of Physical Education and Sports
zhangchangnian@cupes.edu.cn

Destaques

- O objetivo do presente trabalho consiste em analisar como a cultura tradicional chinesa molda a diplomacia do país, com foco nas relações sino-brasileiras.
- A China, com sua rica história e filosofia, combina tradições milenares com a ideologia marxista para construir uma diplomacia única.
- Conceitos como harmonia, respeito e cooperação, presentes em filosofias como o confucionismo e o taoísmo, são fundamentais para a diplomacia chinesa.
- A parceria entre Brasil e China, marcada pela cooperação em diversas áreas, é um exemplo de como a diplomacia cultural chinesa funciona na prática.
- A China busca fortalecer os laços com o Sul Global, onde o Brasil desempenha um papel crucial.

V. 15, n.30, 2024 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

RESUMO

O objetivo do presente trabalho consiste em analisar como a cultura tradicional chinesa molda a diplomacia do país, com foco nas relações sino-brasileiras. A China, com sua rica história e filosofia, combina tradições milenares com a ideologia marxista para construir uma diplomacia única. Conceitos como harmonia, respeito e cooperação, presentes em filosofias como o confucionismo e o taoísmo, são fundamentais para a diplomacia chinesa. A parceria entre Brasil e China, marcada pela cooperação em diversas áreas, é um exemplo de como a diplomacia cultural chinesa funciona na prática. A China busca fortalecer os laços com o Sul Global, onde o Brasil desempenha um papel crucial. A diplomacia cultural chinesa, através de intercâmbios e iniciativas conjuntas, promove o entendimento mútuo e a construção de um futuro mais próspero para ambos os países. Por conseguinte, a cultura chinesa é um elemento fundamental na diplomacia do país, influenciando suas relações internacionais. A parceria entre Brasil e China é um exemplo emblemático dessa abordagem, mostrando o potencial da diplomacia cultural para promover a paz e a prosperidade comum.

Palavras-chave: Cultura tradicional chinesa; Diplomacia chinesa; Relações sino-brasileiras; Cooperação; Diplomacia cultural.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze how traditional Chinese culture shapes the country's diplomacy, with a focus on Sino-Brazilian relations. China, with its rich history and philosophy, combines millennia-old traditions with Marxist ideology to build a unique diplomacy. Concepts such as harmony, respect, and cooperation, present in philosophies like Confucianism and Taoism, are fundamental to Chinese diplomacy. The partnership between Brazil and China, marked by cooperation in various areas, is an example of how Chinese cultural diplomacy works in practice. China seeks to strengthen ties with the Global South, where Brazil plays a crucial role. Chinese cultural diplomacy, through exchanges and joint initiatives, promotes mutual understanding and the construction of a more prosperous future for both countries. Consequently, Chinese culture is a fundamental element in the country's diplomacy, influencing its international relations. The partnership between Brazil and China is an emblematic example of this approach, showing the potential of cultural diplomacy to promote peace, prosperity, and sustainable development.

Keywords: Traditional Chinese culture; Chinese diplomacy; Sino-Brazilian relations; Cooperation; Cultural diplomacy.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo consiste en analizar cómo la cultura tradicional china moldea la diplomacia del país, con un enfoque en las relaciones sino-brasileñas. China, con su rica historia y filosofía, combina tradiciones milenarias con la ideología marxista para construir una diplomacia única. Conceptos como armonía, respeto y cooperación, presentes en filosofías como el confucionismo y el taoísmo, son fundamentales para la diplomacia china. La asociación entre Brasil y China, marcada por la cooperación en

diversas áreas, es un ejemplo de cómo funciona en la práctica la diplomacia cultural china. China busca fortalecer los lazos con el Sur Global, donde Brasil desempeña un papel crucial. La diplomacia cultural china, a través de intercambios e iniciativas conjuntas, promueve el entendimiento mutuo y la construcción de un futuro más próspero para ambos países. Por consiguiente, la cultura china es un elemento fundamental en la diplomacia del país, influyendo en sus relaciones internacionales. La asociación entre Brasil y China es un ejemplo emblemático de este enfoque, mostrando el potencial de la diplomacia cultural para promover la paz, la prosperidad y el desarrollo sostenible.

Palabras clave: Cultura tradicional china; Diplomacia china; Relaciones sino-brasileñas; Cooperación; Diplomacia cultural.

INTRODUÇÃO

O Brasil, maior país da América Latina, não é apenas um centro de investimentos no continente, mas também um reflexo das relações diplomáticas com outras nações da região. Como um *big-player* de proporções continentais, o Brasil, enquanto país em desenvolvimento, atrai uma diplomacia com características especiais por parte da China. Na segunda metade do século XX, com a implementação de diversos regimes autoritários alinhados aos EUA na América Latina, seguindo a lógica da Guerra Fria, e com o início da ditadura militar no Brasil em 1964, o país se afastou e cortou de vez suas relações diplomáticas com a China. Foi somente em agosto de 1974, com uma diplomacia mais pragmática, que ambos os países estabeleceram laços diplomáticos oficiais.

Apesar dos atritos gerados pela Guerra Fria, ao longo dos últimos 50 anos, as relações diplomáticas entre o Brasil e a China têm se fortalecido, marcadas por uma série de iniciativas de cooperação acompanhadas por intercâmbios culturais e acordos nessa área. Esses esforços refletem distintos aspectos da cultura e tradição chinesa que foram absorvidos pela diplomacia chinesa em diferentes eras da República Popular da China. Desde o estabelecimento das relações diplomáticas em 1974, ambos os países têm buscado aprofundar seus laços econômicos, políticos e culturais, elevando as relações a um nível de parceria estratégica que beneficia ambas as nações.

A diplomacia chinesa é profundamente moldada por uma rica herança cultural que combina tradições milenares com a ideologia marxista, fazendo da filosofia tradicional chinesa um componente importante que influencia a forma como a China se apresenta no cenário internacional e como estabelece novas políticas e relações com outros países. A cultura é o que molda o comportamento e as ações de uma sociedade, e

o povo de um país é o seu maior patrimônio cultural. Desde a fundação do Partido Comunista da China (PCCh), a filosofia marxista se espalhou rapidamente pela sociedade chinesa. Em menos de 30 anos, o Partido, que começou com 57 membros, já contava com milhões de membros e havia fundado a República Popular da China.

Os aspectos culturais da sociedade chinesa que permitiram o florescimento tão rápido da ideologia marxista são os mesmos que se fundiram com essa ideologia e hoje permeiam os conceitos da diplomacia chinesa. O Pensamento Cultural de Xi Jinping enfatiza a herança e o desenvolvimento da excelente cultura tradicional da China, considerando-a uma parte importante da diplomacia e do *soft powe*r com características chinesas. Algumas correntes filosóficas milenares, como o confucionismo e o taoísmo, apresentam conceitos que não estão distantes dos propostos pela diplomacia chinesa. O conceito confucionista de harmonia na diferença, ou o conceito taoísta de harmonia do homem com a natureza, por exemplo, são fundamentais para a diplomacia chinesa.

A prática do Kung Fu, por exemplo, além de ser uma arte marcial, é uma expressão cultural que simboliza disciplina, autocontrole e força interior. Essas tradições não são apenas práticas culturais, mas também ferramentas de *soft power* que a China utiliza para projetar uma imagem positiva no exterior. Já a ideologia marxista é o que moldou a diplomacia chinesa. Tudo isso parece ter se cristalizado para formar conceitos como a construção de uma Civilização Ecológica e de uma Comunidade Global de Futuro Compartilhado para a Humanidade, que é o foco da diplomacia chinesa atualmente, enfatizando a cooperação internacional, paz e desenvolvimento sustentável, alinhados aos ideais da cultura tradicional chinesa promovida pelo PCCh.

Nesse sentido, a China dá ênfase especial às relações com o Sul Global, onde o Brasil desempenha um papel crucial. Sendo a China o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental e o Brasil o maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental, ambos fundadores dos BRICS, suas políticas diplomáticas refletem essa parceria estratégica. Este artigo explora como a integração dessas tradições culturais e ideológicas molda a diplomacia chinesa contemporânea, focando particularmente nas relações sino-brasileiras e no contexto da cooperação Sul-Sul. Destacamos como a diplomacia cultural da China contribui para fortalecer esses laços e promover um entendimento mútuo entre as nações. Ao examinar essas dinâmicas, buscamos oferecer

uma compreensão mais profunda da diplomacia cultural chinesa e seu papel na construção de uma comunidade global de futuro compartilhado.

A CULTURA TRADICIONAL NA DIPLOMACIA CHINESA

Bases Filosóficas da Diplomacia Chinesa e suas Divergências com os Valores Ocidentais

Antes de discutir os aspectos filosóficos e tradicionais presentes na diplomacia chinesa, é crucial salientar que esses elementos são vistos como heranças culturais que determinam a identidade do povo chinês e recebem apoio do governo como forma de conservar suas tradições, identidades e cultura, além de influenciar o pensamento chinês como um todo, mas não como uma teoria base oficial que guia as políticas de Estado. O Estado chinês adere ao pensamento Marxista-Leninista do socialismo científico, e a ciência marxista é a base e o alicerce das políticas de Estado da China.

Ao mesmo tempo, não se pode negar a história e a cultura de um povo. As manifestações culturais tradicionais são o que dão força, identidade e coesão a uma nação. Lenin salientou que "O marxismo ganhou seu significado histórico universal como a ideologia do proletariado revolucionário porque não rejeitou de forma alguma as conquistas mais valiosas da época burguesa, mas, ao contrário, assimilou e reformulou tudo o que era de valor em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e da cultura humanos". Cada Estado tem sua própria maneira de interpretar sua cultura. A cultura e a história não são formas fixas e imutáveis; as condições materiais de cada realidade determinam a forma com que cada país e, consequentemente, cada povo interpretará sua própria história e lidará com suas manifestações culturais.

Assim, observamos que Estados distintos têm modos variados de interpretar e promover seus valores culturais, com implicações profundas em suas políticas internas e externas. No contexto global, a comparação entre China e Estados Unidos é particularmente relevante para entender essas diferenças. Aproveitando sua força econômica e geopolítica mundial, os Estados Unidos e outras potências ocidentais divulgam seus próprios valores culturais. Este sistema econômico e social distinto do sistema chinês torna a interpretação de seus valores culturais divergentes das

interpretações chinesas. Geograficamente separados, ambos os países têm não somente suas bases filosóficas e históricas distintas, mas os mesmos valores considerados "universais" recebem diferentes interpretações devido a seus sistemas econômicos e sociais divergentes.

Demonstrações de como valores específicos podem ser interpretados de maneiras distintas em diferentes sociedades são evidentes ao considerarmos o conceito de 'liberdade', um valor central na sociedade dos Estados Unidos da América. Nos Estados Unidos, a concepção de liberdade está intrinsecamente ligada aos princípios do liberalismo democrático, enfatizando a autonomia individual, os direitos civis e políticos individuais, e a liberdade de escolha como fundamentais para a realização pessoal, ainda que frequentemente às custas de terceiros. Esta perspectiva valoriza a liberdade como um ideal abstrato e universalmente aplicável.

Por outro lado, na República Popular da China, a noção de liberdade adquire contornos distintos, refletindo sua herança cultural e o sistema socialista. Aqui, a ênfase recai mais sobre o bem-estar coletivo, a segurança pessoal e a realização material, se relacionando com a concepção de harmonia social e estabilidade. Nesta interpretação, a liberdade é percebida menos como um direito individual abstrato e mais como uma garantia de condições materiais básicas, acesso a serviços públicos e segurança pessoal, essenciais para o bem-estar da comunidade e para a manutenção da ordem social. Assim, enquanto nos Estados Unidos prevalecem valores de liberdade entendidos de forma abstrata e individualista, na China a liberdade é entendida em termos mais concretos e comunitários, destacando a importância do equilíbrio entre autonomia individual e coesão social.

Levando em conta esse contexto, os Estados Unidos, ao longo de sua história recente, têm utilizado sua influência no mundo para alcançar seus próprios objetivos estratégicos diplomáticos e estabelecer uma hegemonia no campo ideológico, frequentemente controlando e interferindo nos assuntos internos de outros países e utilizando diversos métodos de comunicação modernos para promover valores culturais alinhados à sua ideologia e interesses nacionais. Sendo a China uma potência mundial em ascensão de orientação socialista, e percebida como uma ameaça à hegemonia dos EUA, este e outros países ocidentais aliados concentram-se na promoção da hegemonia cultural para contrabalancear a influência chinesa.

Para proteger sua soberania, cultura e valores nacionais, a China adota políticas de proteção dos seus principais elementos culturais, utilizando elementos de comunicação modernos para organizar e integrar seu próprio sistema de indústria cultural e construir uma força capaz de competir com a cultura ocidental. Nesse sentido, a diplomacia cultural chinesa, fundamentada em seus valores tradicionais, emerge como um instrumento estratégico para afirmar sua identidade no cenário global e resistir à hegemonia cultural ocidental.

Concluindo, a compreensão das diferentes interpretações de valores como a liberdade entre Estados Unidos e China evidencia as profundas influências culturais e ideológicas que moldam as políticas de cada nação. Essas diferenças são fundamentais para entender as abordagens divergentes na diplomacia cultural e na promoção de seus respectivos valores no cenário internacional. É nesse contexto que se revela a importância da cultura tradicional chinesa na diplomacia chinesa, a qual exploraremos a seguir, destacando sua relevância na formação das estratégias de política externa da China contemporânea.

Dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica à Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade: Como a filosofia tradicional chinesa (Confucionismo, Budismo e Taoísmo) influenciou a diplomacia chinesa

A diplomacia chinesa, desde a fundação da RPC, passou por diversas fases. Mas em todas essas fases, apesar de diferentes formas de se relacionar com os países, seguiu alguns princípios comuns. Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica foram anunciados pela primeira vez pelo então primeiro-ministro chinês Zhou Enlai num acordo entre a China e a Índia assinado em Pequim em 28 de abril de 1954 e, desde então, tem orientado suas relações com os países vizinhos e servido como base para a participação da China nos assuntos internacionais. Estes princípios são:

- Respeito mútuo pela integridade e soberania territorial uns dos outros,
- Não agressão mútua,
- Não interferência mútua nos assuntos internos uns dos outros,
- Igualdade e benefício mútuo, e
- Coexistência pacífica.

Ao comemorar o 70º aniversário da promulgação dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, o presidente, Xi Jinping, assegurou no Grande Palácio do Povo que advoga para que os países, "sejam grandes ou pequenos, fortes ou fracos, pobres ou ricos" sejam membros igualitários da comunidade internacional e compartilhem os interesses, os direitos e as responsabilidades nos assuntos internacionais. Também adicionou que "todos os países devem enfrentar juntos os desafios, alcançar a prosperidade comum, construir um mundo aberto, inclusivo, limpo e belo de paz duradoura, segurança universal e prosperidade comum, assim como promover uma convivência pacífica mais segura e próspera da humanidade" e que "que tomemos a comemoração pelo 70º aniversário dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica como ponto de partida para assumir a missão histórica e avançar de mãos dadas com determinação, em um esforço conjunto para promover a construção da comunidade de futuro compartilhado da humanidade e criar um futuro mais belo para a sociedade humana".

A Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade, por sua vez, é um conceito apresentado pelo atual secretário-geral do Partido Comunista da China, Xi Jinping, pela primeira vez em março de 2013. De acordo com o livro-branco "Construir em Conjunto a Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade: Iniciativas e Ações da China", este conceito destaca que o futuro e destino de todas as nações, países e pessoas estão intimamente ligados, e que é necessário promover a construção de um mundo de paz duradoura, segurança universal, prosperidade comum, abertura e inclusão, limpeza e beleza, permitindo que todos os países se tornem tanto participantes quanto contribuintes e beneficiários da paz e desenvolvimento mundial.

Pode-se perceber que ambos os conceitos apresentam ideias comuns para a relação diplomática com outros países e que tem raízes no profundo patrimônio cultural da China. A história de 5.000 anos da civilização chinesa nos mostra que a paz e a harmonia são conceitos centrais da herança e do desenvolvimento da cultura chinesa e uma busca espiritual inerente da civilização chinesa desde sua origem. Se não compreendermos profundamente as características históricas da civilização chinesa, cairemos na armadilha ocidental de que "um país forte deve ser hegemônico" e não compreenderemos a herança histórica e cultural dos esforços da China para construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade. Agora, iniciaremos uma

discussão de como esses conceitos, e outras políticas da diplomacia chinesa associada a eles, se relacionam com a filosofia tradicional chinesa.

A DIVERSIDADE FILOSÓFICA DA CHINA E SUA INFLUÊNCIA NA DIPLOMACIA CONTEMPORÂNEA

A nação chinesa é uma nação historicamente multiétnica e culturalmente diversa. Devido à sua longa história e seu vasto território, a República Popular da China atualmente conta com 56 etnias diferentes e as mais diversas expressões culturais. Isso se observa especialmente no pensamento de tolerância dos chineses e em sua rica base filosófica histórica, o que se estende à sua diplomacia e à maneira como lida com diferentes culturas e sistemas políticos ao redor do mundo. A China tem três principais correntes filosóficas, sendo elas: O Confucionismo, o Taoísmo e o Budismo. Apesar de terem havido conflitos ao longo da história entre as três filosofias, no geral elas sempre conviveram em harmonia e, inclusive, se misturaram uma à outra. É comum ver templos de cada uma dessas três filosofias existindo em harmonia, próximos uns aos outros e, mesmo no aspecto religioso que se desenvolveu a partir dessas filosofias, o sincretismo foi muito grande, inclusive, dando origem ao que se chama de “Religião Tradicional Chinesa” que é a crença espiritual dominante no país e que mistura aspectos das três filosofias e da mitologia chinesa.

O Confucionismo, fundado por Confúcio, é um dos pilares da cultura chinesa. Seus princípios centrais, como ren (仁, benevolência), yi (义, justiça), li (礼, cortesia) e zhi (智, sabedoria), influenciaram enormemente a forma que os chineses estruturaram as suas instituições ao longo da história, a maneira que se relacionam na sociedade, e seus valores são fundamentais para a forma como a China se relaciona com outras nações. O Taoísmo, filosofia introduzida por Laozi no século 8 a.C, introduz princípios como wu wei (无为, não-ação) e ziran (自然, naturalidade). É uma filosofia camponesa e local da China, que enfatiza a harmonia do homem com a natureza e influencia enormemente a forma que os chineses enxergam a espiritualidade e a conexão entre todas as coisas do universo. Com características chinesas marcantes, influenciou a psicologia, costumes, hábitos, a ciência, a ecologia e muitos aspectos da vida social e política chinesa. Já o Budismo, integrado na cultura chinesa há séculos, traz princípios como a compaixão (慈

悲, cí bēi) e a sabedoria (智慧, zhì huì). O Budismo chegou na China a partir da Índia, demonstrando a tolerância chinesa por culturas estrangeiras, e logo se fundiu à cultura local, principalmente ao Taoísmo, dando origem ao Budismo Chinês, ou Budismo Chan, ou Zen, como ficou conhecido após ser levado para o Japão. Em contraste com preocupações metafísicas que moldaram outras escolas do budismo, as preocupações definidoras do Budismo Chinês eram experienciais e relacionais, dando ênfase à meditação e à visão direta da realidade.

As três filosofias contém ideias ricas de igualdade. Por exemplo, Laozi diz que "O caminho do céu é reduzir o excedente e complementar a deficiência", Confúcio defende "ensinar sem distinção" e o Budismo enfatiza a "igualdade de todos os seres".

Em um famoso discurso em um simpósio com professores e estudantes da Universidade de Pequim em 4 de maio de 2014, o presidente Xi Jinping disse: “A civilização chinesa dura milhares de anos e tem seu próprio sistema de valores único. A excelente cultura tradicional chinesa tornou-se o gene da nação chinesa, enraizada nos corações do povo chinês e influenciou o modo de pensar e o comportamento do povo chinês. Hoje, defendemos e promovemos o sistema de valores-chave do socialismo chinês, e devemos cultivá-los, caso contrário não haverá vitalidade e influência. Por exemplo, a cultura chinesa enfatiza: as pessoas são a base do país (‘民惟邦本’), harmonia entre o homem e a natureza (‘天人合一’), harmonia na diferença (‘和而不同’). Tais pensamentos e ideias, sejam no passado ou agora, têm características nacionais distintas e seu valor é atemporal.”

Confucionismo

A filosofia confuciana dá ênfase ao conceito de 和而不同 (hé ér bù tóng, harmonia sem uniformidade; ou harmonia na diferença). O primeiro caractere, 和 (hé) simboliza paz e harmonia. E 而 (ér) significa e, mas e, 不同 (bù tóng), diferença. Este conceito enfatiza a importância de buscar a harmonia sem eliminar as diferenças. Na diplomacia, isso se reflete na capacidade da China de trabalhar com diversas nações, respeitando suas diferenças culturais e políticas. O atual presidente da China, Xi Jinping, enfatizou na abertura da Conferência Anual do Fórum Boao para a Ásia em 2018 “Ao encarar o futuro, devemos ser inclusivos e harmoniosos ao mesmo tempo que somos

diferentes" mencionando o conceito acima apresentado. O mesmo ocorreu em 2015 na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em seu discurso cujo o título era "Trabalhando juntos para forjar uma nova parceria de cooperação ganha-ganha e criar uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade", quando ele enfatizou: "Para convivermos bem entre as civilizações, precisamos do espírito da harmonia na diversidade ("和而不同") … devemos aumentar os intercâmbios entre civilizações para promover a harmonia, a inclusão e o respeito pelas diferenças".

No próprio discurso do presidente, acerca da criação de uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade, ele menciona este conceito confuciano, mostrando que a base teórica do conceito de comunidade de futuro compartilhado para a humanidade, uma contribuição chinesa para um novo tipo de relações internacionais, também absorveu muito da cultura tradicional chinesa, indicando que esta traz grandes contribuições para a humanidade. Ao mesmo tempo, sugere que os ideais presentes na filosofia confucionista também serviram de base para o florescimento dos ideais marxistas, que buscam um tipo de relação mais igualitária entre as diferentes nações do mundo.

Taoísmo

Em relação à filosofia taoísta, abordaremos dois conceitos principais, 天人合一 (tiān rén hé yī, Harmonia entre o homem e a natureza) e 天下一家 (tiān xià yī jiā, O mundo como uma família). O primeiro sugere uma harmonia intrínseca entre o ser humano e a natureza. Em uma tradução exata, '天人' significa 'o homem e o céu', e '合一' significa 'em unidade', sendo 'o céu' a representação das forças da natureza. Quando os chineses se referem ao 'céu', podemos entendê-lo como todas as coisas do mundo e as leis da natureza. Na cultura tradicional chinesa, as pessoas têm um sentimento de admiração e reflexão em relação ao 'Céu'. O Homem e o Céu não estão em oposição ou separação, mas são mutuamente dependentes e correspondentes. Portanto, existe um sentido de unidade entre o homem e o Céu. Esta unidade também é defendida e está presente no Confucionismo e no Budismo, mas é especialmente importante no Taoísmo, que afirma que 'o Tao segue a natureza' (道法自然, dào fǎ zì rán), sendo o Tao o principal conceito do Taoísmo e a representação da ordem natural do universo.

Na diplomacia, essa visão pode inspirar políticas que promovam o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental. O presidente Xi Jinping salientou que "A civilização chinesa sempre defendeu a unidade do homem e da natureza, o caminho da natureza e a busca da coexistência harmoniosa entre o homem e a natureza", mencionando os conceitos acima. Estes estão intimamente ligados à política chinesa de construção de uma civilização ecológica. A civilização ecológica, proposta inicialmente no 17º Congresso Nacional do Partido Comunista da China em 2007, é uma visão abrangente de desenvolvimento sustentável que integra a ecologia com o crescimento econômico e o progresso social. Este conceito está profundamente enraizado na filosofia taoísta de harmonia entre o homem e a natureza, refletindo a crença de que o desenvolvimento humano deve estar em consonância com as leis naturais.

Budismo

Já em relação a filosofia budista chinesa, o conceito de 中道 (zhōng dào, o Caminho do Meio) desempenha um papel crucial, representando a ideia de encontrar um equilíbrio entre extremos, evitando tanto a indulgência excessiva quanto a mortificação severa. Esse princípio budista é fundamental para a prática do budismo, orientando os indivíduos a buscar uma abordagem equilibrada e harmoniosa na vida. Historicamente, o Caminho do Meio é associado aos ensinamentos de Buda, que enfatizam a importância de um caminho moderado para alcançar a iluminação e o bem-estar. Em termos filosóficos, 中道 pode ser traduzido como "Caminho do Meio" ou "Caminho Moderado", refletindo a ideia de uma abordagem equilibrada para resolver questões complexas.

Na diplomacia chinesa contemporânea, o conceito de 中道 é evidenciado na abordagem equilibrada e pragmática da China em suas relações internacionais. A busca pelo Caminho do Meio é visível na estratégia chinesa de promover o diálogo e a cooperação ao invés da confrontação, favorecendo a resolução pacífica de conflitos, a construção de consensos e demonstrando um esforço contínuo para evitar extremismos e promover um ambiente internacional mais estável e cooperativo. Um exemplo recente desse princípio em ação é o papel da China na mediação da paz entre a Arábia Saudita e o Irã. Em março de 2023, a China desempenhou um papel crucial na facilitação das negociações que levaram a um acordo histórico para a normalização das relações entre os dois países, tradicionalmente rivais na região do Oriente Médio. Este acordo foi um

reflexo da estratégia chinesa de promover a estabilidade regional por meio da diplomacia equilibrada e da moderação, em linha com o conceito de 中道. Esta visão também se alinha com a proposta da China de estabelecer uma "Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade" (人类命运共同 体, rén lèi mìng yùn gòng tóng tǐ).

DIPLOMACIA CULTURAL CHINESA, COOPERAÇÃO SUL-SUL E O BRASIL

Diplomacia Cultural Chinesa e a Cooperação Sul-Sul

Em relação à diplomacia cultural chinesa, a divulgação da cultura chinesa é essencial para promover conhecimento sobre a China, desmistificar preconceitos e combater a propaganda Anti-China. Desde o 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, a China tem concedido grande importância ao fortalecimento do *soft power* com características chinesas e a promoção da diplomacia cultural. No 18º Congresso, o PCCh propôs fortalecer a identidade cultural e a autoconfiança e enfatizou a construção de uma poderosa cultura socialista. Além de enfatizar a implementação de uma estratégia de abertura cultural, de aprendizado com os diferentes casos de sucesso da diplomacia cultural estrangeira e aumentar continuamente a força e a competitividade da cultura nacional. No final de 2013, o Politburo do Comitê Central do PCCh realizou sua décima segunda sessão de estudo coletivo, com o tema "aumentar o *soft power* cultural do país". O secretário-geral Xi Jinping enfatizou durante o estudo que melhorar o *soft power* cultural do país é crucial para alcançar os "Dois Objectivos do Centenário" e realizar o sonho chinês do grande rejuvenescimento da nação chinesa. Ele enfatizou ainda a importância de promover os valores chineses contemporâneos para aumentar o *soft power* cultural do país. Além disso, o Presidente Xi Jinping enfatizou repetidamente a importância do *soft power* e da diplomacia cultural: "Exibir a imagem da China é promover a construção de capacidades de comunicação internacional, contar bem as histórias da China, difundir a voz da China, mostrar ao mundo uma China real, tridimensional e abrangente e aumentar o *soft power* cultural do país e a influência da cultura chinesa.".

O 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China afirmou que a disseminação da cultura chinesa fará grandes contribuições para a construção de uma comunidade com um futuro partilhado para a humanidade. A China elevou a

"cooperação" ao nível de uma bandeira diplomática, destacando a importância das relações "ganha-ganha" entre os países. O princípio da "cooperação ganha-ganha" mantém a essência da cultura tradicional chinesa, que defende o conceito de "harmonia entre todas as nações" e lida com problemas e resolve conflitos na perspectiva da "harmonia na diferença". Estes princípios desafiam a diplomacia tradicional das grandes potências ocidentais e antigas teorias das relações internacionais, aplicando a cultura tradicional chinesa na diplomacia para criar o que a China chama de "um novo tipo de Relações Internacionais".

Este novo tipo de relações internacionais reflete-se principalmente nas interações com grandes países, países vizinhos e países em desenvolvimento. Os grandes países (大国, dàguó), como o Brasil, que também se enquadra na categoria de países em desenvolvimento, desempenham um papel importante na influência da ordem e da paz mundial. Em relação aos países em desenvolvimento, a China tem defendido uma visão de equilíbrio entre justiça e interesses, buscando fortalecer a solidariedade e a cooperação. Nesse contexto, ela propõe a ideia de vincular o seu próprio desenvolvimento ao desenvolvimento comum desses países, uma abordagem frequentemente mencionada em suas políticas externas e discursos diplomáticos.

Portanto, visando construir um novo tipo de Relações Internacionais, a China tem dado especial atenção aos países do Sul Global, que frequentemente enfrentam desafios no desenvolvimento devido a interesses, muitas vezes unilaterais, dos países do Norte. Considerando que a China também se classifica como um país em desenvolvimento, seu objetivo é promover uma abordagem que permita a esses países encontrarem soluções para seu desenvolvimento dentro de uma dinâmica ganha-ganha. A China busca coordenar o seu próprio desenvolvimento com a construção de uma nova ordem internacional que considere os interesses de todas as nações. É a partir desse ponto que a China, a partir de uma fusão de seus valores culturais com a ciência socialista, inaugura um tipo de relação focada nos 5 Princípios da Coexistência Pacífica para a construção de uma Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade.

Relações China-Brasil

Na relação com o Brasil, a diplomacia cultural tem desempenhado um papel significativo. Institutos Confúcio foram estabelecidos em várias universidades brasileiras,

promovendo a língua e a cultura chinesa. Programas de intercâmbio cultural, como visitas de delegações artísticas e exposições culturais, têm aumentado a compreensão mútua entre os dois países. Esses intercâmbios não apenas promovem a imagem da China, mas também introduzem ao público brasileiro conceitos da cultura tradicional chinesa que estão presentes na diplomacia chinesa.

A diplomacia cultural, com suas características únicas, influencia positivamente as relações China-Brasil em diversas áreas. Ao promover a compreensão e o respeito mútuo, ela facilita colaborações econômicas, científicas e educacionais. A disseminação de valores como a "harmonia na diferença" (和而不同, hé ér bù tóng) e a "cooperação ganha-ganha" ajuda a construir uma base sólida para uma parceria estratégica que beneficia ambos os países, refletindo uma abordagem mais inclusiva e harmoniosa nas relações internacionais.

A parceria estratégica entre Brasil e China tem o potencial de trazer inúmeros benefícios para ambos os países, refletindo uma abordagem inclusiva e harmoniosa nas relações internacionais. Através da Iniciativa dos BRICS, na qual ambos os países foram membros fundadores (com a Rússia e a Índia), os dois países têm colaborado estreitamente para promover o desenvolvimento econômico e a reforma das instituições financeiras globais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Atualmente a Ex-Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, está à frente da presidência do *New Development Bank* (ou Banco dos BRICS+), com sede em Shanghai, na China, e promove reformas importantes para a superação do dólar como moeda dominante de transação no comércio internacional. Esse tipo de cooperação fortalece a posição dos países em desenvolvimento no cenário internacional, promove um sistema econômico global mais justo e equitativo e está de acordo com os princípios adotados na diplomacia chinesa como paz entre as nações e harmonia na diferença considerando que, apesar de os países-membros terem culturas e sistemas políticos muito distintos, colaboram juntos para um sistema onde países em desenvolvimento tenham o direito ao desenvolvimento sem depender de condicionantes de países mais fortes no cenário internacional.

Na área econômica, a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, com o comércio bilateral alcançando cifras impressionantes. Em 2023, o comércio entre os dois países ultrapassou os 100 bilhões de dólares. Apesar de haver disparidade no nível de complexidade dos produtos que o Brasil importa e exporta para a China, com

exportações brasileiras principalmente de *commodities* como soja, minério de ferro e petróleo, e importações de produtos manufaturados chineses, esse comércio impulsiona a economia brasileira e atende à demanda chinesa por recursos naturais, criando uma relação de interdependência econômica que é mutuamente benéfica.

Para alcançar um nível de complexidade maior das exportações brasileiras, é preciso um interesse maior, por parte do Brasil, no desenvolvimento da indústria brasileira e que o país demande condições mais equitativas. A China, nesse sentido, se mostra aberta às demandas de outros países para sua industrialização. O caso da Etiópia é um exemplo no qual o Brasil pode se inspirar. Historicamente, a Etiópia exportava produtos primários como café, grãos e flores. Mas, a partir de investimentos chineses em infraestrutura, como por exemplo a construção da ferrovia Addis Ababa-Djibouti, que é uma linha crucial para o transporte de mercadorias para o porto de Djibouti e o investimento no desenvolvimento de parques industriais, o país conseguiu se industrializar rapidamente e agora é um centro emergente para a fabricação de produtos têxteis e calçados, com várias empresas chinesas estabelecendo fábricas no país. Isso diversificou a economia e aumentou o valor agregado das exportações etíopes.

No Brasil, também existem alguns exemplos iniciais. A China investiu em algumas áreas de infraestrutura no Brasil, incluindo portos, ferrovias e energia. Projetos significativos incluem a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e a modernização de portos como o de São Luís. Esses investimentos não só facilitam a exportação de *commodities,* mas também impulsionam o desenvolvimento industrial no Brasil. Empresas chinesas têm investido em setores como o automobilístico, eletrônicos e energia renovável, permitindo ao Brasil diversificar suas exportações com produtos de maior valor agregado, como veículos, máquinas e equipamentos. Em 2024, a China inaugurou a primeira fábrica da empresa de carros elétricos BYD na América Latina, localizada no estado da Bahia. O que prova que ainda existe espaço para investimentos chineses na indústria brasileira, possibilitando a diversificação da nossa economia. Isto está alinhado ao princípio da diplomacia chinesa de construção de uma Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade e em um tipo de relação ganha-ganha, respeitando as demandas específicas de cada país e contemplando interesses mutuamente benéficos.

No campo científico e tecnológico, a colaboração entre Brasil e China também é significativa. Um exemplo marcante é o programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*), que resultou no desenvolvimento conjunto de satélites para monitoramento ambiental e agrícola. Este programa não só fortalece a capacidade tecnológica de ambos os países, mas também contribui para a sustentabilidade e a gestão ambiental, alinhando-se ao conceito de "Harmonia entre o homem e a natureza" (天人合一, tiān rén hé yī).

Culturalmente, a presença de Institutos Confúcio em várias universidades brasileiras têm promovido o ensino da língua chinesa e a disseminação da cultura chinesa através de diversos tipos de atividades como aulas de Kung Fu e Caligrafia Chinesa. Esses institutos organizam eventos culturais, cursos e intercâmbios acadêmicos, que aumentam a compreensão mútua e estreitam os laços entre os povos dos dois países. Na China, várias universidades, como a Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (BFSU) e a Universidade de Estudos Estrangeiros de Xangai (SISU), oferecem cursos de língua portuguesa e estudos brasileiros. A BFSU, por exemplo, possui um Centro de Estudos Brasileiros, enquanto a SISU organiza eventos culturais e acadêmicos focados no Brasil. Além disso, a Universidade de Pequim (PKU) e a Universidade de Comunicação da China (CUC) têm programas de intercâmbio e eventos que promovem a cultura brasileira. Esses esforços incluem intercâmbios de professores e estudantes, organização de conferências internacionais e publicação de pesquisas sobre temas brasileiros, demonstrando o interesse recíproco e o fortalecimento das relações culturais e acadêmicas entre Brasil e China.

Nesse sentido, a educação também tem sido uma área de cooperação crescente. Programas de bolsas de estudo oferecidos pelo governo chinês permitem que estudantes brasileiros estudem em universidades chinesas, e vice-versa. Anualmente, centenas de estudantes brasileiros recebem bolsas do governo chinês através do programa *China Scholarship Council* (CSC), que cobre desde cursos de graduação até doutorado em diversas áreas do conhecimento. Essa formação de profissionais brasileiros em universidades chinesas contribui para a complexidade das trocas econômicas, pois esses estudantes retornam ao Brasil com uma compreensão profunda da cultura, língua e práticas de negócios chinesas, facilitando assim o comércio e a cooperação bilateral.

O intercâmbio educacional também é bidirecional, com universidades brasileiras oferecendo programas de estudo e pesquisa para estudantes chineses. Instituições como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) têm parcerias com universidades chinesas para acolher estudantes e pesquisadores, promovendo assim uma troca de conhecimentos e experiências que enriquece a formação acadêmica e profissional de ambos os lados. Este fluxo constante de estudantes e acadêmicos entre Brasil e China fortalece as relações bilaterais, contribuindo para a criação de uma rede de profissionais bem formados e culturalmente sensíveis, preparados para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades nas relações sino-brasileiras.

Os conceitos filosóficos que influenciam a diplomacia chinesa, como “paz entre todas as nações” (协和万邦, xié hé wàn bāng), “o mundo como uma família” (天下一家, tiān xià yī jiā), e “a grande unidade” (大同思想, dà tóng sī xiǎng), encontram ressonância nas relações entre China e Brasil. A abordagem chinesa de “harmonia na diferença” (和而不同, hé ér bùtóng) e “cooperação ganha-ganha” enfatiza o respeito às diversidades e a busca de benefícios mútuos, criando um ambiente propício para a cooperação inclusiva e harmoniosa. Esses princípios, que são profundamente enraizados na filosofia tradicional chinesa, têm facilitado uma colaboração eficaz e benéfica entre os dois países, permitindo que ambos possam avançar em suas metas de desenvolvimento econômico e social.

A construção de uma Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade, promovida pela China, também se reflete nas relações com o Brasil. Este conceito enfatiza a cooperação internacional, a paz e o desenvolvimento sustentável, princípios que estão alinhados com os ideais da cultura tradicional chinesa e são promovidos pelo Partido Comunista da China (PCCh). A visão de uma comunidade global onde todos os países trabalham juntos para alcançar objetivos comuns fortalece a parceria estratégica entre Brasil e China, promovendo a paz, a prosperidade e o desenvolvimento sustentável. Essa abordagem diplomática, baseada na filosofia de 'paz entre todas as nações' e 'o mundo como uma família', sugere que as relações sino-brasileiras possam continuar a se expandir, contribuindo para um futuro compartilhado de progresso e harmonia global.

Assim, a integração dos valores culturais tradicionais chineses com a diplomacia moderna tem criado um ambiente favorável para o desenvolvimento de relações robustas e mutuamente benéficas entre China e Brasil. Através da diplomacia cultural, intercâmbios educacionais e cooperação estratégica, ambos os países podem construir um futuro em que a paz, a prosperidade e a sustentabilidade são objetivos compartilhados e alcançados conjuntamente. Assim, a parceria sino-brasileira não apenas reflete a aplicação dos princípios filosóficos e diplomáticos da China, mas também pode se tornar um modelo para a cooperação internacional no século XXI, caso o Brasil opte por estreitar seus laços com países que busquem alternativas a relações históricas de dominação. Além disso, ao reabrir o debate sobre as ideias de liberdade e soberania, o Brasil pode ter a oportunidade de explorar novas vias para a sua política externa.

CONCLUSÃO

A influência da cultura tradicional chinesa na diplomacia e nas relações internacionais é um testemunho de como valores milenares podem ser integrados em estratégias modernas de engajamento global. A parceria estratégica entre China e Brasil exemplifica essa fusão de tradição e modernidade, refletindo conceitos filosóficos como "paz entre todas as nações" (协和万邦, xié hé wàn bāng), "o mundo como uma família" (天下一家, tiān xià yī jiā) e "a grande unidade" (大同思想, dà tóng sī xiǎng). Ao adotar uma abordagem de "harmonia na diferença" (和而不同, hé ér bù tóng) e "cooperação ganha-ganha", a China tem promovido um ambiente de respeito às diversidades e benefícios mútuos.

A construção de uma Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade é um reflexo dessa visão inclusiva e harmoniosa, enfatizando a cooperação internacional, a paz e o desenvolvimento sustentável. No contexto das relações China-Brasil, esses princípios têm fortalecido a parceria estratégica, promovendo a paz, a prosperidade e o desenvolvimento sustentável para ambas as nações. Através de intercâmbios culturais, educacionais e científicos, os dois países têm se beneficiado mutuamente, aprofundando os laços e aumentando a compreensão mútua.

Celebrando os 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China, é evidente que os laços entre os dois países têm se estreitado significativamente,

especialmente sob o governo do presidente Lula. As perspectivas futuras indicam uma cooperação ainda mais robusta, com iniciativas conjuntas em diversas áreas, reforçando a importância de uma parceria estratégica baseada em princípios de igualdade, respeito e benefícios mútuos. A diplomacia cultural chinesa não só promove o entendimento entre as nações, mas também contribui para a construção de um futuro mais harmonioso e próspero para todos. Olhando para o futuro, a relação entre Brasil e China promete continuar sendo um pilar fundamental na promoção de um desenvolvimento inclusivo, beneficiando diretamente as populações de ambos os países e contribuindo para a paz e a prosperidade globais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Espacial Brasileira**. Relatório Anual do Programa CBERS**. 2024.
Bai, Xue. **The Role of Philosophy in Chinese Diplomacy**. Beijing: Foreign Languages Press, 2018.

Biswas, A. K.; Tortajada, C. China's soft power is on the rise. **China Daily**, 23 fev. 2018. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/201802/23/WS5a8f59a9a3106e7dcc13d7b8.html. Acesso em: 29 nov. 2023.

Brautigam, D. **The Dragon's Gift**: The Real Story of China in Africa. Oxford: Oxford University Press, 2009.

Callahan, W. A. "Sino-speak: Chinese Exceptionalism and the Politics of History." T**he Journal of Asian Studies**, 71(1), 33-55, 2012.

Chan, Wing-tsit. **A Source Book in Chinese Philosophy**. Princeton University Press, 1963.

China; Índia. **Acordo Sino-Indiano sobre comércio e intercurso nas regiões da fronteira da China e da Índia**. Assinado em 29 de abril de 1954.

China Hoje. **O trem para o futuro**: a China desponta como a locomotiva da recuperação econômica brasileira. Publicado em: 30 dez. 2020. Disponível em: https://www.chinahoje.net/o-trem-para-o-futuro/. Acesso em: 18 nov. 2024.

Conselho de Estado da República Popular da China. **China to launch 7th national population census** on Nov 1. 20 set. 2020. Disponível em: https://www.gov.cn. Acesso em: 14 nov. 2024.

Conselho de Estado da República Popular da China. **Construir em conjunto a Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade:** iniciativas e ações da China. Disponível em:

http://english.scio.gov.cn/whitepapers/2023-09/26/content_116710660.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

Dumoulin, H.. **Zen Buddhism**: A History, Volume 1: India and China. Macmillan, 1988.

Escritório de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China. **Construir em Conjunto a Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade**: Iniciativas e Ações da China. Pequim: Foreign Languages Press, 2023.

Fundação Perseu Abramo. Chineses apostam no Brasil. **Focus Brasil**, 10 jul. 2023. Disponível em: https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/07/10/chineses-apostam-no-brasil/. Acesso em: 18 nov. 2024.

Fung, Yu-lan. A History of Chinese Philosophy. Princeton University Press, 1952.

Harvey, Peter. **An Introduction to Buddhism**: Teachings, History and Practices. Cambridge University Press, 2013.

Huang, Lanyue. **A Study on China's Civil Diplomacy with Brazil (1949-1974)**. Hubei University, 2022.

Junior, Emanuel Leite; Rodrigues, Carlos. **China, Football, and Development**: Socialism and Soft Power. Routledge, 2023.

Kohn, Livia. **The Daoist Tradition**: An Introduction. Shambhala Publications, 2013.

Lenin, Vladimir Ilitch. La Literatura y el Arte. 1979.

Ministério das Relações Exteriores da China. The Historic Step from Peaceful Coexistence To a Shared Future for Humanity. 2024. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202407/t20240717_11455444.html. Acesso em: 14 nov. 2024.

Partido Comunista da China. **Relatório do 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China**. 2022.

People's Daily Online. China contribui para restabelecimento de relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irã. 11 mar. 2023. Disponível em: http://portuguese.people.com.cn/n3/2023/0311/c309809-10220575.html. Acesso em: 14 nov. 2024.

SÚN, Jíshèng. T**raditional culture and the improvement of China's diplomatic discourse**. Beijing: Shijie Zhishi Chubanshe, 2021.

Universidade de São Paulo. USP quer consolidar colaborações acadêmicas com universidades e instituições chinesas. Jornal da USP, 16 jun. 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/institucional/usp-quer-consolidar-colaboracoes-academicas-com-universidades-e-instituicoes-chinesas/. Acesso em: 18 nov. 2024.

Wang, Robin R. **Yinyang**: The Way of Heaven and Earth in Chinese Thought and Culture. Cambridge University Press, 2012.

Xi, Jinping. "**Speech at the General Debate of the 70th Session of the UN General Assembly**." United Nations, 2015.

Xi Jinping. Statement by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China at the General Debate of the 75th Session of The United Nations General Assembly. United Nations, 22 Sep 2020.

Xi, Jinping. "**Transcript**: President Xi Addresses the 2018 Boao Forum for Asia in Hainan." U.S.-China Perception Monitor, 10 Apr. 2018.

Xi, Jinping. "**Full text of Xi Jinping's report at 19th CPC National Congress**." China Daily, 18 Oct. 2018.

Xinhua. Montadora chinesa BYD inicia construção da primeira fábrica de veículos elétricos no Brasil. **Portuguese News**, 6 mar. 2024. Disponível em: https://portuguese.news.cn/20240306/1a425a237733400f8481be986f3e79cf/c.html. Acesso em: 18 nov. 2024.

吁, Shuai Biao. "O Secretário-Geral Xi Jinping fala sobre a inclusividade da civilização chinesa". Observação, Instituto de Pesquisa de História e Documentação do Comitê Central do PCC, n. 12, 2024.

唐玮. 全媒体指挥中心在全媒体传播体系建设中的应用 [A Aplicação do Centro de Comando Multimídia na Construção do Sistema de Comunicação Multimídia]. 视听, v. 10, p. 154-156, 2023.

韦依. "每日一习话" 讲好中国故事、传播好中国声音 [Um Pensamento por Dia com Xi Jinping: Contando bem a história da China e espalhando bem a voz da China]. 央广网, 19 fev. 2023. Disponível em:

http://politics.people.com.cn/n1/2023/0219/c1001-32626791.html. Acesso em: 29 nov. 2023.

Recebido em agosto de 2024.

Revisão realizada em outubro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

ENTREVISTA

V. 14, n.27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

DESAFIOS PARA O PARTIDO COMUNISTA CHINÊS E AS POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO BRASIL- CHINA

(SESSÃO DE ENTREVISTAS COM CONVIDADOS ESPECIAIS)

(Entrevistadores)

Isis Paris Maia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)
isisparismais@gmail.com

Diego Pautasso
Colégio Militar de Porto Alegre
dgpautasso@gmail.com

Eduardo von Dentz
Departamento de Geografia
Universidade Federal do Ceará (UFC)
eduardovondentz@hotmail.com

Lisandra Pereira Lamoso
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
lisandralamoso@ufgd.edu.br

Este ano, Brasil e China comemoram 50 anos de relações diplomáticas. Para refletir sobre essa parceria ,que tem se tornado mais complexa e estratégica, o presente dossiê entrevistou intelectuais brasileiros e chineses. São personalidades reconhecidas e influentes em suas instituições e áreas de atuação que nos deram a honra de compartilhar um pouco de suas impressões.

Antes da entrevista, apresentamos algumas informações biográficas e nossos desejos de que as parcerias e cooperações fortaleçam as relações Brasil-China.

HU BINGCHUAN

Pesquisador sênior do Instituto de Desenvolvimento Rural da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS). Possui uma longa trajetória estudando políticas agrícolas, desenvolvimento rural e economia agrícola da China, além de atuar em iniciativas para melhorar a sustentabilidade ecológica nas áreas rurais. Com a pandemia de COVID-19,

Hu focou também no papel das plataformas de e-commerce, como Taobao e JD.com, no apoio aos agricultores chineses para superar desafios na venda de produtos agrícolas. Em um contexto de revitalização rural, ele destaca a importância da tecnologia e da logística para ampliar a competitividade do setor agrícola e a sustentabilidade no desenvolvimento rural da China.

WANG FEI

Ph.D. em Economia; Pesquisador Associado do ILAS-CASS; Secretário-geral Adjunto do Centro de Estudos Brasileiros. Formou-se na Universidade de Shandong, na Universidade de Liaoning e na escola de pós-graduação da Academia Chinesa de Ciências Sociais, tendo obtido os graus de Bacharel, Mestre e Doutor em Economia. Suas áreas de investigação incluem inflação e política monetária, governança econômica mundial e economia latino-americana. É autor de vários artigos acadêmicos. Atualmente, participa no Fundo Nacional de Ciências Sociais "Cooperação financeira sino-latino-americana no âmbito da '*Belt and Road Initiative*' na perspectiva dos bens públicos regionais", centrando-se na governança financeira global e na "desindustrialização" dos países latino-americanos.

XIAOMIAO SHI

Jornalista do Grupo de Mídia da China, correspondente da Rádio Internacional da China no Brasil entre 2016 e 2018, licenciada em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade de Estudos Estrangeiros de Beijing, enviando suas reflexões em formato de um texto.

ELIAS JABBOUR

Consultor da Presidência do New Development Bank (Banco dos BRICS) e Professor Associado licenciado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ), do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE-FCE-UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ). Graduado em Geografia (1997), Doutor (2010) e Mestre (2005) em

Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Foi assessor Econômico da Presidência da Câmara dos Deputados (Brasília-DF). Tem experiência na área de Geografia e Economia com ênfase em Geografia Humana e Econômica, Economia Política, Economia Política Internacional e Planejamento Econômico atuando principalmente nos seguintes temas: China, Categorias de Transição ao Socialismo, Estratégias e Experiências Nacionais e Comparadas de Desenvolvimento, Categoria Marxista de Formação Econômico-Social e Pensamento Independente de Ignácio Rangel. Vencedor do Special Book Award of China concedido pela National Press and Publications Administration of the Peoples Republic of China.

EVANDRO MENEZES

Doutor em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Integração Latino-americana pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi professor visitante do Center for BRICS Studies da Fudan University e Senior Scholar da Shanghai University of Finance and Economics. Foi Presidente da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi).

Apresentamos duas questões que foram respondidas pelos partícipes e fomentar o debate, uma delas diz respeito aos desafios que o Partido Comunista Chinês (PCCh) precisa enfrentar em seu atual estágio de desenvolvimento, e a outra, sobre os potenciais de aprofundamento nas relações bilaterais entre Brasil e China. Xiaomiao Shi, optou por nos brindar com seu estilo jornalístico e apresentou sua contribuição em um texto que está na sequência.

Vamos às respostas dos nossos convidados. Boa leitura!

REL: QUAL VOCÊ CONSIDERA SER A PRINCIPAL QUESTÃO A SER ENFRENTADA PELO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS NO SEU ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO?

Resposta **Hu Bingchuan:** Na fase atual de desenvolvimento, as principais tarefas enfrentadas pelo Partido Comunista da China podem ser resumidas nos seguintes aspectos:

1. Promover a modernização ao estilo chinês:

O presidente Xi Jinping destacou no relatório do 20º Congresso Nacional do Partido que a tarefa central do partido é promover a grande revitalização da nação chinesa através da modernização ao estilo chinês. Isso significa que o partido precisa continuar a aprofundar reformas em diversas áreas, como economia, política, cultura, sociedade e civilização ecológica, promovendo o desenvolvimento de alta qualidade e alcançando a modernização completa do país.

2. Resolver os desafios únicos de um grande partido:

Com o exercício prolongado do poder, o partido enfrenta desafios únicos de um grande partido, como manter sua vanguarda e pureza, aumentar sua capacidade de governança e liderança, superar a inércia de pensamento e comportamento decorrente do longo período no poder, e acompanhar o ritmo do desenvolvimento da era. Estes são problemas que o partido deve considerar e resolver seriamente na fase atual.

3. Manter a segurança e a estabilidade nacional:

No contexto da globalização, a segurança e a estabilidade nacional enfrentam inúmeros desafios, incluindo profundas mudanças na estrutura política e econômica internacional, aumento dos riscos geopolíticos e segurança cibernética. O Partido Comunista da China precisa fortalecer continuamente sua capacidade de garantir a segurança nacional e defender a soberania, segurança e interesses de desenvolvimento do país.

4. Promover o bem-estar da população:

Como partido no poder, o Partido Comunista da China sempre busca atender às aspirações do povo por uma vida melhor como seu objetivo de luta. Portanto, na fase atual, o partido precisa continuar a investir em bem-estar social, melhorar o nível dos serviços públicos e resolver as questões mais preocupantes e urgentes da população, elevando continuamente sua sensação de ganho, felicidade e segurança.

在你看来，中国共产党（CCP）在当前发展阶段应该解决的主要任务是什么？

在当前发展阶段，中国共产党面临的主要任务可以归结为以下几个方面：

1. 推进中国式现代化：
    - 习近平总书记在党的二十大报告中明确指出，党的中心任务是以中国式现代化全面推进中华民族伟大复兴。这意味着党需要在经济、政治、文化、社会、生态文明等多个领域持续深化改革，推动高质量发展，实现国家的全面现代化。
2. 解决大党独有难题：
    - 随着党的长期执政，面临着一系列大党独有的难题，如如何保持党的先进性和纯洁性，如何增强党的执政能力和领导水平，如何克服长期执政带来的思维惯性和行为惰性，以及如何跟上时代发展的步伐等。这些都是党在当前发展阶段必须认真思考和解决的问题。
3. 维护国家安全和稳定：
    - 在全球化背景下，国家安全和稳定面临着诸多挑战，包括国际政治经济格局的深刻调整、地缘政治风险的增加、网络安全等。中国共产党需要不断加强国家安全能力建设，维护国家主权、安全和发展利益。

4. 促进民生福祉：
    - 作为执政党，中国共产党始终将人民对美好生活的向往作为奋斗目标。因此，在当前发展阶段，党需要继续加大民生投入，提高公共服务水平，努力解决人民群众最关心、最直接、最现实的利益问题，不断提升人民群众的获得感、幸福感和安全感。

REL: QUAL VOCÊ CONSIDERA SER A PRINCIPAL QUESTÃO A SER ENFRENTADA PELO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS NO SEU ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO?

Resposta **Elias Jabbour:** Os desafios são vários, multidimensionais e são expressão de contradições que emergem tanto como parte intrínseca a um processo acelerado de desenvolvimento quanto das reações externas a este processo. Ninguém imaginava, por exemplo, que a capacidade da governança chinesa em lidar com as contradições que iam surgindo ao longo de seu *catching-up* iriam colocar o país em uma condição em que estaria disputando a vanguarda da presente revolução técnico-científica. Nesse sentido, devemos refletir as razões pelas quais a previsão inicial da governança chinesa de alcançar os países desenvolvidos em 2049 acelerou-se a ponto de já em 2017 Donald Trump identificar na China o principal rival estratégico dos EUA e ter iniciado

uma política de cerco a qualquer possibilidade de os chineses alcançarem os Estados Unidos em tecnologias sensíveis, como as relacionadas às infraestruturas de semicondutores. Logo, quando observamos o quadro geral das contradições internas e externas chinesas, é impossível não colocar que a luta do imperialismo para conter a China em todos os campos de atividade é a "contradição principal" que o país enfrenta hoje. O enfrentamento a esta contradição principal está presente em simplesmente todas as grandes decisões de Estado que a China tomou nos últimos seis anos: desde a decisão de se assenhorar militarmente do estreito e Taiwan até o enquadramento político dos bilionários e milionários no sentido de se adequarem a uma ordem em que o poder do Partido Comunista se estenderia ao próprio setor privado.

REL: QUAL VOCÊ CONSIDERA SER A PRINCIPAL QUESTÃO A SER ENFRENTADA PELO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS NO SEU ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO?

Resposta **Evandro Menezes:** Governar um país com 1.4 bilhão de pessoas, isto é, 18% da população do mundo, e preservar a soberania sobre um território que é o terceiro maior do planeta, não é uma tarefa fácil para o PCCh. Acresce-se a isso a grandeza da história da nação chinesa como um fator que se deve levar em conta. O passado oferece lições e, no caso da China, muitas lições que atravessam séculos. Não é à toa que o Conselho de Estado da República Popular da China (RPC) declarou que a "herança histórica da China" e as suas "tradições culturais" são a base da evolução do sistema político chinês. Esta compreensão está explícita no documento "China's Political Party System: Cooperation and Consultation" e está em linha com o que o PCCh sublinhou no 20º Congresso do Partido, em 2022. Este acúmulo de saberes e experiências são matérias-primas para ajudar o PCCh a fazer a RPC alcançar a sua segunda meta centenária em 2049, qual seja, tornar-se um "país socialista moderno próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso". Estas são mais do que palavras agradáveis. Por detrás delas há muitas métricas e metas. Todos os anos, o PCCh publica suas diretrizes e cobra dos órgãos do Estado a prestação de contas sobre o ano legislativo que se findou e a apresentação pública das metas para o ano seguinte, tendo em conta o Plano Quinquenal vigente. Estamos falando de uma *República Popular* e é desde esta

perspectiva que se deve procurar entender a governança da China e suas questões para o futuro. Das inúmeras que se apresentam pela frente, a questão mais evidente a ser enfrentada pelo PCCh é a tendência crescente do intervencionismo e do unilateralismo dos Estados Unidos contra a China. Como convencer os Estados Unidos da necessidade de se estabelecer uma base comum de convívio que não redunde em um confronto irracional com a China com consequências catastróficas para o mundo? Em qualquer cenário onde a relação entre as duas potências se baseie nas regras dos organismos internacionais e no direito internacional, os Estados Unidos parecem dar sinais de que perderão a competição com a China. Logo, estão lançando mão de opções de ação que acentuam o hegemonismo. Diante disto, o desafio do PCCh é duplo: tentar reverter a crescente tensão com os Estados Unidos e, ao mesmo tempo, saber lidar com uma potência descontrolada em alguns aspectos, protegendo-se não só dos atos hostis cometidos pelos Estados Unidos contra a China mas também, e isto é um sinal dos tempos, protegendo o mundo de um possível Estados Unidos irascível e descontrolado.

REL: DIANTE DO ANIVERSÁRIO DE 50 ANOS DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS, QUAL É O MAIOR POTENCIAL PARA O APROFUNDAMENTO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES NAS PRÓXIMAS DÉCADAS?

Resposta **Hu Bingchuan:** Nos próximos anos, as maiores oportunidades para a cooperação China-Brasil incluem:

1. Cooperação em agricultura e segurança alimentar:

   O Brasil é um importante fornecedor de alimentos e produtos agrícolas para a China. Há um vasto potencial de cooperação em comércio agrícola, cooperação tecnológica e segurança alimentar entre os dois países.

2. Cooperação em energia e infraestrutura:

   O Brasil possui vantagens em energia limpa e construção de infraestrutura. Os dois países podem fortalecer a cooperação em áreas como energias renováveis, portos e infraestrutura logística.

3. Cooperação em ciência e inovação:

   Com o avanço da economia digital, China e Brasil podem aprofundar a

cooperação em inovação tecnológica, transformação digital e setores de alta tecnologia, promovendo o desenvolvimento econômico de alta qualidade em ambos os países.

4. Governança global e cooperação multilateral:

   Na resposta às mudanças climáticas, promoção da cooperação Sul-Sul e reforma da governança global, China e Brasil podem colaborar para contribuir com o desenvolvimento global.

5. Aprofundamento dos intercâmbios culturais:

   Os dois países podem fortalecer a cooperação em educação, cultura e turismo, promovendo intercâmbios amplos e aprofundados entre seus povos, estabelecendo uma base sólida para o desenvolvimento duradouro das relações bilaterais.

在2024年中巴建交50周年之际，您认为未来几十年深化两国合作的最大机遇是什么？

未来几十年，中巴深化合作的最大机遇包括：

1. 农业与食品安全合作：
   - 巴西是中国重要的农业和食品供应国，双方在农产品贸易、技术合作和食品安全领域具有广阔的合作前景。
2. 能源与基础设施合作：
   - 巴西在清洁能源和基础设施建设方面具备优势，双方可以在可再生能源、港口和物流基础设施等领域加强合作。
3. 科技与创新合作：
   - 随着数字经济的发展，中巴可以在科技创新、数字化转型和高新技术领域展开更深层次的合作，推动两国经济高质量发展。
4. 全球治理与多边合作：
   - 在应对气候变化、促进南南合作、推动全球治理改革等方面，中巴可以携手合作，共同为全球发展贡献力量。
5. 人文交流的深化：
   - 两国可以进一步加强教育、文化、旅游等领域的合作，推动两国人民之间的广泛交流和深入合作，为两国关系的长远发展奠定坚实的民意基础。

REL: DIANTE DO ANIVERSÁRIO DE 50 ANOS DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS, QUAL É O MAIOR POTENCIAL PARA O APROFUNDAMENTO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES NAS PRÓXIMAS DÉCADAS?

Resposta **Wang Fei:** Com a expansão contínua da competição estratégica entre China e Estados Unidos, a importância dos países do Sul global, incluindo o Brasil, no cenário internacional tornou-se proeminente. Como um país de importância sistêmica global, o espaço estratégico do Brasil na rivalidade entre China e EUA será essencial para o fortalecimento de seu status internacional no futuro.Para a China e o Brasil, o fator-chave para as relações bilaterais futuras residir no Brasil aproveitar a relação com a China para alcançar seus objetivos de desenvolvimento. Esses objetivos são a reindustrialização, o aprimoramento da posição do país na cadeia global de valor, o fortalecimento das capacidades tecnológicas e o alcance de níveis mais altos de desenvolvimento. Especificamente no setor industrial, o Brasil deve explorar plenamente seus produtos com vantagens comparativas, alcançar uma produção e exportação de cadeia industrial completa, compensar suas próprias deficiências e focar em fortalecer a proteção ambiental, de modo a alcançar metas mais elevadas de desenvolvimento industrial sem deficiência o meio ambiente brasileiro.

随着中美战略竞争不断扩展，包括巴西在内的全球南方国家在国际格局中的重要性凸显。对于巴西这样的“全球系统重要性国家”，其在中美博弈中的战略空间将成为未来巴西提升其国际地位的关键。

对于中国和巴西来说，未来双边关系的关键在于巴西利用中国实现其发展目标。这些目标包括再工业化、提升该国在全球价值链中的地位、加强科技水平、实现更高水平的发展等。具体到产业部门，巴西应该充分挖掘自身具有比较优势的产品，实现全产业链生产和出口，弥补自身短板，同时注意强化环境保护，在不损害巴西环境的基础上实现更高水平的工业化发展目标。

REL: DIANTE DO ANIVERSÁRIO DE 50 ANOS DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS, QUAL É O MAIOR POTENCIAL PARA O APROFUNDAMENTO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES NAS PRÓXIMAS DÉCADAS?

Resposta **Elias Jabbour:** A resposta não é fácil e eu não posso falar em nome dos chineses. Nós brasileiros deveríamos ter claro que a relação com a China ultrapassa todos os limites de uma relação bilateral. Deveríamos ter senso estratégico para colocar essa relação ao grau máximo de importância dadas as possibilidades que se abrem diante de nós. Vejamos. O grande desafio brasileiro atual está na recomposição de seu parque industrial e conexão territorial. Temos um duplo problema que chamo de "existencial": desindustrialização precoce e acelerada e o desmanche de nossas conexões físicas internas, colocando a unidade do mercado nacional em risco; um problema claro de soberania nacional. Por outro lado, o processo de industrialização brasileira ocorreu, também, "de fora para dentro". Ora, como país periférico, logo sensíveis às ondas externas, não conseguimos internalizar as condições para a criação de tendências ao nosso próprio processo de desenvolvimento. Essas tendências vêm de fora. Por exemplo, se a tendência criada pelos Estados Unidos da centralidade do automóvel foi fundamental para a criação de nossa indústria mecânica pesada ancilar às multinacionais automobilísticas na era JK, podemos concluir que são inúmeras as possibilidades abertas pelo guarda-chuva da Iniciativa Cinturão e Rota. Mas a questão que vejo é que quatro décadas de neoliberalismo no Brasil produziu um imenso estrago dentro dos aparelhos de Estado e academia, além da chamada "sociedade civil". Talvez tenhamos perdido a capacidade de pensar de forma proporcional ao gigantesco desafio de recolocar o Brasil no mundo.

REL: DIANTE DO ANIVERSÁRIO DE 50 ANOS DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS, QUAL É O MAIOR POTENCIAL PARA O APROFUNDAMENTO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES NAS PRÓXIMAS DÉCADAS?

Resposta **Evandro Menezes:** Há duas áreas que gostaria de destacar. O maior potencial está no setor de tecnologia – abrangendo IA, big data, 5G etc. – aplicado à saúde, à educação e à segurança como base para criar as condições para o desenvolvimento da economia e a geração de mais empregos com o intuito de melhorar, sobretudo, as condições de vida dos mais pobres. Mas para aprofundar a cooperação entre os países nesta área, é fundamental intensificar o intercâmbio entre as pessoas naquelas

áreas. E criar centros conjuntos de formação em tecnologia aplicável para a vida. Não são as cidades que tem que ser inteligentes, mas as pessoas. E elas farão uso inteligente de tecnologias e cidades que elas mesmas irão aprimorar. Olho para a China e vejo um país com inúmeras cidades desenvolvidas. São seguras, limpas, com serviços de transporte eficientes e diversos, banheiros públicos etc. Beijing, Tianjin, Nanjing, Shanghai, Chongqing, Shenzhen, Guangzhou etc. são algumas das muitas cidades que são exemplo de espaços urbanos, inclusive com cada vez mais parques. Olho para o Brasil e vejo que estamos muito aquém. As cidades não são seguras, não se pode andar pelas ruas à noite, poucas áreas verdes disponíveis, trânsito caótico e hostil para o trabalhador, etc. Ademais, e esta é outra reflexão que faço, apesar de ser o quinto maior país em território, o Brasil está demasiadamente dependente de São Paulo. Enquanto o Brasil não buscar o seu desenvolvimento mais abrangente em outras regiões do Brasil, esta cooperação com a China terá limitações. Os chineses continuarão a privilegiar o triângulo São Paulo-Brasília-Rio de Janeiro ou Foz do Iguaçu. O percentual de delegações chinesas que visitam as outras regiões do Brasil ainda é muito baixo – a despeito de vermos alguns investimentos chineses espalhados pelo país. Mas esta questão me leva à segunda área de potencial para a cooperação sino-brasileira. O Brasil precisa investir na mobilidade de seus cidadãos. As cidades brasileiras estão intransitáveis, foram feitas para carros, não são amigáveis para os seus cidadãos nelas caminharem, andarem de bicicleta. O sistema de transporte público é terrivelmente inadequado para os idosos. A China integrou o país com um sistema de transporte público invejável: é rápido, seguro, limpo. Metrôs, trens bala, vias para *bikes* elétricas, uso de carros elétricos que são extremamente silenciosos e por aí vai. O Brasil, país de território continental, poderia aprofundar a sua cooperação com a China nesta área.

REL: BRASIL E CHINA CADA DIA MAIS PRÓXIMOS PELA REDE SOCIAL[1]

Abrindo o Xiaohongshu (Pequeno Caderno Vermelho), aplicativo considerado o Instagram chinês com 300 milhões de usuários ativos, chegam à minha página inicial diversas postagens direto do Brasil, sejam de chineses compartilhando a rotina de trabalho e vida, sejam de brasileiros solicitando amizade para aprender o

[1] Texto fornecido pela Jornalista Xiaomiao Shi para as perguntas propostas na entrevista.

mandarim. Esse intercâmbio de forma espontânea era impossível em minha época como estudante, há 15 anos. Obviamente, dois fatores contribuem: a popularização das redes sociais e o aumento notável do fluxo de pessoas promovido pelo investimento chinês no Brasil, cujo estoque atual já atinge US$ 70 bilhões, como contou o embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, ao jornal o Globo, destacando os setores de petróleo, gás, energia elétrica, agricultura, infraestrutura, tecnologia da informação, automotivo entre outros.

Hoje, grande número de brasileiros sabe dizer nomes como Huawei, Xiaomi, BYD, Great Wall Motor, ByteDance e Kwai, ao falarem da China. Devido a essa presença cada dia mais intensa das empresas chinesas, vêm surgindo nas redes sociais do país oriental um grande fluxo de conteúdos relacionados ao cotidiano brasileiro. Por fotos e vídeos compartilhados por chineses que trabalham temporariamente no Brasil e, geralmente, comunicam-se bem em português, internautas chineses podem ver na tela a diversidade do Brasil, que, além de Rio de Janeiro e Amazonas, tem as praias do Nordeste e o magnífico cenário dos Lençóis Maranhenses. As iguarias incluem não apenas assado de carne, mas um cardápio rico da culinária de Sul a Norte. No dia a dia, os colegas brasileiros também possuem chateações e preocupações.

A plataforma de interações abertas e o algoritmo inteligente de Xiaohongshu e Douyin (versão chinesa do TikTok) permitem que os conteúdos cheguem amplamente às pessoas interessadas em outras culturas, quebrando, de certa forma, os estereótipos e enriquecendo os conhecimentos mútuos entre chineses e brasileiros.

De outro lado, o grupo dos especialistas brasileiros de estudo chinês tem ganhado imensa força. Bem me lembro que, nos primeiros anos do meu trabalho, havia poucos experts que podiam ser entrevistados. Carlos Tavares, Danilo Santos e Severino Cabral foram três ilustres professores e amigos que consultamos mais para injetar boas perspectivas à cooperação Brasil-China. Mas, infelizmente, perdemos os três durante a pandemia. Apesar de muita tristeza, hoje vemos mais estudiosos e acadêmicos brasileiros competentes e dispostos a contribuir para fomentar a troca de ideias, enquanto as redes sociais possibilitam o fácil contato e a divulgação. Conjuntamente, o boom de mídias independentes e influenciadores digitais propicia outro palco para discussão sobre a China.

Existe um espaço enorme para a troca de experiências entre China e Brasil, em busca de um desenvolvimento autônomo e soluções inovadoras para desafios globais. A modernização chinesa propicia inspirações aos demais países do Sul Global por ser exemplo de superação da condição periférica. Mas ultrapassar o limiar da fileira avançada continua sendo um grande desafio para os chineses.

Há um consenso de que o salto do PIB per capita de US$ 15 mil para US$ 20 mil é a fase mais testada para uma economia, uma vez que o mundo já está farto de ouvir sobre milagres de crescimento e depois vê-los estagnados. Já a China está mesmo no meio dessa transição difícil e até dolorosa por causa das tentativas, por parte dos Estados Unidos, de obstruir a revitalização chinesa. Neste contexto, observo e sinto vontade da liderança chinesa e seu *think tank* para aprenderem com as experiências de desenvolvimento da América Latina e sua lição sobre a armadilha da renda média.

É nisso que vejo o potencial e o significado dos intercâmbios e da aprendizagem mútua, com o olhar voltado às próximas décadas do relacionamento China-Brasil. E, como jornalista, espero que as informações sirvam como pontes para incrementar a compreensão e o respeito uns com os outros.

Recebido em outubro de 2024.
Revisão realizada em novembro de 2024.
Aceito para publicação em dezembro de 2024.

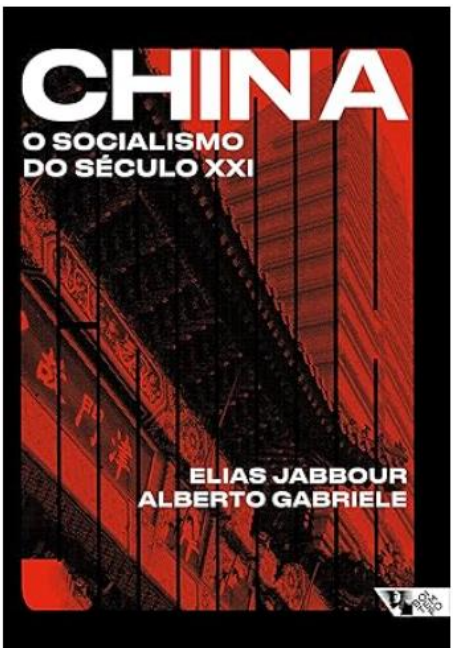
RESENHAS

V. 14, n.27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

CHINA: O SOCIALISMO DO SÉCULO XXI

JABBOUR, Elias e GABRIELE, Alberto. **China:** o socialismo do século XXI. São Paulo - SP: Boitempo, 2021. 314 p.

Eduardo von Dentz
Universidade Federal do Ceará – UFC
Departamento de Geografia
eduardovondentz@hotmail.com



No âmbito das Ciências Humanas e sociais, o livro de Elias Jabbour e Alberto Gabriele, "China: o socialismo do século XXI", tornou-se, desde o seu lançamento, uma das mais qualificadas referências sobre China e socialismo no ocidente. Elias Jabbour é geógrafo e economista brasileiro que estuda a China desde a década de 1990. Alberto Gabriele (*in memorian)*, um intelectual marxista italiano atento às mudanças globais, também vinha depositando atenção sobre as mudanças ocorridas na China muito antes de o livro ser lançado. Ambos se uniram na árdua missão de entregar para a sociedade de modo geral um dos livros mais completos sobre a China. Assim, os autores demonstram, de maneira no mínimo interessante, como tinham percepções semelhantes sobre a China, mesmo com o oceano Atlântico no meio deles.

Embora esteja presente no seu título, o livro não é somente sobre socialismo, mas trata de construir uma visão atualizada das transformações que ocorreram no capitalismo e no socialismo. Os autores procuram analisar a realidade econômica da estrutura interpretativa da teoria econômica clássica moderna e propõem uma reinterpretação parcial dos conceitos de modo de produção, formação econômico-social e da lei do valor.

Os autores advertem os leitores na introdução do livro, sobre o fato de que existem nações no mundo com sistemas econômicos de projetos nacionais e de formações

econômico-sociais não capitalistas. Assim, o socialismo não morreu com a queda da URSS. O socialismo de nosso tempo tem na República Popular da China sua expressão máxima de desenvolvimento. Mas para chegar nesta compreensão não se trata de algo simples. É algo que se concretiza no livro, na medida em que os autores analisam a gênese e a formação do macrossetor produtivo da China, apontando a chamada "nova economia do projetamento" (NEP) como uma perspectiva possível de analisar a realidade chinesa.

Em todo o livro a NEP é utilizada em homenagem a Ignácio Rangel, um pensador marxista brasileiro que sonhava com um Brasil gigante no cenário mundial. Para analisar tudo isso, os autores, além da introdução e das conclusões, dividiram o livro em inúmeros capítulos que se aglutinam em basicamente duas grandes partes. Na primeira parte é tecido toda uma construção teórica e metodológica sobre capitalismo e socialismo enquanto modos de produção, passando por conceitos como trabalho, valor, formação econômico-social, até chegar na elaboração inédita e original do conceito de meta modo de produção (MMP). Na segunda parte o livro é mais didático, no sentido de que é apresentado um arcabouço de dados em forma de gráficos e tabelas, com suas respectivas análises sobre a China como a primeira experiência de uma nova classe de formações econômico-sociais, onde consolida-se a construção de seu macrossetor produtivo (além da China, o livro também faz, na sua porção final, uma análise sobre os casos do Vietnã e Laos como outros dois exemplos de formação econômico-social de novo tipo).

Na primeira parte do livro, os autores propõem uma reinterpretação dos conceitos e categorias de compreensão econômica sistêmica ortodoxa. Definem economias socialistas como aquelas que cumprem duas condições básicas: dirigidas por forças políticas envolvidas em um processo que visa estabelecer, fortalecer ou melhorar o sistema socioeconômico socialista; e as que de fato avançaram em direção ao socialismo com características econômicas e sociais próprias estruturantes. Essa análise leva em conta uma abordagem evolucionária que segue a linha da economia política clássica de Marx (sem desconsiderar os importantes avanços ocorridos nas mais diferentes áreas do conhecimento). Essa abordagem leva a entender que algumas limitações do capitalismo não serão superadas nesta fase histórica da humanidade, o que pode conferir ao capitalismo um caráter de que ele não é eterno.

Enquanto isso, sob o socialismo, viu-se que é possível acelerar o processo das

forças produtivas, controlar as instabilidades do mercado financeiro, superar em larga medida a exploração da classe trabalhadora e restringir gradualmente o funcionamento da lei do valor nos mercados de bens de consumo. Para os autores, essas questões são as que podem nos levar a um sistema de produção e distribuição menos desigual, baseado nas necessidades humanas ecologicamente sustentável.

Ademais, os autores ressaltam que as decisões econômicas individuais relevantes não devem se restringir a forças dos modelos matemáticos super simplificados (mas de aparências sofisticadas), pois são o produto de um processo baseado em uma racionalidade muito complexa. Por isso mesmo, o princípio da competição não é o único decisivo, pois coexiste com o da cooperação; na medida em que a história da humanidade é a história da luta entre a cooperação e a busca individual de interesses. E a cooperação é mais poderosa que a concorrência na formação e promoção da inovação. A esse respeito, os autores sugerem uma conclusão interpretativa provisória: o cérebro humano é bastante orientado para a cooperação, mas tende a se tornar progressivamente mais egoísta, como resultado de uma reflexão deliberada baseada em *feedbacks* gerados pelo resultado de decisões passadas envolvendo a relação do indivíduo com a sociedade. Por essas razões, em um alto grau de abstração, o princípio do egoísmo pode ser associado ao capitalismo e da cooperação ao socialismo.

Os autores recorrem a Lênin para abordar o conceito de formação econômico-social. Esse conceito carrega o papel crucial de análise das condições sociais e econômicas específicas de cada país, em determinado período histórico, com base cognitiva para o entendimento científico e as atividades revolucionárias. Assim, a China como nação de estágio superior do socialismo, se diferencia claramente das formações econômico-sociais capitalistas por não criar uma superestrutura capaz de controlar as desigualdades sociais extremas, contradições entre centro e periferia e a insustentabilidade ecológica. Portanto, parece haver caminho para um novo modo de produção, embora não seja possível afirmar que o socialismo está totalmente atingido na China, algo que o curso da história real da humanidade mostrará.

Já na segunda parte do livro, os autores reforçam com dados concretos que a China desenvolveu um macrossetor produtivo baseado em um grande setor público na economia, gerador de efeitos de encadeamento por todo o organismo econômico. Esta é

a grande característica da nova classe de formações econômico-sociais inaugurada pela China. Destaca-se uma série de avanços: entre 1980 e 2019 o crescimento econômico chinês atingiu a média real de 9,2% ao ano; a renda per capital (por paridade de poder de compra) passou de US$250,00 em 1980 para US$8.827,00 em 2018 (aumento de 36 veze)s; desde 2013, a China é o país com maior volume de comércio exterior do mundo, provocando fortes efeitos sobre praticamente todas as economias nacionais; a China não cresceu com poupança externa, assim, evitou que a taxa de câmbio se apreciasse e as empresas nacionais perdessem competitividade; a China realizou um vigoroso processo de substituição de importações entre 1970 e 1990, impulsionando seu mercado interno; as exportações, desde a década de 1990, ultrapassam as importações, ampliando paulatinamente seu saldo positivo na balança comercial; a inflação, após o repique entre 1993-1995, mantem-se estável, com crescimento da produtividade do trabalho e aumento da capacidade produtiva exercendo forte pressão para baixo sobre a inflação.

Os autores defendem que a China é um caso de fusão do Estado revolucionário com o Estado desenvolvimentista. O processo de substituição de importações em setores estratégicos e de alta tecnologia, como os trens de alta velocidade e de carros elétricos, inaugurou na China setores supridores da demanda interna e exportadores para diversos países do mundo. Incorpora-se a isso, uma gama de pacotes tecnológicos de 5G e inteligência artificial (IA), que levam a crer no surgimento de formas superiores de planificação econômica, distinguindo o socialismo de mercado chinês das novas formações econômico-sociais de caráter capitalista e desenvolvimentista, como o Japão, Coreia do Sul e mesmo a Alemanha.

Os autores sublinham o fato da criação de quatro grandes bancos estatais: Banco Chinês da Indústria e Comércio, Banco Chinês da Construção, Banco Chinês da Agricultura e Banco da China; além de inúmeros bancos nacionais e regionais de vários tipos de controle de capital. A criação desses bancos se transformou no “núcleo duro” da nova formação econômico-social da China e confirma que a forma pública na China é cada vez mais dominante e com maior capacidade de intervenção sobre a realidade. Ademais, nos capítulos 11 e 12, os autores esmiúçam as reformas no setor agrícola; no surgimento das empresas “não capitalistas” orientadas ao mercado, as Town Village and Interprise (TVEs); nos Grandes Conglomerados Estatais Empresariais (GCEE) chineses, que constituem, segundo Jabbour e Gabriele, a vanguarda produtiva da nova formação

econômico-social. Os GCEE se diferenciam do capitalismo por quatro razões fundamentai: 1) são grandes empresas estatais que estão no núcleo produtivo nacional; 2) o Estado tem uma gigantesca capacidade de cooperação do investimento por meio de empresas públicas; 3) são dezenas de empresas estatais a serviço de uma estratégia global que envolve investimentos da ordem de trilhões de dólares; 4) o controle sobre este tipo de ativo tem obedecido critérios puramente políticos e estratégicos em detrimento do lucro, puro e simples.

No que se refere as inovações institucionais mais relevantes, os autores destacam a criação da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos de Propriedade Estatal – SASAC (traduzido do inglês), como fundamental para a supervisão e acompanhamento da implementação e execução dos milhares de projetos desenvolvidos em solo chinês pelo setor público da economia. Para Jabbour e Gabriele, todas essas mudanças levaram a transferência planificada de uma parcela significativa da população rural para as cidades (em 1970, apenas 18% da população chinesa era urbana, contra 57% em 2017). Isso foi acompanhado de um complexo sistema de construção de moradias e infraestruturas urbanas, além de a agricultura ter se transformado num verdadeiro ramo da indústria chinesa.

Portanto, o projeto socialista é um Estado empresarial de novo tipo. O projetamento (baseado em ciência) é "a antítese da irracionalidade capitalista e do fetichismo do homem sobre si mesmo" (Jabbour e Gabriele, 2021, p. 243). O projetamento é um passo fundamental da libertação humana. Então, o socialismo não somente não desapareceu enquanto possibilidade com o fim da União Soviética, como se mantém como alternativa, ainda que imatura, sob forma de uma nova classe de formações econômico-sociais que surge no fim da década de 1970: o socialismo de mercado. Entretanto, o socialismo só pode ser construído sem ignorar o capitalismo e por meio do planejamento. Dessa maneira, o projeto é o elemento tático do desenvolvimento, e a estratégia é confiada ao planejamento.

Portanto, para finalizar, considerar hoje a complexidade da China, colocando-a como mais um fracasso socialista engolido pelo capitalismo, seria o mesmo que cair em uma postura ideológica trivial, errônea e anticientífica. Assim, o livro de Jabbour e Gabriele (2021) fornece ferramentas de análises teóricas e empíricas novas e inovadoras,

que proporcionam elementos para a reflexão. É um livro que nos convida a reflexão sobre a China e a um amplo debate de ideias, abrindo janelas de oportunidade de dois temas caros para o nosso tempo: a China e o socialismo.

Recebido em agosto de 2024.

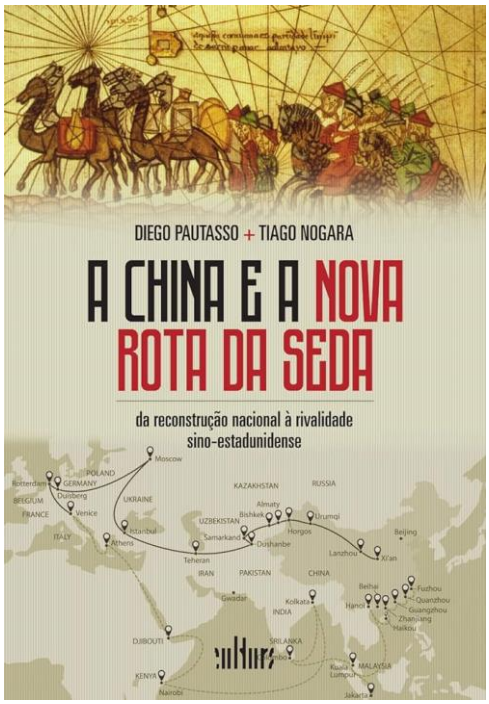
Revisão realizada em novembro de 2024.

Aceito para publicação em dezembro de 2024.

UMA GLOBALIZAÇÃO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

PAUTASSO, D.; NOGARA, T. **A China e a nova rota da seda:** da reconstrução nacional à rivalidade sino-estadunidense. São Paulo: Editora de Cultura, 2024.

Fernando dos Santos Sampaio
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Francisco Beltrão (UNIOESTE)
fssampa@gmail.com



No ano de 1994 estava em alta na academia e na imprensa em geral o tema da globalização. Muitas obras destacavam-se falando sobre o tema, algumas mais críticas, outras apologéticas. Era inegável uma série de mudanças no mundo por conta do final da URSS e, consequentemente, da Guerra Fria. A evolução tecnológica nas telecomunicações permitia uma integração mundial mais rápida e a popularização da internet havia conectado a "aldeia global".

No Brasil, iniciava-se o Plano Real, com o fim das altas taxas de inflação e uma abertura econômica que, ao mesmo tempo em que colocava produtos estrangeiros baratos nas lojas ia destruindo a indústria nacional em vários setores. A indústria automobilística teve capacidade de pressionar o governo contra a abertura, protegendo o seu mercado. A indústria de brinquedos não teve a mesma força. Tornou-se comum as lojas de "R$1,99" e os "camelôs" venderem os produtos chineses baratos e de baixa qualidade, marcas alternativas ou falsificações grosseiras.

Nos livros didáticos de Geografia a China aparecia na parte que tratava dos países subdesenvolvidos, juntamente com outros países asiáticos, africanos e latino-americanos, sempre de forma secundária, afinal, além de ter a maior população mundial e a terceira maior extensão territorial, era apenas mais um país pobre. Com o fim da Guerra Fria nem mais fazia sentido incluí-la no "Bloco Socialista".

No entanto, já chamava a atenção o crescimento econômico chinês, cujo PIB crescia há mais de dez anos a taxa superiores a 10% ao ano. Fruto da abertura econômica levada a cabo por Deng Xiaping e com um importante papel das Zonas Econômicas Especiais, para os mais atentos, olhar para a China era imprescindível para entender as movimentações do mundo. Alguns tinham a crença, ou o desejo, que tal crescimento fosse algo momentâneo e que logo se esgotaria.

Trinta anos se passaram, o crescimento chinês se manteve a taxas muito superiores à média mundial, tornando-se, em 2009, a segunda maior economia mundial. Mesmo assim, todo ano alguém prevê que esse crescimento chegou ao seu esgotamento. O debate na academia e na mídia brasileira, em geral, ainda é muito contaminado pela ótica da Guerra Fria ou por um eurocentrismo que se apega a questões secundárias para entender o gigante asiático. Recentemente, muitos bons estudos acadêmicos vêm sendo feitos para entender o desenvolvimento chinês, alguns profundos e muito bem embasados, mas para um público acadêmico e acostumado com a linguagem densa, enormes citações e normatizações afastavam o leitor comum.

O livro de Pautasso e Nogara consegue unir a profundidade de um estudo sério e muito bem fundamentado com uma linguagem simples que atrai o leitor e permite um fácil entendimento para os não iniciados no assunto. Assim consegue ser um livro muito útil para quem quer ter uma visão geral sobre o assunto ao mesmo tempo que ajuda a aprofundar a temática para os que já estão habituados com o tema.

A boa escrita e a seriedade com que são tratadas as questões é fruto domínio que os autores têm com o tema. Diego Pautasso é graduado em Geografia com mestrado e doutorado em Ciência Política, e Pós-doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais, toda formação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Há mais de vinte anos tem se dedicado aos estudos sobre China e publicado dezenas de artigos. Tiago Nogara é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, tendo também ampla produção bibliográfica sobre China.

O livro se divide em três partes que se complementam, mas que podem ser lidas fora de ordem, sem prejuízo da compreensão. A primeira parte é dedicada a mostrar um histórico da reconstrução nacional chinesa, demonstrando como, a partir da

Revolução de 1949, o governo chinês tem enfrentado questões difíceis oriundas da sua complexidade histórica e territorial. Na segunda parte, os autores aprofundam a discussão da Nova Rota da Seda como base de um projeto chinês de globalização, com objetivo de formatar uma nova arquitetura de arranjos políticos e econômicos globais tendo por base a sólida estratégia de desenvolvimento nacional. Por fim, na terceira parte, mostra-se a competição entre China e Estados Unidos, discorrendo sobre como os EUA vão criando situações de conflitos visando prejudicar o desenvolvimento chinês, seja do ponto de vista geoeconômico – como a guerra comercial acelerada no governo Trump – como geopolítico – o fomento ao separatismo, às revoluções coloridas e a questão do Mar do Sul da China.

A Revolução comunista de 1949 foi a resposta do povo chinês ao chamado Século de Humilhações, iniciado com a Guerra do Ópio em 1839. A busca pela reconstrução nacional e pela resolução dos problemas sociais do país - que na época era o mais pobre do mundo - passou pela combinação do aprendizado do planejamento central, que já havia sido testado pelos soviéticos, com inovações institucionais próprias dos chineses, tendo por base a experiência histórica acumulada nos seus mais de cinco mil anos de história. Houve políticas menos exitosas, como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, e outras que representaram modificações que abalaram o mundo da segunda metade importantes e representou um importante marco diplomático chinês com os países do Terceiro Mundo.

A grande virada do desenvolvimento chinês, cujas bases já haviam sido postas desde 1949, foi a abertura econômica levada adiante por Deng Xiaoping a partir de 1978. O principal desafio de Deng era superar o atraso chinês na condição de uma formação periférica e com uma correlação de forças totalmente desfavorável do ponto de vista internacional. Uma aproximação com os EUA foi a forma encontrada para minimizar "custos da Guerra Fria" e poder levar adiante uma política de modernização econômica mais intensa. A formação das Zonas Econômicas Especiais, que atraíram capitais de chineses ultramarinos, e o intenso papel desempenhado pelo Estado para criar condições favoráveis para a produção e exportação foram políticas que propiciaram uma ampla entrada de capitais permitindo, posteriormente, um intenso desenvolvimento da inovação e a inserção chinesa nos mercados mundiais.

O sucesso dessas políticas associadas à várias outras que foram sendo implementadas na China proporcionou o intenso crescimento econômico e a melhoria da condição social do país, capacitando sua economia para tornar-se a principal economia industrial do mundo e propor uma alternativa à globalização neoliberal vigente desde os anos 1990.

A Nova Rota da Seda é, segundo os autores, a mais ambiciosa iniciativa chinesa e traz em sua proposta o "Espírito de Bandung" com os cinco princípios da coexistência pacífica (Respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; não-agressão mútua; não-ingerência nos assuntos internos; igualdade e vantagens recíprocas; e coexistência pacífica) propondo novas formulações nas relações internacionais com o intuito de ampliar as relações ganha-ganha. Seu motor está em uma espécie de "diplomacia da infraestrutura", que já proporcionou mais de US$ 775 bilhões em investimentos nos países que aderiram formalmente à iniciativa da Nova Rota. Assim, vão sendo construídos vários trechos de vias de transportes, portos, ferrovias para trens de alta velocidade, entre outras infraestruturas.

Com uma grande riqueza de dados e exemplos, mostram como tem sido a integração com a África, América Latina e Europa, além dos vizinhos asiáticos. Tais parcerias tem possibilitado um maior desenvolvimento de países africanos e aumentando sua de integração econômica com a China de uma forma muito diferente da experiência vivida com as potências europeias, o que levam os autores a serem enfaticamente contrários às interpretações sobre a iniciativa da Nova Rota como manifestação de um imperialismo chinês.

Na prática, o que está havendo é uma mudança nos eixos geoeconômicos mundiais e, consequentemente, a resposta de Washington vai se tornando presente, mobilizando várias estratégias para conter esse processo de integração global que tem a China como centralidade.

A terceira parte do livro trata, de forma muito didática, como vem ocorrendo essas rivalidades sino-estadunidenses, manifestadas desde embargos e sanções econômicas, passando pelas intervenções "humanitárias", revoluções coloridas e mesmo os tradicionais golpes de Estado patrocinados pelos EUA, hoje com a roupagem de golpes jurídico parlamentares, como foi o caso do Paraguai.

Atualmente, a principal preocupação dos EUA está na liderança tecnológica chinesa, em especial nas tecnologias 5G e na indústria 4.0, o que acabou levando à chamada Guerra dos Chips, uma tentativa dos EUA de impedirem as indústrias chinesas de terem acesso aos semicondutores mais modernos, ameaçando de embargos os principais produtores mundiais. O uso de medidas protecionistas no mercado interno dos EUA foi outra consequência do enorme sucesso industrial chinês, mas não para apenas no protecionismo, mas também em medidas mais agressivas do ponto de vista geoeconômico e geopolítico.

A velha tática de "dividir para reinar" vai ser usada contra a China, buscando incentivar – ou mesmo criar – movimentos separatistas (Xinjiang, Tibet, Taiwan) ou revoluções coloridas (Hong Kong), além de posturas mais agressivas e provocativas no Mar do Sul da China, onde muitas bases norte-americanas já se encontram instaladas de forma provocativa.

Não há dúvidas que para entender o mundo atual é necessário estudar a China e sua inserção global. Tal inserção baseia-se na ideia de um futuro compartilhado e a Nova Rota da Seda é a proposta chinesa para a reordenação geoeconômica e geopolítica mundial, que está no cerne da criação de um mundo multipolar.

Para todos aqueles que se interessam por geografia, ciência política, relações internacionais, geoeconomia, geopolítica e, de forma geral, pelo que tem acontecido de relevante e pode ser transformador num futuro próximo, a leitura do livro de Pautasso e Nogara é uma excelente sugestão!

Recebido em novembro de 2024.

Revisão realizada em novembro de 2024.

Aceito para publicação em dezembros de 2024.

REVISTA ENTRE-LUGAR

V. 14, n.27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612